

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**MARINA MATIELLO**

**RELIGIOSIDADE, ETNICIDADE E EDUCAÇÃO:  
A PRESENÇA DAS IRMÃS CARLISTAS-SCALABRINIANAS  
NO RIO GRANDE DO SUL (1915 – 1948)**

Caxias do Sul  
2019

MARINA MATIELLO

**RELIGIOSIDADE, ETNICIDADE E EDUCAÇÃO:  
A PRESENÇA DAS IRMÃS CARLISTAS–SCALABRINIANAS  
NO RIO GRANDE DO SUL (1915 – 1948)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito final para a obtenção de título de Doutora em Educação pela Universidade de Caxias do Sul. Linha de pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Caxias do Sul

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

M433r Matiello, Marina

Religiosidade, etnicidade e educação : a presença das Irmãs  
Carlistas-Scalabrinianas no Rio Grande do Sul (1915-1948) / Marina  
Matiello. – 2019.

282 f. : il. ; 30 cm

Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-  
Graduação em Educação, 2019.

Orientação: Terciane Ângela Luchese.

1. Scalabrinianas - Educação. 2. Religiosidade. 3. Unidade cristã. 4.  
Educação. I. Luchese, Terciane Ângela, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 37.091.4SCALABRINIANA

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)  
Carolina Machado Quadros - CRB 10/2236

# ***Catolicidade, Etnicidade e Educação: A presença das irmãs Carlistas-Scalabrinianas no Rio Grande do Sul (1915-1948)''***

Marina Matiello

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Educação. Linha de Pesquisa: Educação, Linguagem e Tecnologia.

Caxias do Sul, 03 de dezembro de 2019.

## **Banca Examinadora:**

Dra. Terciane Ângela Luchese (presidente – UCS)

Dra. Eliana Rela (UCS)

Dra. Vânia Beatriz Merlotti Herédia (UCS)

*Parecer emitido a distância*

Dra. Elaine Cátia Falcade Maschio (UFPR)

*Participação por videoconferência e Parecer emitido a distância*

Dra. Evelyn Almeida Orlando (PUCPR)

*Parecer emitido a distância*

Dr. Marcus Taborda (UFMG)

Conhecer: eis meu mais belo desejo. Mas, para conhecer, é necessário: caminhar, viajar, ler, pesquisar, amar, errar, ousar e, sempre, construir. Assim foi o percurso desta tese: passeando por diferentes caminhos, cruzei oceanos em busca de respostas a perguntas que nunca cessavam.



## AGRADECIMENTOS

Agradecer talvez seja a parte mais fácil de uma tese. No entanto, não bastam palavras para demonstrar a gratidão de ter finalizado esta tese, que é a realização de um sonho. Escolho usar a palavra sonho, pois era um desejo, que parecia tão distante e, de maneira inesperada, começou a fazer parte dos meus dias por quatro anos. O período parece longo, mas prestes a finalizar a tese, a sensação que tenho é a de que passou rápido demais, e que não haveria tempo para mais nada: só para agradecer.

Começo agradecendo à minha orientadora, Terciane Ângela Luchese, que esteve presente em todos os momentos, especialmente ao meu lado, nos mais difíceis, quando a escrita não era desenvolvida, quando havia a sensação de que não seria possível, ou não seria tão fácil quanto se acreditava ser. Folhas em branco, fugas e até desculpas, para mim mesma, fizeram parte dessas dificuldades. Porém, com todo empenho e carinho, minha orientadora ajudou-me a escolher os melhores caminhos, para que fosse possível escrever e trilhar essa história.

Sou grata à minha família. Nem que eu pudesse, não teria tido a sabedoria de escolher uma família tão boa quanto à que pertencço. Longe de serem perfeitos, apesar de alguns momentos até parecerem, todos me ajudaram, cada um à sua maneira. Meus pais, Nicanor e Beloni, incentivando, perguntando, monitorando, oferecendo auxílio e, acima de tudo, me amando. São minha grande referência em todos os desafios que tenho na vida, e as vitórias sempre são dedicadas a eles. Minha irmã Giovana, grande parceira, de viagem e de pesquisa na Itália. Sem ela, os caminhos percorridos na Europa teriam sido muito mais difíceis, menos divertidos e saborosos, já que era minha intérprete, guia turística, cozinheira, com a melhor das qualidades: ser irmã. Com ela dividi a cama e as angústias do material não encontrado, assim como a felicidade por cada documento que poderia auxiliar na constituição da tese. À minha irmã Juliana devo o exemplo, o encorajamento, o compartilhamento de angústias inerentes às dela, também doutoranda, e as muitas consultas médicas, feitas por telefone, por vídeo ou presencialmente. Sim, porque entre as minhas fugas, o adoecimento aparecia. Sobre meu irmão, João Octávio, basta mencionar a admiração que tenho, por sua resiliência, pois nos momentos de estudo, conversar com ele, mesmo que de longe, trazia alguma empolgação e sentimento de que estava sendo compreendida. Devo a ele auxílios e a demonstração de que queria estar ao meu lado. Ao Franco, meu sobrinho, em forma de príncipe encantado, agradeço a oportunidade de sentir amor e felicidade, mesmo em dias de muito trabalho.

Preciso ainda falar do “Quarteto Fantástico”, grupo de amigos, muito mais do que colegas, que se formou assim que o doutorado começou: Carlos, Patrícia, Cinere e eu. Tão

diferentes e com uma necessidade enorme de nos complementarmos em tantos momentos. O carinho, o entusiasmo, o amor, a reciprocidade, a transparência e a parceria estiveram presentes na nossa vida. O que desejo é que possamos continuar para além do doutorado, essa linda história já iniciada por nós.

Gratidão ao meu ex-chefe, e para sempre amigo, Gustavo, que foi o grande incentivador dessa jornada e que me impulsionou à busca de muitas conquistas. Agradeço, ainda, ao meu superior, Daniel Guerra, que compreendeu a importância do doutorado para minha trajetória pessoal e profissional. Muito obrigada aos colegas de trabalho e, especialmente, à Marcella e à Marcia, que foram ouvintes atentas e estimularam a minha conquista, compreenderam as ausências e os cansaços, em nome da realização do meu sonho. Ao meu personal, Neto, agradeço a compreensão e o estímulo para que eu tivesse energia para me dedicar à pesquisa. Não posso deixar de ser grata à minha psicóloga, Idione, que muito mais do que ouvir, foi responsável por aliviar angústias e enfatizar ganhos, deixando que as dificuldades fossem expressas, mas me lembrando, sempre, da capacidade de realização presente em mim.

Em nome da Silvana e da Carla, agradeço a todos os amigos que compreenderam que alguns momentos precisariam ser destinados aos estudos, que estiveram comigo em momentos de concentração, mas também de confraternização. Silvana, Valéria, Fernanda e Juliana compartilharam comigo algumas angústias e muitas felicidades.

E o que falar do Marcelo Scavone? Difícil encontrar palavras, pois ele apareceu em um momento em que não havia tempo para mais nada. Que os dias eram divididos entre trabalho e doutorado. Descobri que, para amar, sempre há tempo. No último ano, o mais difícil (pois é necessário finalizar a tese) ele me deu muito mais do que amor. Revigorou os meus dias, acreditou em mim mais do que eu mesma, me estimulou, cobrou, cuidou, incentivou. Agradeço e espero poder expressar o amor e a gratidão que sinto no cotidiano, em dias inclusive de menos trabalho e de mais amor.

Por fim, mas ainda mais importante, é o agradecimento às Irmãs da Congregação de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas que me receberam e abriram a porta para que eu tivesse acesso às suas histórias, aos documentos da congregação, às suas casas, em diferentes localidades: Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Roma, Piacenza, São Paulo e Brasília. Em nome da Presidente da AESC e da Provincial da Congregação, agradeço a cada uma das Irmãs que participaram desta pesquisa.

Gratidão, amor e realização de um sonho definem muito bem a trajetória e o resultado aqui apresentado em forma de tese.

Dedico esta tese ao meu avô, Albino Matiello, que, em janeiro deste ano, partiu deste plano, deixando marcas de afeto e alegria. A saudades da sua presença foi sentida em muitos dias de estudo, mas a lembrança de sua paciência e sua sabedoria guiaram meus passos.

*“Meu boi barroso, meu boi pitanga, o seu lugar, viu, é lá na canga. Mandei fazer um laço de couro de jacaré, pra laçar meu boi barroso e meu cavalo pangaré.”*



## RESUMO

O estudo é desenvolvido com o objetivo de analisar como se constituiu a educação carlista-scalabriniana no Rio Grande do Sul, a partir da inserção da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas no Estado, considerando a relação religião, etnicidade e escolarização. Para tal, busca-se investigar o processo histórico de implantação de instituições escolares scalabrinianas no Rio Grande do Sul e apresentar os princípios da missão e da educação scalabriniana em relação com a etnicidade, a religião e a escolarização. Utilizam-se pressupostos teórico-metodológicos da história cultural e da história da educação, com o emprego da história oral e da análise documental histórica. O recorte temporal foi delimitado de 1915, ano de inserção da Congregação na Região Colonial Italiana (RCI) — RS, até 1948, quando iniciaram as obras educacionais no Sul do estado do RS, em Santa Vitória do Palmar, o que produz uma nova configuração para a organização da congregação no estado gaúcho. O percurso da pesquisa é marcado pela busca de documentos e da contribuição de sujeitos para compreender a constituição e a organização da congregação e da educação carlista-scalabriniana. Para tal, visitou-se a Casa-Geral — em Roma/Itália — e as casas provinciais localizadas em *Piacenza* — Itália e no Brasil — São Paulo e Caxias do Sul. Instituições escolares também foram visitadas no Rio Grande do Sul, nos Municípios de Caxias do Sul, Guaporé, Bento Gonçalves e Farroupilha. O resultado aponta para uma congregação marcada pela tríade: italianidade, catolicidade e educação. As ações das Irmãs Carlistas-Scalabrinianas foram se constituindo no fazer cotidiano, através de experiências práticas. A educação, promovida nas escolas da congregação, tinha como foco o desenvolvimento de valores morais católicos, a disciplina e a instrução, preparando, especialmente o público feminino, para o bom desempenho de atividades do lar ou para a vocação religiosa. A tese é a de que a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas foi construída a partir da necessidade de seu fundador, Giovanni Battista Scalabrini, de tutelar os migrantes italianos, para que mantivessem a fé católica e, para isso, estimulou a manutenção da cultura italiana. A congregação ofereceu assistência aos migrantes, especialmente italianos, na área da educação, da saúde e da pastoral. A educação tinha como principal referência o próprio fundador, era constituída na prática e estava voltada à catolicidade, à etnicidade e à escolarização. A etnicidade representava uma marca importante da congregação, com a qual se produzia uma identificação com os imigrantes e seus descendentes; a escolarização era entendida como instrução de fundamentos básicos de leitura, escrita e cálculo; e o catolicismo aparecia nas práticas cotidianas e nas celebrações das escolas da congregação.

**Palavras-chave:** Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas. Educação. Etnicidade. Catolicidade. Migrantes italianos.

## ABSTRACT

The aim of this study is to analyse how the Carlista-Scalabrinian education in Rio Grande do Sul (RS) state was established after the insertion of the São Carlos Borromeo – Scalabrinian Sisters Congregation in the State, considering the relationship between religiosity, ethnicity and schooling. The historical implantation process of Scalabrinian school institutions in RS was assessed and the principles of Scalabrinian mission and education related to ethnicity, religiosity and schooling was shown. It employed theoretical-methodological assumptions of cultural history and of educational history through the use of oral history and historical documentary analysis. The time frame was delimited from 1915, year of the Congregation insertion in the Italian Colonial Region (ICR) - RS, until 1948, when educational projects were developed in southern RS, in Santa Vitória do Palmar, which produced a new configuration for the congregation in the RS. The search for documents and subjects to understand the constitution and organization of the Carlist-Scalabrinian congregation and education was carried out through meetings in the General House in Rome (Italy), in the provincial houses located in Piacenza (Italy) and in Sao Paulo and Caxias do Sul (Brazil) and also in school institutions in Caxias do Sul, Guaporé, Bento Gonçalves and Farroupilha (Brazil). The results showed a Congregation marked by the triad of italianity, catholicity and education. The actions of the Carlist-Scalabrinian Sisters were constituted in daily practice through practical experiences. The education promoted in the congregation schools was focused in the development of catholic moral values, discipline and instructions, preparing, especially the female public for the good performance of household activities or for the religious vocation. The thesis is that the Congregation of Missionary Sisters of São Carlos Borromeo — Scalabrinians was built from the necessity of its founder, Giovanni Battista Scalabrini, to protect the italian migrants, to maintain the catholic faith, thus encouraging the maintenance of italian culture. The Congregation offered assistance to migrants, especially for the italians, in the area of education, health and pastoral care. The education had as its main reference the founder himself and it was composed in practice and focused in catholicity, ethnicity and schooling. Ethnicity represented an important mark of the Congregation, thus producing an identification with immigrants and their descendants. Schooling was seen as instruction of the basic fundamentals of reading, writing and calculations, while catholicism were part of the daily practices and celebrations of the Congregation schools.

**Keywords:** Congregation of the Sisters of São Carlos Borromeo - Scalabrinians. Education. Ethnicity. Catholicity. Italian migrants.

## RIASSUNTO

Lo studio è stato sviluppato con l'obiettivo di analizzare come l'educazione carlista-scalabriniana fu costituita nel Rio Grande do Sul, dall'inserimento della Congregazione delle Suore di San Carlos Borromeo - Scalabriniane nella Provincia considerando il rapporto tra religiosità, etnia e scolarizzazione. A tal fine, è stato valutato il processo storico di impianto delle istituzioni scolastiche scalabriniane nel Rio Grande do Sul e di presentare i principi della missione e dell'educazione scalabriniana in relazione all'etnia, alla religiosità e alla scolarizzazione. Vengono utilizzate ipotesi teorico-metodologiche della storia culturale e della storia dell'educazione, usando la storia orale e l'analisi documentale storica. Il periodo fu delimitato dal 1915, anno dell'inserzione della Congregazione nella Regione Coloniale Italiana (RCI) – Rio Grande do Sul, fino al 1948, quando iniziarono i lavori educativi nel sur della Provincia, a Santa Vitória do Palmar, che produce una nuova configurazione per l'organizzazione della congregazione nella Provincia del Rio Grande do Sul. Il percorso di ricerca è caratterizzato dalla analisi di documenti e dal contributo di soggetti per comprendere la costituzione e l'organizzazione della congregazione carlista-scalabriniana e dell'istruzione. La ricerca di documenti e argomenti è stata effettuata attraverso incontri nella Casa Generalizia a Roma / Italia - e le case provinciali situate a Piacenza - Italia e Brasile - San Paolo e Caxias do Sul. Anche le istituzioni scolastiche sono state visitate a Rio Grande do Sul, nei comuni di Caxias do Sul, Guaporé, Bento Gonçalves e Farroupilha. Il risultato indica una congregazione segnata dalla triade: italianità, cattolicità e scolarizzazione. Le azioni delle suore carliste-scalabriniane sono state costituite nella pratica quotidiana attraverso esperienze pratiche. L'educazione promossa nelle scuole della congregazione, si è concentrata sullo sviluppo di valori morali, disciplina e istruzione cattolici, preparando, in particolare per il pubblico femminile, per il buon svolgimento delle attività domestiche o per la vocazione religiosa. La tesi è che la Congregazione delle Suore Missionarie di San Carlo Borromeo - Scalabriniano fu costruita dalla necessità del suo fondatore, Giovanni Battista Scalabrini, di proteggere i migranti italiani, di mantenere la fede cattolica e, per questo, incoraggiando il mantenimento della cultura italiana. La congregazione ha offerto assistenza ai migranti, in particolare italiani, nell'area dell'educazione, della salute e della pastorale. L'educazione aveva come riferimento principale lo stesso fondatore, era costituita in pratica e focalizzata su cattolicità, etnia e scolarizzazione. L'etnia rappresentava un importante segno distintivo della congregazione, con la quale avveniva l'identificazione con gli immigrati e i loro discendenti; la scuola era intesa come istruzione nei

fondamenti di base della lettura, della scrittura e del calcolo; mentre il cattolicesimo faceva parte delle pratiche e delle celebrazioni quotidiane delle scuole della congregazione.

**Parole chiave:** Congregazione delle Suore di San Carlo Borromeo — Scalabriniane. Educazione. Etnia. Cattolicità. Migranti italiani.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Diagramas dos pressupostos teóricos da pesquisa .....	25
Figura 2 — Diagrama dos pressupostos metodológicos da pesquisa .....	26
Figura 3 — Galeria das Superiores Provinciais da Província Imaculada Conceição (1927-1948) .....	86
Figura 4 — Primeiras religiosas scalabrinianas .....	91
Figura 5 — Antiga fachada do Instituto Cristóvão Colombo .....	95
Figura 6 — Dom Scalabrini na inauguração da seção feminina do orfanato Cristóvão Colombo .....	96
Figura 7 — Scalabrini na inauguração da Seção Feminina do orfanato Cristóvão Colombo .	98
Figura 8 — Carta de Madre Assunta à Irmã Josephina .....	104
Figura 9 — Usos e costumes das comunidades das Irmãs Missionárias de São Carlos — I.	105
Figura 10 — Usos e costumes das comunidades das Irmãs Missionárias de São Carlos — II .....	108
Figura 11 — Usos e costumes das comunidades das Irmãs Missionárias de São Carlos — III .....	110
Figura 12 — Usos e costumes das comunidades das Irmãs Missionárias de São Carlos — IV .....	111
Figura 13 — Usos e costumes das comunidades das Irmãs Missionárias de São Carlos — V .....	112
Figura 14 — Escolas Carlistas-Scalabrinianas no Rio Grande do Sul segundo o período de criação, 1925 — 1948.....	119
Figura 15 — Scalabrini no Rio Grande do Sul.....	135
Figura 16 — Licença para os votos das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas .....	143
Figura 17 — Solicitação de confessor ordinário .....	144
Figura 18 — Placa do Beato Scalabrini na Catedral de Piacenza .....	148
Figura 19 — SS. Sacramento — Colégio Monsenhor Scalabrini .....	153
Figura 20 — Carta da Madre Geral à Irmã Borromea .....	154
Figura 21 — Carta ao Núncio Apostólico Aloysio Masella .....	155
Figura 22 — Informativo no jornal <i>Staffetta Riograndense</i> .....	158
Figura 23 — Carta à Irmã Josephina .....	159
Figura 24 — Registro de reunião de 13 de julho de 1936.....	162

Figura 25 — Fragmento do <i>Bolletino Consolare</i> de 1883 .....	166
Figura 26 — Fragmento do <i>Bollettino Dell'Emigrazione</i> — 1905 .....	168
Figura 27 — Contribuição do governo italiano ao Colégio São Carlos .....	175
Figura 28 — Aviso do <i>Staffetta Riograndense</i> , de 19 de maio de 1937 .....	176
Figura 29 — Orfanato Cristóvão Colombo, Seção Feminina, Vila Prudente – São Paulo ...	178
Figura 30 — Programa do Orfanato Cristóvão Colombo .....	180
Figura 31 — Primeiro prédio do Colégio Nossa Senhora Medianeira .....	184
Figura 32 — Carta ao Padre Stefano .....	190
Figura 33 — Abertura de Colégio em Guaporé .....	191
Figura 34 — Prédios do Colégio Scalabrini .....	194
Figura 35 — Segundo e terceiro prédios do Colégio Scalabrini .....	195
Figura 36 — Carta de Madre Assunta a Pe. Segale .....	197
Figura 37 — Carta ao Núncio Apostólico Benedito Aloísio Masella .....	199
Figura 38 — Primeiro prédio do Colégio São Carlos .....	201
Figura 39 — Colégio São Carlos – Década de 40.....	201
Figura 40 — Giovanni Batista Scalabrini .....	203
Figura 41 — Fundamentos da Educação Carlita - Scalabriniana .....	213
Figura 42 — Sobre a Escola no <i>Corriere de lo Stato</i> – Bento Gonçalves .....	216
Figura 43 — Notícia sobre a visita de Madre Assunta ao Colégio São Carlos .....	217
Figura 44 — Dormitório do Colégio Scalabrini – Guaporé — RS .....	219
Figura 45 — Espaços do Colégio Nossa Senhora Medianeira – Bento Gonçalves — RS.....	220
Figura 46 — Exames finais no Colégio São Carlos .....	222
Figura 47 — Regulamento a seguir por ordem do visitador Núncio Apostólico do Brasil D. Benedito Aluísio Masella (1933) .....	226
Figura 48 — Noviciado São Carlos — Caxias do Sul — RS.....	229
Figura 49 — Formação Religiosa .....	231
Figura 50 — Avisos da Província do Rio Grande do Sul às Irmãs .....	235
Figura 51 — Lista de professores do Colégio São Carlos .....	243
Figura 52 — A Superiora Madre Joana de Camargo, a Diretora Maria Jacomina Veronese e Itália Valiera .....	247
Figura 53 — Docentes e discentes do Colégio São Carlos — Bento Gonçalves — 1945.....	250
Figura 54 — Bandeira da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas .....	254

Figura 55 — Caminhos percorridos para o desenvolvimento da pesquisa ..... 259



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Obras da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas (1915 -1948).....	23
Quadro 2 — Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas entrevistadas .....	30
Quadro 3 — Referencial teórico.....	37
Quadro 4 — Países de Procedências das Congregações estabelecidas no Brasil nos Séculos XIX e XX.....	53
Quadro 5 — Congregações que migraram da Itália para o Brasil .....	56
Quadro 6 — Superiores do Governo Geral (1907 – 1948).....	86
Quadro 7 — Superiores Provinciais da Província Imaculada Conceição (1927 – 1948) .....	87
Quadro 8 — Escolas de atuação dessa congregação .....	123
Quadro 9 — Fundação das Instituições no Rio Grande do Sul (1915-1948) .....	124
Quadro 10 — Obras da Congregação das mscs no Estado do Rio Grande do Sul (1915-1948) .....	182
Quadro 11 — Superiores (Diretoras) do Colégio Medianeira .....	186
Quadro 12 — Número de alunos do Colégio São Carlos/Nossa Senhora Medianeira .....	187
Quadro 13 — Educação .....	204
Quadro 14 — Instrução .....	206
Quadro 15 — Educador .....	207
Quadro 16 — Religião .....	209
Quadro 17 — Catecismo .....	211
Quadro 18 — Escola .....	211
Quadro 19 — Informações sobre o comportamento das postulantes de 1942 .....	232
Quadro 20 — Professores no Ginásio São Carlos — Caxias do Sul — 1945.....	244

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Imigrantes estabelecidos no Rio Grande do Sul (1824-1914).....	50
Tabela 2 — Nacionalidade das primeiras 70 Irmãs da Congregação (1895 – 1920).....	171

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Congregações estrangeiras no Brasil.....	54
Gráfico 2 — Número de instituições carlista–scalabrinianas no Rio Grande do Sul (1915-1966) .....	127
Gráfico 3 — Implantação das instituições no Rio Grande do Sul .....	131
Gráfico 4 — Número de alunos do Colégio São Carlos/Nossa Senhora Medianeira .....	188

## LISTA DE SIGLAS

AESC – Associação Educadora São Carlos  
AGS — Arquivo Geral Scalabriniano  
APCs — Associação de Professores Católicos  
CCBE — Confederação Católica Brasileira de Educação  
CEMCREI — Centro de Estudos Migratórios Cristo Rei  
CSEM — Centro Scalabriniano do Estudos Migratórios  
CNSL — Colégio Nossa Senhora de Lourdes  
CRE — Coordenadoria Regional de Educação  
CSC — Colégio São Carlos  
MEC — Ministério da Educação  
mcs<sup>1</sup> — Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas  
MG — Minas Gerais  
MT — Mato Grosso  
PRR — Partido Republicano Rio-Grandense  
RCI — Região de Colonização Italiana  
RS — Rio Grande do Sul  
SEC — Secretaria Estadual de Educação e Cultura  
SP — São Paulo

---

<sup>1</sup> Optou-se pelo uso da sigla com letras minúsculas, exceto quando presente na citação de referência, pois é a forma oficial, utilizada pela Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabriniana.

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>19</b>
1.1 PERCURSOS DA PESQUISA.....	21
1.1.1 Percurso teórico-metodológico .....	25
1.1.2 Categorias centrais da pesquisa: religiosidade, etnicidade e educação .....	37
<b>2 DA ITÁLIA PARA O BRASIL: IMIGRAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEIO – SCALABRINIANAS .....</b>	<b>45</b>
2.1 CONTEXTO MIGRATÓRIO-EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	47
2.1.1 Marcas da imigração no Rio Grande do Sul: catolicismo e educação.....	53
2.2 CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEIO – SCALABRINIANAS SOB A TUTELA DE SCALABRINI E MARCHETTI .....	69
2.3 CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEIO — SCALABRINIANAS .....	84
<b>3 CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEIO – SCALABRINIANAS NO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>115</b>
3.1 CATOLICIDADE E ETNICIDADE: MARCAS DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEIO — SCALABRINIANAS NO RS .....	134
3.1.1 Catolicidade: marca de uma congregação em busca de sua identidade.....	138
3.1.2 Etnicidade: marca de uma congregação constituída como <i>italiana</i> e para <i>italianos</i> .....	164
<b>4 A EDUCAÇÃO CARLISTA — SCALABRINIANA NO RS .....</b>	<b>178</b>
4.1 ESCOLAS CARLISTAS — SCALABRINIANAS NO RIO GRANDE DO SUL.....	181
4.2 SCALABRINI E A EDUCAÇÃO.....	202
4.3 ESCOLARIZAÇÃO CARLISTA — SCALABRINIANA NO RIO GRANDE DO SUL: O FAZER NO COTIDIANO ESCOLAR.....	214
4.3.1 As Irmãs Carlistas — Scalabrinianas e a docência nos colégios da Província Imaculada Conceição (1915 — 1948).....	241
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>255</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>264</b>
RELATOS ORAIS.....	279
SITES.....	279

<b>APÊNDICES .....</b>	<b>280</b>
APÊNDICE A .....	280
APÊNDICE B .....	281

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Para fenômenos novos, organismos novos, adequados à necessidade.”

**Scalabrini, 1905<sup>2</sup>.**

A escolha da citação de Giovanni Battista Scalabrini (1839-1905), que propicia reflexões acerca da migração e da educação, está em consonância com esta tese e com a imagem apresentada na capa: a biblioteca da Casa-Mãe dos Missionários Scalabrinianos, localizada em *Piacenza* — Itália. Ao visitar o espaço, a pesquisadora deparou-se com amplo acervo e, no mesmo edifício, com o Museu Scalabrini, organizado pelos padres carlistas-scalabrinianos. Além desse, há um museu de Scalabrini na Casa-Mãe da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas. Percebeu-se que Scalabrini é a maior referência, não só para a congregação feminina e a masculina, mas também para a educação. Por isso, a citação é utilizada para iniciar a apresentação acerca do objeto de pesquisa: “educação carlista-scalabriniana”, que tem o intuito de tecer relações entre a religiosidade, a etnicidade e a educação, aspectos que marcaram a presença das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas no Brasil.

A presença das Irmãs Carlistas — Scalabrinianas no Rio Grande do Sul deu-se a partir de 1915, com a missão de dirigir uma escola no Município de Bento Gonçalves, na Região de Colonização Italiana (RCI). A primeira obra no Rio Grande do Sul, uma escola católica e italiana, foi denominada, primeiramente, de Colégio São Carlos. Depois se transferiu para outro prédio, recebendo a denominação de Colégio Nossa Senhora Medianeira. “Era destinada aos filhos dos numerosos colonos italianos que tinham chegado àquela terra fértil em fins do século XIX”, (ZAMBIASI; CUNHA; RHODEN, 2014, p. 37), estando vinculada ao carisma congregacional de acolher os migrantes. Apesar de férteis, há de se considerar as dificuldades que os migrantes tiveram para se estabelecer nessas terras, por serem ainda pouco exploradas e deficitárias de infraestrutura, se comparadas ao território italiano. E, ainda que a escola fosse destinada aos filhos dos colonos advindos da Itália, seria acessível, especialmente,<sup>3</sup> aos que tivessem condições para custear a escolarização dos filhos.

<sup>2</sup> Frase extraída do *Memorandum*, que foi enviado ao Papa Pio X, solicitando auxílio, através da Santa Sé, para a evangelização dos migrantes católicos. A citação está disponível em Terragni (2006).

<sup>3</sup> Diz-se *especialmente*, pois, em alguns casos, eram propiciadas vagas com descontos ou financiadas por benfeitores. Ainda, poderia haver matrícula em troca de auxílio para as Irmãs, em atividades cotidianas, por exemplo. No entanto, as escolas congregacional-católicas, inclusive a das Irmãs Carlistas-Scalabrinianas, eram acessíveis, na grande maioria, a crianças e jovens pertencentes a famílias mais abastadas.

A vinda dessas Irmãs para o solo gaúcho foi motivada pelo convite do padre italiano, na época pároco de Bento Gonçalves, Enrico Poggi.<sup>4</sup> Em 1917, duas novas escolas foram inauguradas na RCI, uma em Nova Vicenza (atualmente Farroupilha — RS) e outra em Guaporé — RS, denominadas Colégio Nossa Senhora de Lourdes e Colégio Scalabrini, respectivamente. Em 1919, em Nova Bréscia, foi fundado o Colégio Sagrado Coração de Jesus. (ZAMBIASI; CUNHA; RHODEN, 2014). Antes de iniciarem suas obras na área da saúde, abriram outra escola em Nova Vicenza (Farroupilha — RS), denominada Escola Paroquial São Carlos. O processo escolar empreendido pelas Irmãs Missionárias, na Região Sul, mostrou-se dirigido à escolarização católica dos migrantes, especialmente os italianos.

A história das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas está relacionada à Pia Sociedade dos Missionários de São Carlos, fundada por Dom Giovanni Battista Scalabrini, que recebeu o título de “Apóstolo dos Migrantes”. A congregação feminina emergiu com o auxílio do cofundador Pe. José Marchetti, que, após presenciar a situação de um órfão lactante e de seu pai (viúvo), teve a ideia de fundar, em São Paulo, um orfanato para os filhos de migrantes, especialmente italianos. Com a convicção de que as Irmãs completariam a obra dos missionários, Scalabrini fundou a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas. No início, as Irmãs seriam damas de caridade e, posteriormente, formariam a congregação. Para atender à urgência da situação dos órfãos e abandonados do orfanato, Marchetti solicitou ajuda à própria irmã, Assunta Marchetti, que se tornou cofundadora da congregação. (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO, 1995).

O pequeno grupo fundado pela mãe de Marchetti, Carolina Marchetti, sua irmã, Assunta Marchetti e mais duas jovens: Maria Franceschini e Ângela Larini, receberam, no dia 25 de outubro de 1895, os votos de castidade, pobreza e obediência, como “Servas dos órfãos e abandonados no exterior” e a cruz missionária das mãos do fundador Dom Giovanni Battista Scalabrini. No dia 27 de outubro de 1895, embarcaram para o Brasil, onde chegaram em 20 de novembro do mesmo ano. Em 1912, Madre Assunta Marchetti assumiu a direção da congregação e fundou, na seção feminina do orfanato Cristóvão Colombo, localizada na Vila

---

<sup>4</sup> Henrique Domingos Poggi nasceu em 2 de março de 1868, em *Sarisola*, Província de Gênova, onde, em 1893, foi ordenado sacerdote. Em 1897 migrou para o Brasil e se dedicou aos “imigrantes radicados em Caxias do Sul (1868), Caravaggio (1899/1911), Lagoa Vermelha (1907), Sananduva (1908/1911) e Bento Gonçalves (1911/1925). Destaca-se, na sua prática, a fundação do jornal católico *Il Corriere d'Italia*, em 1913, e, em 1915, a chegada das Irmãs Missionárias de São Carlos em Bento Gonçalves, para a abertura do colégio. O ingresso do Pe. Poggi no Instituto Scalabriniano ocorreu no dia 30 de setembro de 1921. Em 1925 voltou à Itália e, em 1928, trocou a Congregação Scalabriniana pelo *Instituto dos Filhos de Santa Maria Imaculada*, de Gênova. (RIZZARDO, 1990).

Prudente – São Paulo, a Sede Geral da Congregação. Em 1915, cinco Irmãs dirigiram-se ao Rio Grande do Sul: Irmã Lúcia Gorlin, Irmã Borromea Ferrarresi, Irmã Josefina Oricchio, Irmã Maria de Lourdes Martins e Irmã Joana de Camargo, para atender às necessidades de catequese, educação e saúde dos imigrantes italianos. (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEIO, 1995).

## 1.1 PERCURSOS DA PESQUISA

A escolha do tema deu-se a partir de vivências profissionais e acadêmicas que resultaram no desejo de pesquisar sobre a educação preconizada por congregações religiosas. Na trajetória profissional desta autora em escolas confessional-católicas, destaca-se a atuação, como orientadora educacional, em uma instituição escolar das Irmãs de São José e, no mesmo cargo, em uma escola das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, ambas situadas no Município de Caxias do Sul. Ressalta-se a assunção da vice-direção e, posteriormente, da direção em uma escola confessional-católica, também da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas, pertencente à Província Imaculada Conceição, situada em Farroupilha — RS, sendo a primeira leiga designada como diretora na instituição.

Assim, através do vivido, da busca por conhecimento acerca da historicidade da educação carlista-scalabriniana e da motivação, reforçada pela orientadora desta tese, emergiram o desejo e a ação para o desenvolvimento deste estudo. Considerando a trajetória profissional e as aspirações e inspirações na produção acadêmica, entende, esta autora, que o desenvolvimento desta pesquisa possibilita-lhe contribuir com a comunidade, a congregação e também lhe permite conhecer mais a respeito da história da educação carlista-scalabriniana no Rio Grande do Sul, história, essa, que marcou principalmente a vida dos imigrantes italianos, através das contribuições que as Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas trouxeram para o Estado. Assim, a história atende “à tripla tarefa de convocar o passado, que já não está num discurso presente; mostrar as competências do historiador, dono das fontes; e convencer o leitor” (CHARTIER, 2016, p. 15), ao narrar o processo histórico-educacional.



Em visita às primeiras instituições constituídas no Brasil, o orfanato Cristóvão Colombo, hoje denominado Instituto Cristóvão Colombo,<sup>5</sup> e a Casa Madre Assunta,<sup>6</sup> ambos situados em São Paulo, alguns aspectos chamaram a atenção e puderam ser aprofundados. O padre<sup>7</sup> responsável pela instituição esclareceu que a prioridade da congregação masculina e depois da feminina também, era a acolhida e o cuidado aos migrantes, especialmente aos italianos. Tanto os padres como as Irmãs Carlistas — Scalabrinianas não tinham como foco a educação, porém ela acabou sendo constituída para atender aos migrantes, carisma da congregação. Por isso, pode-se dizer que as Irmãs vieram ao Brasil para atender às demandas oriundas da migração, no seu aspecto social, sendo a educação e a saúde uma consequência posterior, por se fazerem necessárias no meio em que estavam inseridas. A catequese esteve presente, desde o início, e era ofertada, ainda no navio, aos migrantes que se dirigiam ao Brasil. Tem-se a compreensão, a partir dessas informações, que a escolarização faz sentido para uma congregação fundada sob os auspícios de Dom Scalabrini, que defendia o lema: “Religião e Pátria”.

Considerando-se que a educação estava entre as muitas razões para que a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas se instalassem no Rio Grande do Sul, mostra-se relevante narrar aspectos dessa educação. Objetivou-se, a partir deste estudo, responder ao seguinte problema da tese: *Como se constituiu a educação carlista-scalabriniana no Rio Grande do Sul, no período de 1915 a 1948, desde a perspectiva da relação religiosidade/etnicidade/escolarização?*

O estudo compreende o período de 1915 a 1948, considerando a chegada das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas ao Rio Grande do Sul, em 1915, assim como a abertura da primeira escola situada em Bento Gonçalves. A delimitação proposta se estende até 1948, considerando o recorte temporal em que a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas concentravam a abertura de suas obras,

---

<sup>5</sup> O Instituto Cristóvão Colombo, inaugurado em 1895, está situado na Rua Dr. Mário Vicente, 1.108, Bairro do Ipiranga — São Paulo. Em outro prédio, pertencente ao antigo orfanato, funciona o Instituto Teológico São Paulo (Itesp), que é mantido por três mantenedores: Scalabrinianos, Verbitas e Redentoristas. O Instituto Cristóvão Colombo atende da pré-escola à 5ª série do Ensino Fundamental, em tempo integral, estando vinculado à Escola Estadual Mildre Álvares Biaggi. Conta com a parceria da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e com a Fundação Nossa Senhora Auxiliadora do Ipiranga. Atende, atualmente, a 230 crianças, em situação de vulnerabilidade social. Continua com seu carisma, considerando que há muitos migrantes, em especial, bolivianos.

<sup>6</sup> A Casa Madre Assunta, inaugurada em 1904, está situada na Vila Prudente, na Rua Orfanato, 883, em São Paulo. Hoje, por aspectos legais, atende apenas no contraturno escolar.

<sup>7</sup> As informações foram colhidas através de diálogo com o Pe. José Edvaldo Pereira da Silva, responsável pela instituição e não foram gravadas, respeitando a posição do padre, que disse ter algumas informações mais gerais, se colocando à disposição através da possibilidade de pesquisa no instituto e através da doação de material bibliográfico.

especialmente, de escolas no Rio Grande do Sul e, mais especificamente, na RCI. De 1915 a 1948, foram inauguradas 14 escolas, nas seguintes localidades: Bento Gonçalves (1915); Farroupilha (1917); Guaporé (1917); Nova Bréscia (1919); Nova Milano/Farroupilha (1924); Anta Gorda (1931); Roca Sales (1931); Muçum (1933); Caxias do Sul (2 unidades, 1936 e 1946); Caravaggio/Farroupilha (1937); Paraí (1943); Casca (1948) e, no mesmo ano, em Santa Vitória do Palmar, expandindo, assim, para além da RCI.

Além das escolas, nesse mesmo período, foram ainda fundadas obras na área da saúde e da assistência social, assim como obras voltadas à formação religiosa e a Sede Provincial Imaculada Conceição, conforme exposto no quadro a seguir.

**Quadro 1** — Obras da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas (1915 -1948)<sup>8</sup>

<b>Fundação</b>	<b>Instituição</b>	<b>Localização</b>
1927	Sede Provincial Imaculada Conceição	Bento Gonçalves (até 1958) e Caxias do Sul
1927	Hosp. Dr. Bartolomeu Tacchini	Bento Gonçalves
1927	Noviciado São Carlos	Bento Gonçalves/Caxias do Sul
1932	Hospital Roque Gonzales	Roca Sales
1934	Pensionato Dom Bosco	Caxias do Sul
1934	Sanatório São José	Porto Alegre
1935	Hospital São Carlos	Farroupilha
1937	Hospital Nossa Senhora Aparecida	Paraí
1938	Hospital Santo Antônio	Sarandi
1939	Seminário São Carlos	Guaporé
1939	Hospital Dr. Renato Del Mese	Caxias do Sul
1940	Hospital Nossa Senhora de Lourdes	Nova Bassano
1942	Hospital Padre Catelli	Anta Gorda
1942	Hospital São João Batista	Nova Bréscia
1943	Instituto de Clínicas Alta Taquari	Roca Sales
1943	Hospital São Francisco de Borja	Guaporé
1945	Hospital Militar	Bento Gonçalves
1946	Casa de Assistência Social (Casa da Menina)	Rio Grande
1948	Hospital Nossa Senhora Aparecida	Muçum

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa realizada.

<sup>8</sup> Salienta-se que, no Quadro 1, não estão mencionadas as escolas, apenas outras obras na área da educação religiosa, assistência social, saúde e sedes provinciais.

A partir desse período, destaca-se, em 1966, a criação de nova província no Rio Grande do Sul, havendo a transição de algumas instituições que eram da Província Imaculada Conceição, situada em Caxias do Sul, para a Província Cristo Rei em Porto Alegre.

O objetivo geral da pesquisa é o de “investigar como se constituiu a educação promovida pelas Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas (mscs), no Rio Grande do Sul, no período de 1915 a 1948, considerando a relação religião/etnicidade/escolarização”. Desse modo, buscou-se: analisar o processo histórico de implantação das instituições escolares scalabrinianas no Rio Grande do Sul; apresentar os princípios da missão e da educação scalabriniana em tensão com a etnicidade; e explicitar a relação entre religião/etnicidade/escolarização promovida pela Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas.

A tese, apresentada com esta investigação, é a de que a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas foi constituída a partir da necessidade de seu fundador, Giovanni Battista Scalabrini, de tutelar os emigrantes italianos instalados no Brasil, para que não perdessem a fé e, para isso, era necessário manter a cultura italiana. Assim, as missionárias dedicaram-se à educação, à saúde e à pastoral. A educação, que foi sendo construída na prática, tinha como principal referência o próprio fundador e estava voltada à catolicidade, à etnicidade e à escolarização.

A revisão de literatura, fundamental para a compreensão dos estudos realizados, que dialogam com a temática aqui utilizada, para embasar a contextualização acerca da educação carlista-scalabriniana, foi construída através da busca de diferentes descritores, evidenciando, especialmente, os seguintes: Congregação Carlista – Scalabriniana, Giovanni Battista Scalabrini, Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas e educação carlista-scalabriniana. Considerando tratar-se de uma pesquisa histórica, é importante mencionar que as poucas obras existentes sobre o tema “educação carlista-scalabriniana” são recentes e não atendem, especificamente ao recorte temporal definido para o estudo. Sobre a Congregação Carlista – Scalabriniana e seu fundador, Giovanni Battista Scalabrini, podem-se encontrar especialmente obras de religiosos relacionados à Congregação Carlista — Scalabriniana, podendo-se citar: Francesconi (1969, 1971, 1973, 1974, 1975, 1976, 1982, 1985, 1991); Rizzardo (1974, 1981, 1990); Signor (1986, 2005, 2007, 2015); Baggio (2011); Slomp; Barbieri (1997) e Fongaro (1997, 1998, 1999). Utilizaram-se, ainda, algumas pesquisas (dispostas no quadro disponível no APÊNDICE A), sobre Congregação Carlista-Scalabriniana (feminina e masculina) e sua relação com a educação.

### 1.1.1 Percurso teórico-metodológico

Para o desenvolvimento deste estudo, buscou-se ancoragem teórico-metodológica na perspectiva da História Cultural em diálogo com a História da Educação. Como principais referenciais da abordagem da história cultural, utilizou-se Certeau (2015); Burke (1992, 2008, 2011), Le Goff (1994), Chartier (2014, 2016), Veyne (2014) e Pesavento (2008).<sup>9</sup> O diagrama a seguir representa a escolha teórica para desenvolvimento da pesquisa.

**Figura 1** — Diagrama dos pressupostos teóricos da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora.

A fundamentação teórica buscou subsídios à pesquisa, com ênfase em três categorias essenciais: etnicidade, catolicidade e educação<sup>10</sup>. Na educação, destacou-se a instrução e a

<sup>9</sup> Os autores mencionados para ancorar os pressupostos teórico-metodológicos, são citados no desenvolvimento da tese. Por isso, não há intenção, neste momento, de aprofundar o estudo sobre suas contribuições.

<sup>10</sup> No desenvolvimento do projeto de pesquisa categorizou-se escolaridade ao invés de educação. No entanto, a pesquisa evidenciou o fazer cotidiano voltado para a educação integral, com foco nas práticas manuais, na preparação para o trabalho e na religiosidade.

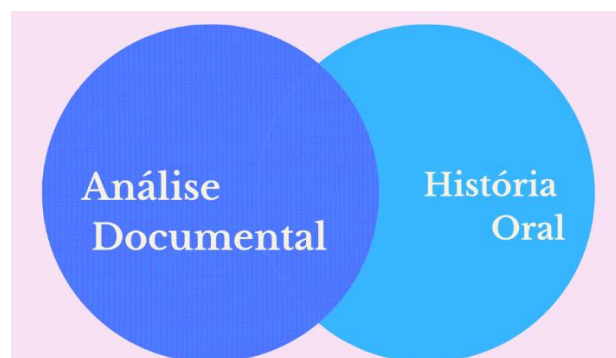
religiosidade, incluindo-se, nesse item, os valores morais, trabalhados e/ou exigidos nas escolas carlistas-scalabrinianas.

Nessa perspectiva, através da busca de evidências históricas, pretendeu-se narrar como se constituiu a educação carlista-scalabriniana no Rio Grande do Sul, considerando que a narrativa pressupõe a existência de sujeitos e de situações vivenciadas, assim como o atravessamento do próprio narrador, que analisa, interpreta e descreve os eventos. Essa relação entre história e narrativa, historiador e narrador, defendida por Veyne (2014) e Pesavento (2008), é explicada por Farge do seguinte modo:

De fato, se o historiador é realmente um narrador, ele é também quem explica e convence, expõe longamente suas razões porque sabe que podem contrapor-lhes outras. [...]. A história, de fato, é uma maneira de fazer que não funda um discurso de verdade controlável ponto por ponto; ela anuncia uma narrativa que reúne a formulação de uma exigência científica e uma argumentação na qual se introduzem critérios de veracidade e de plausibilidade. (2009, p. 93).

A tese vai ao encontro de tal perspectiva, pois, a partir da análise de documentos, teve intuito de apresentar, de maneira plausível, uma narrativa acerca da educação carlista-scalabriniana no Rio Grande do Sul, no período de 1915 a 1948. Os eventos, como concebido por Veyne (2014), possibilitaram a narração dessa história. O autor entende que “a história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso” (2014, p. 18) e que os eventos são apreendidos de maneira “incompleta e lateralmente, por documentos ou testemunhos, ou seja, *tekmeria*, por indícios”. (p. 18). Esses indícios, ou vestígios, auxiliam na construção de uma narrativa, que busca a verdade apesar de reconhecer que não existe verdade absoluta, mas verdades interpretadas e construídas pelos sujeitos que vivenciaram e pelo sujeito que narra os fatos, ou seja, o historiador. Assumindo seu papel de historiadora, a pesquisadora utilizou-se da análise documental e da história oral, conforme representando na próxima figura:

**Figura 2** — Diagrama dos pressupostos metodológicos da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora.

A análise documental foi central na pesquisa, tendo como complemento a história oral, devido ao recorte temporal e as vivências dos sujeitos participantes da pesquisa, que estiveram presentes na história da congregação em tempos posteriores. Buscou-se vestígios em diferentes locais e através de diversos sujeitos. A escolha foi feita a partir de indícios que estavam postos *a priori*, mas que também foram sendo encontrados no decorrer do percurso. Os indícios considerados *a priori* foram os derivados do próprio tema e recorte da pesquisa. Ao definir que estudaria a educação carlista-scalabriniana no Rio Grande do Sul, os arquivos da congregação no Estado e, especialmente, da Província Imaculada Conceição, de Caxias do Sul, já foram definidos como fundamentais para a busca de documentos, assim como as entrevistas com participantes dessa província, que tivessem experiência na educação.

Importante é mencionar que, apesar de a história ser considerada aqui na perspectiva de Veyne, ou seja, “em essência, conhecimento por meio de documentos” (2014, p. 18), “a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento; ela não é um documentário em fotomontagem e não mostra o passado vivo “como se você estivesse lá”. (VEYNE, 2014, p. 18-19).

Le Goff expõe comentários importantes a respeito dos documentos e do papel do historiador. O historiador escolhe os documentos e lhes atribui um valor que é perpassado por suas vivências. Em relação ao documento, o autor sustenta que “documento é monumento”, pois é “antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”. (1994, p. 535).

Le Goff (1994, p. 535) conceitua, inicialmente, monumento como sendo “tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos”. Em relação aos documentos, com a Nova História, tornou-se possível fazer história mesmo quando inexistiam documentos escritos. Ao longo de suas reflexões, Le Goff aproxima os conceitos de documento e monumento, pois o documento é fabricado de acordo com as relações de poder existentes, e sua análise “enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”. (1994, p. 545).

Considerando as ideias de Le Goff, importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizadas estratégias de análise de documentos disponíveis, especialmente nos arquivos da Província Imaculada Conceição, localizada em Caxias do Sul — RS, e nos arquivos da Província Geral, situada em Roma — Itália, buscando rastrear a historicidade das instituições pertencentes à mesma, mormente no que diz respeito à relação

religiosidade/etnicidade/escolarização. Os documentos referem-se a cartas, regimentos, fotografias, estatutos e outras fontes escritas encontradas. Além da pesquisa em documentos arquivados na Província Imaculada Conceição e na Província Geral, teve-se a necessidade de expandir a busca na Casa-Mãe da Província São José, situada em *Piacenza* — Itália, assim como no Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (Csem), situado em Brasília, no Instituto Cristóvão Colombo e na Casa Madre Assunta, ambos situados em São Paulo, onde teve início a atuação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas. Nesse percurso, o pesquisador, de acordo com Farge (2009), pode ser comparado a um artesão, num processo de busca de sentido dos documentos, em que “o sabor do arquivo passa por esse gesto de artesão, lento e pouco rentável, em que se copiam textos, pedaço por pedaço, sem transformar sua forma, sua ortografia, ou mesmo sua pontuação. Sem pensar muito nisso. E pensando o tempo todo”. (p. 23).

A busca por documentos fora do estado do RS e até do Brasil, se justifica pela influência das diferentes instituições na construção da educação carlista-scalabriniana. O início da educação pode ser visto no orfanato Cristóvão Colombo, que já denotava a preocupação com o desenvolvimento de ofícios para meninos e de habilidades domésticas para meninas. Os padres e as Irmãs Carlistas — Scalabrinianos já estavam sendo reconhecidos pelo trabalho desenvolvido com órfãos (e vulneráveis, pelo que o livro de matrículas permite compreender), e esse é um dos fatores que permitiu a ampliação de suas obras no Rio Grande do Sul e em outros estados do País.

Foram realizadas, também, pesquisas documentais nas escolas situadas em Caxias do Sul (Colégio São Carlos); Farroupilha (Colégio Nossa Senhora de Lourdes) e Bento Gonçalves (Colégio Medianeira). Nessas instituições, a documentação é específica das escolas, como relatórios de verificação; regimentos; registros iconográficos; livro de matrículas, de correspondências; e auxiliam na compreensão dos tempos, espaços e práticas escolares. Na composição do todo, essas informações também foram utilizadas, pois permitem perceber indícios das culturas escolares.

A utilização de diferentes fontes documentais está de acordo com a concepção de história explicitada por Vinão Frago e Escolano:

Uma história que requer uma nova leitura de fontes tradicionais – estatutos, regulamentos, discursos, memórias,... – e o recurso a outras fontes até agora menos utilizadas, como autobiografias e diários, os relatórios das visitas de inspeção, as descrições do edifício, das salas de aula ou da vida escolar em geral, as memórias de arquitetos, fotografias e plantas, cadernos e diários de classe, exames, mobiliário e

material de todo o tipo, calendário e horários escolares, inventários e um longo etc. de restos da realidade social e cultural das instituições educacionais. (1998, p. 14).

No caso específico desta pesquisa, a análise de diferentes fontes documentais foi central para a narrativa sobre a educação carlista — scalabriniana, já que não houve sistematizações em relação a essa educação como rede, ou seja, não foram encontrados indícios da mantenedora sobre as concepções pedagógicas. Foi possível deparar-se, por outro lado, com aspectos de infraestrutura, recursos humanos e financeiros, que possibilitavam a educação nas diversas escolas e que são apresentados nesta narrativa.

A seleção dos documentos está relacionada diretamente ao objeto de pesquisa. Farge (2009, p. 65-66), ao se referir à coleta de documentos, explica que não há como dispensar informações, pois o importante é deter o conjunto de dados sobre a questão, naturalmente nos limites cronológicos e espaciais previamente estabelecidos”. No entanto, para selecionar esses documentos, “o olhar não pode se impedir de se deter no diferente, pelo menos para saber se não há com que se preocupar”. (FARGE, 2009, p. 66).

Ao mencionar a análise dos documentos e de alguns procedimentos básicos, que permitem classificar o texto escrito, Samara e Tupy (2010, p. 70) indicam que é necessário saber “qual a forma material que o mesmo apresenta, qual o conteúdo que disponibiliza para pesquisa; e quais os objetivos, ou os propósitos, de quem o elaborou e de quem o lê e/ou interpreta”.

Muitos foram os documentos rastreados e, a partir deles, foi possível selecionar os que evidenciavam os percursos e as construções efetivadas pela Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas. Através de fontes orais, ampliaram-se os conhecimentos acerca da educação carlista — scalabriniana no Rio Grande do Sul, bem como auxiliaram no mapeamento de documentos importantes à pesquisa. Os documentos presentes na Província Imaculada Conceição (Caxias do Sul — RS) e na Casa Geral (Roma — Itália) se constituíram nas principais fontes de pesquisa por apresentarem indícios sobre a educação, de maneira mais ampliada. Não se teve o intuito de apresentar o fazer cotidiano da educação nas escolas da província, pois demonstrariam práticas específicas de cada instituição, não podendo, pelo evidenciado a partir do estudo, ser consideradas práticas comuns e provenientes de diretrizes pedagógicas específicas da congregação.

No APÊNDICE B, apresentam-se documentos que foram utilizados para a construção da narrativa. A partir da análise e triagem dos documentos que continham indícios da educação carlista — scalabriniana, escolheram-se alguns, que evidenciavam escolhas, prioridades,



aspectos relacionais e hierárquicos entre as Irmãs, busca de solução de problemas e compartilhamento de informações, assim como diretrizes relacionadas à congregação.

Sobre os documentos mapeados, é preciso contextualizá-los, considerando o(s) sujeito(s), o(s) período(s) e a(s) instituição(ões) a que se vinculam. Entende-se que “documento algum é neutro e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu”. Há, ainda, que se considerar que “um dos pontos cruciais do uso de fontes reside na necessidade imperiosa de se entender o texto no contexto de sua época, e isso diz respeito, também, ao significado das palavras e expressões”, já que eles mudam com o tempo. (BACELLAR, 2015, p. 63).

Além da busca e interpretação dos documentos, foram realizadas entrevistas com sujeitos envolvidos na história da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrininas, o que auxiliou não só na escolha dos percursos da pesquisa, mas também no rastreamento de documentos, dispersos em diferentes instituições e localidades, mas importantes para a constituição desta tese. Antes da realização das entrevistas propriamente ditas, foram realizadas pré-entrevistas e conversas informais que auxiliaram na construção dos caminhos teórico-metodológicos, por apontarem à possibilidade de locais e sujeitos que pudessem contribuir com a construção da tese.

Durante o percurso da pesquisa, foram entrevistadas Irmãs que atuaram na congregação ou na Província Imaculada Conceição. As entrevistas elencadas para a presente pesquisa estão dispostas no quadro a seguir.

**Quadro 2** — Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas  
entrevistadas (continua)

<b>Nome</b>	<b>Data de Nascimento/ Naturalidade</b>	<b>Formação</b>	<b>Função</b>	<b>Residência atual</b>	<b>Observações</b>
Leocádia Mezzomo	07/05/1946 São Domingos do Sul — RS	Licenciatura em Ciências Naturais; Mestre em Teologia Moral – Universidade de Roma	Postuladora da causa de Canonização de Madre Assunta Marchetti	Casa Madre Assunta São Paulo/SP <sup>11</sup>	Responsável pela Casa Madre Assunta e pelos processos de beatificação e de

<sup>11</sup> A residência citada se refere ao período da entrevista (2017). Na ocasião, a Irmã Leocádia afirmou que teria que passar períodos na Itália, devido à sua missão de postulante, responsável pelos processos de canonização de Madre Assunta Marchetti.

					canonização e Madre Assunta
Sueli Nardin	30/04/1944 Sarandi — RS	Licenciatura em Letras para o 1º Grau; Licenciatura Plena em Letras; Pedagogia com Habilitação em Supervisão Escolar	Diretora do Colégio São Carlos	Caxias do Sul — RS	Preferiu responder à entrevista por escrito, havendo um encontro presencial para aprofundar algumas respostas
Mafalda Seganfredo	09/08/1928 Nova Bassano — RS	Licenciatura em História	Atuou na educação desde 1951 e esteve na Casa Geral em Roma	Farroupilha — RS	Foi professora no ensino primário; do ginásial (de Francês,  (conclusão) Física) e Diretora
Albertina Maria Pauletti	13/07/1950 Flores da Cunha — RS	Graduação em Assistência Social	Conselheira-Geral, Animadora-Geral do Apostolado e Assessora do Movimento Leigos Missionários Scalabrinianos	Casa Geral Roma — Itália	Foi indicada pela Madre Superiora-Geral para substituí-la na entrevista. Recebeu a pesquisadora em Roma
Elena Ferrarini	24/01/1944 Flores da Cunha — RS	Licenciatura em Letras; Pós-Graduação em Alfabetização	Presidente da Associação Educadora São Carlos e Conselheira Provincial	Caxias do Sul — RS	Escolheu fazer a entrevista na companhia de Nadir Contini
Nadir Contini	21/08/1939 Anta Gorda — RS	Graduação em Artes Plásticas e Educação Doméstica	Secretária da Associação Educadora São Carlos (Aesc)	Caxias do Sul — RS	Acompanhou Irmã Elena Ferrarini na entrevista

Fonte: Elaborado pela autora.

As entrevistas foram realizadas nos municípios de residência das irmãs, permitindo que a pesquisadora estivesse *in loco*, em diferentes localidades, tanto no Brasil como na Itália. Algumas das convidadas a participarem, escolheram não participar ou não gravar a entrevista. Respeitou-se cada Irmã convidada a dar depoimento, tendo situações diferenciadas, desde a aceitação em participar, até a solicitação de que a entrevista não fosse gravada, que pudesse ser realizada em dupla, ou, ainda, com a indicação de outra Irmã para responder à entrevista. As Irmãs mencionadas são as que participaram, tendo a entrevista gravada, em dupla ou individualmente, assim como uma das entrevistas foi respondida por escrito. Algumas entrevistas coletivas, realizadas na Itália e gravadas não foram usadas nesta pesquisa, por terem como foco a experiência de educação realizada na Itália, especialmente, na creche (Educação Infantil). Nem todas as entrevistas individuais feitas no Brasil, gravadas ou não, foram utilizadas, pois não contribuíam mais diretamente com as categorias analisadas e com o recorte de tempo proposto para o estudo. Mesmo com as diferentes situações relatadas, considera-se que todas as entrevistas foram importantes à composição da narrativa.

No desenvolvimento da pesquisa, as memórias, retratadas através das entrevistas, são um importante recurso para, juntamente com os documentos, auxiliarem na composição da narrativa. São, assim, um objeto, concepção que vai ao encontro da afirmação de Meneses (1999), de que “a memória deve ser objeto da História e não seu objetivo”.

Na realização das entrevistas, primeiramente, foi feito um contato com as participantes, explicitando os objetivos e os procedimentos necessários. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Todas as informações estão contidas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi lido e assinado pelas entrevistadas e pela entrevistadora. As perguntas eram abertas e temáticas, ou seja, serviram para nortear o diálogo.

Através das entrevistas, buscou-se, a partir da diversidade de percepções e memórias, narrativas que auxiliassem na análise a respeito da educação carlista — scalabriniana no estado gaúcho. Muitas memórias foram similares, pois remeteram ao mesmo objeto de pesquisa, por isso, poderiam ser entendidas como memórias coletivas. Essas, são construídas através das vivências, mas também do relato de fatos passados e entre sujeitos e comunidades.

Alberti (2005, p. 155) auxilia na compreensão do papel da História Oral ao afirmar que ela “permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”. A autora também expressa as possibilidades da História Oral, afirmando que ela permite “o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas”. (p. 65).

Também é importante considerar que as entrevistas reforçam ou problematizam os indícios encontrados nas fontes escritas. A afirmação de Ferreira e Amado (2005) mostra a relevância da fonte oral, pois, para as autoras, o uso de História Oral permite esclarecer processos e eventos, através do diálogo entre entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo. É importante considerar que os processos e eventos serão esclarecidos de acordo com a individualidade dos sujeitos, que o presente interfere no relato do passado, já que, de acordo com as palavras de Alberti (2005, p. 169), “uma entrevista de História oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista”.

Como afirma Alberti (2005, p. 170), “a entrevista não é um ‘retrato’ do passado”, apesar de auxiliar na compreensão dele. Entende-se que as memórias são influenciadas pelas vivências idiossincráticas dos sujeitos, e que a memória individual é determinada pela (e é determinante da) memória coletiva, porém não são idênticas. Na conceituação de Vidigal,

os fatos históricos marcam de maneira diferente os indivíduos que os vivem: a cultura do depoente (oral ou escrita), o seu tipo de envolvimento, os pontos de vista pré-existentes, as repercussões na sua existência, tudo isso faz com que as memórias conservadas (ou construídas *a posteriori*) sobre uma determinada situação possam conter lembranças de situações vividas a diferentes níveis pela testemunha: ao nível da história colhida da memória ensinada, fruto da educação escolar, ao nível da história recebida por vias orais (as tradições), e ao nível da história como vivência pessoal. (1993, p. 17).

Por isso, a importância de ouvir diferentes sujeitos, neste caso, Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas, que narraram, a partir das suas vivências, os caminhos percorridos na congregação; expuseram suas percepções e concepções acerca da educação carlista-scalabriniana, possibilitando a compreensão dos percursos individuais e, também, dos coletivos da província e/ou da congregação. Os discursos a respeito da fundação da congregação são muito similares, pois são fruto da formação dessas Irmãs e influenciadas pela História Oral recebida e transmitida por via oral.

Assim, pode-se dizer, utilizando as palavras de D’Alessio (1998, p. 275), que “a memória modifica os objetos, as investigações, as abordagens e, também, a escrita da história. Ao introduzir a subjetividade no conhecimento, coloca as sensibilidades, as privacidades e o cotidiano no centro da trama histórica”.

A importância desta pesquisa se deve não só ao seu aspecto histórico, mas também à *práxis* pedagógica. A compreensão da educação carlista-scalabriniana permite revisitar a trajetória percorrida e, também, entender a construção da prática pedagógica atual. Nóvoa possibilita tal reflexão ao sustentar que

o mínimo que se exige de um historiador é que seja capaz de pensar a história, interrogando os problemas do presente através das ferramentas próprias do seu ofício. O mínimo que se exige de um educador é que seja capaz de pensar a sua atuação nas continuidades e mudanças do tempo, participando criticamente da renovação da escola e da pedagogia. (2010, p. 9).

Para esse autor, a história da educação pressupõe mobilização de instrumentos teórico-metodológicos da investigação histórica, mas também abordagem da realidade educativo-pedagógica. Acredita-se, assim como Constantino (2008, p. 9), numa “concepção de História como descoberta, apreensão e análise dos inúmeros fios que amarram as múltiplas faces da realidade humana, que enlaçam os infinitos fenômenos entre si, no tempo e no espaço”. Essa multiplicidade de fontes permite compor uma narrativa, que responderá ao problema proposto no estudo, considerando “sujeitos, memórias, histórias e identidades”, que “são a humanidade em movimento. São olhares que permeiam tempos heterogêneos. São a História em construção. São memórias que falam”. (DELGADO, 2003, p. 23).

É por isso que se utilizaram diferentes fontes e documentos, rastreados em diversos locais e com a colaboração de múltiplos sujeitos. Além dos documentos e dos relatos orais, mencionam-se referenciais bibliográficos produzidos por sujeitos participantes da Congregação Carlita — Scalabriniana e por outros estudiosos da área. No entanto, sobre a congregação e sua missão, os autores são predominantemente religiosos. Assim, fica evidente uma forma característica de narrar os eventos, através das lentes da religiosidade. Também fica claro que a narrativa apresentada nesta tese sofreu influências de um olhar leigo (não religioso), porém permeado de vivências na educação carlista-scalabriniana e com as Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas. Um olhar diferenciado sobre um evento ou população permite a percepção de fatores que passariam despercebidos se analisados sob outra ótica. É o que evidência Veyne ao afirmar que “se, no estudo de uma civilização nos limitarmos a ler o que ela relata sobre si própria, ou seja, a ler as fontes referentes à sua civilização, ser-nos-á difícil de nos espantarmos com aquilo que, aos olhos dessa civilização, era corriqueiro”. (2014, p. 20-21).

Pelo fato de esse estudo estar ancorado na História Cultural, é importante mencionar que com a denominada Nova História, “o que era previamente considerado imutável é agora encarado como ‘uma construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço”. (BURKE, 2011, p. 11). Nessa perspectiva, entende-se que a realidade é socialmente construída, sendo resultado de uma cultura. E foi com esse olhar, que esta tese foi construída, considerando as realidades social e cultural em que estavam inseridas as Irmãs missionárias no recorte de tempo estipulado para o estudo.

Considerando que a maioria das obras que tratam desse assunto em pesquisa foram produzidas por religiosos, especialmente pelas Irmãs da própria congregação, busca-se, através da perspectiva da História Cultural, pensar novos caminhos para o objeto de pesquisa, ou ainda, novos problemas, objetos e fontes. Para Burke (1992) a Nova História abre a possibilidade de analisar a estrutura de diferentes objetos de estudo presentes na vida cotidiana. Chartier (2016, p. 11-12) lembra que as novas concepções de história “obrigavam os historiadores a abandonar a certeza de uma coincidência total entre o passado tal como foi e a experiência histórica que o sustenta”. Pesavento (2008, p. 15) auxilia na clareza dessa perspectiva, ao afirmar que “trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelo homem para explicar o mundo”.

A partir desse olhar, pode-se dizer que o que foi narrado, até o momento, é fruto dos conhecimentos construídos, selecionados e analisados pelos próprios indivíduos. Entende-se, dessa forma, que não existem verdades absolutas e nem uma única verdade a respeito dos acontecimentos. Le Goff dá conta de que

o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. (1994, p. 535).

Pesavento (2008), que utiliza como conceitos centrais da História Cultural: representação, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidade, explica o percurso da pesquisa desde a escolha do tema, a busca de fontes nos arquivos, até a análise, entendida por ela como tradução dos documentos, considerando ações, pensamentos e expressões dos sujeitos que os produziram. Essa autora entende que o objetivo da História Cultural é “decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo”. (2005, p. 42).

Sobre o conceito de representação, Chartier (2016, p. 49) menciona que “essa noção permite vincular estreitamente as posições e as relações sociais com a mesma maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais”. Na visão desse estudioso, “a noção de representação não nos afasta nem do real nem do social”. (p. 51), através dela, é possível “vincular o poder dos escritos ao das imagens que permitem lê-los, escutá-los ou vê-los com as categorias mentais, socialmente diferenciadas, que são matrizes das classificações e dos julgamentos”. (p. 52).

Desse modo, as evidências encontradas na pesquisa de História Cultural não devem ser entendidas como cópia do real, mas como representações, sendo necessário buscar o

aprofundamento dos detalhes, fazer conexões com outros conhecimentos da área, ou como diria Pesavento (2008, p. 64), “ir além daquilo que é dito, ver além daquilo que é mostrado é regra de ação desse *historiador detetive*”.

Esse posicionamento de ir além do que é dito e mostrado permitiu um novo olhar sobre os documentos utilizados na pesquisa. Considera-se que a escolha do que escrever e do que guardar denota muito sobre a cultura das Irmãs carlistas — scalabrinianas e sobre ao que davam importância. Porém, sabe-se que, através de cartas, nem tudo pode ser tido, apesar de que para a época estudada, se configurava em um importante meio de comunicação, ou melhor, pode-se dizer o mais utilizado, o que fez com que muitos assuntos fossem tratados através delas.

Para compreender os documentos, foi necessário, utilizando-se dos conhecimentos de Pesavento (2008, p. 65), buscar sentidos partilhados pela sociedade de outro tempo, em que se pode “montar, combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário” e, para isso, foi essencial utilizar o recurso *extratexto*, que é “aquela bagagem de conhecimento que o historiador possui referente a um contexto mais amplo, e que pode intervir na estratégia de cruzamento com os dados em análise”. (p. 68). Portanto, além de buscar fontes e documentos que representam o passado, foi necessário cruzar o conteúdo desses documentos com textos e conhecimentos produzidos na área, aumentando, assim, a capacidade de interpretação e de correlação da historiadora, possibilitando-a ver além do que está dado.

Sobre o papel dos historiadores culturais, Burke (2008, p. 33) refere que, assim como na história política ou econômica, eles “têm de praticar a crítica das fontes, perguntar por que um dado texto ou imagem veio a existir e, se, por exemplo, seu propósito era convencer o público a realizar alguma ação”. No desenvolvimento da pesquisa, buscou-se analisar criticamente os documentos, para compreender quais eram os objetivos, a que públicos estavam direcionados, dentre outros aspectos que permitiram explorar os dados e compor narrativas. Observou-se que, nas cartas enviadas a diferentes irmãs e comunidades da Província ou da Congregação, alguns assuntos eram detalhados e outros tratados superficialmente. As irmãs se preocupavam, de maneira geral, em relatar questões relacionais e financeiras das comunidades.

Da escolha e análise de documentos à constituição da tese, foram necessários diferentes percursos, que se entrecruzaram, para compreender a atuação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas no Rio Grande do Sul. Um deles, importante não só para a construção da pesquisa, mas também para a compreensão de conceitos, foi a ancoragem teórica em três conceitos centrais para a construção da tese: religiosidade, etnicidade e educação<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Os conceitos centrais para a pesquisa serão aprofundados no desenvolvimento da tese.

### 1.1.2 Categorias centrais da pesquisa: religiosidade, etnicidade e educação

Para melhor situar as categorias de análise, apresenta-se, no quadro a seguir, referências que pautaram teoricamente as discussões apresentadas nesta pesquisa.

**Quadro 3** — Referencial teórico

<b>Religiosidade/ Catolicidade</b>	<b>Etnicidade/ Italianidade</b>	<b>Escolarização/ Educação</b>
Azzi (1983; 1990).	Barth (2011)	Cambi (1999)
Beozzo (1987)	Detienne (2013)	Faria Filho (2002, 2005)
Barea (2000)	Franzina (2006, 2014)	Luchese (2007, 2015b)
Battistel e Costa (1982)	Fenton (2003)	Oliveira (2006)
Beneduzi (2008)	Gonçalves (2008)	Nascimento (2007)
Bittencourt (2017)	Gruzinski (2001)	Vidal, Faria Filho (2005)
De Boni e Costa (2000)	Kreutz (2015)	Vidal, Sá e Silva (2013)
Giolo (2009)	Hall (2015)	(conclusão)
Herédia (2003)	Hobsbawm (2016)	—
Luchese (2008, 2015a)	Poutignat e Streiff-Fenart (2011)	—
Otto (2005, 2014)	Seyferth (2015)	—
Rogers (2014)	Woodward (2014)	—
Zagonel (1975)	—	—

Fonte: Elaborado pela autora.

Para apresentar os conceitos relacionados à pesquisa, citam-se, brevemente, algumas concepções teóricas relacionadas às categorias mencionadas. Nesse contexto, a emigração é vista como um “problema não resolvido na vida econômica e social da Itália, apresentando-se como uma constante de um modelo de desenvolvimento que leva, necessariamente, à institucionalização dos fenômenos migratórios”. (FRANZINA, 2006, p. 31). Luchese auxilia na percepção desse processo ao mencionar que

a emigração foi, de certa forma, a possibilidade de diminuição das tensões sociais e uma maneira de minimizar a crise que vivia a Itália naquele momento. Entre as inúmeras razões apontadas à emigração de grandes massas populacionais do País estavam: a miséria e a fome; o esgotamento de terras; a opressão fiscal e as crises agrícolas; a falta de oportunidade para a mão de obra em excesso, devido ao sistema econômico vigente (início da industrialização); a dificuldade de acesso à terra – a



maioria dos *contadini* (agricultores) era empregada de grandes proprietários; as guerras e transformações políticas decorrentes da unificação italiana; o sonho da América produzido, também, a partir da propaganda imigrantista. (2015a, p. 47).

Pode-se dizer que a emigração italiana está ligada ao processo de unificação da Itália e à influência do capitalismo sobre as pequenas estruturas agrárias, atingindo os que viviam da agricultura. O movimento de migração/imigração influenciou nas características étnicas, vista a adequação de aspectos presentes na cultura italiana, e os que foram construídos em terras brasileiras.

Nos estudos sobre etnicidade, utilizando-se os autores mencionados no quadro anterior, pode-se afirmar que nação, nacionalismo, etnia e processo identitário são conceitos que perpassam pelo objeto deste estudo, especialmente por considerar o movimento migratório e a necessidade de um povo, nesse caso, o italiano, de se adaptar, mas também de transformar a cultura do *outro*, por estar em terras brasileiras. Aqui é possível citar Rogers (2014), que escreveu sobre a história transnacional das educadoras religiosas, quando se implantam no estrangeiro. O estudo refere-se às francesas, mas algumas reflexões podem ser estendidas à missão congregacional das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas.

Mesmo que tenham falhado, por serem critérios ambíguos ou mutáveis, de acordo com Hobsbawm,

as tentativas de se estabelecerem critérios objetivos sobre a existência da nacionalidade, ou de explicar por que certos grupos se tornaram “nações” e outros não, frequentemente foram feitas com base em critérios simples como a língua ou a etnia ou em uma combinação de critérios como a língua, o território comum, os traços culturais comuns e outros mais. (2016, p. 13-14).

Entende-se que, no decorrer da História, o conceito de *nação* esteve relacionado a um critério, ou a um conjunto deles, podendo-se citar, como mencionado, língua, etnia, território e traços culturais, assim como a economia, que poderia fortalecer os Estados, e por isso, “a construção de nação foi inevitavelmente vista como um processo de expansão”. Aqui, os critérios que assemelhavam os sujeitos “não eram decisivos na formação liberal de nações”. (HOBSBAWM, 2016, p. 48). Para ele (p. 54) “na perspectiva da ideologia liberal, a nação (isto é, a grande nação viável) representava o estágio de evolução alcançado na metade do século XIX”.

Nesse período, o nacionalismo estava vinculado ao progresso:

Do ponto de vista do liberalismo – e, como o exemplo de Marx e Engels o demonstra, não apenas do liberalismo – a causa da “nação” estava no fato de esta representar um estágio no desenvolvimento histórico da sociedade humana; e a questão do

estabelecimento de um Estado-nação específico dependia de este mostrar-se adequado ao progresso ou à evolução histórica avançada – para além dos sentimentos subjetivos dos membros da nacionalidade envolvida ou das simpatias pessoais do observador. (HOBSBAWM, 2016, p. 57).

Diferentemente do exposto, no nacionalismo do período de 1880-1915, havia o direito à autodeterminação, o “direito a um Estado independente, soberano, separado para seu território”; além disso, a “etnicidade e a língua tornaram-se o critério central, crescentemente decisivo ou mesmo único para a existência de uma nação potencial”, e houve “uma mudança aguda no direito político à nação e bandeira, para o qual o termo ‘nacionalismo’ foi realmente inventado na(s) última(s) década(s) do século XIX”. (HOBSBAWM, 2016, p. 144).

Diante do exposto, é possível afirmar que o termo *nacionalismo* compreende diferentes concepções e conceitos, podendo-se citar: etnia, território, língua e nação. E, se a definição já é difícil, por mudanças de tempo, espaço e interpretação, ainda é mais complexa a utilização desse termo associada a migrantes. Kreutz, no prefácio da obra de Luchese, apresenta reflexões importantes para compreender o lugar que os migrantes ocupavam, ao se estabelecerem em novas terras, com outras culturas:

Num passado já um pouco longínquo, pensava-se que os imigrantes precediam a um “transplante” cultural nas terras de adoção. Atualmente, prevalece o entendimento de que os grupos humanos que migram para novos ambientes não praticam um mero “transplante” de seus costumes e referências. Ao contrário, o encontro com uma nova realidade cultural provoca interrogações; por vezes inicia com espanto gerando tensões e, gradativamente, gera fluxos nos quais ocorre miscigenação, intercâmbio, transformação, confluindo numa interação criativa de concepções e procedimentos. Do encontro/desencontro de culturas, pode brotar um conjunto de novas perspectivas, que não acabam na eliminação de especificidades culturais, mas provocam possibilidades de recriação, avançando para novos horizontes possíveis naquelas circunstâncias e no período histórico. (2015a, p. 12).

Nesse cenário, entende-se que os imigrantes construíram novas identidades culturais, a partir da hibridação<sup>13</sup> de hábitos e costumes da Pátria de origem e da adoção de outros no novo território. E, na criação dessa nova identidade, perduraram alguns dos aspectos culturais mais importantes. No caso dos italianos, é possível citar a religiosidade, a família e a relação com o trabalho. Para Kreutz

no curso da história, houve dificuldade para articular processos identitários com políticas públicas. Na modernidade, minimizou-se a heterogeneidade de etnia, de gênero, de religião, de idade, sempre presente no processo histórico, com uma carga

<sup>13</sup> Sugere-se, para aprofundamento do conceito de hibridação, Gruzinski (2001) e Canclini (1998). Enquanto Gruzinski (2001) parte do conceito de mestiçagem, na obra intitulada “O pensamento mestiço”, Canclini (1998) desenvolve o conceito de culturas híbridas na modernidade. Sobre as migrações, Canclini (1998) relaciona as migrações aos fenômenos de desterritorialização e reterritorialização dos migrantes.

muito forte de tensões, conflitos e alianças. Nossa base histórica foi, em parte, a ênfase no silenciamento da diferença, a partir de uma determinada cultura. No caso dos imigrantes, não ocorreu um processo linear neste sentido, pois houve um processo de negociação entre culturas. (2015, p. 12-13).

Herédia (2003, p. 62), ao mencionar indicativos apresentados em obras sobre a imigração italiana no Sul do Brasil, afirma que “o imigrante italiano valorizava muito mais a igreja do que a escola”, e era em torno dessa igreja que a comunidade se sustentava e que se reconstruiu culturalmente. O imigrante italiano, constituiu, assim, seu processo identitário e cultural em terras brasileiras. A italianidade esteve presente nos costumes e nos hábitos desses imigrantes, influenciando nas relações sociais e, especialmente, nas percepções e relações com a Igreja e com a escola. Herédia afirma que a família foi a base da transmissão de valores humanistas. Para ela

a formação e a transmissão dos valores que são a base dos comportamentos que aparecem na vida da colônia italiana nessa região provêm da existência de uma série de instituições básicas que foram trazidas na bagagem cultural dos imigrantes e que pela sua importância foram mantidas vivas nas estruturas que se originaram na nova terra. (2003, p. 59).

Se a família foi uma dessas instituições, a Igreja certamente foi outra. A presença da religiosidade, especialmente da catolicidade, marcou a vida dos imigrantes italianos na sua Pátria de origem, no percurso e em solo brasileiro, propiciando que continuassem ligados à sua etnia. “A religião foi um elemento de identidade cultural que se manifestou por uma forte solidariedade social, pois promoveu a integração dos emigrantes europeus.” (HERÉDIA, 2003, p. 61).

Sobre a influência da religião, ao mencionar a conformação da Nação, Seyferth (2015, p. 71), destaca que “o critério religioso também servia como um diacrítico, principalmente no Império, pois o catolicismo estava situado entre os componentes essenciais da unidade nacional”. A autora afirma que, na relação entre nacionalismo e política migratória, prevaleceu “o interesse do Estado em detrimento da nação idealmente unívoca”, pois, ao mesmo tempo que os estrangeiros eram admitidos com o objetivo de colonizar (povoar) os territórios, eram também esquecidos, estando sujeitos a certo isolamento. No final do século XIX, é pertinente alegar que havia interesse em produzir um “povo brasileiro homogêneo, branco”, através da miscigenação. (p. 35).

No processo de inter-relação e negociação entre as culturas, na busca de uma identidade étnico-cultural, que aqui poderia ser definida como ítalo-brasileira, houve confrontos

e negociações. E, na busca de definição e compreensão do termo *étnico*, referencia-se Luchese, que, ao escrever *Histórias cruzadas: imigrantes italianos e processos educativos (1875-1914)*, afirma que

o étnico não é definitivo, mas um processo dinâmico, que, no caso de imigrantes italianos, não se refere ao herdado no país de origem, mas nas trocas construídas entre o vivido na Itália e no Brasil – nem de lá, nem de cá –, nas conexões híbridas, nos modos de fazer-se, de fabricar-se “o ser italiano” em terras brasileiras. *Histórias cruzadas*. (2015b, p. 251).

A presença de religiosidade no Rio Grande do Sul é referida por Barea, primeiro bispo da Diocese de Caxias do Sul, que considera a presença de sacerdotes italianos como fundamental para a manutenção da tradição católica: “Alla loro pastorale sollecitudine si deve la grazia di aver concesso al nostro popolo sacerdoti di nacionalità italiana o per lo meno che conoscessere e parlassero la nostra madre lingua; a loro specialmente si deve la conservazione dell’italiche tradizioni.” (2000, p. 55).<sup>14</sup>

No começo, ainda de acordo com Barea (2000), eram construídos pequenos oratórios para os santos que eram venerados na Itália, país natal. Depois, as capelas de madeira começaram a dar lugar às de alvenaria. Os diferentes núcleos se empenhavam na construção de igrejas, ainda maiores e melhores, incluindo-se, aí, a preocupação com o sino. Essa, certamente, estava relacionada com o alcance do som, que ecoava pela comunidade.

Kreutz (2015, p. 347) refere-se à pluralidade étnico-cultural, características da Região Sul, devido à expressiva imigração a partir do século XIX. Esses imigrantes conservaram algumas características que os identificavam etnicamente, tais como “idioma, organização religiosa, associativa e escolar”. E, nesse período, as escolas étnicas estiveram presentes. No entanto, a organização dessas escolas deveu-se mais “às especificidades do contexto de imigração do que a uma opção prévia dos imigrantes”. (p. 348).

Para compreender esse contexto de escolarização, Vidal e Faria Filho (2005, p. 42) auxiliam, ao fazerem uma relação entre “escolarização de conhecimentos e tempos e espaços sociais”, afirmando que, nos séculos XIX e XX, os debates na educação estavam relacionados “à distribuição e à utilização dos tempos escolares, à constituição dos métodos pedagógicos e à organização das turmas, classes e espaços escolares”. (p. 43). Os autores entendem que, como “plurais, espaços e tempos fazem parte da ordem social e escolar”. (p. 44).

---

<sup>14</sup> No seu cuidado pastoral, temos a graça de ter dado ao nosso povo sacerdotes de nacionalidade italiana ou pelo menos que conhecessem e falassem a língua materna; a eles, especialmente, se deve a preservação das tradições italianas. (2000, p. 55). (Tradução livre).

Oliveira, ao escrever sobre a educação do corpo na escola brasileira, apresenta relações que são importantes à historicidade da educação, indicando que

a passagem da escola doméstica, escola de classe única, gerida no âmbito da vida cotidiana dos professores, para a escola graduada, concebida e implementada no âmbito de uma preocupação societária cada vez mais aguda com o processo de formação de massas, foi reconhecidamente um processo multifatorial de transformação. Seja no tocante aos métodos de ensino, à organização das matérias de ensino, à conformação e distribuição do espaço e tempo escolares (aí incluídos os mobiliários, os espaços de aprendizagem e de recreação, os tempos de recreio e de intervalo, etc.), à formação de agentes especializados (os professores), à expansão dos serviços de inspeção escolar, à criação de toda uma imagética própria e cara ao mundo escolar, muitas foram as dimensões sobre as quais foram mobilizados esforços e investimentos no sentido de reformar de cima a baixo o processo de escolarização. (2006, p. 4).

Destaca-se também a tese de Luchese (2007): *O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS — 1875 a 1930: leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita*, que auxilia na compreensão do processo escolar dos imigrantes, um dos principais focos de intervenção da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas no Rio Grande do Sul. A historiadora indica que houve iniciativas variadas em prol da escola, mobilizadas por famílias, religiosos, líderes comunitários e cônsules.<sup>15</sup> (LUCHESE, 2015b).

As iniciativas presentes no final do século XIX e início do século XX, mencionadas por Luchese (2015b, p. 249), devido à falta de um sistema público fortalecido, eram: “escolas étnico-comunitárias, escolas mantidas por associações de mútuo socorro, escolas paroquiais, escolas confessionais (salesianas e scalabrinianas principalmente)”. Sobre as escolas étnicas, Kreutz<sup>16</sup> (2015) afirma que, no final da década de 30, devido ao nacionalismo, deu-se fim às escolas étnicas. Sabe-se que alguns decretos foram criados para estimular o patriotismo e coibir as manifestações de etnicidade estrangeira. E o autor cita os seguintes decretos: n. 406, de maio de 1938, ordenando que o material e a língua utilizados fossem em português, que os professores fossem brasileiros, que a Bandeira Nacional fosse homenageada; n. 1.545, de 25 de agosto de 1939, onde contava o estímulo ao patriotismo, a fiscalização da língua estrangeira, a intensificação do ensino de História e Geografia do Brasil; n. 1.006, de 10 de dezembro de 1939, que preconizava que o ministro da Educação supervisionasse os livros utilizados no

<sup>15</sup> Os cônsules representavam o governo. De acordo com Rech (2009, p. 82), “os cônsules italianos eram autoridades enviadas pelo Governo da Itália para supervisionarem as colônias nas quais os imigrantes eram instalados, devendo emitir relatórios acerca da situação dos mesmos e enviá-los à Itália.

<sup>16</sup> Kreutz (2015), ao escrever sobre as escolas étnicas em seu texto, refere-se às escolas elementares de imigrantes, atuantes no período de 1810 a 1939, quando começaram a ser suprimidas pela legislação nacionalista de ensino.

Ensino Elementar e de Segundo Grau; n. 2.072, de 8 de março de 1940, criava a Organização da Juventude Brasileira e estimulava a prática de educação física para a uniformização de etnias; e o n. 3.580, de 3 de setembro de 1941, que proibia a impressão, no Brasil, ou a importação de livros didáticos em língua estrangeira.

A congregação, objeto de estudo desta pesquisa, aparece entre as diversas que investiram na implementação de escolas, seminários e noviciados. No Rio Grande do Sul, as congregações “constituíram escolas importantes, de boa qualidade, com currículos diversificados, atendendo principalmente aos filhos das famílias mais abastadas”. (LUCHESE, 2015b, p. 250). E essas escolas, inclusive da Congregação Carlista – Scalabriniana, promoveram uma educação católica voltada à religião e aos valores cristãos.

Tendo como intuito o estudo dessa educação, após estas considerações iniciais contextualiza-se, no Capítulo 2, o processo de imigração e escolarização no Rio Grande do Sul, situando o início da Congregação Carlista – Scalabriniana e, brevemente, o papel desempenhado pelo fundador e pelos cofundadores da Congregação. No Capítulo 3, apresenta-se a congregação no Rio Grande do Sul, com a inserção de suas obras. Analisam-se o catolicismo e a etnicidade presente nas escolas, que são marcas referenciais da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrininas. No Capítulo 4, a educação carlista – scalabriniana no Rio Grande do Sul é analisada, resgatando-se, para tal, os pressupostos da etnicidade, da catolicidade e da escolarização propriamente dita. Por fim, nas Considerações Finais (Capítulo 5), são apresentados os principais resultados da tese, indicando, também, possíveis continuidades à pesquisa.

## 2 DA ITÁLIA PARA O BRASIL: IMIGRAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO – SCALABRINIANAS

Compreendi melhor algo que já pensava saber, isto é, que a familiaridade, ligada em última análise à pertença cultural, não pode ser um critério de relevância. “O mundo todo é nossa casa” não quer dizer que tudo seja igual; quer dizer que todos nos sentimos estrangeiros em relação a alguma coisa e a alguém.<sup>17</sup> (GINZBURG, 2001, p. 11).

A escolha dessa epígrafe denota um sentido peculiar para o presente capítulo. A compreensão de que o mundo, ao mesmo tempo, possa ser compreendido como a casa de cada sujeito, mas também de que todos se sentem estrangeiros em relação a algo, pode provocar uma reflexão singular a respeito do processo migratório e da constituição da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas. Nesta reflexão é possível pensar na pertença cultural dos migrantes italianos, não só pelo sentimento de apropriação de uma cultura pelos próprios migrantes, mas também por uma cultura incitada pelos italianos, especialmente pelo clero, pelo governo e pelos migrantes, que, já instalados no Brasil, sentiam a necessidade de pertencimento a um grupo. Parece não ter ocorrido uma identificação com a cultura local, ou seja, não se sentiam brasileiros, muito menos gaúchos, e muitos, nem mesmo, se identificavam com a cultura italiana.

Houve primeiramente um reforço da cultura do país de origem e, depois, com o nacionalismo, evidenciou-se a preocupação em fomentar uma cultura própria, que auxiliaria no desenvolvimento de uma identidade brasileira. No entanto, até que isso ocorresse a italianidade esteve muito marcada em terras brasileiras. Não só no grupo de migrantes que vieram ao Brasil em busca de melhores condições, fugindo da precariedade da vida no seu país, mas também em relação à congregação que os acolheu no Rio Grande do Sul, qual seja, a das Irmãs Carlistas-Scalabrinianas. Diz-se aqui que os acolheu, pois essa congregação foi imbuída da missão de acolher os migrantes italianos. Tinha, por trás dessa missão, o objetivo de manter a fé católica e, para tal, era importante cultivar a cultura italiana. Assim, pode-se dizer que a inserção dos italianos no Rio Grande do Sul, assim como em qualquer movimento migratório, foi caracterizada pela mistura de culturas. Foi necessário hibridizar os costumes e modos de vida ao novo contexto, podendo-se depreender desse movimento o conceito de mestiçagem.

---

<sup>17</sup> Ginzburg (2001) apresenta esse fragmento no prefácio de sua obra, após mencionar que falar com estudantes com formações, etnias e culturas diferentes das suas, obrigou-o a ter um olhar diferente para os temas de pesquisa que há tempo desenvolvia.

Nesse movimento, “complexidade, imprevisto e aleatório parecem, pois, inerentes às misturas e às mestiçagens. Parte-se da hipótese de que possuem, como vários outros fenômenos sociais ou naturais, uma dimensão caótica. (GRUZINSKI, 2001, p. 61). Mas nessa dimensão caótica, como expressa Gruzinski, constituem-se culturas singulares, que podem ser analisadas sob diferentes óticas. De maneira poética, o autor manifesta: “As terras mestiças são imensas e convidam a novas explorações. Exigem longas viagens através das fontes e das disciplinas, dos passados e dos continentes.” (GRUZINSKI, 2001, p. 319). As explorações, presentes neste capítulo, apresentam o processo de migração e a necessidade de apoio religioso aos migrantes italianos. Necessidade, essa, expressa em fragmento que relata a impressão de Frei Bruno de Gillonay,<sup>18</sup> depois de percorrer as colônias, a Dom Giovanni Scalabrini, em outubro de 1904:

Excetuados alguns moradores das cidades, os 300.000 italianos e filhos, até o presente, se conservavam fiéis à prática da religião... São ávidos de festas religiosas, da pregação e dos sacramentos... Em todas as paróquias há uma igreja conveniente..., numerosas capelas, onde se reúnem aos domingos para rezar comunitariamente... Igrejas e capelas são frutos do suor dos bravos colonos, porque o Governo não faz nada pela Igreja, e todos chegaram a uns 25 anos em situação de total pobreza. A fé destes colonos não recuou; eles continuaram erguendo templos a Deus e à divina Mãe. Mas sua fé está exposta a três grandes perigos: 1º: as distâncias e a extensão das paróquias...; 2º: a falta de sacerdotes...; 3º: a ignorância religiosa ameaça tudo invadir... Para afastar estes perigos, buscamos organizar as escolas, a imprensa e as missões. (COSTA, 2005, p. 80).

O relato evidencia a cultura dos italianos, migrantes instalados no Brasil, vinculada estritamente à religiosidade e, de maneira mais específica, à catolicidade. As capelas, em 1904, já estavam presentes, mas ainda havia falta de párocos para o atendimento da comunidade. A preocupação com a manutenção da fé é demonstrada e citam-se as variáveis que poderiam interferir na catolicidade: distância, falta de sacerdotes e falta de conhecimento sobre a religião, o que Frei Bruno de Gillonay define como “ignorância religiosa”. Essa variável pode ser relacionada com o medo dos católicos de se filiarem a outra religião ou irmandade. A estratégia dos clérigos para manter a catolicidade estava na oferta de assistência e comunicação, através de escolas, missões e, também, da imprensa.

Essa breve introdução permite perceber a mestiçagem, composta de divergências e convergências de pensamentos, comportamentos e sentimentos. As diferentes normas, costumes e modos de vida resultaram em culturas específicas, de um povo italiano, instalado em terras gaúchas, que conviveram com nativos, mas também com migrantes de outros países

---

<sup>18</sup> Frei Bruno de Gillonay, juntamente com Frei Leão de Montasapey, implantou a Ordem dos Capuchinhos Franceses de Saboia - França - no Rio Grande do Sul, em 1896, iniciando pelo Município de Garibaldi (na época denominado Conde d’Eu). (CONERÊNCIA DOS CAPUCHINHOS DO BRASIL, 2019).



e continentes. Pode-se dizer, utilizando as palavras de Gruzinski (2001, p. 320), que “as mestiçagens nunca são uma panaceia; elas expressam combates jamais ganhos e sempre recomeçados. Mas fornecem o privilégio de se pertencer a vários mundos numa vida só”.

Considerando o pertencimento a vários mundos, no sentido aqui de culturas e de um constante recomeçar, movimento tão presente na vida dos migrantes italianos, com o objetivo de contextualizar a inserção das Irmãs Carlistas-Scalabrininas no Brasil e, especificamente, no Rio Grande do Sul (RS), primeiramente será apresentado o contexto migratório-educacional do Estado do RS. Em seguida, os precursores<sup>19</sup> da Congregação Carlita-Scalabriniana feminina, a saber: Giovanni Battista Scalabrini, José Marchetti e Assunta Marchetti, pois foi através dos pensamentos e das ações do fundador e de seus cofundadores que a congregação e suas obras se destacaram. Por último, apresenta-se a congregação em estudo que, assim como os imigrantes a que atendiam através das suas atividades, se deslocou da Itália para o Brasil.

## 2.1 CONTEXTO MIGRATÓRIO-EDUCACIONAL DO RIO GRANDE DO SUL

Ou migrar ou roubar. Quando o bispo, numa das oportunidades que passou pela estação de Milão, viu um monte de gente, muita gente triste, sentada ali, ele foi e disse: “o que vocês estão fazendo?” Nós estamos migrando, vamos ao Brasil, porque aqui ou se rouba ou se morre de fome. (MEZZOMO, 2017).

O pequeno excerto, que abre este capítulo, são palavras da entrevistada Irmã Leocádia Mezzomo, natural de Guaporé. Com o intuito de apresentar o contexto migratório e educacional do Rio Grande do Sul, considera-se que Mezzomo, em sua fala, ressalta aspectos do processo migratório e da necessidade de migrar para sobreviver às dificuldades presentes no contexto italiano, no final do século XIX. Considerando a influência desse processo na constituição do Rio Grande do Sul, apresentam-se, aqui, elementos relacionados aos trânsitos migratórios e a seus sujeitos, atentando, especialmente, para os imigrantes italianos, para que seja possível

---

<sup>19</sup> A apresentação dos precursores não tem a pretensão de biografar as histórias de vida dos sujeitos citados, mas tomá-los como mediadores, a fim de compreender melhor o processo educacional produzido pela congregação, visto serem participantes ativos na história das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas. Aqui, fala-se de mediadores com ancoragem na micro-história (GINZBURG, 1989, 2001, 2006). Na definição do conceito, contribui Guillen (2006, p. 40), ao afirmar que “como mediador cultural pode-se considerar aquelas pessoas que favorecem transferências e diálogos entre dois universos, situando-se no centro de uma extensa rede social, cujas ações podem provocar redefinições identitárias”. Pode-se buscar ancoragem sobre o conceito, também, a partir do trabalho sobre hibridismo e mestiçagem cultural de Gruzinski (2001) ou a partir dos debates acerca de fronteiras étnicas de Barth (2011). A mestiçagem cultural pode ser entendida como a mistura que ocorre entre “seres humanos, imaginários e formas de vida” provinda de diferentes locais ou continentes. (GRUZINSKI, 2001, p. 62). Já a hibridação refere-se às “misturas que se desenvolvem dentro de uma mesma civilização ou de um mesmo conjunto histórico [...] e entre tradições que, muitas vezes, coexistem há séculos”. Para Gruzinski (2001, p.62) “mestiçagem e hibridação dizem respeito tanto a processos objetivos, observáveis em fontes variadas, como à consciência que têm deles os atores do passado”.

compreender as influências na composição da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas e sua atuação na educação.

A migração é marcada por uma complexidade advinda da fusão de culturas e de políticas, incluindo as migratórias, que estabelecem o regramento para os movimentos da população. Vasconcelos e Botega (2015, p. 7), além de reconhecerem essa complexidade, conceituam a migração como “um processo social e, no caso da migração internacional, destaca-se o surgimento de espaços e comunidades transnacionais”.

Quando se trata de Rio Grande do Sul e da organização de suas províncias, é necessário mencionar os processos migratórios sobre os quais foram realizados muitos estudos, que apontam à acolhida em áreas devolutas, além dos imigrantes que permaneceram em centros urbanos.<sup>20</sup> A migração teve papel de destaque no Estado; para Herédia (2003) há indícios de que os primeiros núcleos coloniais, formados por imigrantes europeus, situam-se entre 1808 e 1850. De acordo com De Boni e Costa (2000), em 1822, quando da independência do Brasil, o Rio Grande do Sul tinha cerca de 40 mil habitantes. Com a imigração italiana, em 1875, já eram 400 mil habitantes. Devido às condições geográficas, a região não era o destino dos europeus quando chegaram à América, no final do século XV. Sobre a imigração italiana, De Boni e Costa afirmam que

a maciça imigração trivêneto-lombarda para o Estado situa-se dentro de uma grande onda migratória do século XIX e início do século XX, que levou algumas dezenas de milhões de europeus para outros continentes, principalmente para a América. Neste período, cerca de 6 milhões de europeus instalaram-se no Brasil, dos quais 1,5 milhão era italiano. Destes, aproximadamente 100 mil dirigiam-se para o Rio Grande do Sul. (2000, p. III).

Entre os motivos para a emigração italiana, Franzina (2006) indica a crise no setor agrícola, relacionada ao preço do trigo, sendo os pequenos proprietários de terras os mais atingidos, por não resistirem à crise econômica. É claro que havia uma correlação entre a crise na agricultura e o movimento industrial. O autor menciona o interesse “das classes dirigentes pela emigração [...] em torno de um aspecto: a tutela, na Itália e no exterior, dos patrícios obrigados a se expatriarem”. (2006, p. 40-41).

Sobre esses migrantes chegados ao Rio Grande do Sul, entre 1824 e 1830, afirma-se que foram beneficiados, aproximadamente, 5.300 alemães, sendo entregue a cada família cerca de 77 hectares de terra. Sobre a doação de glebas de terra, De Boni e Costa indicam que

---

<sup>20</sup> Sobre esse assunto indica-se Herédia; Paviani (2003); De Boni (1979); Costa *et al.* (1974); Zagonel (1975); Luchese (2007); Beneduzi (2008); De Boni; Costa (2000), dentre outros.

no orçamento de 1830, foram cortadas todas as verbas para imigração e colonização e, em 1834, por Ato Adicional da Regência, os encargos com a vinda de estrangeiros passaram para as províncias, carentes de recursos, às quais, aliás, não foram concedidas glebas para tanto, na medida em que as terras devolutas continuavam pertencendo ao poder central. (2000, p. III-IV).

Entre 1830 e 1844, devido à legislação e à Guerra dos Farrapos (1835-1845), a imigração foi quase nula. De 1844 a 1875, considera-se que cerca de 19 mil alemães entraram na província. Mesmo que o objetivo seja contextualizar a migração no Rio Grande do Sul, é importante mencionar que, diante do cenário de diminuição da imigração e devido à crise gerada pelo Estatuto da Escravidão, em 28 de outubro de 1848, o Poder Público promulga a Lei n. 514. Essa lei, que interfere na migração de todas as províncias, inclusive do Rio Grande do Sul, menciona, no art. 16 que “a cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos.”<sup>21</sup> (BRASIL, 1848).

No âmbito nacional, denota-se, ainda, uma preocupação com a colonização e, posteriormente, com a naturalização, conforme a Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, que “dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica”. (BRASIL, 1850). A possibilidade de naturalização aparece no art. 17, que regulamenta que

os estrangeiros que comprarem terras, e nelas se estabelecerem, ou vierem à sua custa exercer qualquer indústria no país, serão naturalizados querendo, depois de dois anos de residência [...], e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do município. (BRASIL, 1850, s/p).

A necessidade de trabalhadores gerou a busca a imigrantes e por regulamentação da naturalização e do Serviço Militar. Criou-se a “Repartição de Terras Públicas, que centralizava tudo que se relacionava com a parte técnica da Colonização”. (DE BONI; COSTA, 2000, p. V).

Havendo ainda dificuldade para atrair imigrantes, “em 1865, o governo brasileiro passou a oferecer aos candidatos à imigração o pagamento da diferença de custos de passagem entre Europa e Estados Unidos e entre Europa e Brasil”. (DE BONI; COSTA, 2000, p. V). Não atingindo o governo os resultados esperados, em 1867, “novas regras foram elaboradas para a

---

<sup>21</sup> Foram realizadas correções ortográficas no texto, conforme normas vigentes da Língua Portuguesa.

concessão de lotes coloniais, propiciando algumas vantagens que estimulassem os imigrantes” (HERÉDIA, 2003, p. 21), podendo-se citar:

Um novo regulamento, com uma série de vantagens para os imigrantes: lote rural pago em 10 anos, com dois anos de carência; viagem gratuita dentro do país; construção de habitação; ajuda em dinheiro, sementes e instrumentos nos primeiros tempos; assistência médica e religiosa, etc. Previa-se, com isso, a introdução de 350 mil colonos alemães, suíços e ingleses, o que não aconteceu. (DE BONI; COSTA, 2000, p. V).

Com esses facilitadores, chegando a existir imigração subvencionada, intensificou-se o processo migratório. De maneira geral, pode-se afirmar que, no período entre o final do século XIX e início do século XX, houve, no Brasil, “uma transição das relações produtivas e de trabalho do modo escravagista para uma lógica mais adequada ao desenvolvimento capitalista”. (VASCONCELOS; BOTEGA, 2015, p. 12). Os incentivos e restrições ao movimento migratório foram influenciados, de acordo com Vasconcelos e Botega (2015), pela independência do Brasil de Portugal (1822), pela abolição da escravidão (1888) e pela proclamação da República Brasileira (1889). Por conseguinte, o movimento migratório transformou o cenário do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 24 de maio de 1870, o presidente da província criou as Colônias Conde d’Eu e Dona Isabel.<sup>22</sup> Em 1874, havendo apenas 19 famílias (com 74 pessoas) habitando as terras de Conde d’Eu, o império resolveu indenizar as províncias pelos gastos feitos, considerando ter sido cobrado por braça quadrada e assumiu as duas Colônias, para onde seriam encaminhados os imigrantes considerados excedentes em São Paulo. (DE BONI; COSTA, 2000). Em 1875, começam os processos de imigração às Colônias Conde d’Eu, Dona Isabel e Fundos de Nova Palmira.

A nova Colônia, Fundos de Nova Palmira, fundada pelo governo imperial em 1875, que se tornaria o centro da colonização italiana, passa a denominar-se, em 1877, Colônia *Caxias*,<sup>23</sup> ano em que foi criada a Colônia *Silveira Martins*, tendo sido essas quatro Colônias citadas consideradas o núcleo da imigração agrícola italiana no Rio Grande do Sul. Em 1879, novas mudanças reprimiram os benefícios oferecidos, permanecendo a possibilidade de comprar terras em dez anos e de trabalhar em obras públicas durante um período. Em 1884, foi criada a

<sup>22</sup> As Colônias de Conde d’Eu e Dona Isabel pertenciam ao território de São João de Montenegro, elevado à categoria de Município em 1873. Atualmente, Conde d’Eu e Dona Isabel são Garibaldi e Bento Gonçalves, respectivamente. Esses primeiros Municípios se desmembraram ao longo dos anos. Pertencia à Dona Isabel, por exemplo, além do atual Município de Bento Gonçalves, os territórios que, atualmente, constituem os Municípios de Santa Tereza, Monte Belo do Sul, Pinto Bandeira e parte de Farroupilha.

<sup>23</sup> Atual Município de Caxias do Sul.

Colônia *Alfredo Chaves* e, em 1885, a *São Marcos*. No mesmo período, a colônia *Antônio Prado* e, em 1890, a *Guaporé*. (DE BONI; COSTA, 2000). Na era republicana no Brasil, que teve início em 1889, o governo retomou a colonização, tendo repercussão também na província do Rio Grande do Sul.

Na fase republicana, o Governo Central doava ao Governo Provincial todas as terras devolutas mas reservava para si a coordenação da política imigratória. Financiava a vinda dos imigrantes, mas deixava aos Estados providenciar a instalação. Embora o empreendimento fosse financiado pelo Governo Central, os recursos não eram suficientes porque a massa de colonos enviada ao Rio Grande do Sul era desproporcionada à capacidade de absorção pelo Estado. (ZAGONEL, 1975, p. 38).

Devido aos custos com a colonização para os cofres públicos, incluindo “a mudança contínua nos cargos públicos das Colônias, com intervenções nas quais eram demitidos, por corrupção, todos os funcionários”, as Colônias foram emancipadas, “tornando-se distritos de outros Municípios já existentes”. (DE BONI; COSTA, 2000, p. V). Percebe-se, assim, modificações resultantes do regime republicano e da Constituição Federal de 1891, sendo transferida a responsabilidade pela colonização das províncias da esfera federal para a estadual, conforme expressado por Herédia (2003).

No entanto, apesar de o governo republicano manter a política migratória e o Rio Grande do Sul encaminhar os imigrantes para o planalto central, “se verificava a migração interna: o crescimento demográfico e o enfraquecimento das terras levou [sic] os filhos dos imigrantes procurar terras novas. O estado dificultou a imigração a partir de 1908 e a extinguiu em 1914”. (ZAGONEL, 1975, p. 26).

De Boni e Costa (2000) ao tratarem do movimento imigratório no Rio Grande do Sul, mesmo que os números nem sempre fossem adequadamente registrados, demonstram o movimento populacional significativo:

**Tabela 1** — Imigrantes estabelecidos no Rio Grande do Sul (1824-1914)

(continua)

Principais grupos no Rio Grande do Sul (1824-1914)				
Período	Alemães	Italianos	Poloneses	Total
1824-1874	24.873	----	----	24.873
1875-1879	2.440	8.579	----	11.019
1880-1884	1.257	8.993	----	10.230
1885-1889	2.159	26.133	----	28.292

(conclusão)

1890-1894	6.065	21.591	16.188	52.370
1895-1899	1.648	4.613	2.082	10.437
1900-1904	1.036	2.336	466	5.182
1905-1909	2.068	1.697	6.498	12.893
1910-1914	6.498	2.256	17.308	31.735
1824-1914	48.044	76.168	42.561	187.031

Fonte: De Boni; Costa (2000, p. IX).

Através da Tabela 1, é possível constatar que o número de imigrantes italianos superou o dos demais grupos étnicos, ressaltando-se, especialmente, o período de 1884 a 1894, época em que a imigração italiana foi densa no Rio Grande do Sul. Cabe destacar que a vinda de imigrantes italianos ao Brasil coincidiu com a crise na Itália,<sup>24</sup> o que explica as razões do movimento migratório. Luchese (2015b, p. 236) menciona que “a Itália, país unificado tardiamente, vivenciou a saída de grandes contingentes de emigrantes em pleno desenvolvimento político que ocasionou seu processo de criação”.

Entende-se que a imigração, no Sul do País, teve sua importância para a colonização tanto para “o povoamento das áreas vazias pela existência de terras devolutas no Sul do Brasil”, assim como pela estimulação do “trabalho livre e o fomento à criação de serviços de infraestrutura, como a abertura de vias de comunicação, com fins de desenvolver economicamente o país”. Ainda há que se considerar a possibilidade de “formar um exército que pudesse defender as fronteiras de seu vasto território e branquear a raça”. (HERÉDIA, 2003, p. 22). Nesse processo, é importante frisar que

o cotidiano vivido pelos imigrantes em terras brasileiras foi repleto de diversidade, de contrastes, de situações de confrontação e convívio com outros grupos humanos. Nesse espaço de instituição e reconhecimento das diferenças, as negociações, os conflitos e os consensos marcaram seu lugar na dinâmica de constituição de processos identitários. Os imigrantes saídos da Península Itálica se reconheceram como italianos e, de heranças culturais nem sempre tão comuns, recriaram seus modos de ser, de viver e conviver na *nova pátria*. Construíram histórias cruzadas. (LUCHESE, 2015b, p. 235).

Essas histórias cruzadas influenciaram no processo de migração<sup>25</sup> no Rio Grande do Sul, assim como na construção identitária desse grupo, incluindo-se a religiosidade e a

<sup>24</sup> Sobre a Itália e seu processo de unificação recomenda-se a obra de Bertonha (2008).

<sup>25</sup> Herédia (2003) cita diversos autores que produziram obras, a partir de 1975, sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul: Rovílio Costa, Luiz Alberto De Boni, Mário Gardelin, Olívio Manfroi, Arlindo Battistel, Carlos Albino Zagonel, Thales de Azevedo, Vitalina M. Frosi, Ciro Mioranza e Loraine Slomp Giron. (p. 33-34). Na

escolarização, aspectos que são tema de interesse nesta pesquisa. O entrelaçamento desses aspectos é reforçado por Beozzo (1987, p. 45), que percebe que “ao mesmo tempo em que a elite política do país tenta romper com o passado e instaurar um projeto neocolonial de ‘branqueamento’ racial do país e de ‘europeização’, como sinônimo de progresso e de civilização, a Igreja intenta o mesmo no campo religioso”. Assim, evidencia-se a preocupação da Igreja com aspectos educacionais e familiares.

### 2.1.1 Marcas da imigração no Rio Grande do Sul: catolicismo e educação

Sogno una valigia, una valigia immaginaria che in realtà è una finestra le cui sbarre sono state tagliate per permettere che uno possa scappare via, perché emigrare vuol dire liberarsi e scappare per cercare un mondo migliore, più felice... Se in più nel logo ho trasmesso anche un pò di poesia sarei molto felice...<sup>26</sup>

**Jean Michel Folon**

Migrar para viver melhor, eis a esperança dos italianos que chegaram até o Sul do País, mas a garantia de felicidade não estava posta, apesar de muitas vezes estar presente nas propagandas, nas cartas enviadas às famílias que permaneceram em terras italianas, felicidade e sofrimento apareciam lado a lado. Havia o intuito de preservar a cultura italiana, não só pela manutenção dos costumes dos que migraram, mas por interesse, especialmente da Igreja Católica, para que não perdesse fiéis, e do próprio governo italiano. Assim, o Rio Grande do Sul foi se constituindo através da cultura trazida pelos migrantes e da cultura construída cotidianamente em terras brasileiras. Luchese lembra que

a condução da política externa italiana oscilou ao longo das últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. Um dos grandes entraves para a efetivação dos ideais daqueles que defendiam uma política externa italiana de grande potência foram de ordem econômica. Houve tentativas para a manutenção e o subsídio escolar. (2015b, p. 238-239).

No processo de manutenção de uma cultura, a escola exerce papel fundamental, pois, através dela, é possível ensinar a língua e os costumes de um povo ou, de maneira mais abrangente, poder-se-ia afirmar a cultura de uma comunidade ou nação. Luchese (2015b, p.

---

obra *Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no Sul do Brasil*, de autoria de Herédia e Paviani (2003), apresenta um mapeamento das publicações acerca do tema.

<sup>26</sup>Site: Minatori di memorie. Disponível em: <https://convegnomemoriaculturale.wordpress.com/2016/10/24/sogno-una-valigia/>. Acesso em: 21 ago. 2019. Tradução nossa: Eu sonho com uma mala, uma mala imaginária que é na verdade uma janela cujas barras foram cortadas para permitir que um fuja, porque emigrar significa libertar-se e fugir para procurar um mundo melhor e mais feliz... Se, além disso, no logotipo eu transmiti até um pouco de poesia eu ficaria muito feliz...

237) esclarece que, através do Ministério das Relações Exteriores, em meados de 1870, o governo italiano subsidiou escolas particulares e, em especial, de congregações religiosas e/ou associações de mútuo socorro, “que ensinassem língua italiana”. Destaca-se, nesse caso, as Congregações dos Salesianos e dos Scalabrinianos, como as que foram recorrentemente requisitadas.

Esse movimento precisa ser considerado à luz da romanização da Igreja e da sua relação com o Estado, já que

do ponto de vista da Igreja, esta era impedida pelo Estado de levar adiante a sua reforma e de reorganizar-se segundo seu projeto. O Estado via com maus olhos as ordens religiosas. Em determinados momentos projetou reformá-las de comum acordo com os bispos e a Santa Sé, sem conseguir seu intento. Em 1855, um Aviso do Ministério da Justiça proibiu a entrada de noviços em todas elas, condenando-as a um lento desfalecimento e à morte certa. Foram atingidos os beneditinos, os franciscanos, os carmelitas, os mercedários. Só no fim do Império que estas disposições começam a se alterar e algumas licenças são concedidas para congregações voltadas para o ensino (salesianos – 1883) ou para a catequese indígena (franciscanos italianos – 1870). (BEOZZO, 1987, p. 47).

O quadro apresentado por Beozzo (1987), com a data de chegada ao Brasil e o país de procedência, indica os países de proveniência das congregações chegadas nos séculos XIX e XX. Como algumas congregações saem do país e retornam posteriormente, o autor indicou a data da primeira chegada. Ainda há de se considerar que, em uma mesma ordem religiosa, pode haver províncias dependendo de países diferentes.

**Quadro 4** — Países de procedência das congregações estabelecidas no Brasil, nos séculos XIX e XX

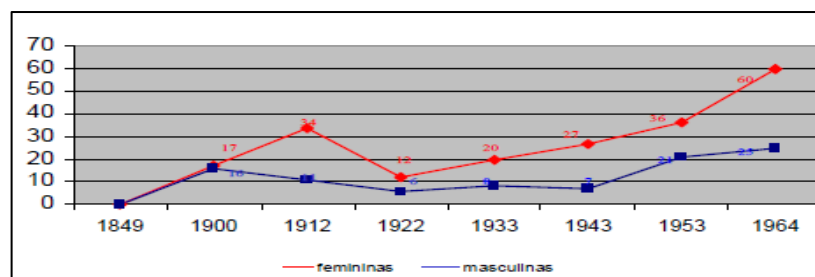
1880-1930	Brasil	Espanha	Itália	França	Holanda	Alemanha	Bélgica	Áustria	Uruguai	Ucrânia	Total
1800-1879	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1
1880-1889	—	1	—	2	—	1	—	—	1	1	5
1890- 1899	—	2	1	1	2	1	1	—	—	—	9
1900- 1909	—	—	1	4	—	1	—	—	—	—	6
1910- 1919	—	—	6	1	1	1	—	—	—	—	9
1920-1930	1	—	4	1	1	—	—	1	—	—	8
Total	1	3	12	10	4	4	1	1	1	1	38

Fonte: (Vida Religiosa no Brasil – Enfoques históricos. Paulinas, São Paulo: 1983, p. 121 *apud* BEOZZO, 1987, p. 50).



O quadro, organizado com base nos dados de Beozzo (1987), permite pensar a vinda das congregações francesas, vinculada ao contexto político da França, que, com sua reforma educacional, proibiu as congregações de abrirem escolas. Como complementação aos dados expostos, apresenta-se o gráfico de autoria de Leonardi (2010), com um mapeamento da entrada de Congregações estrangeiras no Brasil, através dos dados apresentados em relatório do Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS) arquivado na Cúria Metropolitana de São Paulo. O número de Congregações é maior do que o apresentado por Beozzo (1987), o que indica que houve um aprofundamento no estudo desse aspecto, que não descarta a necessidade de continuidade de pesquisa sobre a inserção de congregações femininas e masculinas no Brasil.

**Gráfico 1** — Congregações estrangeiras no Brasil



Fonte: Leonardi<sup>27</sup> (2010).

Com a pretensão de apresentar rapidamente o movimento de inserção de congregações femininas e masculinas no Brasil, observa-se expansão do movimento nos séculos XIX e XX. De acordo com Leonardi (2010), no século XIX, se instalam no Brasil 16 congregações masculinas e 17 congregações femininas. No início do século XX o número de congregações femininas se destaca em relação às masculinas. Depreende-se que as congregações buscaram outros países — em especial no Brasil — espaço para a realização de seu carisma e abertura de escolas. No caso das congregações italianas, muitos dos deslocamentos estão associados ao intuito de acompanhar e tutelar, de certa forma, os emigrados que buscavam, em novas terras, condições de vida melhor. No caso da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas, a iniciativa da sua organização está vinculada aos processos de acolhimento, de educação, de saúde e de assistência social aos migrantes.

<sup>27</sup> O gráfico também está disponível na tese da autora, disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12062008-155236/publico/TesePaulaLeonardi.pdf>, através do qual pode-se buscar aprofundamento do tema.

A partir de uma breve análise do quadro, é possível verificar a influência das congregações religiosas europeias<sup>28</sup> na cultura dos brasileiros, muitos deles ainda denominados imigrantes. Destacam-se, quantitativamente, as congregações italianas e francesas, assim como se denota a concentração da chegada das congregações em período de maior movimento migratório. Essas congregações tinham o intuito não só de evangelizar, mas também de promover a educação católica.

Ao se pensar na relação entre escolarização e religiosidade, Giolo (2009) argumenta que “o entrelaçamento de interesses possibilitou o acordo de apoio mútuo entre o Estado republicano e a Igreja Católica, especialmente no que se refere às realizações educacionais”. (p. 243). Para ele

Igreja e Estado mantinham a mesma perspectiva de classe. Tanto o positivismo quanto o catolicismo do final do século XIX constituíram formas de racionalização da estrutura social capitalista. Há, também, significativos pontos de contato entre o positivismo e o catolicismo no que se refere às suas formulações sociológicas e morais. [...] Em termos educacionais, a ação conjugada do Estado e da Igreja produziu o efeito típico da sociedade de classes: duas redes de ensino. A pública, exclusivamente primária, voltada para as classes populares, formando trabalhadores; a particular, indo do nível primário ao nível superior, destinada às elites, formando os quadros do poder. (GIOLO, 2009, p. 243).

O processo de Proclamação da República e separação entre Igreja e Estado, com o fim do Padroado, em meados do século XIX, de acordo com Beneduzi (2008, p. 32), configura-se como um momento de crise, a partir do qual ocorre uma “transformação de *status* na Igreja nacional, que produz uma resposta conservadora, fruto do Concílio Vaticano I (1869-70).” Para o autor, a imigração italiana contribuiu com as ideias ultramontanas, pois, enquanto a Igreja se separava do Estado, e o Império Brasileiro sendo substituído pela República, a religião reagia através de uma posição conservadora. Bittencourt auxilia na compreensão ao afirmar que

às vésperas da instalação da República (1889), a Igreja criou novo projeto, visando alcançar a racionalidade dominante no mundo moderno, investiu na profissionalização do clero e na inserção de seus quadros nos distintos setores da vida social. A emigração de congregações religiosas do Velho Mundo para os Trópicos consistiu em principal estratégia para garantir esse processo, pois se fazia necessário um forte contingente de homens e mulheres religiosos e bem formados. Ganhar a região para o catolicismo romano-ultramontano – era a tarefa imposta aos religiosos imigrantes. (2017, p. 30).

Considerando-se a estratégia utilizada pelo catolicismo, destinada à imigração, especialmente a italiana, mencionada por Bittencourt (2017), conforme citação anterior, a

---

<sup>28</sup> Sobre esse tema indica-se, dentre outros, os estudos de Beozzo (1987) e Azzi (1983; 1990).

seguir, elenca-se as congregações que migraram da Itália para o Brasil, incluindo-se a Congregação Scalabriniana, chegada ao Brasil em 1895, seguida de outras congregações italianas, especialmente na década de 10, do século XX.

**Quadro 5** — Congregações que migraram da Itália para o Brasil

NOME	DATA/BRASIL
SCALABRINIANA, Congregação	1895 (Carlistas)
SÃO PAULO, Ordem dos Clérigos Regulares	1903 (Barnabitas)
ESTIGMAS de N. S. J. C., Congregação dos Sagrados	1910 (Estigmatinos)
CARMELO, Ordem dos Irmãos Descalços da Beata Virgem Maria do Monte Carmelo	1911 (Carmelitas Descalços)
SANTÍSSIMA CRUZ E PAIXÃO DE N. S. Jesus Cristo, Congregação	1911 (Passionistas)
DIVINA PROVIDÊNCIA, Pequena Obra da	1913 (Orionitas)
SÃO JOSÉ, Pia Sociedade Turinesa de	1915 (Josefinos de Murialdo)
SÃO JOSÉ, Congregação dos Oblatos de	1919
MARIA, Ordem dos Servos de	1920 (Servitas)
SÃO BENTO, Congregação de Santa Maria do Monte Oliveto da Ordem de	1921 (Olivetanos)
ENFERMOS, Ordem dos Clérigos Ministros dos	1922 (Camilianos)
SS. SACRAMENTO, Congregação dos Sacerdotes do	1926 (Sacramentinos)

Fonte: Arquivo do Ceris – Rio de Janeiro *apud* Beozzo, 1987, p. 50.

Beozzo (1987) menciona os Padres Salesianos da Sociedade São Francisco de Sales de Dom Bosco, que, apesar de ser italiana, “entrou no Brasil em 1883, subordinada à Província do Uruguai, onde já se encontrava estabelecida anteriormente”. (p. 50). O autor indica ainda os Padres Palotinos da Sociedade do Apostolado Católico, instalada no Brasil, em 1886 “a pedido dos colonos do Vale Vêneto e encontra-se catalogada como tendo vindo da Áustria, pois esta região da Itália encontra-se sob o domínio do Império Áustro-Hungárico até a 1ª Guerra Mundial”. (p. 51).

As congregações acima mencionadas se deslocaram para o Brasil, com o intuito de atender à população *brasileira*, formada por imigrantes de diferentes etnias, inclusive a italiana. Essas congregações se destinavam à administração dos sacramentos e a obras pastorais, e

algumas se destacaram também nas áreas da educação e da saúde. Corrobora-se que a gênese da constituição da congregação está na preocupação de Scalabrini com os milhares de fiéis italianos que abandonaram a Itália rumo a outros territórios, conforme será aprofundado no decorrer deste estudo, pois a Congregação Scalabriniana, chegada ao Brasil em 1895, destinou-se aos cuidados especialmente dos migrantes italianos. E, para que as obras de assistência social, pastoral, educacional ou voltadas para a saúde pudessem se desenvolver, a relação Estado e Igreja era fundamental.

Giolo se refere à relação entre Estado e Igreja, afirmando que, em 1919, Dom João Becker demonstrou apoio aos republicanos, reconhecendo a República como “o regime universalmente aceito e respeitado em todo o país”. (BECKER, 1919<sup>29</sup> *apud* GIOLO, 2009, p. 244). Refere, ainda, que para o arcebispo “a Igreja não fazia distinções entre as formas de governo, tendo participado, ao longo da história, de impérios, monarquias e repúblicas, sempre colaborando com seus benefícios temporais e eternos”. (p. 245).

Importante é mencionar a diferença entre a Região Sul e os demais Estados do Brasil, influenciada pelos processos migratórios, considerando-se que “no Sul, encontra-se uma Igreja voltada para Roma e com uma grande valorização da hierarquia; diferentemente, no restante do País, percebe-se uma religiosidade sincrética, misturando o catolicismo romano com os cultos africanos”. (BENEDUZI, 2008, p. 18). Nos termos de Herédia, “a região de colonização italiana no Rio Grande do Sul é uma região marcada por elementos da cultura humanística latina” e que, em relação à religiosidade, há “forte presença da Igreja Católica, contribuindo para a integração do colono emigrante na região e produzindo os valores religiosos presentes nessa cultura pela sua prática religiosa”. (2003, p. 30).

No processo de romanização da Igreja, Pio IX (1846-1878) e Leão XIII (1878-1903) fortaleceram a centralização no Papa e no Vaticano, pois era neles que se concentrava “toda a autoridade e toda a decisão a respeito do caminho que a Igreja universal deveria seguir”. (GIOLO, 2009, p. 248). Bittencourt ressalta a investida de Leão XIII ao convocar bispos e arcebispos para o I Concílio Plenário da América Latina, realizado na sede do papado, em 1899. “Desse conclave emanaram as diretrizes para a ação da Igreja.” (BITTENCOURT, 2017, p. 39).

Para Beozzo a “romanização” dentro da Igreja Católica faz parte de um projeto mais amplo de “modernização” do país, a partir da segunda metade do século XIX”.

---

<sup>29</sup> Discurso proferido por ocasião das solenidades cívicas promovidas pelo “Centro Republicano Júlio de Castilhos”, coadjuvado pelo “Centro Acadêmico de Direito”, em homenagem ao 30º aniversário da Proclamação da República brasileira. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1919. p. 34.

A modernização da Igreja implicava sua adequação ao modelo de Igreja europeu, naquele momento fortemente antiliberal, ultramontano e ancorado num estreitamento dos laços com Roma. Internamente implicava num afastamento do catolicismo luso-brasileiro, numa retração do clero de sua atividade política e social, para concentrá-lo em sua função cultural. A romanização implicou numa reforma do clero, através da reestruturação dos seminários, severidade maior nos estudos e na disciplina, exigência na prática do celibato. (BEOZZO, 1987, p. 45).

Entende-se que havia uma sincronia entre o processo de imigração italiana e o projeto de restauração da Igreja no Rio Grande do Sul, pois enquanto se buscava “a renovação da religião sob uma perspectiva conservadora”, o imigrante trazia consigo “uma religião conservadoramente mantida junto a um espírito de cruzada santa”. (BENEDUZI, 2008, p. 55). E a chegada das congregações religiosas não só no Estado do Rio Grande do Sul, mas no Brasil, denotam

a preocupação dos conciliares com a formação de um clero competente, estudioso, capaz de conhecer profundamente as verdades que deve transmitir à sociedade; a unificação dos textos de catequese em um catecismo único; o estabelecimento de escolas católicas e a criação de universidades da Igreja; o apoio e a expansão da imprensa católica; o cuidado com os que sofrem (pobres e doentes); a criação de círculos católicos operários como instrumentos de acompanhamento e formação da classe trabalhadora. (BITTENCOURT, 2017, p. 39-40).

No entanto, era necessário considerar as características culturais dos italianos, que, predominantemente católicos, de acordo com De Boni e Costa (2000, p. XI), praticavam uma religião adaptada ao seu cotidiano, sendo comum festas, cantos, orações, sacramentos com procissões, sinos, velas e santos.

Nessa realidade, “o sacerdote, através do confessionário, exercia forte controle sobre o grupo”. (DE BONI; COSTA, 2000, p. XI). Esse controle era exercido também através do altar, ao rezar a missa, pois estava em um lugar de destaque, que imprimia autoridade, que se refletia no controle exercido para além da Igreja, através de conselhos e da participação na comunidade. Ao imigrar para o Rio Grande do Sul, foi necessário reconstruir a organização e as práticas religiosas. Os padres, ao atenderem às comunidades, desenvolviam uma força aglutinadora entre os imigrantes e seus descendentes. Essa força era demonstrada através de ritos<sup>30</sup> e de instituições, incluindo-se: escola, imprensa, hospitais e organizações destinadas à assistência social.

Sobre a cultura e os rituais religiosos, pode ser dito que,

---

<sup>30</sup> Entendido como um conjunto de regras e cerimônias de uma religião.

se as devoções individuais e familiares permaneciam inalteradas, e em casa, todas as noites, rezava-se o terço, no domingo percebia-se a distância entre o mundo que ficara além-mar e o que se encontrava na América. [...]. Não demorou e aventou-se a ideia da construção de uma pequena igreja. Às vezes, surgiam divisões e querelas na hora de escolher o local para a construção, o material a ser usado (se madeira, tijolo ou pedra), ou o santo padroeiro. E quando não se chegava a um acordo, mesmo que colocando dois ou três padroeiros, acaba-se por construir mais de uma capela no mesmo travessão. Se ainda não existisse um cemitério, era ele erigido junto ao templo. Pouco depois, surgiram o campanário e o salão de festas. Dentro da capela, por vezes, funcionava a rudimentar escola. A união do grupo possibilitava progressivas melhoras, a compra de alaias sagradas, de bancos, de sinos, etc. (DE BONI; COSTA, 2000, p. XI).

Considerando o exposto, diz-se que a vinda de ordens religiosas ao Brasil, assim como a imigração europeia, era vista de maneira positiva pela Igreja, especialmente quando os imigrantes “traziam consigo a observância da nova política da Igreja Católica”. Considera-se, ainda, que os imigrantes formavam, nas colônias italianas, “grande reserva de pessoal para os seminários, visto que os jovens cresciam com uma forma de pensar coerente com as práticas reformadoras e atrelados a uma sacramentalidade da religião”. (BENEDUZI, 2008, p. 53). Ao encontro de tal ideia, Luchese registra que

a romanização, enquanto ação reformadora, encontrou na Região Colonial Italiana um espaço fecundo para a sua realização já que a busca pela prática dos sacramentos, o respeito pela autoridade eclesiástica como elementos principais da espiritualidade, já eram características religiosas da maioria dos imigrantes. (2008, p. 2).

Nota-se que tanto a vinda das congregações religiosas ao Brasil como a reestruturação dos seminários fortaleceram a centralização das decisões da Igreja e auxiliaram para haver uma maior padronização das ações do clero. (BENEDUZI, 2008). Giolo (2009, p. 250) pontua que “a Igreja gaúcha assumia nova *performance*. Isso aconteceu no episcopado de d. Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888) e, principalmente, na República com Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (1891-1912) e Dom João Becker (1912-1946)”. No ano de 1861, ao assumir a Diocese de Porto Alegre, o Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira,

para suprir as deficiências da Igreja gaúcha, em termos de recursos humanos, e para reformá-la, segundo as exigências romanas, D. Sebastião iniciou um processo de atração dos padres e religiosos europeus. Os mesmos procedimentos, mas com mais vigor, foram tomados pelos bispos posteriores. (GIOLO, 2009, p. 250).

Assim, se entende que a vinda de congregações religiosas estava relacionada também “à busca de um melhor atendimento espiritual aos imigrantes que chegavam em grande número ao estado”. (BENEDUZI, 2008, p. 21). E, consoante Luchese (2008), as inúmeras ordens e

congregações católicas que se estabeleceram no Brasil, imbuídas de forte ardor missionário, a partir de então, introduziram práticas católicas romanizadas. Ampliaram o trabalho litúrgico e catequético, criaram redes de instituições assistenciais, como orfanatos, creches, casas de saúde, hospitais, asilos e, com grande ênfase, instituições educativas, fundando escolas primárias, secundárias e profissionalizantes, masculinas e femininas. Atuaram, também em outras frentes, como na imprensa,<sup>31</sup> indo além da atuação nas áreas de assistência, de saúde e de educação.

Compreender como foi possível a ocorrência de um tempo marcado pela forte presença de congregações católicas na sociedade brasileira, justamente quando da organização do Estado republicano e da expansão do pensamento liberal, implica em relacionar os três fatores que constituem o cenário nacional e internacional da época: a expulsão de religiosos das atividades sociais então assumidas pelos Estados em processo de laicização na Europa, especialmente na França e na Itália; o projeto católico para a América Latina, implementado a partir de Leão XIII (1878-1903); e as demandas do episcopado para realizar a reforma do catolicismo local, associadas às demandas da própria sociedade brasileira, carente de expertises no campo social e educacional. (BITTENCOURT, 2017, p. 36-37).

A citação de Bittencourt sintetiza a presença marcante da religiosidade no País, auxiliando na compreensão dessa característica também no Rio Grande do Sul. Merlotti<sup>32</sup> (1979, p. 49) entende que os fortes princípios religiosos dos italianos sustentavam sua vida e havia a necessidade de “organizarem-se sob uma forma sócio-religiosa por ser a Igreja a base de sua organização social”. Compreende-se que “o aliado principal da Igreja gaúcha foi a imigração” pois

o modelo de colonização implementado no Rio Grande do Sul, assentando os agricultores em pequenas propriedades, articulados entre si e separados dos outros grupos étnicos, favoreceu o poder dos líderes religiosos, via de regra, as únicas pessoas esclarecidas do lugar que podiam se comunicar com os imigrantes na sua própria língua. Os italianos e os poloneses eram, com raríssimas exceções, católicos; [...]. A Igreja Católica chegou a criar uma congregação religiosa (os carlistas) para cuidar especialmente dos imigrantes. (GIOLO, 2009, p. 250).

Os padres tornaram-se, assim, como mencionado, aglutinadores dos imigrantes italianos, ou seja, auxiliavam na manutenção da coesão desses grupos e se envolviam em atividades da comunidade. No entanto, é importante evidenciar que quando a Igreja Católica criou uma congregação religiosa destinada aos imigrantes através de Scalabrini. Ou seja, não

<sup>31</sup> Cita-se o jornal *Corriere d'Italia*, que possibilitava aos Scalabrinianos, através da imprensa, defender a italianidade. Para Azzi (1990, p. 80) “essa atuação, em termos culturais, era extremamente rica no sentido de fazer com que os imigrantes redescobrissem suas raízes históricas e sociais. Daí o apoio expressivo dado aos escalabrinianos por diversas autoridades consulares italianas”.

<sup>32</sup> Em publicações posteriores, a autora é referenciada como Herédia. No entanto, escolheu-se manter o sobrenome da autora conforme consta em cada uma de suas obras.

foi a Igreja, como instituição, que idealizou e organizou a Congregação Carlista, mas Scalabrini, tanto que a congregação passou a ser reconhecida como Carlista-Scalabriniana.

É possível perceber o quanto os imigrantes, especialmente os italianos, juntamente com os párocos, contribuíram para a manutenção e/ou transformação das práticas religiosas, ao trazer para o Rio Grande do Sul uma “religiosidade viva, não institucionalizada e obrigatória, mas inculturada e impregnada do espírito conciliar, preenchida por práticas caseiras como a reza do rosário, as ladainhas de Nossa Senhora e pela vivência comunitária da religião”. (BENEDUZI, 2008, p. 52). Nessa vivência religiosa, a capela se evidenciava como um local de destaque na comunidade.

Na formação dos primeiros núcleos coloniais, foi de primordial importância a escolha do local da capela, sinal de prestígio social e início de nova comunidade, pois em torno da capela sempre eram erguidas algumas casas como também a escola, o cemitério, “a bodega” para o encontro após as fêrras atividades agrícolas. (MERLOTTI, 1979, p. 47).

A construção dessas comunidades compreende aspectos que remetem à organização das regiões rurais do Norte da Itália, proveniência da maioria dos migrantes, mas também há uma recriação do que era conhecido e vivido, pois foi necessário que se adaptassem às condições das terras do Rio Grande do Sul. Por exemplo, as capelas eram construídas com o auxílio da comunidade, porém nem sempre contavam com a presença de um padre. Por isso, segundo Alves (1995), os imigrantes italianos instituam o “padre-leigo”. A escolha era realizada pela comunidade, considerando “aquele que julgassem mais culto e capacitado para presidir as devoções em comum”, ou ainda, “o imigrante que havia participado de coral na Itália e conhecia as primeiras rezas e conhecimentos da doutrina cristã”. (MERLOTTI, 1979, p. 55).

Zagonel reforça esses critérios, ao mencionar que

eram escolhidos “os mais sábios”, os que haviam feito parte do coral na Itália, os que tinham trazido o Livro de Vésperas ou qualquer devocionário, estátua ou estampa. A indicação, às vezes, recaía sobre aquele que exercia uma liderança natural, pois devia promover a construção da igreja e a coordenação da comunidade no culto e no encontro social, e providenciar pelo divertimento do grupo no fim da semana. Exercia uma autoridade reconhecida por todo o grupo. (1975, p. 54-55).

Uma das atribuições do “padre-leigo”, na falta do padre ministerial, era a catequese, tendo ele que preparar os grupos para receber os sacramentos, ensinando os princípios cristãos, o significado dos diferentes momentos do culto, o terço, as ladainhas e os cantos. Na sua organização, a catequese era dividida em grupos de crianças, homens e mulheres. (MERLOTTI, 1979). De Boni e Costa (2000, p. XII) contribuem afirmando que a catequese era ministrada



por “alguém mais instruído, o cerimonial da semana santa e dos funerais era presidido por quem já tivesse alguma experiência como cantor ou sacristão na Itália”. Por vezes, esse mesmo sujeito, que se destacava por sua instrução, era também o professor da comunidade.

A catequese consistia em decorar fórmulas do catecismo, aprender as orações principais do devocionário (Ave Maria, Pai Nosso, Creio, Mandamentos da Lei de Deus e da Igreja, Atos de Fé, de Esperança, de Caridade e de Contrição, a oração ao Anjo da Guarda, a oração da Encomendação da alma na hora da agonia, etc. (ZAGONEL, 1975, p. 59).

O líder religioso, outra maneira de denominar o “padre leigo”, substituía a ausência do sacerdote, preparando, inclusive, as pessoas no momento da morte, cabendo-lhe “dar o aconselhamento correspondente ao que faria o sacerdote através do sacramento da confissão”. (DE BONI; COSTA, 2000, p. XII). Além do líder religioso, a comunidade escolhia um *capo-linea*:

A mesma comunidade que construía a capela e organizara o serviço religioso escolhia também a autoridade civil e social, o chamado *capo-linea*, o chefe do travessão. Cabia-lhe conciliar possíveis desentendimentos, conflitos de terras, queixas por causa da invasão da plantação por parte de animais do vizinho, ou do fogo que passara de um roçado para outro, etc. (DE BONI; COSTA, 2000, p. XII).

Assim, percebe-se a marca da vida religiosa nos imigrantes italianos que se instalaram no Rio Grande do Sul, sendo um importante fator de identificação cultural e de integração social. “Enquanto, na Itália, socialismo, industrialização e urbanização eram ideias com caráter subversivo, aqui, nos núcleos coloniais, aquela população reconstruía suas vidas ao redor de igrejas e capelas imediatamente erguidas.” (ALVES, 1995, p. 35).

No entanto, é importante lembrar que, apesar de grande parte da historiografia sobre a migração italiana resguardar a ideia de que “os imigrantes italianos, em sua maioria absoluta, eram portadores de uma cosmovisão sacral”, indicando que a religião era concebida como “a instância justificadora e legitimadora da ordem social” (OTTO, 2005, p. 11), a relação de obediência em relação à Igreja e a seus representantes nem sempre esteve presente. Para Otto (p. 14) a “Igreja cria um corpo especializado para legitimação e conservação do universo simbólico”, influenciando na construção de identidades e de papéis sociais. Considerando as circunstâncias de “cada núcleo colonial, os porta-vozes autorizados da Igreja Católica e do Estado Italiano tentaram imprimir significados aos colonos italianos, algumas vezes apoiados, outras vezes rechaçados por porta-vozes nas localidades”. (p. 14).

E, indo além da vida religiosa, ao apresentar resultados da sua pesquisa, Beneduzi (2008) afirma que, no meio rural, a vida cotidiana pode ser compreendida através das missões populares e dos sermões dominicais, das escolas confessionais católicas e do jornal da localidade. “Tem-se a construção de uma estrutura coercitiva e cooptativa dos imigrantes” (BNEDUZZI, 2008, p. 25), que ficam atrelados à Igreja. As estratégias, colocadas em prática através de diferentes atividades e instituições, estavam direcionadas à manutenção da fé católica, já que, culturalmente, os imigrantes italianos tinham como característica a religiosidade.

Otto (2005, p. 25), ao se referir à catolicidade e à italianidade, em estudo sobre esses processos em Santa Catarina, menciona os porta-vozes autorizados pela Igreja Católica, como representantes do poder religioso, e os agentes consulares e cónsules, autorizados a representar o Estado Italiano Unificado. “O porta-voz da verdade ou do discurso legítimo é o representante oficial institucionalizado.” Ao se referir à catolicidade e a italianidade como “projetos instituidores de identidades e diferenças”, Otto (2005, p. 25) caracteriza que a “catolicidade é tida como um dos campos privilegiados para observar o processo de construção do sujeito e do sujeitar-se, isto é, de submeter-se ao Sujeito (Deus)” e, na italianidade, observa-se que “a tentativa de querer impor a cultura italiana é interpretada como estratégia, como invenção dos agentes do consulado italiano em Santa Catarina”. O processo, observado na pesquisa de Otto, é notado também no Estado do Rio Grande do Sul, onde se constata a construção de uma identidade permeada de catolicidade e italianidade.

De maneira geral, de acordo com Battistel e Costa (1982, p. 59), o “estabelecimento de uma imigração agrícola fez com que se criassem experiências de vida correspondentes às situações enfrentadas”, constituindo uma “tradição cultural ítalo-brasileira”. (p. 59). A experiência de conquista e posse de terra foi significativa para os imigrantes italianos, assim como a situação de carência e a privação também o foram nas primeiras décadas. Por isso, “os homens de experiência agrícola consideravam melhor a experiência dos comerciantes italianos, estabelecidos nas vilas para enriquecer e, depois, retornar à Itália”. (p. 59).

A constituição de uma tradição cultural ítalo-brasileira influenciou na concepção e na organização da educação destinada aos migrantes italianos. Ao se referirem à educação, Battistel e Costa (1982) afirmam que, na cultura italiana, havia diferença entre o ensino e a educação. O primeiro referia-se aos conhecimentos ministrados pelo professor. Já a educação, por sua vez, dizia respeito aos comportamentos tanto dos que deveriam existir como dos que deveriam ser evitados. Ensinava-se, assim, as crianças a obedecer, trabalhar e ser leal. Nessa perspectiva, havia castigo físico para reprimir os comportamentos como se lê: “O tapão, o

pontapé, a vara de marmelo, a ameaça do fio de polenta (ameaça de privar [de] comida) são formas físicas de repressão que as escolas da época traduziam para a palmatória, o genuflexório sobre os grãos de milho, o ficar em pé contra a parede...” (BATTISTEL; COSTA, 1982, p. 57).

Em relação à escola, é possível identificar, a partir da obra de De Boni e Costa (2000), que, muitas vezes, ela funcionava contígua à capela e de maneira rudimentar. Sobre a língua, os autores revelam que essa, geralmente, era a característica da região de onde provinham, e poucos deles conheciam o italiano gramatical (oficial). Por isso, a partir da fusão de diferentes dialetos e com a língua portuguesa, criou-se uma língua comum. A língua geral, que sobreviveu nas colônias só foi “atingida quando da campanha de nacionalização (1937-1945) das escolas e da proibição de expressar-se em línguas estrangeiras”. (DE BONI; COSTA, 2000, p. XIV).

Sobre a educação dos imigrantes italianos, Luchese reconhece que

as escolas comunitárias se multiplicaram principalmente na zona rural e tiveram características étnicas, pela questão da língua (dialetos), dos valores e de hábitos partilhados. Havia escolas comunitárias, étnicas, que foram iniciadas e mantidas pelas comunidades, estabelecidas próximo às capelas. Diversos foram os casos em que as famílias de imigrantes uniram-se para empreenderem em mutirão a construção da escola, geralmente uma pequena casa de madeira rústica, apesar de, nos primeiros tempos, as aulas terem funcionado na própria casa do professor ou de algum aluno. As escolas étnico-comunitárias italianas em sua maioria foram efêmeras e não funcionaram com regularidade. Predominou o ensino do ler, escrever e calcular e, também, do catecismo. Os professores em geral não tinham formação, com exceção daqueles que foram enviados pelo governo italiano. Algumas escolas receberam subsídio por meio de livros e do envio de professores, mas a política externa italiana, [...] foi instável. (2015b, p. 240).

No entanto, ao lado dessas escolas étnico-comunitárias, havia as públicas e as confessionais-católicas, mantidas pelas congregações religiosas, provindas da França. Franzina (2014, p. 20) menciona que no Rio Grande do Sul resistiam as “escolas rurais autogeridas, onde era fácil que se ensinasse até mesmo em dialeto, lado a lado com as escolas públicas brasileiras e sobretudo com aquelas das ordens religiosas”. Ao expor sobre as congregações responsáveis pelas escolas, afirma que “não são, na maioria, como em Garibaldi, de matriz italiana, mas sim alemã ou francesa”. Se comparadas às escolas étnico-comunitárias e às ligadas à Sociedade de Mútuo Socorro, percebe-se que as escolas confessionais, com ou sem traço étnico, possuíam uma melhor infraestrutura dos espaços escolares. Mesmo que inicialmente em prédios cedidos ou locados, era comum que, com a expansão do número de alunos, houvesse a construção de um prédio escolar, com investimentos não só das congregações, mas também da comunidade, destacando-se a doação de terras, de materiais e de recursos financeiros (dinheiro).

Luchese e Rech apresentam as três iniciativas de escolarização “ao investigar o processo escolar entre imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul”:

Escolas étnico-comunitárias ligadas às comunidades e das quais temos poucos registros; as escolas ligadas à Sociedade de Mútuo Socorro com relativa organização, continuidade e apoio do governo italiano, e as escolas confessionais com traços étnicos e pelas quais eram responsáveis Congregações Religiosas com forte atuação entre os imigrantes. Estas últimas erigiram prédios monumentais e, nas escolas confessionais particulares, formaram-se lideranças gaúchas. Elas se mantiveram ao longo de diversas décadas e foram sendo adaptadas às políticas educacionais estaduais e federais. (2014, p. 278-279).

Havia iniciativas dos próprios imigrantes, muitas vezes com o auxílio da Igreja e das autoridades, para a construção de escolas, pois tinham, de acordo com De Boni e Costa (2000), a necessidade centrada no trinômio: ler, escrever e calcular, para que pudessem se comunicar e gerir os próprios negócios. Os autores elucidam, ainda, que a escola não poderia atrapalhar o trabalho, respeitando, especialmente, os períodos de plantação e de colheita. Sobre a organização das instituições, indicam que

eram geralmente escolas de um só professor. O mestre, algumas vezes, era um indivíduo adoentado, que não podia trabalhar na roça como os outros; algumas vezes tratava-se de alguém que, na Itália, frequentara a aula por mais tempo. Em algumas escolas públicas, o professor só falava o português, e não conseguia comunicar-se com os alunos, que facilmente abandonavam a classe. Noutras, o curso era trilingue: o professor dispunha de um manual em italiano, do qual traduzia para o português e depois, para esclarecer melhor, para o *talian*.<sup>33</sup> (DE BONI; COSTA, 2000, p. XIV).

O fragmento relata a situação das escolas destinadas aos migrantes italianos ou a seus descendentes, porém, é preciso elucidar que as escolas destinadas aos brasileiros eram semelhantes, em termos de estrutura e organização. Luchese (2008, p. 1) pontua que “a escolarização na Região Colonial Italiana (RCI) foi, ao final do século XIX e início do século XX, marcada pela coexistência de inúmeras iniciativas e agentes que intervieram em prol da escola de primeiras letras”. Para a autora, houve, predominantemente, a solicitação de escolas públicas, porém, a escolarização também foi marcada por escolas italianas e confessionais. De maneira conclusiva, pode-se afirmar que, no final do século XIX, havia duas redes de ensino no sistema educacional do Rio Grande do Sul:

A pública, essencialmente primária, voltada para as classes populares, formando trabalhadores; a particular, indo do primário ao nível superior, destinada às elites, formando os quadros de poder. O Estado criou, para os pobres do Rio Grande do Sul, uma série de escolas e institutos de formação técnica, destinada a formar,

---

<sup>33</sup> De acordo com De Boni e Costa (2000, p. XVI), a língua familiar, com predominância vêneta, foi se estruturando como língua autônoma, integrando os diferentes dialetos trivênetos e lombardos, que hoje é conhecida como *Talian*. A Campanha de Nacionalização do Estado Novo (1937-1945) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) silenciaram o italiano gramatical nos atos públicos, convivências e festas, e assim o *Talian* passou a ser o idioma único da família.

rapidamente, trabalhadores minimamente qualificados para os novos processos produtivos. [...]. As escolas particulares, via de regra, privilegiavam o ensino humanístico e visavam graus superiores de formação. (GIOLO, 2009, p. 254).

A organização das escolas destinadas aos descendentes de imigrantes italianos, especialmente as escolas étnicas, sofreu interferência, não só da nacionalização, mas, antes disso, do próprio movimento fascista, sobre o qual não se tem a pretensão de aprofundar o assunto neste momento.<sup>34</sup> No entanto, é importante mencionar que a organização do Estado Fascista, cujo movimento iniciou em 1922, teve influência na RCI, devido ao contingente de italianos que vivia na região. A emigração era considerada, inclusive pelos fascistas, algo natural, por isso, “no Ministério do Exterior, passou a funcionar a Secretaria-Geral dos Fascios do Exterior, destinada a promover a criação de grupos fascistas em cada comunidade, em que vivessem italianos”. (GIRON, 2017, p. 114).

De acordo com Giron, os “italianos no exterior” eram controlados tanto pelo país que os abrigava quanto pela Itália, através dos “mecanismos e órgãos da ‘emigração tutelada’ ao fascismo”. (p. 117). Houve esforços para manter e/ou desenvolver a italianidade nos italianos residentes no Exterior, no entanto, os que chegaram ao Brasil, “na década de 20, [que] traziam os ideais fascistas tentaram transplantar o movimento e não tiveram êxito. A conjuntura internacional e a posição do Brasil durante o Estado Novo cortaram o projeto fascista para a região. (p. 257).

Na busca pela consolidação da identidade nacional brasileira, característica marcante do Estado Novo (1937-1945), houve impedimento à entrada de estrangeiros no País, através da Lei n. 3.175, de 7 de abril de 1941, conforme consta nos arts. 1º e 2º, havendo, em ambos, exceções:

Art. 1. Fica suspensa a concessão de vistos temporários para a entrada de estrangeiros no Brasil. Executam-se os vistos concedidos: 1) a nacionais de Estados americanos; 2) a estrangeiros de outras nacionalidades, desde que provem possuir meios de subsistência. [...].

Art. 2. Fica suspensa igualmente a concessão de vistos permanentes. Excetuam-se os vistos concedidos: 1) a portugueses e a nacionais de Estados americanos; 2) ao estrangeiro casado com brasileira nata, ou à estrangeira casada com brasileiro nato; 3) aos estrangeiros que tenham filhos nascidos no Brasil; 4) a agricultores ou técnicos rurais que encontrem ocupação na agricultura ou nas indústrias rurais ou se destinem à colonização previamente aprovada pelo Governo Federal; 5) a estrangeiros que provem a transferência para o país, por intermédio do Banco do Brasil, de quantia, em moeda estrangeira, equivalente, no mínimo, a quatrocentos contos de réis; 6) a técnicos de mérito notório especializados em indústria útil ao país e que encontrem no Brasil ocupação adequada; 7) ao estrangeiro que se recomende por suas qualidades eminentes, ou sua excepcional utilidade ao país; 8) aos portadores de licença-retorno; 9) ao estrangeiro que venha em missão oficial do seu governo. (BRASIL, 1941).

<sup>34</sup> Sobre o fascismo indicam-se os estudos de Giron (2017), Rech (2015), Gertz (1983), Seintenfus (1990), Trindade (1979), dentre outros.

Apesar do impedimento, as exceções indicam que havia interesse na entrada de americanos ou portugueses e de migrantes de outras nacionalidades, desde que com condições financeiras de custearem sua sobrevivência, através de recursos financeiros ou conhecimento técnico para trabalharem no Brasil. Essas, dentre todas as exceções expressas, indicam que, na busca pela concretização da identidade nacional, não eram bem-vindos ao Brasil, migrantes em situação de miséria, ou que não tivessem relação com familiares, mais especificamente cônjuge ou filhos, já instituídos no Brasil. Alguns anos depois, essa legislação seria alterada com vistas ao capitalismo.

A liberação da entrada de estrangeiros, com a Lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945, se deu após o término da Segunda Guerra Mundial, já que se considerava necessária uma orientação para a política migratória do País que atendesse “à dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e de desenvolver a imigração que for fator de progresso para o país”. (BRASIL, 1945).

O decreto do Presidente da República sobre a entrada de estrangeiros no Brasil, determinava, no art. 1º, que “todo estrangeiro poderá entrar no Brasil desde que satisfaça as condições estabelecidas por esta lei” e, no art. 2º, que “atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia, assim como a defesa do trabalhador nacional”. No entanto, o período marcado pela nacionalização deixou marcas não só nas políticas migratórias, mas também na educação do País.

A cultura escolar, que foi influenciada pela língua e pelos costumes dos imigrantes, teve a interferência também da Campanha de Nacionalização do Estado Novo (1937-1945) e da Segunda Grande Guerra (1939-1945), que “silenciaram o italiano nos atos públicos” (DE BONI, COSTA, 2000, p. XVI) e fizeram com que o dialeto italiano, resultado da convivência entre os imigrantes de diferentes regiões, desaparecesse de muitas escolas. No entanto, tal dialeto persistiu nas famílias e na convivência comunitária. Para Otto

se as escolas italianas em suas várias feições não estivessem isentas de conflito antes mesmo da deflagração de medidas nacionalistas, a partir de tais medidas, os conflitos e as transformações foram ainda maiores. As escolas, em geral, passam a ser utilizadas como um espaço para a inculcação de ideias e exaltação do Estado-nação, vinculado à república recém-implantada. (2014, p. 248).

Corsetti (2017, p. 2), referindo-se à República, sinaliza que o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), ao assumir a política estadual, “buscou implementar um projeto de

modernização conservadora que visou consolidar o modelo capitalista como base do desenvolvimento regional”, incluindo-se, nesse projeto, a educação com “a tarefa de formar o cidadão dos novos tempos do capitalismo”. Para a autora, foi possível perceber que ao mesmo tempo em que a bancada gaúcha, no Parlamento Federal, contribuiu para “impedir uma maior ação do Estado Nacional no campo do ensino elementar e secundário”, também colaborou para ampliar o espaço da iniciativa privada. (2017, p. 3).

Observou-se que a educação estava voltada ao capitalismo. Houve a preocupação em promover o acesso à escola. Ao mesmo tempo que houve uma ampliação da rede escolar, pública e privada, por outro lado, “refletiu a visão de mundo e os próprios interesses dos setores dominantes do Rio Grande, que utilizaram o imaginário social para legitimar seu projeto autoritário, elitista e excludente”. (CORSETTI, 2017, p. 21). Ou seja, esse acesso à escola estava relacionado com o capitalismo e com a camada dominante, sendo visível a valorização de escolas particulares, especialmente as que possuíam estatuto confessional — católico.

Luchese explica que

pode-se afirmar que há uma relação estreita entre a crescente organização da escola pública no Rio Grande do Sul e o esvaziamento paulatino da escola ou das iniciativas étnicas italianas. Nesse sentido, percebemos que, no Rio Grande do Sul, a preferência dos imigrantes e de seus descendentes foi pela escola pública, gratuita e com o ensino de Português. Caso as famílias de imigrantes e descendentes tivessem que pagar e pudessem escolher, a opção teria sido a escola confessional. (2014, p. 279).

Entende-se, a partir do exposto, que houve centralidade da Igreja na RCI, mas que também esteve presente a preocupação com a escolarização, seja através da rede pública, quer através da privada. A rede privada, destinada à elite, foi marcada pela presença de congregações religiosas, que foram convidadas para assumir a educação em diferentes Municípios da região. Entre essas congregações, cita-se a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, que se destinou, especialmente, à acolhida dos migrantes, atendendo-os na assistência pastoral, na educação e, também, na área da saúde. Na constituição da Congregação foram essenciais, como mencionado: Giovanni Battista Scalabrini, Pe. José Marchetti e Madre Assunta Marchetti.

## 2.2 CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEIO – SCALABRINIANAS SOB A TUTELA DE SCALABRINI E MARCHETTI

Recebe os migrantes, encaminha-os, acompanha-os na travessia do oceano, acolhe afetosamente os órfãos, tem um sorriso de conforto para os doentes; leva-os ao trabalho, e volta a visitá-los, enxuga-lhes as lágrimas e os reconduz ao solo nativo. Assim, nossa missão será completa. (PADRE JOSÉ MARCHETTI)<sup>35</sup>.

As palavras do Pe. José Marchetti resumem a missão e o carisma das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas. A fundação da congregação estava vinculada, especialmente, a Giovanni Battista Scalabrini e aos cofundadores Pe. José Marchetti e Madre Assunta Marchetti. Considerando-se a importância desses sujeitos na constituição da congregação, apresenta-se uma breve narrativa acerca da vida e obra de Giovanni Battista Scalabrini, Pe. José Marchetti e Madre Assunta Marchetti.

Antes de apresentar o percurso dos fundadores da congregação estudada, situa-se que, apesar de a religião ser uma característica marcante presente nos emigrantes europeus, esses não contaram com o acompanhamento da Igreja Católica desde o início da colonização na RCI. Sobre a cultura religiosa desses imigrantes, Zagonel indica que

em torno da igreja paroquial se desenvolvia a vida simples e sofrida da população rural e montanhesa do Norte da Itália donde saíram os emigrantes para o Brasil. Quando as circunstâncias adversas os fizeram emigrar, foi em torno do altar de sua igreja que receberam as últimas recomendações do seu pároco. (1975, p. 47).

O autor menciona que a imigração italiana foi “tardia e deficientemente atendida até o final do século”. Entende-se, assim, que o imigrante italiano estabelecido no Brasil era considerado católico, apesar de nem sempre o ser, como apresentado a partir das ideias de Otto (2005). Nesse contexto de construção de uma identidade religiosa italiana/brasileira, Scalabrini teve um papel fundamental, incentivando os missionários para que acompanhassem os imigrantes nas localidades mais distantes, incluindo-se os instalados no Rio Grande do Sul. Os imigrantes deveriam ser acolhidos, independentemente de professarem, ou não, a fé católica. Através da acolhida, com atendimentos na área da educação, da saúde, da assistência social e de práticas católicas, havia a manutenção ou o despertar da religiosidade.

Giovanni Battista Scalabrini é considerado o fundador da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas. Nasceu no Norte da Itália, na Província de *Como*, em *Fino Mornasco*, em 8 de julho de 1839. Teve sete irmãos e era filho do

---

<sup>35</sup> *Padre José Marchetti: vida e missão: homenagem ao venerável José Marchetti por ocasião dos 120 anos de sua entrada na Casa do Pai: 1896-2016*. São Paulo: Instituto Cristóvão Colombo, 2016.



comerciante Luigi Scalabrini e de Colomba Trombetta. (SOUZA, 2000). De acordo com Rizzardo,<sup>36</sup> seu pai era conhecido pelo seu espírito de fé, assim “recebeu de Deus a grande alegria de ver o filho João [Giovanni] alcançar a plenitude do sacerdócio, o episcopado”. (1974, p. 13). Giovanni Battista, terceiro filho do casal Scalabrini, foi batizado no dia em que nasceu e “no dia 8 de setembro do ano seguinte, 1840, festa da Natividade de Nossa Senhora, foi crismado por Dom Carlos Romanó, bispo de Como”. (RIZZARDO, 1974, p. 17).

Giovanni Battista “cursou o primário em *Fino Mornasco*, e o Ginásio, em *Como*, no *Liceu Volta*”. Era um estudante exemplar, tendo o diretor do *liceu*, Luiz Mazzoletti, escrito para o próprio Scalabrini, em 1893, que o recordava como o melhor aluno do estabelecimento. O autor mostra a inclinação de Giovanni Battista para o sacerdócio, ao mencionar que “no ambiente heterogêneo da escola que frequentava, ambiente que não oferecia as melhores garantias morais, procurou, na medida do possível, tornar sua juventude um apostolado”. (RIZZARDO, 1974, p. 19).

Na conclusão do Ginásio, aos 18 anos, Giovanni Battista decidiu-se pela vida eclesiástica. Apesar de a família encarar a decisão como um presente, os pais encontravam-se em dificuldades financeiras, devido ao fato de vários filhos seus estarem estudando. Por isso, a paróquia custeou seus estudos seminarísticos.

Em 1857, João Batista [Giovanni Battista] ingressou no seminário *Santo Abôndio*, em *Como*. Desde os primeiros dias, fez-se amigo do professor, Pe. Serafim Balestra, que se celebrou no mundo graças às atividades em prol dos surdos-mudos. Através de seu novo método fônico, conseguiu resultados surpreendentes na educação dessas pessoas. A amizade entre o seminarista Scalabrini e Pe. Balestra, trouxe, além da santidade para ambos, as benéficas obras assistenciais que o futuro bispo promoverá em Placência em favor dos surdos-mudos. (RIZZARDO, 1974, p. 19).

Em 1859, após concluir os estudos filosóficos, iniciou o curso de Teologia e, em 30 de maio de 1863, Giovanni Battista “tornou-se sacerdote de Cristo. Recebeu a ordenação das mãos do bispo de *Bergamo*, Dom Pedro Luís Speranza, em *Como*”. (p. 20-21). Scalabrini começou a desenvolver sua atividade apostólica em *Fino Mornasco*, tendo a caridade ocupado lugar central em suas ações. Por isso, fundou a “Pia União do Sagrado Coração de Jesus, destinada a reavivar, na paróquia, o amor de Cristo”. (p. 22).

Em 30 de janeiro de 1876, Scalabrini consagrou-se bispo em Roma, na Igreja da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos. Mais tarde, Scalabrini ficou conhecido como

---

<sup>36</sup> Pe. Redovino Rizzardo apresenta a biografia de Giovanni Battista Scalabrini utilizando uma linguagem religiosa e mencionando, inclusive, passagens bíblicas. Utiliza o nome traduzido, João Batista, porém por uma questão de padronização escolheu-se manter, em todo o texto, o nome original em italiano.

“Apóstolo dos Migrantes”. (SLOMP; BARBIERI, 1997). No seu percurso como bispo, Scalabrini esteve vinculado ao papado de Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903) e Pio X (1903- 1914). Desses, destaca-se a relação de Scalabrini com Leão XIII, com quem teve uma relação de 25 anos. Essa relação mostrou-se, de certa forma, conflituosa, pois para o Bispo, era necessário “dar uma resposta às questões emergentes da Igreja. Por outro lado, teve o apoio do papa na sua missão junto aos migrantes”. (BAGGIO, 2011, p. 145).

A relação de Scalabrini com Pio IX foi bastante curta, devido ao falecimento do Papa no segundo ano de episcopado de Giovanni Battista, tendo sido marcada, de acordo com Baggio (2011), pela convergência de ideias.

Foi na relação com Leão XIII que a convergência em relação à “vontade de que a Igreja voltasse a ser a guia moral do mundo e na convicção de que somente a religião cristã poderia responder aos problemas da época” foi evidenciada. (BAGGIO, 2011, p. 136). As divergências situavam-se em relação ao posicionamento mais “jurídico que pastoralista nos seus confrontos. Alguns deles são a Questão Romana, a abstenção dos católicos às urnas, a pouca autonomia que lhes era dada na pastoral imediata e cotidiana, a imprensa”. (p. 137).

A relação de Giovanni Battista Scalabrini com Leão XIII, marcada por convergências e divergências, ganhou mais confiança, de acordo com Baggio (2011), a partir de 1885, após a visita do Papa, percebendo-se a “vontade do bispo de dispor seu serviço ao papa para a reconstrução da Igreja sob o aspecto da pastoralidade”. (p. 140). No seu trabalho, Scalabrini continuava “na tentativa de aproximar o governo italiano com a Santa Sé, tendo em vista as eleições de 1886 e a atenuação do *non expedit*, para uma maior reconciliação com a obra para os migrantes, o que Leão XIII apoiou largamente”. (p. 140).

A busca por auxílio para os migrantes, aparece também, de acordo com Terragni (2006), em 11 de janeiro de 1887, quando Scalabrini escreve ao Cardeal Simeoni, Prefeito de *Propaganda Fide*: “E não seria o caso, Exmo., de se pensar em constituir uma Associação de padres italianos, que tivesse como objetivo a assistência espiritual dos italianos nas Américas, que vigiassem a partida e a chegada e proovessem a seu futuro, à medida do possível?” (SCALABRINI, 1887 *apud* TERRAGNI, 2006, p. 20).

Scalabrini, ao expor o seu plano de ação em prol dos migrantes, entre outras ações, propunha a fundação de um Instituto de Sacerdotes, convenientemente preparados, que exerciam o ministério nos diversos países da América. (SLOMP; BARBIERI, 1997, p. 28). Terragni (2006, p. 20) afirma que, em resposta, no dia 9 de fevereiro de 1887, o Cardeal Simeoni “encarrega Scalabrini de formular um projeto a respeito disso”. De acordo com Terragni (2006), no dia 16 de fevereiro de 1887, Scalabrini já tinha o esboço de um projeto, que enviou

à Santa Sé solicitando que fossem destinados sacerdotes, sem sedes fixas, para os locais onde se encontravam os migrantes italianos, incentivando-os a construírem capelas e a realizarem relatórios das condições observadas, que deveriam enviar ao responsável pela pia associação.

Ainda na carta, enviada ao Cardeal Simeoni sobre o *Progetto di una Associazione allo scopo di provvedere ai bisogni spirituali degli italiani emigrati nelle Americhe*, Scalabrini sugere nomear homens apostólicos que assumiriam a missão de precursores missionários estáveis. Esses deveriam estar sob a proteção especial da Santa Sé e ser dispensados da residência. O Cardeal Simeoni apresentou as propostas de Scalabrini, articuladas em seis pontos, a Leão XIII, no dia 26 de junho de 1887, tendo uma aprovação genérica. (TERRAGNI, 2006, p. 21). As propostas são aprovadas pelo Santo Padre, e ele solicita que se convide Dom Scalabrini para visitar a América do Norte, com o intuito de prover “a assistência dos emigrados italianos por meio de sacerdotes, a serem mandados por aqueles bispos da Itália que possam concedê-los”. (EX. AUDIENTIA SS.mi, 26.06.1887 *apud* TERRAGNI, 2006, p. 22). Depois de alguns meses, Scalabrini “pede à Santa Sé a faculdade para constituir, em sua diocese, um instituto, a fim de preparar os sacerdotes para o apostolado entre os italianos na América”. (p. 22).

Além de solicitar ao bispo que pensasse numa obra de assistência aos emigrados, em 1886, o Pe. Francesco Zaboglio escreveu ao prefeito de *Propaganda Fide* sobre a situação dos emigrantes italianos na América. Entendia-se que os emigrantes estavam sem apoio religioso. Por isso, era necessário enviar missionários às Américas para atender aos italianos. (ZABOGLIO *apud* BAGGIO, 2011).

Para isso fez-se necessário criar uma instituição para que recolha, prepare e envie missionários para os emigrantes, a fim de reconquistar e animar aquele povo que estava por perder a fé e correndo risco de se tornar incrédulo, maçom e ateu. (ZABOGLIO *apud* BAGGIO, 2011, p. 55).

A partir do exposto, considera-se que Scalabrini tinha preocupação com as migrações, assim como o Pe. Francesco Zaboglio que, de acordo com Baggio (2011), era considerado seu discípulo e admirador da sua missão. Scalabrini (1839-1905) “exerceu por quase trinta anos seu ministério episcopal em *Piacenza*, durante um período de profundas transformações sociais, políticas e econômicas que atingiram a Itália e a Europa”. (TOMASI; ROSOLI, 2010, p. XV).

Terragni (2006, p. 23) infere que a proposta de Scalabrini era a “fundação de alguma casa para missões volantes, sem excluir autênticas paróquias, abertas à mobilidade”. Assim, a primeira organização pastoral previa o envio de “missionários volantes”, que preparariam o terreno para os “missionários estáveis”, transparecendo a preocupação de intervir logo,

entendendo que se tratava de uma situação de emergência. (SCALABRINI, 1887 *apud* TERRAGNI, 2006). Nesse cenário, houve a publicação,

em 10 de dezembro de 1888, da carta apostólica *Quam aerumnosa* endereçada por Leão XIII aos bispos do continente americano, com a qual a Santa Sé manifestava, pela primeira vez, em modo direto e incontestável, a vontade de assumir a direção e a coordenação das iniciativas para a assistência religiosa aos emigrantes. O texto do documento pontifício, que retomava, seja somente em parte as sugestões e as propostas formuladas pelo mesmo Mons. Scalabrini, iniciava com uma lúcida e apaixonada ilustração das graves condições materiais e espirituais nas quais se encontravam as populações migrantes. (SANI, 2017, p. 156, grifo nosso).

O compromisso pastoral dos missionários, de acordo com a carta do pontífice, era de catequese, administração dos sacramentos e escola, “mas não entra na questão de sua autonomia em relação aos párocos, nem acena ao tipo de estruturas paroquiais, ou não, para realizar uma adequada atividade pastoral”. (TERRAGNI, 2006, p. 23).

Chegamos à determinação de mandar para lá numerosos sacerdotes da Itália, que consolem com a língua-pátria os seus compatriotas, ensinem a doutrina da fé e os preceitos, ignorados ou abandonados, da vida cristã, administrem os sacramentos, eduquem para a religião e a civilização da tenra prole a todos, de qualquer classe, sejam copiosos nos conselhos e na ajuda, assistindo-os carinhosamente, com todas as solitudes do sagrado ministério. (LEONE XIII, *Quam aerumnosa*, 1888 *apud* TERRAGNI, 2006, p. 23).

Através da *Quam aerumnosa*, documento da Igreja que denota a preocupação com o migrante, percebe-se a importância de Scalabrini na assistência, especialmente aos italianos, considerando que “os emigrantes reivindicam com força o direito de terem o seu sacerdote, que fale e administre os sacramentos na língua deles, da mesma maneira que os outros grupos étnicos”. (TERRAGNI, 2006, p. 25).

Importante é mencionar que Scalabrini desenvolvia uma “antipropaganda da emigração”, pois percebia que o discurso de enriquecimento rápido e com uma visão irreal do país *hospedeiro*, os migrantes poderiam ser ainda mais explorados do que no país de origem, “pois, estrangeiro e sem a tutela do Estado ou da Igreja, seria presa de tantos outros capitalistas e agenciadores, sendo pouco provável o acesso fácil à propriedade da terra”. (SOUZA, 2000, p. 77).

Então, mesmo havendo o intuito de auxiliar os migrantes, Scalabrini tentava alertar quanto aos perigos da migração, sendo favorável à migração espontânea e contrário aos movimentos que forçavam e reforçavam a migração, por interesse do Estado e com vistas ao capitalismo. E, para atender a esses migrantes, apesar das dificuldades, Scalabrini envia seus

primeiros missionários, recomendando que fossem obedientes ao bispo e firmes acerca de algumas demandas, podendo-se citar: a liberdade de ministério para realizar as funções oportunas em relação aos casamentos e batizados; alojamento livre e independente para os missionários levarem uma vida comunitária; “liberdade de fazer coletas, sempre de acordo com o arcebispo, com a finalidade de erigir uma igreja nova para os italianos”, postuladas por Scalabrini nas *Indicações para o Pe. Francesco Zaboglio*, de 4 de junho de 1888. (SCALABRINI, 1888 *apud* TERRAGNI, 2006, p. 26).

Tendo a proposta sido aprovada pelo Papa Leão XIII, em 28 de novembro de 1887, foi fundada a Congregação dos Padres Scalabrinianos.<sup>37</sup> (SLOMP; BARBIERI, 1997). No Brasil, em 1894, o Cônsul-Geral italiano, Gerardo Pio de Savoia, descreve a dolorosa situação dos imigrantes a Scalabrini, relatando que, quando desembarcavam eram trancados em 40 galpões na ilha das Flores, e que “um sacerdote jovem e zeloso, o Pe. Marchetti, está disposto a assumir a incumbência de construir em Santos e São Paulo três casas para a primeira acolhida aos compatriotas”. A resposta de Scalabrini é que também o Pe. Marchetti, missionário que há pouco havia desembarcado no Brasil, deveria observar as normas da vida comunitária, nos limites do possível. (TERRAGNI, 2006, p. 27). Scalabrini se preocupava com o fato de os missionários ficarem isolados, separados uns dos outros, por isso defendia que pudessem ir, pelo menos, dois deles e que levassem uma vida comunitária.

Portanto, se for possível ter uma igreja ou uma capela com alguns quartos para a residência de dois ou três sacerdotes, um deles poderia se dedicar aos depósitos de emigrantes, ficando por lá quando houver necessidade, e voltando então para a própria residência, quando a necessidade tiver cessado. (SCALABRINI, 1894 *apud* TERRAGNI, 2006, p. 28).

No regulamento de 1895,<sup>38</sup> além de constar informações sobre as casas dos missionários, também se infere que, nessas, os jovens italianos, nascidos nas colônias, com inclinação ao eclesiástico, poderiam receber instrução ginásial, para, depois, realizarem o então Ensino Secundário e teológico na Casa – Mãe de Placência. Nas regras da Congregação dos Missionários de São Carlos<sup>39</sup> para os emigrantes italianos (TERRAGNI, 2006), constava também a preocupação com a abertura de escolas, como se pode observar na citação:

<sup>37</sup> Como não se tem a pretensão de aprofundar a pesquisa sobre a congregação masculina, indicam-se estudos sobre Scalabrini e sua congregação, escritos por Francesconi (1985); Rizzardo (1981; 1974; 1990); Zanini (2011); Fiorentini (1997); Tomasi; Rosoli (2010); Baggio (2011); Signor (1986).

<sup>38</sup> Regulamento del 1895 (TERRAGNI, 2006).

<sup>39</sup> *Regole della Congregazione dei Missionari di S. Carlo per gli italiani emigranti*. Piacenza: Tip. Tedeschi, 1895, ags/de 22, 04, 07b.

- Erigir, nos vários centros das colônias italianas, igrejas e oratórios, e fundar casas de missionários, donde possa difundir-se, também através de excursões temporárias, a sua ação santificadora.
- Abrir escolas, onde, junto com os primeiros rudimentos da fé, sejam dadas as crianças dos colonos as noções elementares da língua italiana e local, do cálculo e da história pátria.
- Favorecer e promover todas aquelas associações e obras que forem consideradas mais adequadas para conservar, nas próprias colônias, a religião e a cultura italiana. (2006, p. 29).

Pelo exposto no regulamento, percebe-se que seriam muitas as frentes de trabalho necessárias, para poder atender às numerosas demandas que a *avalanche* de emigrados gerou. Como os missionários não receberam longa preparação para a missão, a normatização serviu como orientação e tentativa de controle, diante das dificuldades que estavam enfrentando. Essas dificuldades, aliadas a instabilidades, parecem ter sido potencializadas, devido ao fato de os missionários também estarem vivendo em outro espaço cultural, com outras referências e desafios – o solo brasileiro. Foi necessário criar novas possibilidades, hibridizar as culturas e desenvolver uma nova forma de ser religioso.

Scalabrini desejava que os missionários<sup>40</sup> tivessem liberdade no exercício do seu ministério, para poder atender, de maneira adequada, à realidade migratória que, de acordo com Souza (2000), apesar de parecer positiva para as camadas dirigentes do Brasil e da Itália, havia resistência por parte da Igreja. Por isso, Scalabrini passou a designar a “emigração e a condição do nacional no país hospedeiro, como inadequadas e carentes de projetos que viabilizassem uma melhor condição àquele homem no seu próprio país e, especialmente, no além-mar”. (SOUZA, 2000, p. 72).

A mobilidade pastoral era necessária no Brasil, pois, considerando a dispersão dos emigrados, os missionários eram chamados a atender a numerosas colônias italianas. Assim, pela distância, o método das missões volantes era uma necessidade. No caso do Brasil, os primeiros missionários partiam da casa central do orfanato de São Paulo e se irradiavam pelo vasto território para a conservação da prática religiosa. (TERRAGNI, 2006). Para possibilitar a independência dos missionários,<sup>41</sup> Scalabrini

---

<sup>40</sup> Ressalta-se que se trata da Congregação Scalabriniana masculina, já que a feminina surgiu posteriormente com o objetivo de complementar a obra dos missionários de São Carlos, que já tinham como missão o atendimento aos migrantes italianos.

<sup>41</sup> Apesar de essa independência dos missionários ser importante no atendimento aos migrantes, pouco tempo depois, foi necessário rever a forma de organização da congregação, devido a confusões nas comunidades onde os missionários estavam atuando, a desvios financeiros ou por desistência dos mesmos. De acordo com Francesconi (1985), depois da morte de Scalabrini, quando a congregação contava tanto com religiosos de votos perpétuos como de votos temporários, o novo Superior, Pe. Domenico Vicentini, eleito em 1905, reorganizou a congregação, de acordo com os desejos do próprio Scalabrini. O novo regulamento foi aprovado em 5 de outubro de 1908: “Al posto dei voti perpetui, la stabilità dell’Istituto veniva assicurata da un giuramento perpetuo di

pede ao prefeito de *Propaganda [Fide]* para confiar a causa a Leão XIII, para que “envie uma carta aos bispos do Brasil, ordenando-lhes que separem da jurisdição paroquial os territórios habitados pelos colonos italianos, de modo que os nossos sejam livres no exercício de seu sagrado ministério. (TERRAGNI, 2006, p. 34, grifo nosso).<sup>42</sup>

Entende-se que, apesar do abandono dos migrantes por parte do Estado, é possível reconhecer que a Igreja Católica teve um papel importante no amparo a esses sujeitos, antes mesmo que surgissem ações mais organizadas ou governamentais. Tomasi e Rosoli (2010) afirmam que, no século XIX, no início das migrações em massa, a Igreja se posicionou ao lado dos migrantes, antes mesmo da ação dos governos, pois não podia ficar indiferente às implicações pastorais e éticas causadas pelo processo migratório.

Ilustra a preocupação pela situação dos imigrantes, o pedido enviado por Scalabrini ao bispo de *Peoria* e ao prefeito de *Propaganda Fide*, em 1900:

Tenho sempre diante de mim o pensamento, embora expresso num péssimo italiano por Dom Spalding, bispo de Peoria. Trago aqui suas palavras: A questão da imigração italiana aos Estados Unidos e da condição dos emigrados para a América é de uma importância capital; é maior porque o chefe da Igreja está na Itália; esse fato levará os mal-intencionados a afirmarem que a condição de abandono desta porção de nossa população é devido à influência da própria Igreja. Penso que esse é um assunto que seria bom apresentar à intenção do Santo Padre e dos bispos italianos. (SCALABRINI, 1900 *apud* TERRAGNI, 2006, p. 20).

Fica nítida a preocupação com a crítica à Igreja. Por isso, entende-se que o “bispo João Batista Scalabrini serviu como um catalizador para mobilizar a Igreja e fazê-la avançar nessas duas direções [doutrina social e ação pastoral] no final do século XIX e início do século XX”. (TOMASI; ROSOLI, 2010, p. XV).

Entre as iniciativas de Scalabrini em benefício da migração, está a fundação de uma congregação masculina e de uma feminina. (BAGGIO, 2011). A partir de visitas pastorais, Scalabrini identificou que as principais causas da emigração eram a pobreza aliada à esperança de melhores condições de vida. Porém, havia o perigo de abandonar a fé e a prática religiosa, devido à ausência de sacerdotes no local onde os emigrantes se fixariam. (FRANCESCONI, 1985).

Havia interesse em cultivar a própria língua, manter a fé católica e oferecer escolarização para os filhos dos emigrados. A escola, ao continuar ensinando a língua materna,

---

perseverança.” (Em vez de votos perpétuos, a estabilidade do instituto foi assegurada por juramento perpétuo de perseverança). (FRANCESCONI, 1985, p. 1.047).

<sup>42</sup> SCALABRINI, G. B. *Carta a Simeoni*. Piacenza, 08.09.1888, AGS/BA 01, 14, 04.

junto com a língua pátria, poderia auxiliar na manutenção da cultura e da fé do país de origem. Terragni ressalta a satisfação de Scalabrini, ao informar sobre a correspondência enviada pelo mesmo à Itália. Percebe-se que “durante visita às missões nos Estados Unidos (1901) e no Brasil (1904), emerge uma satisfação substancial pela atividade de seus missionários e pela organização pastoral em ato”. (2006, p. 37).

Scalabrini, ao se posicionar em relação ao movimento migratório, defendia que a Igreja Católica deveria contribuir para a fusão dos povos cristãos, “atenuando as arestas de cada nacionalidade, temperando as lutas de interesse das diversas pátrias, harmonizando, numa palavra, a variedade das origens na pacificadora unidade da fé”. (FONGARO, 1998, p. 100).

Por fazer referência à Igreja Católica e ao seu papel perante a realidade, é importante mencionar que a relação com o Papa Pio X, apesar de breve, devido ao falecimento de Scalabrini, também permitiu a aproximação com questões migratórias, considerando que, em 23 de novembro de 1903, de acordo com Baggio (2011), Scalabrini teve sua primeira audiência com Pio X, quando “pediu permissão para visitar os missionários e os migrantes italianos no Brasil” (p. 142), tendo como resposta:

Como Lhe confirmei a viva voz, Lhe confirmo por escrito, que convencido do bem feito pelo Senhor na primeira visita na América, ficarei contente se o Senhor puder retornar para servir de ajuda e de conforto aos nossos pobres emigrantes, com votos ardentes que Deus Lhe acompanhe e Lhe abençoe generosamente. (BAGGIO, 2011, p. 142).<sup>43</sup>

Na volta da viagem de Scalabrini, Pio X escutou os relatórios de viagem e propostas “a fim de organizar a assistência religiosa aos migrantes de todas as nacionalidades”. (BAGGIO, 2011, p. 143).

Nas visitas às missões nos Estados Unidos (1901) e no Brasil (1904), Scalabrini pôde observar o resultado de seu projeto destinado aos migrantes italianos. Em entrevista ao *Progresso Ítalo-Americano*, quando questionado sobre o que faria para os italianos em Nova York, respondeu: “Duas coisas: fundar escolas e prover abrigo ao indigente, que desembarca sem encontrar família e ajuda em terra estrangeira, orientá-lo e providenciar-lhe, podendo, um trabalho”.<sup>44</sup> (TERRAGNI, 2006, p. 39). Fongaro (1998), através da transcrição de fragmentos da obra de Scalabrini, auxilia também na compreensão do pensamento do *Apóstolo dos*

<sup>43</sup> PIO X “Lettere a G. B. SCALABRINI, 7.3.1904”. AGS AB 01, 04/29 *apud* Baggio (2011, p. 142).

<sup>44</sup> *Progresso Ítalo-Americano*, New York, 7/8/1901, AGS/BA 03,14,03.



*Migrantes* em relação ao fenômeno migratório, relatado após a viagem aos Estados Unidos da América e ao Brasil:

Vi, espetáculo doloroso! Extinguir-se a fé em milhões de almas por falta de alimento espiritual (...). Vi reflorescerem populações inteiras, como uma primavera das almas sob o sopro de um santo apostolado, as práticas da vida cristã e as inefáveis esperanças da religião. Vi, numa palavra que se a Igreja de Deus, naquelas regiões, não tem maior importância do que tem agora, seja na direção da vida coletiva, seja na individual, se as almas se perder aos milhões, deve-se, em grande parte, mais do que pela atividade, por grande que seja, dos inimigos da fé, à falta de um trabalho religioso bem organizado e bem adaptado a cada ambiente (= pastoral “específica”), e à falta de clero. Convenci-me de que é urgente prover e que é um erro grave, para não dizer culpa de nós todos à frente do governo da Igreja, deixar que se prolongue um estado de coisas, causa de tanta perda (= dano) nas almas e que diminua frente aos inimigos de Deus a importância social da Igreja Católica. (FONGARO, 1998, p. 99-100).

Como se lê, anteriormente, em relação ao Brasil, Scalabrini ficam satisfeito ao “constatar os resultados entusiastas da organização de tipo paroquial, especialmente no Rio Grande do Sul e no Paraná”. (FONGARO, 1998, p. 39). Em julho de 1904, durante visita a São Paulo, escreve ao seu secretário Mangot o que combinou com o bispo:

a) Recolher os surdos-mudos, meninos e meninas... b) Conceber aos Missionários a paróquia de São Bernardo, onde estão os nossos estabelecimentos. Ela conta com quase 40 mil pessoas e se estende de São Paulo a Santos, isto é, até o mar, com 80 milhas de comprimento. Foi um pensamento gentil do bispo entregá-la aos nossos Missionários, por quem nutre grande estima e afeto, e garantir também cinco ou seis mil libras anuais de renda e levar em frente os gravíssimos compromissos. A paróquia é quase toda composta de italianos. c) Abrir, tão logo seja possível, duas residências no interior do Estado, para a assistência dos italianos que trabalham nas fazendas. Destas, mais de duas mil já foram visitadas, com muito sacrifício, pelos nossos Missionários do Orfanato. Neste Estado e Diocese, moram um milhão e duzentos mil italianos. Estruturar bem as coisas é muito importante, porque se encontra aqui o maior grupo italiano da América do Sul. (TERRAGNI, 2006, p. 40).<sup>45</sup>

Entende-se, diante do exposto, que Scalabrini anseia para o Brasil “estabilidade e mobilidade, dependência do bispo e autonomia pastoral em relação às paróquias locais”. (TERRAGNI, 2006, p. 41). Scalabrini demonstrou, ainda, o interesse em constituir uma comissão pontifícia central, para atender aos migrantes de todas as nacionalidades. Para ele era importante conservar a fé dos imigrantes. Em publicação da *Congregação Scalabriniana – Missionários e Missionárias de São Carlos Borromeo* (1989, P. 467), é dito que Scalabrini observava que, além do Comitê Central, na Itália, “e daqueles constituídos ou em constituição, nos portos de embarque, era necessário fundar outros nos centros mais importantes, sobretudo

<sup>45</sup> SCALABRINI, G. B. *Carta a C. Mangot*. S. Paulo, 11.07.1904, AGS/AN 02, 07, 74.

nas regiões que fornecem maior contingente à migração”, para que fossem atendidos os que mais necessitassem. Scalabrini afirmava:

É necessário que os migrantes conheçam os países de migração em seu verdadeiro aspecto. Mas é necessário também que cada um deles receba conselhos conforme a condição pessoal própria e da própria família. Ora, multiplicando os Comitês e por meio dos Comitês, os delegados e sub-delegados (cargo que, no campo podem assumir os párocos, os professores, os secretários municipais etc.), cada migrante encontrará uma pessoa de confiança que poderá aconselhá-lo com perfeito conhecimento de causa. (1989, p. 469).<sup>46</sup>

A busca pelos conhecimentos necessários, no caso dos delegados e subdelegados, poderia ser feita, especialmente, através dos missionários de São Carlos Borromeo. Fica evidente, no fragmento mencionado, que os scalabrinianos contavam com pessoas consideradas autoridade nas comunidades, pois que, na condição de leigos, poderiam auxiliar na missão. Além dos párocos, são citados professores e Secretários Municipais, ou seja, os que estivessem em posição de liderança na comunidade, através da escola ou em cargos públicos. Havia o entendimento de que esses eram os que tinham (ou que poderiam buscar o conhecimento necessário) e a percepção de que sozinhos não conseguiriam instruir e informar os migrantes.

Em relação à visita de Scalabrini ao Rio Grande do Sul, cita-se a boa acolhida que teve em Encantado, onde a presença scalabriniana iniciou em abril de 1896, assim como sua satisfação em observar a organização da pastoral na sede central. O bispo percebe o entusiasmo também na Colônia de Alfredo Chaves, onde a maioria da população se conservava católica fervorosa, com o desejo de ter missionários. (TERRAGNI, 2006, p. 43). Para isso, seria necessário aumentar o número de sacerdotes nos territórios em que os missionários estivessem presentes e ampliar o atendimento para outros territórios também. No entanto, não havia como atender a tantas solicitações, mesmo que fossem importantes e urgentes. Quatro meses depois da visita ao Brasil, Scalabrini começou a adoecer, falecendo em 1º de junho de 1905. (BAGGIO, 2011).

De maneira geral, pode-se concluir que “mais do que as missões volantes, Scalabrini queriam autonomia diante dos párocos e as obras estáveis, tal como a fundação de instituições escolares, em que está implícita a estabilidade paroquial”. (TERRAGNI, 2006, p. 46). Assim, seria possível estabilidade nas instituições, embora com mobilidade pastoral.

Para finalizar, fica evidente o papel desempenhado por Scalabrini, em citação sobre a Igreja e a mobilidade humana, expressa por Fongaro:

---

<sup>46</sup> No livro constam cartas e pronunciamentos de Scalabrini. Essa parte refere-se à assistência italiana e a institutos que a provêm.

Dom Scalabrini é o bispo italiano que ligou seu nome ao fenômeno migratório, fundando três Instituições, de religiosos (1887), de religiosas (1895) e de leigos (1889), para os serviços aos migrantes italianos que, pelo fim do século passado, emigravam, principalmente, para as Américas. Seu mérito, além de ter adotado para eles uma pastoral “específica” que consistia na transmissão e conservação da fé mediante a própria cultura (língua, sacerdotes, religiosidade popular, etc., nacionais) foi o de haver interessado a Igreja universal pelo problema migratório, que viu de fato um “sinal dos tempos”, e nele fazer sentir a sua presença, “para fermentar o evangelho à realidade das transmigrações e, possivelmente, fazer delas um meio para o cumprimento de sua missão”. (1998, p. 98-99).

Do excerto anterior, destaca-se a criação de uma pastoral específica para transmissão e conservação da fé, através da cultura italiana, ficando nítida a preocupação com a catolicidade e com a etnicidade. A instituição de religiosos foi denominada *Missionários de São Carlos*, a de religiosas, *Missionárias de São Carlos* e a de leigos, de *Sociedade São Rafael*. Entre as finalidades da Sociedade São Rafael, de acordo com seu estatuto, destacam-se: “Assistir os italianos migrantes à sua chegada na América [...]; garantir aos mesmos, quando possível, emprego e trabalho; providenciar, o quanto antes, uma casa.” Buscam acolher, especialmente, os migrantes pobres, meninos e meninas. (CONGREGAÇÕES SCALABRINIANAS, 1989, p. 470).

Após breve apresentação da influência de Scalabrini na assistência aos migrantes, assim como na fundação de congregações, é necessário, ainda, para compreender melhor a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, conhecer um pouco da vida e obra do Pe. Giuseppe Marchetti<sup>47</sup> e da Madre Assunta Marchetti,<sup>48</sup> conhecidos como cofundadores da congregação.

O Pe. Marchetti nasceu na Toscana, região da Itália Central, na cidade de *Lucca*, pertencente a Comuna de *Camaiore*. Foi batizado como João Maria Jerônimo José Atílio, filho de Angelo de Antonio e Carolina de Giovanni Domenico Ghilarducci, conhecida como Carola, no dia 3 de outubro de 1869. Poucos anos após seu nascimento, a família se transferiu para *Lombrici*, para a “Fabbrica di Camaiore”, se estabelecendo perto do moinho denominado “Il Mulino della Fabbrica”, de onde buscavam sua subsistência. (SIGNOR, 1986).

<sup>47</sup> Como não se tem a pretensão de aprofundar a vida e a obra de Giuseppe Marchetti, como referências complementares, dentre outras obras, indicam-se: Rizzardo (1990); Signor (1996; 2005); Instituto Cristóvão Colombo (2016); Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas; Província Cristo Rei; CEMCREI — Centro de Estudos Migratórios Cristo Rei (2016); Ornaghi (1997); Francesconi (1976).

<sup>48</sup> Para aprofundamento da vida e obra de Madre Assunta Marchetti indica-se Francesconi (1976); Bondi (2004; 2011); Ornaghi (1997); Signor (2005); Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas; Província Cristo Rei; CEMCREI — Centro de Estudos Migratórios Cristo Rei (2014); Lemos (2014); dentre outras referências.

A vida religiosa de Pe. Marchetti iniciou no seminário de San Michele, onde foi admitido como externo. Devido às dificuldades financeiras da família, Marchetti auxiliava na igreja de San Michele e, em troca, hospedava-se na casa de Angelo Volpi.

Em 1884, graças também à generosidade do Marquês Mansi, pôde entrar no seminário de S. Martino, em Lucca. Aconselhado por seus superiores, entre 1887 e 1889, frequentou o liceu Maquiavelli, sempre em Lucca, obtendo excelente aproveitamento. No dia 3 de abril de 1892 celebrou a primeira missa solene de Capezzano Pianore. A escolha desse local foi expressão de reconhecimento ao padre Eugenio Benedetti que o ajudara a custear os estudos. (MARCHETTI, 1983 *apud* SIGNOR, 1986, p. 161).<sup>49</sup>

O Pe. Marchetti tornou-se sacerdote em 1892, foi nomeado professor no seminário de *Lucca* e, em seguida, administrador espiritual do distrito de *Compignano*. (FRANCESCONI, 1975, p. 17). Para acompanhar os emigrantes da comunidade, Pe. Marchetti embarcou para o Brasil pela primeira vez. Nessa primeira viagem, conheceu D. Giovanni Battista Scalabrini e passou a integrar a Congregação Carlita.

Em 1894 acompanhou a Gênova, metade da população desta pequena paróquia da montanha que partia para o Brasil. No Porto conheceu Pe. Maldotti e decidiu integrar-se na Congregação de D. Scalabrini que o aceitou como “missionário externo” encarregado de acompanhar, quando podia, os emigrantes na travessia, como capelão de bordo. Fez a primeira viagem com o navio Maranhão em outubro-novembro de 1894. (FRANCESCONI, 1975, p. 18).

Conforme mencionado no fragmento, Pe. Marchetti foi aceito como missionário externo, o que denota uma diferença de organização da congregação. Essa peculiaridade, que até então não era comum nas instituições religiosas, era necessária na concepção do fundador Scalabrini, para atender aos emigrantes italianos, quer durante o percurso da viagem, quer nas comunidades que construiriam nas novas terras. Ou seja, os fiéis precisariam ser acompanhados e tutelados. Na viagem, Pe. Marchetti prestou assistência religiosa aos emigrantes, “preparou cinquenta deles para a Primeira Eucaristia, pregou, atendeu a confissões, legalizou matrimônios, interveio exaustivamente nos levantes que surgiam frequentemente naquele amontoado humano”. (FRANCESCONI, 1975, p. 18). A preocupação do padre com os emigrantes tornou-se visível ao perceber, já no Rio de Janeiro, como eram acolhidos os emigrantes. Por isso, conversou com o Conde Gherardo Pio de Savoia, cônsul italiano no Rio de Janeiro.

---

<sup>49</sup> Signor (1986) se utiliza de referência do Pe. Franco Marchetti, sobrinho-neto do Pe. Giuseppe Marchetti: MARCHETTI, Franco. Vita e opere di Padre Giuseppe Marchetti, da Camaiole, e la sua morte prematura. *Nuovi Orizzonti*, Camaiole, anno X, n. 1, p. 3, marzo 1983.

Mas o fato mais conhecido remete à segunda viagem de Pe. Marchetti, ocorrida no mesmo ano da primeira, cuja partida, de acordo com Francesconi (1975), ocorreu no dia 26 ou 27 de dezembro de 1894, desta vez como Capelão de bordo do navio Júlio César. De acordo com narração de Dom Scalabrini,

a bordo do navio que viajava um missionário, padre José Marchetti (então professor no seminário de Lucca) morria uma jovem esposa, deixando um órfãozinho lactante e o marido só, no desespero. O Missionário, para acalmar o desolado que ameaçava jogar-se no mar; prometeu-lhe assumir os cuidados do menino e como prometeu, o fez. Chegou ao Rio de Janeiro, carregando no colo aquela inocente criaturinha e apresentou-se com ela ao exímio conde Pio de Savoia, na época cônsul-geral naquela cidade. Ele não pode dar ao jovem Missionário senão palavras de encorajamento, mas foi o bastante para que esse, batendo de porta em porta chegasse, enfim, a deixar o pobre órfãozinho aos cuidados do porteiro de uma casa religiosa. Desde aquele momento, a ideia de fundar em São Paulo (onde havia chegado) um orfanato para os filhos de italianos dominou-lhe a mente e, com ingentes sacrifícios, conseguiu fundá-lo de fato. Conta agora seis anos de vida com 200 órfãozinhos e um mártir que reza por eles no céu, pois as grandes fadigas sustentadas custaram a vida ao piedoso e zelante Missionário. Esteja em paz a sua alma, maturada para o céu aos trinta anos. (SCALABRINI *apud* SIGNOR, 2005, p. 52-53).

O orfanato Cristóvão Colombo<sup>50</sup> idealizado e concretizado por Marchetti, é uma das obras dos Missionários de São Carlos que se destaca. A justificativa do nome remete ao IV centenário da descoberta da América, protagonizada por Cristóvão Colombo, nascido em Gênova, Itália. Essa denominação também foi dada à Casa-Mãe da congregação dos missionários de São Carlos, localizada em Piacenza. (SIGNOR, 2005).

De acordo com o Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM, 2017), Pe. Marchetti faleceu em 14 de dezembro, vítima de tifo, aos 27 anos de idade. Devido ao seu falecimento, o Pe. Pigato assume, temporariamente, a administração do orfanato, que, em seguida, é destinada aos cuidados do Pe. Faustino. A situação assumida pelo Pe. Faustino Consoni é relatada por Porrini (2012, p. 57) da seguinte maneira: “A casa estava incompleta; 160 bocas para alimentar; cerca de 80 mil liras de dívida; poucos benfeitores; pessoal insuficiente e inexperiente.” Nesse processo, o Pe. Consoni e a Madre Assunta Marchetti, irmã de Giuseppe Marchetti, mostram-se grandes protagonistas na continuidade do projeto idealizado pelo Pe. Marchetti.

Madre Assunta Marchetti, denominada “Serva de Deus”, é considerada cofundadora da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas. Maria Assunta

---

<sup>50</sup> O orfanato Cristóvão Colombo iniciou suas atividades em 1885, com sessão feminina e masculina, com a missão de acolher os órfãos, especialmente filhos de imigrantes italianos. Em 1904 foi inaugurada a sessão feminina, sendo ambas situadas na cidade de São Paulo. Sobre o orfanato indicam-se os estudos de Lopes (2015) e Oliveira (2009).

Caterina nasceu em *Lombrici*, distrito de *Camaioire*, na região da Toscana – Itália, em 15 de agosto de 1871, sendo a terceira filha de Angelo e Carola, que tiveram 11 filhos. Madre Assunta, como ficou conhecida, foi nomeada por dois mandatos não consecutivos Superiora-Geral e atuou na vida religiosa-missionária durante 53 anos, dedicando-se a evidenciar e dar solidez ao carisma congregacional e à congregação. (BONDI, 2011).

Assunta queria seguir sua vida religiosa num monastério de clausura, tendo manifestado o desejo de ser carmelita. No entanto, precisou postergar a decisão algumas vezes para auxiliar no cuidado com a família, pois seu pai havia falecido em 26 de abril de 1893, sendo necessário, por isso, auxiliar sua mãe a cuidar dos irmãos. Buscando auxiliar a família, mas também manter-se no ideal da vida religiosa, Assunta inscreveu-se na Ordem Terceira de São Francisco. E, quando encontrou seu irmão, Pe. Giuseppe, ao voltar do Brasil, em 1895, foi convencida a auxiliá-lo a cuidar de órfãos em São Paulo. (BONDI, 2011).

Pe. Giuseppe havia sido tão incisivo que conseguiu convencê-la a substituir, no seu coração, o ideal claustral, pelo ideal missionário scalabriniano. Assunta, de fato, reconhece que Deus esperava dela docilidade para uma mudança radical no seu primeiro projeto. Esta troca modificaria a forma externa de sua doação a Deus, mas não a essência, que, aliás, parecia ser mais exigente: renunciava à ideia de mosteiro, mas, para abraçar com a determinação e a radicalidade que lhe eram próprias, um gênero de vida religiosa muito mais difícil porque ainda indefinida, existente de fato só no pensamento de seus principais artífices: Dom Scalabrini e Pe. Giuseppe Marchetti. (BONDI, 2011, p. 52).

Para compreender a escolha e o papel desempenhado por Assunta Marchetti, é importante considerar “as condições históricas que marcaram o processo fundacional da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas repetem as constantes que têm caracterizado a história da maioria das congregações religiosas femininas surgidas entre os séculos XVII e XIX”, quando era comum o papel feminino e o masculino na fundação de congregações. (SIGNOR, 1986, p. 188).

Até que recebesse a denominação de Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, eram denominadas “servas dos órfãos e abandonados no exterior”, e foi com tal titulação que essa deixou *Piacenza* e rumou para o Brasil, juntamente com as companheiras. (BONDI, 2011). Companheiras de Madre Assunta, que chegaram primeiramente ao Brasil: Angelina Meneguzzi, Ângela Larini, Camila Dal Ri, Clarice Baraldi e Maria Franceschini. (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO — SCALABRINIANAS, 2014). Interessante é a denominação de *servas*, utilizada inicialmente pelas Irmãs, a qual remete à servidão, mas também a mulheres pertencentes a uma comunidade religiosa. Queriam ser reconhecidas por servir aos órfãos e

abandonados no Exterior, estando esse título diretamente vinculado à motivação para a fundação da congregação e a missão idealizada por Scalabrini.

Ao lado do Pe. José Marchetti, “começou a se destacar a figura humilde, porém decidida, de Assunta Marchetti, executora fiel do programa traçado”. (SIGNOR, 1986, p. 188). Mesmo com um pouco mais de um ano de vida religiosa, Madre Assunta, com a morte do seu irmão, Pe. José Marchetti, teve um papel decisivo na acolhida dos migrantes e na manutenção da congregação.

As histórias de vida de Scalabrini, Pe. Marchetti e Madre Assunta se entrelaçam em prol do cuidado aos migrantes, especialmente, dos mais vulneráveis. O olhar de cada um desses precursores, especialmente, sobre as necessidades envolvidas no processo de mobilidade humana, marcou a missão religiosa e possibilitou o desenvolvimento de uma congregação feminina destinada ao cuidado dos migrantes, que se somou ao trabalho desenvolvido pelos missionários e leigos scalabrinianos.

### 2.3 CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO SCALABRINIANAS

A Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas (mcs), desde sua concepção, tem como missão o cuidado com o migrante. É importante ressaltar que “o contexto histórico do surgimento das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas está ligado às circunstâncias migratórias ítalo-brasileiras do século XIX”. (SLOMP; BARBIERI, 1997, p. 17).

De acordo com Baggio (2011), a obra dos missionários era considerada incompleta por Scalabrini, justamente por não contar com a presença de Irmãs, especialmente no Sul da América. Inicialmente, tinha a intenção de que as Irmãs tivessem um estilo de vida semelhante ao das dioceses francesas, vivendo em pequenas comunidades, se dedicando ao catecismo, ministrando o ensino elementar e, se possível, assistindo os doentes.

Convidou, então, Irmã Francesca Saverio Cabrini, fundadora das Irmãs Missionárias do Sagrado Coração, e pediu-lhe que desse assistência aos migrantes, principalmente na América do Norte. Seu primeiro encontro com Madre Cabrini deu-se no verão de 1887. O segundo, aconteceu em Roma, na metade de novembro do mesmo ano. Depois disso, em Piacenza, lhe propôs aceitar dois serviços na nova missão: ensinar nas escolas, as meninas órfãs dos emigrantes italianos e fazer outras obras de caridade. No início, Madre Cabrini estava confusa, pois sonhava ir para a China. E, depois não se sentiria muito à vontade em trabalhar com os missionários de São Carlos. Dizia que não conciliaria aquela independência que sonhou para o bom andamento da sua Congregação. Contudo, esperava a decisão de Roma. Assim, em 10 de janeiro de

1889, Leão XIII a recebeu em audiência. Madre Cabrini já havia decidido aceitar o pedido de G. B. Scalabrini, que as acompanhou até a partida, com sua bênção. (BAGGIO, 2011, p. 62).

Em convergência com a citação anterior, menciona-se que “a primeira tentativa foi a de encaminhar para a assistência aos emigrantes as “Missionárias de Codogno”, isto é, as Missionárias do Sagrado Coração, fundada por Santa Francisca Xaxier Cabrini” (FRANCESCONI, 1975, p. 15), mas como a Congregação Cabriniana não ficou limitada à ação aos emigrantes e Scalabrini “desejava que as suas religiosas tivessem a mesma finalidade dos seus Missionários” (p. 16), escreveu à Madre Cabrini, no dia 19 de março de 1889, agradecendo o trabalho realizado pelas irmãs e justificando a necessidade de trabalhar com os emigrantes, especialmente os italianos.

No entanto, é importante mencionar que a separação das duas congregações, oficializada mais tarde, de acordo com Signor, reduziu a comunidade das Irmãs, havendo incerteza quanto ao futuro da instituição.

A separação oficial das duas congregações, das missionárias de São Carlos e das apóstolas do Sagrado Coração de Jesus, ocorrida a 22 de setembro de 1907 graças à intervenção de d. Duarte Leopoldo e Silva, significou o *triumfo das justas reivindicações das Irmãs de São Carlos*, mas não a imediata solução dos problemas que preocupavam Assunta Marchetti e sua ainda pequena família religiosa. (BREVI CENNI, 1931, p. 16 *apud* SIGNOR, 2005, p. 156).<sup>51</sup>

Em busca de um trabalho mais efetivo com os emigrantes, Scalabrini buscou as “Filhas de Sant’Ana, congregação fundada pela Serva de Deus, Rosa Gattorno, do qual obteve a liberação de algumas Irmãs para o hospital italiano Cristóvão Colombo, fundado em New York pelo Pe. Francisco Morelli”. (FRANCESCONI, 1975, p. 16). No entanto, a parceria não teve continuidade, pois, poucos meses depois, “a fundadora retirou as Irmãs porque as Constituições não permitiam que elas se dedicassem à coleta de esmolas, recursos, então, em voga na América para sustentar as obras beneficentes”. (FRANCESCONI, 1975, p. 16).

Após o término das parcerias, em 1907, passa a fazer parte da organização da congregação, a instituição de uma Superiora-Geral. As Irmãs que assumiram a gestão do governo-geral, no período proposto para este estudo, são citadas no quadro a seguir.

---

<sup>51</sup> BREVI CENNI sulla fondazione e lo sviluppo della Congregazione delle Suore Missionarie di S. Carlo, anteriormente denominate “ancelle degli orfani e dei derelitti all’stero”. 1931. (BREVI CENNI é um registro histórico e contém memórias confiáveis, em especial de Madre Assunta Marchetti. O documento foi apresentado à Congregação Consistorial em 1931). (SIGNOR, 2005, p. 63).



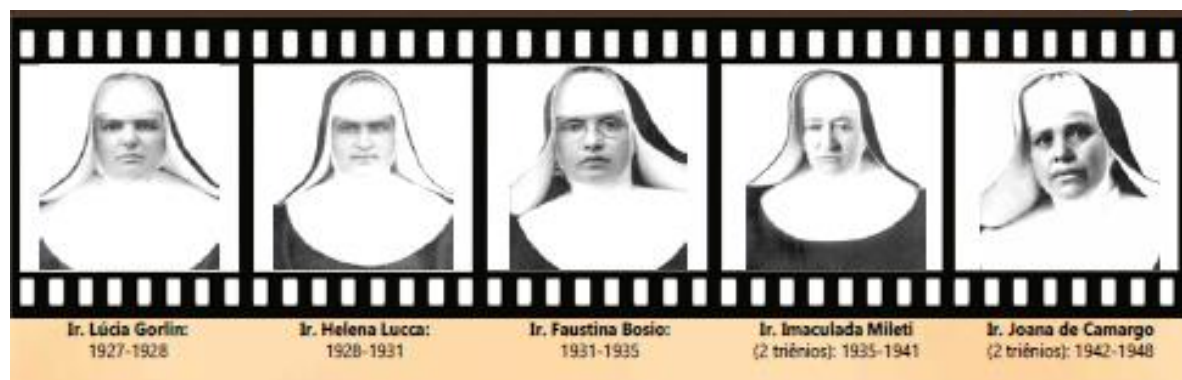
**Quadro 6** — Superiores do Governo Geral (1907 – 1948)

GOVERNO GERAL	SUPERIORA GERAL	PERÍODO	NATURALIDADE
Primeiro	Madre Assunta Marchetti	1907 – 1918	Camaiore/Lucca – Itália
Segundo	Madre Antonieta Fontana	1918 – 1924	Monza – Itália
Terceiro	Madre Maria della Divina Provvidenza	1924 – 1926	Alegrete(RS) – Brasil
Quarto	Madre Assunta Marchetti	1927 – 1931	Camaiore/Lucca – Itália
Quinto	Madre Assunta Marchetti	1931 – 1935	Camaiore/Lucca – Itália
Sexto	Madre Borromea Ferraresi	1935 – 1941	Carbona Del Po/Mantova – Itália
Sétimo	Madre Borromea Ferraresi	1941 – 1948	Carbona Del Po/Mantova – Itália

Fonte: Desenvolvido pela própria autora com base em Signor (1986).

Assumiram os primeiros governos, no período de 1907 a 1948, quatro madres, todas com nacionalidade italiana. O primeiro governo foi assumido por Madre Assunta, na época com 36 anos de idade. A partir do segundo governo-geral, a composição era feita com a superiora-geral “coadjuvada por quatro conselheiras”, tendo como missão “animar o instituto à fidelidade ao Carisma Scalabriniano e promover a unidade congregacional”. (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS – SCALABRINIANAS, 1995, p. 27-28).

No entanto, a partir de 1927, nomeiam-se também superiores provinciais. Assim, parece que essa unidade congregacional não estava sendo mantida pela superiora-geral. Na construção e na busca de compreensão da identidade da congregação, é importante identificar as superiores provinciais, apresentadas a seguir, que foram nomeadas somente a partir de 1927, quando foi fundada a Província Imaculada Conceição nesse ano. Antes disso, havia apenas a Regional Sul.

**Figura 3** — Galeria das Superiores Provinciais da Província Imaculada Conceição (1927-1948)

Fonte: Província Imaculada Conceição (2016).

A figura 3 mostra as superiores da província e o período de atuação. Irmã Lúcia Gorlin permaneceu apenas um ano, sendo a província, no ano seguinte, assumida por Helena Lucca, por um triênio. Na sequência, Faustina Bosio permaneceu por quatro anos e Imaculada Mileti e depois Joana de Camargo, estiveram à frente da província Imaculada Conceição por dois triênios. No Quadro 7, além do período, apresenta-se a naturalidade das superiores, variável importante em se tratando de uma congregação reconhecidamente italiana.

**Quadro 7** — Superiores provinciais da Província Imaculada Conceição (1927 – 1948)

SUPERIORAS PROVINCIAIS	PERÍODO	NATURALIDADE
Irmã Lúcia Gorlin	1927- 1928	Vicenza — Itália
Irmã Helena Lucca	1928-1935	Santa Felicidade — Paraná – Brasil
Irmã Faustina Bosio	1931-1935	Matão — São Paulo – Brasil
Irmã Imaculada Mileti	1935-1941	Cosenza — Itália
Irmã Joana de Camargo	1942-1948	Queluz — São Paulo

Fonte: Desenvolvido pela própria autora com base na revista *Peregrino* da Província Imaculada Conceição (2016) e na obra de Signor (1986).

No recorte temporal de 1927 a 1948, assumiram a província cinco superiores, sendo duas delas italianas, e três brasileiras. Dessas, pelo que indica o sobrenome, apenas uma não tinha ascendência italiana, tendo assumido de 1942 a 1948. A primeira superiora provincial, Irmã Lúcia Gorlin, é referência não só no Brasil, mas também na Itália, especialmente em *Piacenza*, local onde está situada a Casa-Mãe da congregação. No Arquivo do Estado, situado em *Piacenza*, na busca de documentos sobre a Congregação Carlita — Scalabriniana, o único documento encontrado, por ocasião da visita em 2018, foi um livreto sobre a vida da Irmã Lúcia Gorlin. Na visita à Casa-Mãe, as Irmãs ofereceram um livro também sobre a referida madre, de autoria da Irmã Albina Bianchin (1996). Na biografia da Irmã Lúcia Gorlin,<sup>52</sup> consta a necessidade de refazer o noviciado, juntamente com outras irmãs.

Em abril de 1910, por disposição do Bispo Dom Duarte Leopoldo e Silva, Irmã Lúcia e companheiras fizeram novamente o noviciado sob a direção da Irmã Fulgência, filha da caridade de São Vicente de Paulo – sobre a qual Madre Assunta terá sempre palavras de gratidão. O Ordinário de São Paulo, ouvido o parecer favorável, da superiora Visitadora e do Diretor Espiritual, concedeu à Irmã Lúcia e às outras,

<sup>52</sup> Lúcia Gorlin nasceu no dia 8 de abril de 1879 em *Montecchio Maggiore* — *Vicenza*, e aos 12 anos de idade, migrou com sua família para o Brasil. Em Nova Bassano, no Rio Grande do Sul, iniciou sua trajetória rumo à vida religiosa. Acompanhou o Pe. Cobalchini, primeiramente como doméstica e mais tarde como responsável pela casa e pela igreja. A consagração da Irmã foi adiada devido à morte do Pe. Pedro Cobalchini, que a acompanharia até São Paulo. Em 1901, ao tornar-se Irmã Missionária, dirige-se ao orfanato, situado no Ipiranga, e, em fevereiro de 1903, inicia seu noviciado, que precisou ser feito novamente após a separação das Irmãs Missionárias de São Carlos e as Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração.

professar os votos e receberem o anel de Esposa do Senhor, conforme a Regra das Irmãs de São Carlos, a primeiro de janeiro de 1912. (BIANCHIN, 1996, p. 14)

Evidencia-se, através do exposto, que avanços, mas também retrocessos, estavam presentes no desenvolvimento da congregação. Apesar dessa reorganização ser necessária, como mencionado, deixou marcas na congregação; marcas de uma congregação que nasce atrelada a uma congregação masculina (dos Carlistas), que é vinculada posteriormente a uma congregação feminina (das Irmãs do Sagrado Coração) e que, 19 anos depois, tem suas constituições aprovadas, em 14 de abril de 1914, por Dom Duarte Leopoldo e Silva. Todos esses movimentos fazem parte da identidade das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas. Escolheu-se utilizar o termo *identidade*, justamente para marcar a diferença dessa congregação. Essa diferença só pode ser explicada através de sistemas de classificação, como menciona Woodward:

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de *sistemas classificatórios*. (2014, p. 40).

A identidade das Irmãs de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas era marcada pela diferença, não só em relação ao seu carisma<sup>53</sup>, à acolhida ao migrante, mas também por ser uma congregação italiana, mesmo que tenha tido grande parte das missionárias nascidas no Brasil e com descendência italiana. Ao mesmo tempo que é marcada por diferenças, essa identidade era reforçada por semelhanças, não só entre as Irmãs, mas com a congregação masculina – dos padres scalabrinianos – e com os próprios migrantes italianos, que tinham que se adaptar à nova terra, com dificuldades em relação aos seus costumes e, especialmente, com sua linguagem.

Essas semelhanças e diferenças culturais podem ser explicadas, também por meio dos sistemas classificatórios, considerando que cada cultura constrói significados que instituem sentidos para o mundo. Esses sistemas de classificação, que organizam a vida social, são firmados através de falas e de rituais. (WOODWARD, 2014). As falas e os rituais das

---

<sup>53</sup> O termo *carisma* é utilizado pelas Irmãs da Congregação constantemente, seja nas produções escritas ou nos discursos. Para Falcão (2016) carisma é o “elemento central na vida de uma ordem ou congregação”, podendo ser descrito como o “espírito fundacional, gerado no percurso do(s) fundador(es) e nos seus contextos e que orienta em teoria e prática a nova fundação”. O autor esclarece que “carisma é, pois, o espírito da instituição, nos próprios termos definidos pela Igreja ao defender que o carisma das ordens e congregações religiosas é um dom de Deus, transmitido pelo poder do Espírito Santo”. Na pesquisa desenvolvida, percebeu-se que o carisma é considerado algo inerente à Congregação, tendo sido definido pelo fundador, Giovanni Battista Scalabrini. (p. 282).

missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas se aproximavam da cultura dos migrantes italianos, por serem, marcadamente, uma congregação *italiana*. Por outro lado, havia o desejo de se diferenciarem das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus tanto em relação ao carisma como em relação ao comportamento rotineiro, ou seja, queriam uma *identidade própria*. Como semelhança com as apóstolas, indica-se a fundação da congregação na Itália, em *Lucca*, mesma província em que nasceu o Pe. Marchetti e sua irmã, Madre Assunta Marchetti.

É pertinente afirmar que o esforço de Scalabrini para fundar a congregação feminina foi reforçado pelo Pe. Marchetti, que teve uma decisiva participação, pois, ao ver a desgraça de um pai e de uma criança, ao morrer a mãe da mesma no navio, prometeu cuidar da criança e assim o fez, ao deixá-la em uma casa religiosa. (SLOMP; BARBIERI, 1997, p. 30). De acordo com Signor (1986), em carta de 31 de janeiro de 1895, Marchetti informou Scalabrini sobre seus planos:

A ideia do orfanato agradou a todos, ao Cônsul [...]. O Bispo deu-me um local para a construção muito adequado e muito caro. É sobre uma colina no extremo da cidade de São Paulo. É adequado para a casa, para um lindo jardim, para tudo. Deo Gratias! Mesmo como o havia sonhado. (MARCHETTI, 1895 *apud* SIGNOR, 1986, p. 163).

Na carta mencionada, além de demonstrar preocupação com os emigrantes doentes e a falta de assistência médica, referindo-se ao bispo “a situação de um hospital italiano em fase de acabamento, o Umberto I, hoje hospital Matarazzo, sobre o qual o Cônsul da Itália pedira-lhe para exercer ‘vigilância’”. (SIGNOR, 1986, p. 164). Pe. Marchetti previne Scalabrini sobre a necessidade de contar com o serviço de religiosas, no hospital e no orfanato. (p. 164). Demonstrou já ter tomado providências em relação a esse assunto, ao escrever que já tinha algumas “colombinas de Jesus” prontas para fazer o noviciado. (MARCHETTI, 1895 *apud* SIGNOR, 1986). O termo colombinas “deriva de Cristóvão Colombo, nome dado por Scalabrini à Casa-Mãe da Congregação dos Missionários de São Carlos, em *Piacenza*.”

O fato de Marchetti chamar “colombinas” às futuras Irmãs, evidencia o propósito, tanto dele como de Scalabrini, “de considerar a nascente congregação feminina simplesmente como um ramo da congregação masculina, com os mesmos superiores maiores e com as mesmas regras. (SIGNOR, 1986, p. 164).

Em relação ao nome do orfanato, é possível inferir uma referência direta ao primeiro italiano que atravessou o Atlântico e deu a conhecer aos europeus o novo continente, a América, Cristóvão Colombo. Essa referência, de maneira indireta, aparece na denominação dos

membros das congregações, já que, no século XIX, a América se descortinava como destino de tantos novos emigrados da península itálica, inclusive dos scalabrinianos – colombinos e colombinas – que migravam, acompanhando os conterrâneos.

Na busca pela “fundação de uma Congregação de Missionárias para se dedicarem à instrução e à formação cristã da juventude e das obras sociais em geral” (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO, 1965, p. 12), Pe. Marchetti anuncia à Scalabrini, por intermédio de carta: “Partirá na expedição de julho minha mãe, com as Irmãs, duas noviças que estão em Florença para exercitar-se no espírito de sacrifício e no amor a Deus; duas estão aqui e assim teremos 7 ou 8. Deo Gratias”. (MARCHETTI, 1895 *apud* SIGNOR, 1986, p. 166).

Signor afirma que o início da congregação foi marcado pela informalidade, pois não foi encontrado nenhum decreto, que fosse requerido pela prática canônica. Explica melhor a dificuldade da congregação, ao mencionar que

o instituto scalabriniano feminino é um dos numerosos surgidos nos séculos XIX e XX, reconhecidos depois como congregações religiosas, que mantiveram a vida comunitária, mas não a rígida clausura monástica e que adquiriram solidez, desenvolvendo atividades apostólicas inseridas em diferentes realidades sociais. A congregação mscs seguiu esse novo modelo em que a vida comunitária, a perpetuidade dos votos e uma atividade pastoral própria passaram a constituir elementos característicos que pressupõem um caminho formativo do instituto ao longo dos anos, e circunstâncias ligadas ao período fundacional dificultaram à instituição desenvolver, desde o início, um processo regular de formação da irmã missionária scalabriniana. (SIGNOR, 2007, p. 158).

Signor (1986, p. 166) refere que “a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo começou a tomar forma em *Camaio*, Província de *Lucca*, no outono de 1895”, onde Pe. Marchetti reuniu o primeiro grupo de candidatas que estava disposto a iniciar uma vida religiosa, destinado a exercer sua primeira missão no Orfanato Cristóvão Colombo. A fundação da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas ocorreu no dia 25 de outubro de 1895, na cidade de *Milão*, Itália, quando Dom Scalabrini admite os votos perpétuos do Revmo. Pe. José Marchetti e,

na mesma cerimônia emitem os votos de pobreza, castigo e obediência, por seis meses, nas mãos do fundador, às seguintes candidatas: Carolina Marchetti, Assunta Marchetti, Angela Larini e Maria Franceschini. As duas primeiras, respectivamente, mãe e irmã do Padre Marchetti e as duas últimas antigas paroquianas”. (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO, 1965, p. 12).

Em um primeiro momento, conforme afirma Pe. Marchetti, em carta a Scalabrini, datada de 4 de abril de 1895, as missionárias seriam consideradas damas de caridade e, “quando tiverem dado prova, poderão realmente formar uma congregação; são muito necessárias e sinto que Jesus as quer para afastar um mal na Imigração, que os Padres não poderiam remover”. (SIGNOR, 1986, p. 166). A seguir, é possível observar as primeiras missionárias vestindo hábito e algumas com objetos religiosos, podendo-se destacar uma cruz e, supostamente, uma Bíblia. As Irmãs, ainda consideradas damas de caridade, estão nitidamente organizadas para o retrato, chamando a atenção a Irmã que está de pé, Clarice Baraldi, o que poderia ter o intuito de passar a impressão de naturalidade e, talvez, de certa integração do grupo. No entanto, a percepção é de estão pousando para o registro fotográfico. Conforme a Figura 4, apresentada a seguir, as primeiras religiosas, da esquerda para a direita, são: Angelina Meneguzzi, Angela Larini, Assunta Marchetti, Camila Dal Ri, Clarice Baraldi e Maria Franceschini.

**Figura 4** — Primeiras religiosas scalabrinianas



Fonte: Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo Scalabrinianas (2014, p. 30).

Do grupo de Irmãs que vieram ao Brasil, em 1895, nos primeiros anos de 1900, restou apenas Madre Assunta. Isso pode explicar o fato de Assunta tornar-se uma referência para a congregação, tendo assumido o governo-geral por diferentes gestões no período delimitado neste estudo. Signor (1986) auxilia na compreensão desse dado ao mencionar a saída da Congregação de Carolina Marchetti, mãe de Assunta, em 1897, o falecimento de Angela Larini em 1899 e de Maria Franceschini, em 1902, ambas vítimas de tuberculose. Irmã Maria Bassi e Camila Dal Ri se retiraram da congregação quando houve a fusão com as Apóstolas.

Outra referência é Madre Lúcia Gorlin, que esteve à frente da Província Imaculada Conceição no primeiro ano de sua constituição (1927-1928). Tanto Madre Assunta como Madre

Lúcia Gorlin, representam não só duas referências na congregação em termos de religiosidade, mas também demarcam a etnicidade presente na congregação e no próprio carisma e na missão. Ambas com descendência italiana, tiveram sua biografia compartilhada em livros e livretos. A vida de outras superiores-gerais e provinciais não está disponível através de registro escrito em obras. Indica-se, assim, que foram duas figuras de grande importância na Congregação das Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas. Madre Assunta chega a ser referida como modelo de missionária. No Brasil a referência à Madre Lúcia Gorlin é menos marcada, mas na Itália essa referência é evidenciada.

Pelas pesquisas realizadas, mostra-se que a família Marchetti teve papel fundamental na constituição e continuidade da congregação. Iniciou com a participação de mãe e filha, impulsionadas pelo Pe. Marchetti, no entanto, apenas Madre Assunta permaneceu. A saída da mãe, Carolina Ghilarducci Marchetti, da congregação é explicada, de acordo com o documento intitulado *Brevi Cenni* (Congregazione delle Suore Missionarie di San Carlo Borromeo – Scalabriniane, 1991) a partir do não pronunciamento dos votos simples, perpétuos, em 24 de outubro de 1897, porque “principalmente a conselho do Padre Natal Pigato, no mês de janeiro de 1897, por motivos inerentes à existência e ao futuro do Orfanato e da Congregação das Servas, foi à Itália retornando somente no final do mesmo ano”. (CONGREGAZIONE DELLE SUORE MISSIONARIE DI SAN CARLO BORROMEO – SCALABRINIANE, 1991, p. 11). Na sequência, indica-se a retirada da Irmã por motivos familiares sem maiores explicações:

Aquela veneranda senhora, que desde a morte do Padre Marchetti, havia ocupado o cargo de superiora, cooperando para a fundação e para o bom andamento do Orfanato, não tendo renovado os votos, para obedecer a outras considerações de índole familiar, com autorização de D. Scalabrini, retirou-se à vida privada, no mesmo orfanato. CONGREGAZIONE DELLE SUORE MISSIONARIE DI SAN CARLO BORROMEO – SCALABRINIANE, 1991, p. 11-12).

Na cronologia de Madre Assunta,<sup>54</sup> no ano de 1897, menciona-se: “Mamãe, Carolina, deixa a vida religiosa e retorna à Itália para cuidar dos filhos menores. Perpetuamente em forma privada.” Em outro referencial acerca da biografia de Madre Assunta, de autoria de Bondi (2011), as explicações em torno da saída da sua mãe, também conhecida como Carola, são melhor explicadas, atribuindo-se à perda do filho, mas, também, levanta-se a hipótese de pressão do bispo de São Paulo e do bispo de Curitiba<sup>55</sup>, de acordo com carta de Carolina

<sup>54</sup> Disponível no site *Suore Missionarie di San Carlo Borromeo Scalabriniane* (<http://www.scalabriniane.org/quem-nos-guia-e-nos-inspira/?lang=pt-br#tab-id-2>).

<sup>55</sup> São Paulo e Curitiba são citadas por haver a presença da Congregação dos Missionários de São Carlos nessas localidades. Para aprofundamento teórico acerca da presença da congregação em Curitiba e, especialmente, sobre a escolarização de migrantes italianos, indica-se a tese de Maschio (2012), intitulada: “A escolarização dos

Marchetti remetida ao Pe. Faustino Consoni.<sup>56</sup> Sobre essa questão, há outra carta, do secretário do orfanato, Giuseppe Santanello a Giuseppe Molinari, vigário-geral de São Paulo, remetida do Ipiranga, em 31 de janeiro de 1887 e transcrita por Bondi (2011), em que justifica a saída de Carolina Marchetti por problemas relacionados à saúde mental, especialmente depois da morte do filho.<sup>57</sup>

Carolina volta ao orfanato, no final de 1897, pelo que a referência de Bondi (2011), por questões financeiras, já que precisava de auxílio para o sustento das filhas, que ainda dependiam dela. O desejo de voltar ao Brasil é expressa por Bondi em outro fragmento de carta enviada por Carolina a Dom Scalabrini, com endereço de *Camaioire*, na data de 17 de junho de 1897.

Encontrei-me transtornada por achar-me assim abandonada, ou melhor, desprezada por aquele padre que passou a ser o diretor. Por isso, agora que meu filho está liberado do serviço militar e está para contrair núpcias, estou propriamente decidida de retornar a São Paulo. E se fosse indigna de voltar ao Orfanato como Religiosa, quero voltar ao menos como funcionária, mas morrer onde morreu meu filho. Dirijo-me, portanto ao senhor para que me autorize partir. Aliás, irei antes a Piacenza receber sua bênção e assim continuar até a morte servindo estes pobres órfãos. Estou certa de que Vossa Excelência desejará escrever-me uma carta de obediência como eu vivamente desejo. (2011, p. 87).

A não continuidade da mãe de Assunta Marchetti na congregação e o fato de que, tendo a congregação nascido de um pequeno agrupamento de Irmãs, com votos temporários, menos de dez anos depois, contar com apenas uma pioneira, permitem compreender o papel de destaque assumido por Madre Assunta e a importância das suas ações na continuidade da congregação. Carolina, que também foi superiora, antes de sua filha, retornou ao orfanato como colaboradora, e não mais como religiosa.

---

imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias de *Italianità e Brasilità* (1875-1930)”.

<sup>56</sup> Bondi (2011, p. 86) apresenta fragmento da carta, datada de 10 ago. 1897, disponível no Arquivo Geral das Irmãs Scalabrinianas: “Se parti do Brasil, não foi por minha própria vontade, nem por meu capricho; fui pressionada e, é bom que se diga, que até que aqueles dois Padres não me viram fora do Orfanato, não ficaram contentes; não sei qual seria a intenção deles, mas o certo é que me vi obrigada, embora tenha partido com o coração esperançoso de poder voltar a abraçar os meus órfãos. A causa principal que me fez deixar o Orfanato foi o de haver acordado com o Bispo de São Paulo, juntamente com o de Curitiba, que confirmaram como diretor o Pe. Natale Pigato.”

<sup>57</sup> “Referi acima sobre a saída da Madre Superiora, a senhora Marchetti, mãe do falecido Pe. Giuseppe: é justo que se saiba como aconteceu este fato. Depois da morte do filho e depois de despedir alguns empregados que estavam prejudicando a Casa, a senhora Carola começou apresentar todo o tipo de males, uma espécie de alienação mental, a tal ponto que os médicos aconselharam mudança de ambiente. Foi mandada a um bairro da Cidade, e assistida como se deveria, mas, não dando sinais de melhora, as filhas disseram ao Pe. Natale que a Superiora esteve por nove anos naquelas condições, e que agora, simplesmente havia renovado a antiga doença. Foi então que o Diretor conversou com o Vigário e o Bispo de São Paulo, e estes lhe disseram que era necessário providenciar a qualquer custo uma superiora, não podendo mais contar com a antiga.” (Carta de G. Santanello a G. Molinari, Ipiranga, 31 de janeiro de 1887. In AGSS 1.2.3 *apud* BONDI, 2011, p. 87).



O orfanato, referido muitas vezes nesta pesquisa, está relacionado à constituição da congregação, tendo sido o motivo da partida de Pe. Marchetti e das Irmãs do Porto de Gênova, Itália, no dia 27 de outubro de 1895. “No dia 17 de novembro, aportaram felizes e na Ilha Grande, em águas brasileiras. [...] Na manhã de 20 de novembro de 1895, chegaram a Santos e à tarde, a São Paulo, no bairro do Ipiranga”. (SLOMP; BARBIERI, 1997, p. 37). No dia 8 de dezembro, dia da Imaculada Conceição, as Irmãs foram visitar o orfanato, que já abrigava alguns órfãos e assumiram a direção.

Poucos dias depois de inaugurado o orfanato, a 12 de dezembro de 1895, Marchetti escreveu a Scalabrini, informando-o sobre a repercussão do fato e sobre a boa acolhida à nova congregação, de parte das autoridades locais, civis e religiosas. Na mesma carta solicitava ao fundador o envio da documentação, autorizando e especificando suas atribuições na missão, também em relação às servas e aos futuros missionários. (SIGNOR, 2005, p. 69).

A boa impressão causada pode ser explicada pelo serviço prestado à comunidade, considerando que São Paulo, com intenso fluxo migratório na época, acabava recebendo famílias, muitas vezes em situação de vulnerabilidade, ou mesmo órfãos, que tinham perdido seus pais, ou pelo menos um dos genitores, durante o percurso entre a Itália e o Brasil. Além disso, a chegada de religiosos também era vista com bons olhos, pois a comunidade os tinha como referência e reconhecia o auxílio prestado por eles, em termos espirituais ou pastorais. No entanto, ao mesmo tempo que relata a repercussão sobre o orfanato e a congregação, também solicita documentação que normatizasse sua função, a das servas e a dos missionários. Ou seja, a prática iniciou antes da organização burocrática ou normativa da congregação.

Então, pode-se afirmar que a congregação se constituiu a partir das necessidades percebidas e do fazer cotidiano. Outro fator que pode ter contribuído para a impressão positiva foi a magnitude do prédio construído para abrigar o orfanato Cristóvão Colombo,<sup>58</sup> localizado no alto do Ipiranga e ilustrado na Figura 5.

---

<sup>58</sup> Sobre o orfanato Cristóvão Colombo, indicam-se as pesquisas de Di Siervi (2002), Oliveira (2009) e Lopes (2015).

**Figura 5** — Antiga fachada do Instituto Cristóvão Colombo



Fonte: Festas Jubilares dos Cem Anos do Instituto Cristóvão Colombo — 1995.<sup>59</sup>

A estrutura do prédio, além de demonstrar imponência, permite observar que se trata de um espaço amplo, que, apesar das linhas retas, apresenta detalhes diferentes nas aberturas, sendo algumas em retângulo, outras arredondadas e ainda as que possuem um detalhe em forma de triângulo. Destaca-se, ainda, uma espécie de torre, com uma parte do prédio mais alta do que as demais, que possuem dois andares. O cuidado com os detalhes pode ser percebido também pela existência de pequenas sacadas, que parecem ter a intenção de ser utilizadas como floreiras. Esse detalhe se relaciona com o de manter as árvores e plantas no entorno, destacando-se grandes palmeiras alinhadas em frente do prédio. Ainda há de se considerar que a referida fotografia não foi realizada logo após a construção, pois o prédio demonstra já ter alguns anos de uso e algumas rachaduras.<sup>60</sup>

A pedra fundamental desse orfanato Cristóvão Colombo foi lançada no dia 15 de fevereiro de 1895 e, no dia 8 de dezembro do mesmo ano, o orfanato foi inaugurado. O estabelecimento, que recebia órfãos de qualquer nacionalidade, no início foi dividido em seção masculina e seção feminina, porque

<sup>59</sup> Livro Comemorativo (15.02.1895 – 15.02.1995), cujo exemplar foi doado à pesquisadora em visita ao Instituto Cristóvão Colombo.

<sup>60</sup> Não há registro da data específica da fotografia, por isso, salienta-se que a imagem está no Livro Comemorativo do Centenário da Congregação.

o edifício do Ipiranga, depois seção masculina do Orfanato, estava ainda em fase de acabamento, e já Marchetti encaminhava a construção do novo edifício, em Vila Prudente, que viria abrigar a seção feminina. O terreno de Vila Prudente foi doação da Sra. Maria do Carmo Cypariza Rodrigues e dos Irmãos Falchi. (FRANCESCONI, 1973 *apud* SIGNOR, 1986, p. 165).

Signor (1986) explicita que a seção feminina do orfanato Cristóvão Colombo só pôde ser inaugurada em agosto de 1904, devido à morte inesperada do Pe. Marchetti, em fins de 1896, o que provocou a paralização da obra por algum tempo. Scalabrini esteve presente na inauguração, ocasião em que também visitou os missionários e imigrantes no Brasil (BAGGIO, 2011), conforme se observa na Figura 6.

**Figura 6** — Dom Scalabrini na inauguração da seção feminina do orfanato Cristóvão Colombo



Fonte: Museu dos Padres Scalabrinianos – *Piacenza*, Itália.

Na figura é possível observar vários indícios de ordem e religiosidade, podendo-se citar a organização dos padres, das Irmãs e das meninas atendidas no orfanato. Scalabrini aparece sentado no meio, como figura de destaque, ao lado de outro religioso (também em destaque) com vestuário semelhante ao do então bispo. A partir da análise da imagem e da correlação com

o recorte temporal, indica-se que se trata do 12º bispo de São Paulo, José de Camargo Barros. As alunas com vestidos semelhantes revelam a igualdade de tratamento, havendo apenas duas com vestidos de estampas diferentes.<sup>61</sup> Merecem destaque as Irmãs colocadas entre as alunas, o que possibilita pensar em duas interpretações: cuidado e vigilância. Pela postura das mesmas e havendo a presença do Bispo Scalabrini, entende-se que, nesse contexto, era necessária a disciplina para que as 66 alunas estivessem adequadas ao registro. Duas Irmãs, que estão dispostas na última fileira (de baixo para cima) têm uma das mãos sobre o ombro de duas estudantes. Assim, marcavam o controle na fileira que não tinha a presença de Irmãs, mas de menores colocadas na frente, aos pés dos religiosos. As demais também obedecendo à certa ordem de tamanho, sendo que nas primeiras fileiras (de baixo para cima) estão as menores e, nas últimas, as maiores. A maioria das meninas está na mesma posição, com as mãos sobrepostas e olhando para frente. Algumas, especialmente as menores, descuidaram da pose,<sup>62</sup> para a qual, possivelmente, foram colocadas.

Se, no registro, estava visível o controle do corpo, é possível afirmar que a disciplina estava presente também nas práticas educacionais. “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” são o que Foucault denomina de “disciplinas”. (2010, p. 133). No orfanato Cristóvão Colombo, essa relação de utilidade-docilidade era necessária e estava presente nas concepções e práticas das Irmãs Carlistas-Scalabrinianas.

A imagem demonstra, de maneira geral, o controle do corpo e a disciplina para um registro considerado importante para o orfanato Cristóvão Colombo e para as Irmãs: a visita do fundador da congregação, acompanhado do Papa Pio X. A disciplina, evidente no registro, é explicada por Foucault. Além da disciplina, aparece ainda o cuidado com a aparência, já que as meninas que não estão com os cabelos curtos, estão com ele preso, de alguma maneira, mesmo que parcialmente. Isso indica cuidado com a aparência e com a higiene.

O quadro exposto também revela uma figura religiosa, possivelmente o Papa Pio X, pontífice no período em que ocorreu a visita. Scalabrini, inclusive, pediu permissão, em 1903, ao Papa para visitar os emigrados instalados no Brasil.<sup>63</sup> A relação próxima, ou de respeito aos pontífices, era uma das características de Scalabrini, assim se justificando o cuidado para ter, acima de todos, a imagem do Papa.

---

<sup>61</sup> Segunda fileira de cima para baixo, onde há duas meninas com vestidos iguais, mas com estampas diferentes das demais alunas do orfanato Cristóvão Colombo.

<sup>62</sup> Esse termo é utilizado aqui justamente para marcar a falta de naturalidade e espontaneidade dos sujeitos que estão na fotografia.

<sup>63</sup> Conforme especificado no Capítulo 2, subtítulo 2.2.



A figura a seguir é a reprodução da mesma imagem, que estava exposta no Museu de Scalabrini, localizado na casa provincial das Irmãs, em *Piacenza*. Ou seja, ambos os museus tanto o instituído pelos padres como o organizado pelas Irmãs têm em seu acervo, a mesma foto. Uma diferença fundamental fez com que a foto pertencente ao museu das Irmãs fosse exposta aqui, mesmo que com uma qualidade inferior, devido ao reflexo do vidro que está sobre a foto: alguns sujeitos foram nominados, o que permite uma análise mais profunda. Na primeira fileira de religiosos foram identificados: a Irmã Angelina Meneguzzo, a Madre Lúcia Gorlin, a Irmã Camilla Dal Ri e o Pe. Faustino Consoni; na última fileira, não foi possível decifrar o registro feito em caneta. Na segunda fileira, está identificada Irmã Clarice Baraldini e, na última, estão a Madre Assunta Marchetti, a Madre Borromea Ferraresi e a Madre Antonietta Fontana.

**Figura 7** — Scalabrini na inauguração da Seção Feminina do orfanato Cristóvão Colombo



Fonte: Museu das Irmãs Scalabrinianas – *Piacenza*, Itália.

O número de negros, pelo evidenciado nas figuras anteriores, era muito menor se comparado aos brancos e imigrantes, especialmente italianos. Oliveira e Lombardi (2008) indicam que o orfanato ofereceu educação, assistência religiosa e profissionalização, através de uma formação técnico-profissionalizante, indo além do seu papel social de acolher o imigrante,

o índio, o negro, o abandonado, contribuindo, assim, para a reorganização da sociedade paulistana.

A diferença na educação para meninos e meninas foi percebida no programa do orfanato Cristóvão Colombo. No documento,<sup>64</sup> assinado pelo Pe. Marchetti, consta que o orfanato “tem que educar e fazer bons operários e bons cidadãos dos órfãos dos infelizes emigrantes que sobre o mar, ou nas colônias tenham falecido, deixando ao desamparo seus filhos menores”. (MARCHETTI, 1985). No documento ainda está registrado que se esperava que o programa fosse bem-acolhido pelo povo.

Sobre a escolarização, no programa consta que “aos meninos será ministrado o ensino das primeiras Letras e o das Artes e Offícios segundo a índole e a disposição dos educandos, se contractando para tal fim hábeis mestres e profissionaes”. (MARCHETTI, 1985, s/p). Nesse fragmento, é possível evidenciar a preocupação em desenvolver profissionalmente os órfãos, até para que pudessem se sustentar ao sair do orfanato. Outra preocupação era com os professores e profissionais que educariam esses meninos, mas, para um aprofundamento desse aspecto, é importante buscar elucidar que sujeitos eram esses e qual era sua formação. Sabe-se que as Irmãs foram chamadas a contribuir, sendo essa a maior razão para a criação dessa congregação feminina.

A diferença com o que estava expresso na parte III do programa do orfanato, destinada à educação das meninas, é marcante, pois consta que “às órfãs será ministrada a instrução necessária para a vida prática no fim de formar boas artistas, boas pessoas de serviço e boas donas de casa e mães de família”. (MARCHETTI, 1985, s/p). Aqui, para além das habilidades para serem boas donas de casa e mães, aparece também o ensino de habilidades relacionadas às artes. No livro *Festas Jubilares dos Cem Anos do Instituto Cristóvão Colombo*, está expresso que “os trabalhos abrangiam: todo o leque de serviços domésticos, bordado e tricô”. (1995, p. 34).

Oliveira, ao desenvolver seu estudo sobre a educação scalabriniana no Brasil, desde o final do século XIX até 1940, apresenta dados historiográficos do orfanato Cristóvão Colombo (São Paulo — SP), do Colégio Nossa Senhora Medianeira (Bento Gonçalves — RS) e do Colégio Santa Teresa (Uberaba — MG). A pesquisadora preocupou-se em “construir, historicamente, a identidade do orfanato como uma instituição que cuidou da criança abandonada paulistana e a encaminhou para o mundo do trabalho na Primeira República brasileira”. (2009, p. 144). Ao se referir ao Programa de Ensino de 1901, Oliveira diz que

---

<sup>64</sup> Documento disponível no arquivo da Casa Madre Assunta (ANEXO A).

comungando com os objetivos católicos, apostólicos e romanos, observou-se que, no Orfanato, a prática da instrução moral e cívica ensinava o dever para com a família, com os superiores e com as demais pessoas envolvidas no Instituto e consigo próprio, virtudes como a responsabilidade, o compromisso e o trabalho. Tais assuntos eram ensinados a partir do estudo de um manual de civilidade. Notou-se a similaridade com outros estudos do mesmo período, segundo os quais as escolas enfatizavam a civilidade e instruíaam os alunos por meio de “manuais” que retratavam o modelo de homem que se precisava formar, ou seja, o modelo republicano. (2009, p. 154).

Mesmo que destinadas ao orfanato, com uma missão bem-determinada, reforça-se que “os quinze primeiros anos são assinalados por sacrifícios, controvérsias e lutas, porém de 1910 em diante, a Congregação progride rapidamente, estendendo seu apostolado na parte meridional do País”. (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEIO, 1965, p. 12). É a partir desse período que se observa a instalação de diferentes obras sociais, educacionais e da área da saúde.

Apesar de já estarem atuando no orfanato e em outras obras, especialmente na área da educação, mas também da saúde, o reconhecimento da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas foi emitido em 19 de maio de 1934. Francesconi (1975) transcreve o decreto traduzido do latim:

Benedito Aloísio Masella, Arcebispo de Cesaréia, Núncio Apostólico na República dos Estados Unidos do Brasil, por mercê de Deus e da Sé Apostólica. Decreto de reconhecimento da Congregação Religiosa das Missionárias de S. Carlos Borromeu. Há quarenta anos, aproximadamente, a Congregação das Irmãs Missionárias de S. Carlos Borromeu foi fundada por D. João Batista Scalabrini, Bispo de Piacenza, a pedido de Pe. José Marchetti, da Sociedade dos Missionários de S. Carlos. As Irmãs deste Instituto não só se aplicam à santificação pessoal, mas também à educação cristã da juventude feminina, atendem aos enfermos nos hospitais, e procuram, com todos os meios, conservar e promover a fé e os bons costumes entre os emigrantes italianos no Brasil. Emitem os votos simples, de começo temporários anuais a serem renovados por quatro vezes sucessivas, e perpétuos após um quinquênio. Por disposição do mesmo Bispo Fundador, em 1895 as irmãs vieram para a Arquidiocese de São Paulo, Brasil, onde com o consentimento do Ordinário local se encontra a Casa Geral. Com o auxílio de Deus, paulatinamente, erigiram novas casas, não só na arquidiocese de São Paulo, mas ainda em outras Dioceses do Brasil, dedicando-se à assistência dos enfermos e anciãos, e à educação da juventude nas escolas, orfanatos e internatos. Não tendo sido encontrado o Decreto da primeira ereção, e considerando tudo criteriosamente, em força das faculdades especiais que nos foram concedidas pela Sagrada Congregação Consistorial, PELO PRESENTE DECRETO DECLARAMOS CANONICAMENTE ERETO, e com tal ordenamos que seja reconhecido o INSTITUTO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEU, cujas Constituições foram aprovadas pela Santa Sé, consideradas de acordo com o novo Direito dos Religiosos, sanando, com relação ao passado enquanto se fizer necessário, a deficiência de ereção canônica. Confiamos que as Irmãs Missionárias de S. Carlos, reconhecidas por esse novo benefício divino se comprometerão, com zelo ainda maior, a progredir em todas as suas virtudes a fim de buscar realmente e só a Deus nas obras de caridade, renunciando ao mundo e obedecendo perfeitamente aos mandamentos de Deus para sua maior glória na salvação das almas. Rio de Janeiro, 19 de maio, vigília de Pentecostes, do ano 1934.

Benedito Arcebispo de Cesaréia  
 Núncio Apostólico  
 Frederico Lunardi  
 Auditor da Nunciatura Apostólica. <sup>65</sup> (1975, p. 11-12).

O decreto mostra o difícil percurso da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, considerando ter tido o reconhecimento da Santa Sé apenas 39 anos depois de sua fundação. Antes disso, por alguns anos, “as atuais Missionárias de São Carlos e as atuais Apóstolas do Sagrado Coração<sup>66</sup> formaram uma única congregação denominada, a princípio, de Missionárias de São Carlos e, posteriormente, Apóstolas Missionárias do Sagrado Coração”. (FRANCESCONI, 1975, p. 14).

O primeiro movimento, como mencionado, iniciou em 1895, a pedido de Pe. Marchetti. Esse foi definido por Francesconi (1975, p. 15) como “a primeira experiência vital, que foi a raiz mais genuína da Congregação das Missionárias de São Carlos”. Conforme dito pelo autor, “o segundo passo se verificou com um grupo de noviças, reunido em Piacenza por D. Scalabrini”. (p. 15). A menção às Apóstolas do Sagrado Coração é feita posteriormente, tendo início em 1899, quando um grupo foi aceito “pelo Bispo de Piacenza para que fizesse parte da Congregação feminina, idealizada por ele com o fim de prestar assistência aos emigrantes”. A partir desses acontecimentos, é que “surgiu o Instituto que justamente alcançou, a título oficial, o nome usual de *Scalabrinianas* (ou *Carlistas*). (p. 15).

O novo instituto, que iniciava a sua trajetória sem cumprir com os procedimentos canônicos da época, oferecia às primeiras Irmãs a provisoriedade de quase tudo, até do próprio nome que as identificavam. [...]. Inacabada, a nascente família religiosa assumiu a missão como elemento essencial e, seguindo a dinâmica do velho evangelho, as missionárias traduziram o sentimento de Jesus Cristo em presença pastoral inserida num contexto migratório, dedicando-se naqueles primórdios de modo pleno ao serviço dos irmãos em mobilidade, caminho do Brasil. (SIGNOR, 2005, p. 67).

Pelo exposto, compreende-se que a Congregação das Missionárias de São Carlos Borromeo surgiu em caráter experimental. Signor (2005, p. 66) explica: “O caráter privado da profissão religiosa das quatro primeiras irmãs, as constituições ainda não compiladas, o noviciado por fazer, as circunstâncias, que envolveram a fundação da congregação scalabriniana feminina evidenciam a condição de experimento da mesma.”

<sup>65</sup> Carta do Pe. F. Brescianini ao Pe. F. Consoni, *Piacenza*, Itália, 6/10/1906.

<sup>66</sup> Sobre as Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus e sua relação com a Congregação das Irmãs Missionárias Carlistas-Scalabrinianas sugere-se: WERNET, A. *Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus: 100 anos a serviço do amor*. Bauru: EDUSC, 2000.



Sobre a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, Oliveira defende a tese de que essa

instalou-se no Brasil, impulsionada pelo movimento ultramontano e, ao mesmo tempo, engendrada pelo modo de produção capitalista na Europa e no Brasil. Marca indelével desse processo foi a criação e a consolidação das instituições escolares scalabrinianas, projeto que se desenvolveu atrelado às diretrizes da Igreja Católica, ao projeto scalabriniano e ao ideário republicano. (2009, p. 203).

É importante perceber esse contexto de fundação da congregação e implementação das suas obras, pois “até os anos 1880, as intervenções promovidas pela Igreja italiana para a tutela dos emigrantes foram limitadas e revestidas, no conjunto, por um caráter episódico e marginal”. (SANI, 2017, p. 143). Nos pontificados de Leão XIII e Pio X, presenciou-se uma mudança na atuação da Igreja, podendo-se citar o empenho de Pio X

tanto na intensificação de iniciativas de obras de assistência e na centralização das políticas para apoio às cúrias pastorais dos migrantes, quanto no recrutamento e formação cultural e espiritual do clero destinado a animar a vida religiosa das comunidades de imigrantes italianos no exterior. (SANI, 2017, p. 143).

Apesar de a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas ter sido constituída para atender, especificamente, ao migrante e especialmente aos descendentes de imigrantes italianos órfãos e vulneráveis, outras ordens religiosas instalaram-se no Brasil, devido “às medidas anticlericais do início do século XX”, que incluíam a proibição de lecionar e “movimentou uma quantidade de homens e mulheres especialmente, que partiram, então, para fundar escolas em outros países”. (ROGERS, 2014, p. 58). Algumas congregações femininas e masculinas, que se dispersaram, buscaram a continuidade de suas atividades em outros países.

Observa-se, assim, razões diversas para o estabelecimento delas no Brasil, resultando, no entanto, em um mesmo movimento: abertura de escolas confessionais católicas, especialmente pelas congregações que já possuíam instituições de ensino no país em que estavam instaladas anteriormente. No Rio Grande do Sul, constata-se a vinda de diferentes congregações, podendo-se citar, na Região Colonial Italiana, no período de 1875 a 1930, de acordo com Luchese (2008), os Capuchinhos, as Irmãs de São José de Moûtiers, as Irmãs do Puríssimo Coração de Maria, os Irmãos Maristas, os Irmãos da Doutrina Cristã (Lassalistas), os Padres Passionistas, os Josefinos e também as Irmãs de São Carlos, dentre outras.

A Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos, ligadas diretamente aos padres scalabrinianos, estava, como mencionado, relacionada à migração italiana. A justificativa

vincula-se à italianidade, pois para além de fortalecer a fé católica, havia a intenção de enaltecer a cultura e o patriotismo italianos, tanto pelos padres como pelas Irmãs das congregações scalabrinianas. Os scalabrinianos envolveram-se com esse ideal e incorporaram à sua missão o que pode ser observado nos escritos do Pe. Rinaldi, em 1933, a partir de sua vivência no Rio Grande do Sul, de acordo com a transcrição de Azzi:

As escolas particulares, geralmente abertas e mantidas em favor dos nossos imigrados através da obra do sacerdote, durante anos esperaram em vão a colaboração do governo italiano. Hoje recebem auxílio das autoridades brasileiras, com a obrigação do ensino do idioma nacional, abolindo-se a língua italiana, o que apressa naquela região a decadência da nossa bela língua. As escolas da nossa paróquia estão ainda imunes desta ruptura. Embora de duzentas mais ou menos, são relativamente poucas em confronto com todas as escolas italianas particulares do Rio Grande do Sul. No dia em que ao trabalho do governo estadual e municipal se unir o do episcopado brasileiro com relação ao ensinamento religioso, ainda ministrado no nosso idioma, a Itália perderá o mais forte vínculo com os seus filhos distantes. (1988, p. 290).

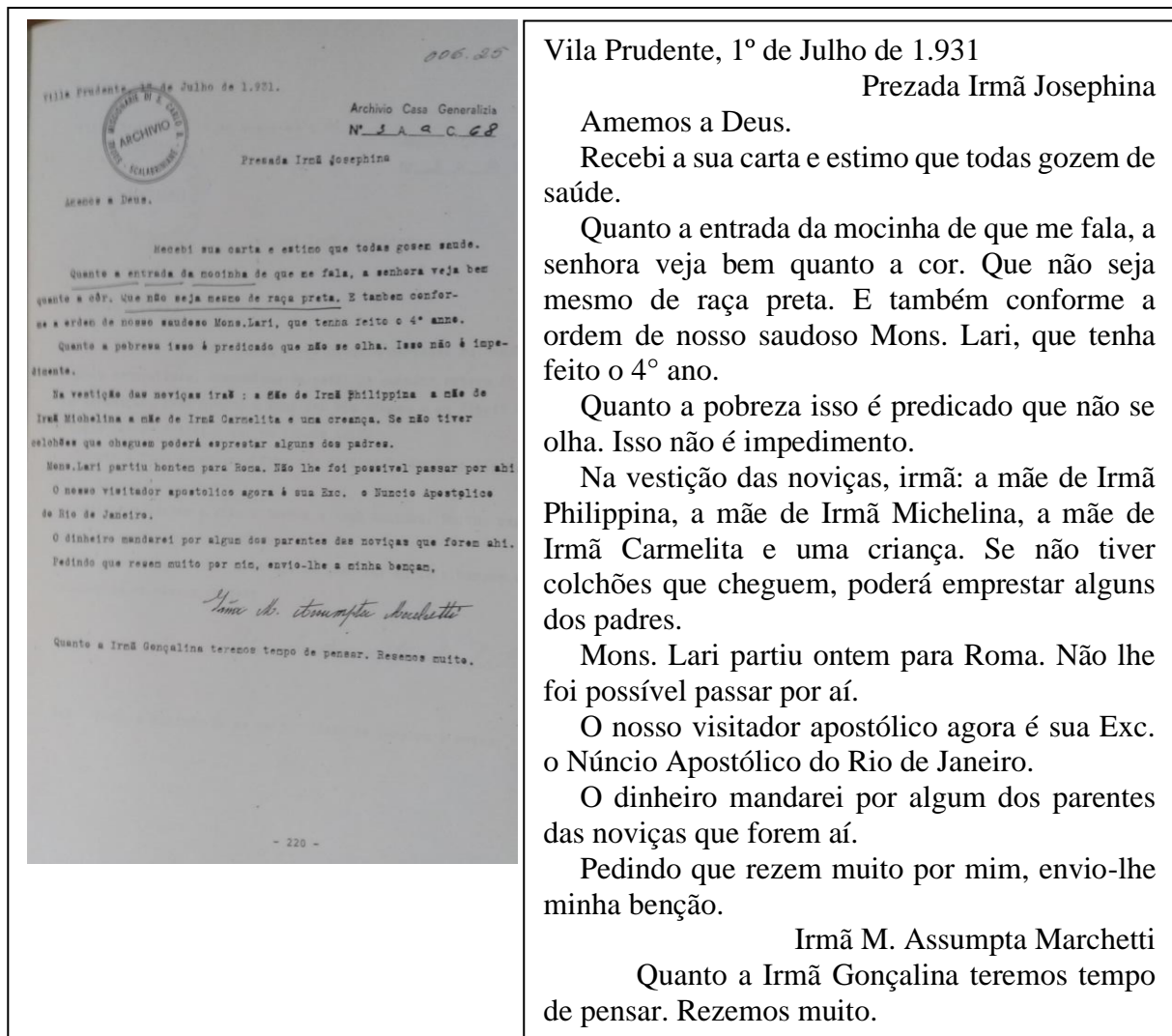
O fragmento escrito pelo padre scalabriniano mostra a preocupação com a manutenção do vínculo com a cultura italiana, sendo a escola e, mais especificamente, o ensino religioso, já que havia o interesse de manter não só a língua, mas também a fé católica, um importante meio de garantir esse fim. O interesse relacionava-se não só aos imigrantes italianos, mas também aos filhos desses imigrantes, que poderiam não conhecer a cultura da Itália, se o ensino fosse ministrado exclusivamente em língua italiana. Ainda, pelo exposto, há a indicação de que, para os padres de descendência italiana, a Itália e, logicamente, sua cultura, eram superiores ao Brasil. Por isso, o interesse não só em atender aos migrantes italianos, mas preservar a cultura deles.

Azzi (1988) manifesta que os padres tinham um instituto específico de italianos, que visava ao atendimento de imigrantes. Isso também é observado na congregação feminina scalabriniana, no entanto, por ter começado a formação no Brasil, constata que as noviças, futuras Irmãs, eram brasileiras, mesmo que muitas de descendência italiana. Esse indício foi comprovado em cartas da Madre Assunta Marchetti, que, em correspondência à Irmã Josephina, em julho de 1931, reforça o cuidado para que não haja a admissão de alguém da “raça preta”, conforme pode ser detectado na Figura 8<sup>67</sup>.

---

<sup>67</sup> Ao lado da figura, apresenta-se a transcrição, na íntegra, da carta com adequações ortográficas e gramaticais, respeitando as normas vigentes da língua portuguesa. No entanto, é importante mencionar que, em suas cartas, Madre Assunta utiliza, muitas vezes, um vocabulário mais coloquial e mistura a ortografia da língua portuguesa com a da língua italiana, havendo alternância da língua e dos códigos linguísticos empregados.

**Figura 8** — Carta de Madre Assunta à Irmã Josephina

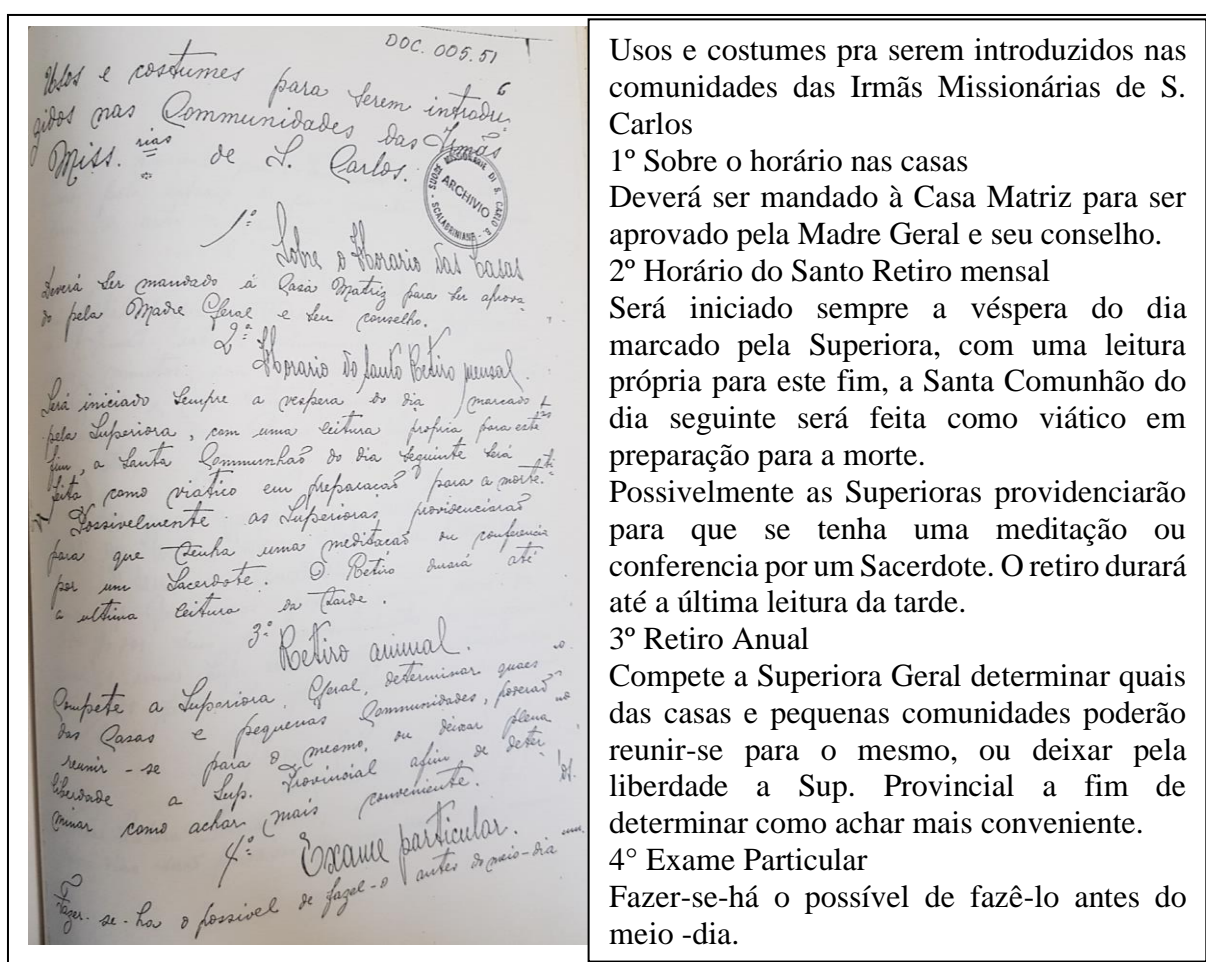


Fonte: Arquivo da Casa Geral, Roma — Itália.

Infere-se, assim, que como os padres scalabrinianos, havia também entre as irmãs a vinculação com a etnicidade italiana, havendo de maneira mais clara, o cuidado com relação à seleção de postulantes, para que fossem de cor branca. Cuidava-se também da escolarização, já que havia a prerrogativa que tivessem o quarto ano. A exigência da escolarização, indicava o perfil que de missionárias que a congregação buscava. Durante o noviciado, haveria continuidade dos estudos e depois as irmãs poderiam assumir obras da Congregação. Em relação às irmãs que atuavam nas escolas carlistas-scalabrinianas, percebe-se que a escolarização era importante pois, como docentes, elas transfeririam o que aprenderam, para suas alunas. Ou seja, havia uma transmissão cultural, onde o que foi aprendido passava a ser ensinado. E, apesar de documento mencionar que a pobreza não deveria ser observada, os dotes para entrar na congregação não deixavam de ser um aspecto de seleção das ingressantes.

Nos “usos e costumes para serem introduzidos nas comunidades das Irmãs Missionárias de São Carlos”, de janeiro de 1929, são observados regramentos em relação: aos horário nas casas; horário no Santo Retiro; retiro anual; exame particular; leitura espiritual à mesa; quantia que a superiora pode gastar sem consultar seu conselho; os protetores da Congregação de São Carlos; recreio; dias de recreios extraordinários; hábitos das Irmãs. Tal documento parece indicar a primeira normativa em relação à congregação e indica aspectos importantes para pensar a organização das Irmãs Carlistas — Scalabrinianas, como pode ser analisado nas Figuras 9, 10, 11 e 12 e 13.

**Figura 9** — Usos e costumes das comunidades das Irmãs Missionárias de São Carlos — I



Fonte: Arquivo da Província Imaculada Conceição — 1929.

O documento sobre usos e costumes, de 1929, indica, através das cinco páginas escritas a mão, o regramento da congregação, visando que as comunidades tenham rotinas institucionalizadas. Por terem tido algumas dificuldades na formalização da congregação, esse

documento indica a organização interna das missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas o que, provavelmente, facilitou o entendimento e a execução das regras. Os usos e costumes,<sup>68</sup> aqui, podem ser entendidos como uma lei, justamente por regerem o cotidiano da congregação e denotarem a necessidade de organizar a ação coletiva.

Certeau (1994, p. 83), ao discorrer acerca do cotidiano, sustenta que “toda a sociedade mostra sempre, em algum lugar, as formalidades a que suas práticas obedecem”. A formalidade, percebida no documento e que orientava as práticas cotidianas da congregação, demonstra a preocupação com a religiosidade, tendo instruções dirigidas especialmente para tal e também com a disciplina relacionada às rotinas ou às vestimentas da congregação, como poderá ser percebido na continuidade do documento, exposta nas figuras a seguir.

O 1º *regramento*, sobre o horário das casas, estipula que a organização do tempo deverá ser aprovada pela Madre-Geral e seu conselho. Ou seja, apesar de poderem sugerir a melhor organização do tempo, com horários que organizassem a rotina, haveria de ter a aprovação da superiora. Esse aspecto pode ser notado mais do que a hierarquização dentro da congregação e destacada a principal figura de autoridade, que fica nítidas no texto, pois podia haver, também, a preocupação com a padronização desses horários com a Casa-Geral e com as outras casas da comunidade das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabriniana, já que havia o interesse de que os usos e costumes fossem semelhantes, a partir de uma identidade própria da congregação. Ou seja, pretendia-se padronizar as maneiras de fazer, que para Certeau (p. 92), podem ser distinguidas, pois “assimiláveis a *modos de emprego*, essas ‘maneiras de fazer’ criam um jogo mediante a estratificação de funcionamentos diferentes e interferentes” (1994, p. 92), ou seja, com diferentes “*maneiras de utilizar* a ordem imposta do lugar ou da língua. Sem sair do lugar onde tem que viver e que lhe impõe uma lei, ele aí instaura *pluralidade* e criatividade”. (CERTEAU, 1994, p. 93).

As maneiras de fazer das missionárias deveriam seguir o regramento, no entanto, poderia haver diferença nos usos, mesmo que se buscasse uma padronização. Certeau (1994, p. 93) faz uso do termo “*usos*, embora a palavra designe geralmente procedimentos estereotipados recebidos e reproduzidos por um grupo: seus “usos e costumes”. Ainda, é possível inferir que a não adaptação dos usos e costumes poderia levar à desvinculação de uma Irmã da Congregação. Por isso, esse documento pode ser pensado como um instrumento de rigoroso controle por parte das autoridades eclesiais, nesse caso, a Madre Assunta e o visitador apostólico Mons. Egidio Lari, o que desempenha um papel de civilidade na congregação. É

---

<sup>68</sup> Sobre esse tema, sugere-se aprofundamento em Thompson (1998) e Certeau (1994).

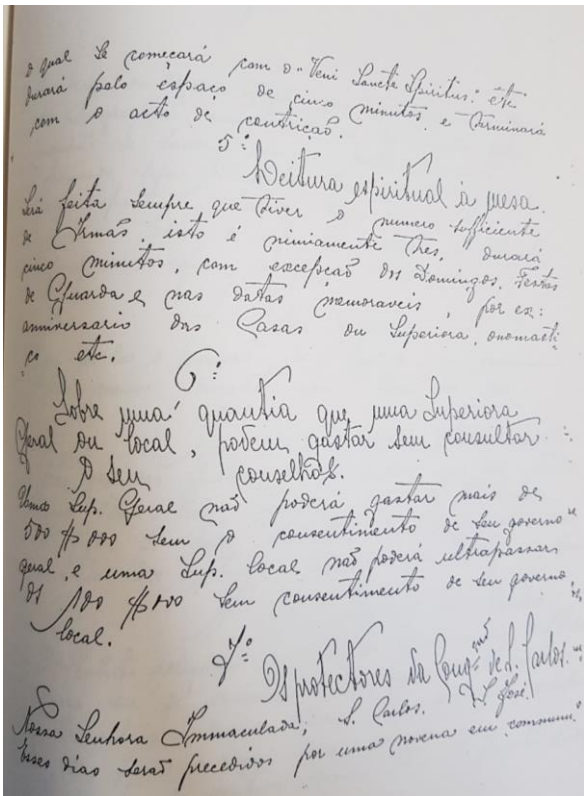
preciso pensar sobre essa civilidade, especialmente ao considerar as palavras de Revel (1991, p. 208) de que “a civilidade é o que sobra quando não se aprendeu nada”.

A partir do que foi dito, reflete-se acerca dos usos e costumes e do quanto eles podem auxiliar no desenvolvimento de uma civilidade. Essa civilidade estaria sendo produzida a partir da repetição de usos e costumes impostos. Por isso, compreende-se que esses usos e costumes regularam a organização da congregação.

Reafirma-se que as autoridades é que determinavam ou aprovavam essa organização, já que, no 3º item, novamente, a definição dos retiros anuais fica a cargo das superiores. Estipula-se a preferência para o exame particular, que deveria ser feito antes do meio-dia. Ou seja, na primeira parte dos usos e costumes que deveriam ser introduzidos nas comunidades da congregação, os regramentos dizem respeito, especialmente, à organização dos tempos e espaços para as práticas religiosas. Destaca-se que o título deixa visível que deveriam ser introduzidos, o que indica que essa normativa ainda não estava em vigor, pelo menos não como regramento, enviado por escrito às comunidades.

No entanto, supõe-se que, na prática, alguns desses itens já estiverem sendo executados, pois a vida em comunidade pressupõe organização e, em sendo essa comunidade religiosa, possivelmente, havia alguma combinação em relação à organização dos tempos e espaços, inclusive em relação aos destinados à catolicidade. Na figura a seguir, apresenta-se a continuidade dos usos e costumes, em que não só aparece a organização em relação à religiosidade, mas também em relação às finanças das comunidades.

**Figura 10** — Usos e costumes das comunidades das Irmãs Missionárias de São Carlos — II



O qual se começará com o "Veni Sancte Spiritus" etc. durará pelo espaço de cinco minutos e terminará com o ato de contrição.

5° Leitura espiritual à mesa  
Será feita sempre que tiver o número suficiente de irmãs, isto é, minimamente três, durará cinco minutos, com excepção dos Domingos, festas de Guarda e nas datas memoráveis, por ex. aniversário das casas ou superiora, onomástico, etc.

6° Sobre uma quantia que uma Superiora geral ou local podem gastar sem consultar o seu conselho.  
Uma Sup. Geral não poderá gastar mais de 500\$000 sem o consentimento de seu governo geral e uma Sup. Local não poderá ultrapassar os 100\$000 sem consentimento de seu governo local.

7° Os Protetores na Congregação de São Carlos  
Nossa Senhora Imaculada, São Carlos, São José. Esses dias serão precedidos por uma novena em comum.

O qual se começará com o "Veni Sancte Spiritus" etc. durará pelo espaço de cinco minutos e terminará com o ato de contrição.

5° Leitura espiritual à mesa  
Será feita sempre que tiver o número suficiente de irmãs, isto é, minimamente três, durará cinco minutos, com excepção dos Domingos, festas de Guarda e nas datas memoráveis, por ex. aniversário das casas ou superiora, onomástico, etc.

6° Sobre uma quantia que uma Superiora geral ou local podem gastar sem consultar o seu conselho.  
Uma Sup. Geral não poderá gastar mais de 500\$000 sem o consentimento de seu governo geral e uma Sup. Local não poderá ultrapassar os 100\$000 sem consentimento de seu governo local.

7° Os Protetores na Congregação de São Carlos  
Nossa Senhora Imaculada, São Carlos, São José. Esses dias serão precedidos por uma novena em comum.

Fonte: Arquivo da Província Imaculada Conceição.

O exame particular de cada uma das missionárias também deveria seguir uma regra, indicando-se como deveria começar, quanto deveria durar e como deveria terminar. O início é através do *Veni Sacte Spiritus* (Vinde Santo Espírito), que é também chamada de Sequência de Pentecostes. Entre o início e o fim, haveria liberdade, já que o próprio termo indica que é um exame particular e, por fim, deveria ser rezado o ato de contrição. A oração que se apresenta em diferentes versões, tem o objetivo de expressar a tristeza pelos pecados cometidos.

A leitura à mesa também é regrada, devendo ter pelo menos a presença de três Irmãs, apontando que, além da preocupação com a espiritualidade, também havia o interesse em prezar pelos momentos em grupo, momentos em que as atividades religiosas deveriam ser feitas com integrantes da comunidade.<sup>69</sup>

<sup>69</sup> As comunidades dizem respeito às Irmãs que dividem a mesma casa, com objetivos bem-definidos. No período mencionado, a congregação estava dividida em duas províncias: São Paulo e Rio Grande do Sul, tendo ocorrido essa organização desde 1927. Atualmente conta com seis províncias, 159 comunidades e mais de 800 Irmãs. Disponível em [www.scalabriniani.org](http://www.scalabriniani.org); [www.scalabrinianas.org.br](http://www.scalabrinianas.org.br). Acesso em: 20 out. 2017.

Em relação à organização financeira, foi determinado que haveria uma quantia para a superiora-geral ou provincial utilizar, a partir de uma decisão própria, mas se passasse dessa quantia, deveria haver aprovação por parte dos conselhos. Ainda: havia diferença entre os valores, sendo que a superiora-geral teria a liberdade de gastar cinco vezes mais do que a superiora provincial, sem passar pela aprovação do conselho. Entende-se que essa autonomia estava relacionada à proporção do que a cada uma delas deveria responder, sendo a superiora-geral a responsável por toda a administração da congregação. Os valores, possivelmente, eram utilizados para a manutenção diária das casas e das atividades, especialmente para itens de primeira necessidade e que não tivessem valores tão elevados. Os gastos que extrapolassem o limite poderiam ser feitos apenas após a aprovação do governo, geral ou provincial. Em 1929, ano em que foram redigidos os usos e costumes da congregação, faziam parte do governo-geral a Madre Superiora, nesse caso, Madre Assunta Marchetti, e quatro conselheiras, tendo, no ano citado, as seguintes Irmãs conselheiras: Angelina Meneguzzi, Lúcia Gorlin, Imacolata Milette e Terezinha do Menino Jesus. O quarto governo-geral atuou de 1927 a 1931.

No item 8 são indicados os protetores da congregação sendo eles, além de São Carlos, Nossa Senhora Imaculada e São José. Tanto é que os nomes desses dois santos também foram utilizados na denominação de províncias: a Imaculada Conceição, em Caxias do Sul — RS — Brasil e a São José, situada em Piacenza — Itália.<sup>70</sup> Para os santos<sup>71</sup> deveriam fazer uma novena em comunidade.

Para finalizar a análise da Figura 10, indica-se novamente, a preocupação com as rotinas envolvendo a catolicidade, pois aparece uma nova variável: a financeira. Na sequência, continua a normatização envolvendo a religiosidade e acrescenta a instrução a respeito das vestimentas, conforme está expresso na Figura 11.

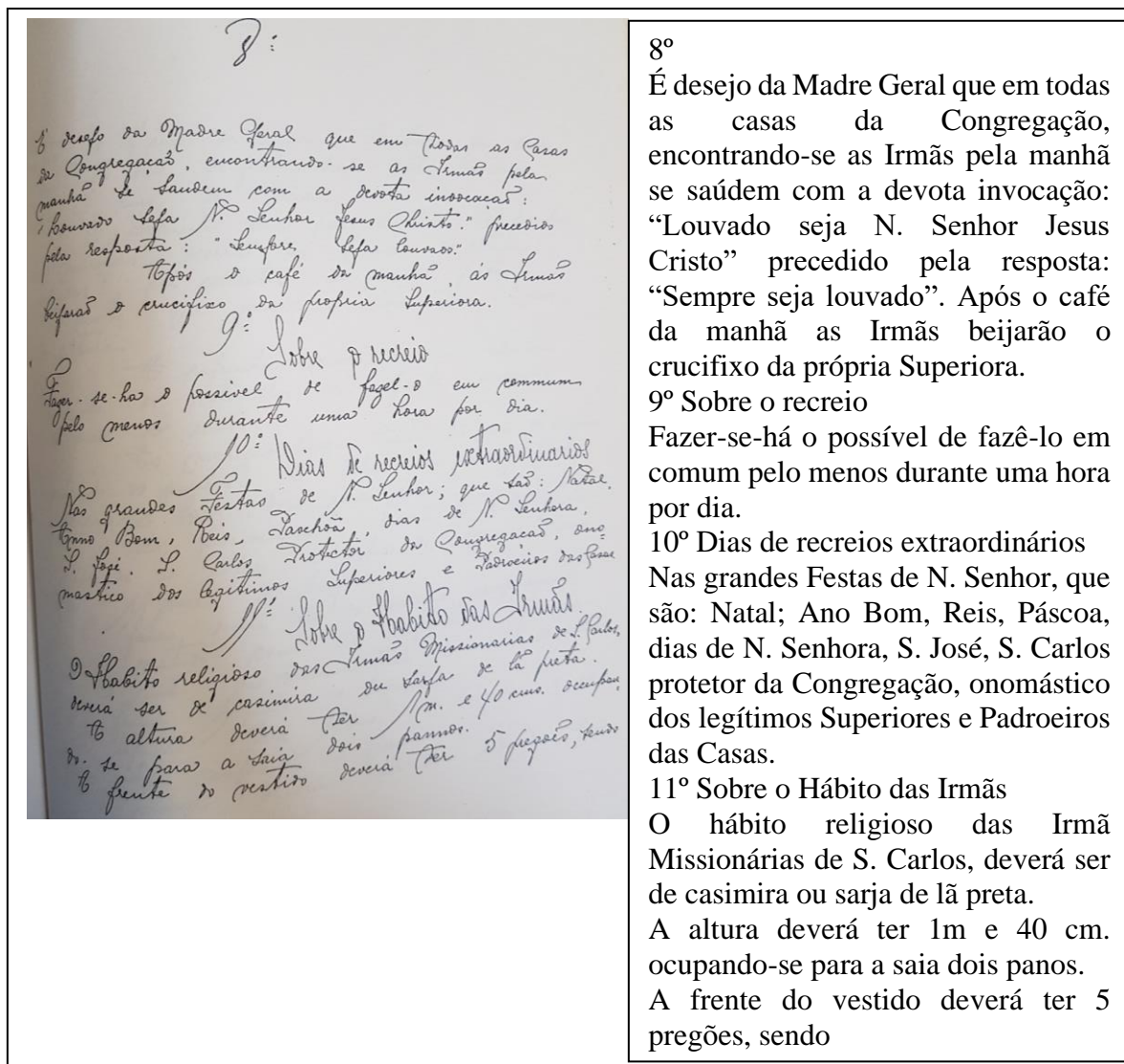
---

<sup>70</sup> As duas províncias mencionadas – Imaculada Conceição e São José – foram visitadas pela pesquisadora. Uma por estar situada no Rio Grande do Sul e ser a principal fonte de pesquisa e a outra por ser considerada a Casa-Mãe da congregação.

<sup>71</sup> Sobre a escolha desses santos, não se obteve clareza. No entanto, sobre São Carlos ser o padroeiro a justificativa concentra-se na própria escolha – e admiração – de Giovanni Battista Scalabrini, fundador da congregação.



**Figura 11** — Usos e costumes das comunidades das Irmãs Missionárias de São Carlos — III



Fonte: Arquivo da Província Imaculada Conceição.

Religiosidade, autoridade e a relação entre as Irmãs são categorias observadas no item 8. A obrigatoriedade de saudação provoca a relação entre as Irmãs, relação essa, pela via das saudações, que deveriam ser de respeito, não só entre elas, mas de respeito e louvor a Jesus Cristo. Na sequência, depois do café, tinham de beijar o crucifixo da superiora. Novamente a autoridade é posta e ressaltada. Possivelmente o café era um momento de compartilhamento com todas as Irmãs e com a presença da superiora, por isso, o beijo no crucifixo era feito após, pois todas elas estariam presentes.

Sobre os recreios também é mencionado que, pelo menos, por uma hora, deveria ser feito em horário comum com as outras missionárias, incentivando, assim, o convívio entre elas.

No entanto, havia os dias de recreios extraordinários. Disso se interpreta que haveria mais tempo livre.

O último item, que inicia na Figura 11 e termina na Figura 13, estipula o modelo e o tecido das vestimentas.<sup>72</sup> O hábito, de cor preta, deveria ser confeccionado em tecidos específicos e com um comprimento determinado, assim como com os detalhes previamente estabelecidos, conforme pode ser notado também na figura a seguir.

**Figura 12** — Usos e costumes das comunidades das Irmãs Missionárias de São Carlos — IV

<p>     O cinto de 7 cus. de largura. A barra da saia terá 22 cus. de forro sendo esta baseada sob 7 cus. da terra.      O corpinho será preso a saia. Os punhos das mangas deverão ter 7 cus. de altura, fechados por colchetes de pressão pretos.      O cinto que prende a saia terá 3 cus. de altura.      A capinha deverá ser bem redonda cobrindo os cotovelos, e a frente descendo 5 cus. do cinto.      As mangas largas terão 22 cus. de largura cobrindo os punhos. A dobra das mesmas terá 15 cus. - de laro -, digo para cima.      O véu possivelmente deverá ser de lã preta, cobrindo a capa, a dobra do mesmo deverá ter 11 cus. de largura.      A faixa deverá ser do mesmo comprimento que o vestido com as respectivas franjas.      O cinto da mesma terá 6 cus. de altura e a faixa 11 cus. de largura.      O capucho terá 17 cus. de largura, o comprimento conforme a pessoa.      A murça, deverá ser bem redonda, sendo   </p>	<p>     estes de 7 cm. de largura. A barra da saia terá 22 cm. de forro, sendo esta baseada sob 7 cm. da terra.      O corpinho será preso a saia. Os punhos das mangas deverão ter 7 cm. de altura, fechados por colchetes de pressão pretos. O cinto que prende a saia terá 3 cm. de altura.      A capinha deverá ser bem redonda cobrindo os cotovelos e a frente descendo 5 cm. do cinto.      As mangas largas terão 22 cm. de largura cobrindo os punhos. A dobra das mesmas terá 15 cm. - de laro - digo, para cima.      O véu possivelmente deverá ser de lã preta, cobrindo a capa, a dobra do mesmo deverá ter 11 cm. de largura.      A faixa deverá ser do mesmo comprimento que o vestido com as respectivas franjas.      O cinto da mesma terá 6 cm. de altura e a faixa 11 cm. de largura.      O capucho terá 17 cm. de largura, o comprimento conforme a pessoa.      A murça deverá ser bem redonda, sendo   </p>
--	--

Fonte: Arquivo da Província Imaculada Conceição.

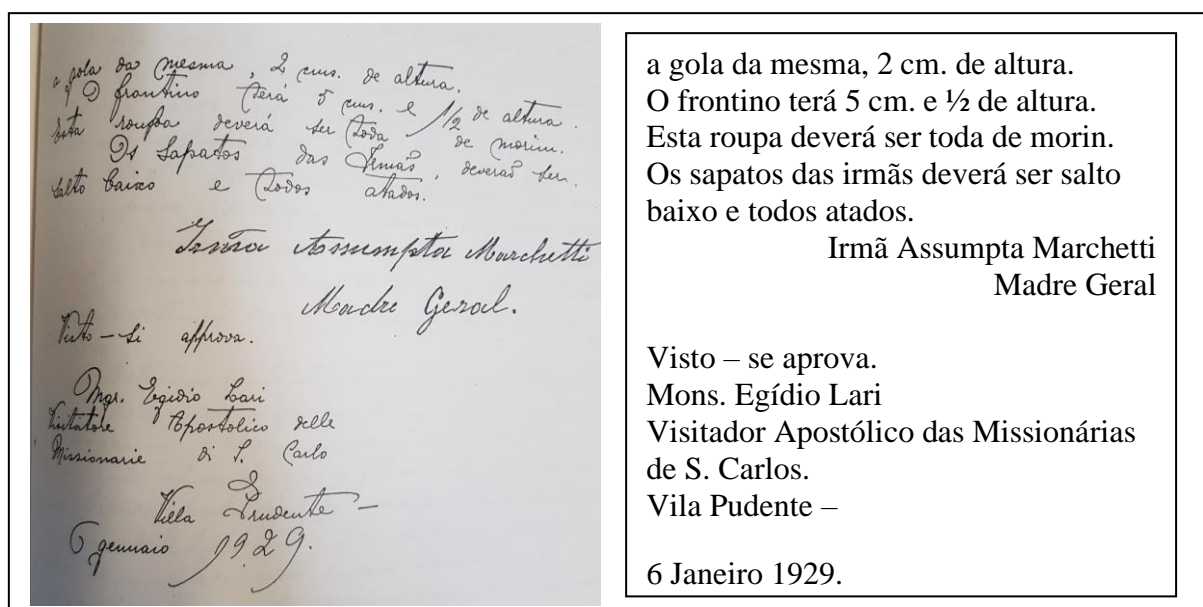
Na Figura 12, há a continuidade das indicações a respeito da vestimenta. Sobre o hábito, exposto na figura anterior, assim como o vestido que compõe esse hábito. Como continuidade,

<sup>72</sup> Atualmente, é de livre escolha das Irmãs o uso ou não do hábito. No entanto, no recorte-temporal da pesquisa, era de uso obrigatório, o que estava relacionado não só a padronização, mas também à concepção das religiosas em vigor na época e o status que a vestimenta poderia representar.

especifica-se o corpinho, a capinha, as mangas, o véu, a faixa, o cinto, o capuz e, por último, a murça.<sup>73</sup> Entende-se que a estipulação de todos esses detalhes padronizaria a vestimenta das Irmãs, com o cuidado em relação ao comprimento das peças, para que pudessem cobrir partes algumas do corpo, com o objetivo não só de preservar, ou seja, não tornar público, mas também de aquecer. Os tecidos também tinham relação com a temperatura e a espessura o suficiente para não ficar transparente. Com o uso do hábito, poucas partes do corpo ficavam à mostra. Mesmo assim, elas poderiam ser reconhecidas como religiosas, não importando o local em que estivessem. Isso poderia trazer benefícios, já que aos religiosos, no período estudado, era dada uma importância diferenciada, com *status* de poder e conhecimento atrelados a eles.

A última imagem que corresponde aos usos e costumes da congregação finaliza a questão da vestimenta citando os sapatos. Teriam o cuidado de que não fossem de salto alto. Isso também regula a vestimenta, podendo promover mais conforto e agilidade, mas também menos demonstração de sensualidade, já que o salto alto, culturalmente, está relacionado à sexualidade. Observa-se, na figura 13, a continuidade da referência à murça, informações sobre o frontino (parte frontal) e os sapatos:

**Figura 13** — Usos e costumes das comunidades das Irmãs Missionárias de São Carlos — V



Fonte: Arquivo da Província Imaculada Conceição.

Levanta-se a hipótese de que o calçado deveria ser mais fechado, por isso informou-se que todos deveriam ser atados. Assim, haveria a garantia, além de que o calçado fosse de salto

<sup>73</sup> Pequena capa usada por cima da sobrepeliz. Sobrepeliz – capa que cobre os ombros – paramento litúrgico.

baixo, também de que fosse mais fechado. Então, nem só os usos, mas também os valores morais, interferiam na definição da vestimenta.

Não só a forma e o movimento do corpo servem como referencial para a elaboração das formas vestimentares. O vestuário adapta-se ao ambiente natural ou ao ambiente urbano; ao mesmo tempo, aponta as relações sociais presentes na sociedade em que é usado; por fim, tende a sinalizar os aspectos do indivíduo, inserindo-o no grupo social do qual faz parte. (NACIFL, 2007, p. 9).

Depreende-se, a partir do exposto, que o hábito utilizado pelas Irmãs missionárias apontava à categoria a que elas pertenciam (de religiosas) o que as distinguiu no ambiente em que estavam inseridas e, ao mesmo tempo, promoviam a identificação do grupo ao qual pertenciam. Evitava-se mais do que a demonstração de aspectos relacionados à sexualidade, mas também, evitava-se que existisse vaidade em relação às vestimentas. Assim, a vaidade poderia ser demonstrada apenas no cuidado com a roupa ou no orgulho de poder usar um hábito, o que diferenciaria religiosas e leigas.

Por fim, Irmã Assunta Marchetti assina o documento, que é aprovado pelo visitador apostólico Mons. Egidio Lari, em 6 de janeiro de 1929. Assim, como mencionado, expressa-se a autoridade de Assunta, que no período em que esse documento foi redigido, era superiora-geral.

Para finalizar, conclui-se que a organização da congregação esteve diretamente relacionada ao contexto de emigração da Itália, tendo sido iniciativa de Giovanni Battista Scalabrini, com o auxílio do Pe. Giuseppe Marchetti. A primeira missão dirigida a órfãos migrantes italianos, foi assumida durante o processo de fundação da Congregação. Por isso, a regulamentação, com usos e costumes para serem introduzidos nas comunidades das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas, é posterior, de 1929, conforme exposto.

Entende-se, assim, que essa congregação foi se constituindo no fazer cotidiano, o que, possivelmente, gerou mais inseguranças, tensões e necessidades de tomadas de decisão de maneira intempestiva. As missionárias foram aprendendo a ser religiosas, servas dos órfãos e abandonados do Exterior, como eram reconhecidas no início enquanto realizavam sua missão. Por isso, os padres scalabrinianos e a Igreja Católica, de maneira mais abrangente, estiveram tão presentes, servindo como referência e como agentes de controle. Os padres, mais do que isso, foram ordenadores e mantenedores da congregação, que *a priori* surgiu para atender às necessidades dos próprios scalabrinianos, no atendimento dos órfãos do orfanato Cristóvão Colombo – seção feminina e seção masculina.

Sobre o contexto migratório-educacional do Rio Grande do Sul, no final do século XIX e início do século XX, pode-se afirmar que era marcado pelo déficit, apresentando fragilidade em termos de infraestrutura, escolarização e até mesmo religiosidade. Por isso, tendo sido apresentado o processo fundacional das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas e a regulação ocorrida após a fundação da congregação, abordar-se-á, no próximo capítulo, como as Irmãs se instalaram no Rio Grande do Sul.

### 3 CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO – SCALABRINIANAS NO RIO GRANDE DO SUL

Migram as sementes nas asas do vento. Migram as plantas de um continente a outro, levadas pelas correntes das águas. Migram os pássaros e os animais. E mais do que todos, coletiva ou individualmente, migra o próprio homem, sempre como instrumento da Providência, que preside os destinos Humanos, inclusive através de catástrofes, rumo à meta final que é o aperfeiçoamento do homem sobre a terra.<sup>74</sup>

A migração, evidenciada na obra de Scalabrini, marca o carisma das Irmãs de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, assim como o movimento realizado pelas próprias Irmãs para atenderem a migrantes instalados no Brasil. A primeira obra, assumida pelas missionárias, já estava instalada na capital São Paulo, e a segunda, no interior do Rio Grande do Sul, em Bento Gonçalves, construída pelas próprias Irmãs, designadas a oferecer educação católica aos *italianos*<sup>75</sup> instalados no município e na região. “O trabalho missionário da Congregação no Sul, se inicia, portanto, na área da educação. Nove de fevereiro de 1915 – eis o primeiro dia de uma história que hoje soma mais de 100 anos.” (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, 2016, p. 48).

No entanto, há indicações nas contribuições de Azzi (1988) que esse movimento foi tensionado. O autor afirma que, de 1915 a 1919, foram fundadas obras em Bento Gonçalves, Farroupilha e Nova Bréscia. No entanto, “em seguida, em vista da divergência do bispo de São Paulo com relação à ereção de um noviciado, a congregação esteve à beira de uma divisão”. (AZZI, 1988, p. 182). Sobre esse tensionamento, indica-se que

a superiora geral Vicentina Campos, gaúcha de Alegrete, eleita em 1924, sob o nome religioso de Maria da Divina Providência, residindo em São Paulo, era favorável a um rápido abrasileiramento da congregação. Chegou-se mesmo a pensar numa mudança do nome das religiosas para clementinas, o que veio agravar ainda mais a tensão. (AZZI, 1988, p. 182).

A solicitação para que as Irmãs do Rio Grande do Sul se separem das religiosas de São Paulo teria acontecido, de acordo com Azzi (1988, p. 183), em 1925, através de um ofício enviado à Santa Sé, em que elas revelam a preocupação em permanecer com o objetivo de “conservar a fé e a piedade dos emigrados”. Em trecho do ofício, reproduzido por Azzi (1988),

<sup>74</sup> Fragmento de autoria de Giovanni Battista Scalabrini, retirado do Projeto Político-Pedagógico: Rede ESI, da congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas – Província Cristo Rei; Província Imaculada Conceição; e Província Nossa Senhora Aparecida. (2012, p. 7).

<sup>75</sup> Utilizou-se a designação para evidenciar que mesmo sendo migrantes saídos da península itálica e instalados no Rio Grande do Sul, eram conhecidos como *italianos*, tendo-se construído uma identidade cultural específica e um fortalecimento étnico quando já estavam no Brasil.

percebem-se as relações de poder e a diferença de objetivos das Irmãs pertencentes à comunidade de São Paulo em relação aos das Irmãs do Rio Grande do Sul:

No cumprimento desta missão, as irmãs scalabrinianas<sup>76</sup> têm dedicado todos os seus esforços e toda a sua vontade. E Deus abençoou suas pobres fadigas, tanto que hoje, a zona colonial do altiplano do Rio Grande conta com cinco colégios frequentados unicamente por filhos de italianos, os quais recebem a instrução e a educação cristã que de outra forma viria a lhes faltar. Para atender aos numerosos e urgentes pedidos destas boas populações que lhes pedem para abrir outros colégios, as irmãs, há tempo, haviam solicitado à Superiora Geral a autorização para abrir um noviciado em Bento Gonçalves, que recolhesse as numerosas vocações das colônias, visto que em razão da grande distância de São Paulo, do clima muito diferente, as filhas destes colonos se recusam no noviciado de São Paulo. (AZZI, 1988, p. 183).

A citação indica a necessidade de Irmãs formar noviças e a dificuldade pelo fato de essa formação ser oferecida apenas em São Paulo, até o ano de 1927. No entanto, é importante mencionar que houve outros tensionamentos e, ao que tudo indica, tanto pela Congregação ir se constituindo no seu fazer diário, como também pelas relações de poder entre as Irmãs que atuavam em diferentes localidades. Para situar, registra-se que, em 1907, conforme mencionado no capítulo anterior, as Irmãs se separaram das Apóstolas do Sagrado Coração por diferenças no carisma, assim como não teve efetividade a parceria com as Filhas de Sant'Ana, mesmo que algumas Irmãs tivessem sido destinadas a trabalhar no hospital Cristóvão Colombo, em New York.

Conforme mencionado por Francesconi (1975), em 1925, evidenciou-se um tensionamento dentro da própria congregação, por diferenças entre as missionárias que atuavam em São Paulo e as que estavam à frente das obras no Rio Grande do Sul. Diante do exposto, solicitam a troca de nome, o que não ocorreu, sendo a situação resolvida pela Sagrada Congregação Consistorial, com o afastamento da Irmã Maria da Divina Providência dos Campos do cargo de Superiora-Geral, havendo nova eleição, passando Assunta Marchetti a ser a nova Superiora Geral. Com a eleição da nova Superiora, Madre Assunta Marchetti, que tinha nacionalidade italiana e que se tornou Irmã juntamente com a fundação da congregação, o tensionamento foi amenizado. No entanto, continuava sendo necessário buscar certa autonomia para o Rio Grande do Sul, considerando o aumento do número de obras e a necessidade de formação na própria região.

---

<sup>76</sup> A grafia original dessa citação é “escalabrinianas”, mas escolheu-se manter uma grafia uniformizada em todo o texto.

Foi, inclusive, a Sagrada Congregação Consistorial<sup>77</sup> que assumiu diretamente a direção das Irmãs, como fazia com os scalabrinianos. (AZZI, 1988, p. 183). A intervenção da Santa Sé Apostólica, que ocorreu devido à grave crise de identidade que a Congregação estava vivendo, incluiu a prescrição da separação do instituto scalabriniano feminino em duas regiões: São Paulo e Rio Grande do Sul. Para cada região deveria ser eleita uma superiora. (Signor, 2005). Indica-se, assim, que, desde o início da constituição da congregação, houve alianças, rupturas e tensionamentos, causados, inclusive, pelas relações de poder. A comunidade de Irmãs estava dividida, nitidamente, por estado.

O reconhecimento da congregação se deu através de um decreto de Pio XXI, de 13 de janeiro de 1934, “aprovando ad experimentum, por sete anos, as novas constituições, que legitimaram a Congregação como Instituto Religioso de Direito Pontifício”. (ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, 2016, p. 36). A Congregação, após 39 anos, ainda procurava sua legitimidade e fora reconhecida, mas a título provisório por sete meses, ou seja, ainda havia um período de experiência. No Rio Grande do Sul, as Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas, já tinham fundado 13 instituições, mais a sede provincial, ainda estavam buscando sua identidade regulamentada.

Nesse período, em que a congregação foi reconhecida, havia duas províncias: a de São Paulo e a do Rio Grande do Sul, denominada, mais tarde, de Imaculada Conceição. Dez anos após a criação da segunda província, retornaram a Itália, onde criaram a terceira província, que depois se expandiria para outros países. Pelo exposto, conclui-se que as Irmãs sentiam necessidade de se instalar na Europa, mais especificamente, na Itália, por serem, reconhecidamente, uma congregação italiana, mesmo que a participação de italianas tivesse ocorrido especialmente na sua fundação. Depois, tornou-se comum a participação de brasileiras, pois era neste país em que estavam situadas as casas de formação.

Assim, depois de fundarem cinco escolas na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, na Serra gaúcha, fundaram a Sede Provincial, em 1927, e, no mesmo ano, o primeiro noviciado, denominado São Carlos. Começaram suas obras na área da saúde. Mesmo que o tensionamento, que poderia levar à cisão da congregação ou à troca do nome, tenha sido amenizado, apenas dois anos depois é fundada a Província, podendo esse ser um indicativo para resolver as diferenças entre as missionárias de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

---

<sup>77</sup> A Sagrada Congregação para a construção de igrejas e as providências consistoriais foi instituída pelo Papa Sisto V, em 1588, e reordenado por Pio X, com “a constituição apostólica *Sapienti Consilio* de 29 de junho de 1908, que ampliou notavelmente as atribuições, assinalando, entre outras coisas, as competências relativas à construção das dioceses, a eleição dos bispos e a vigilância sobre o governo pelas dioceses, a administração, disciplina e ordenamento dos estudos dos seminários eclesiais”. (SANI, 2017, P. 167).



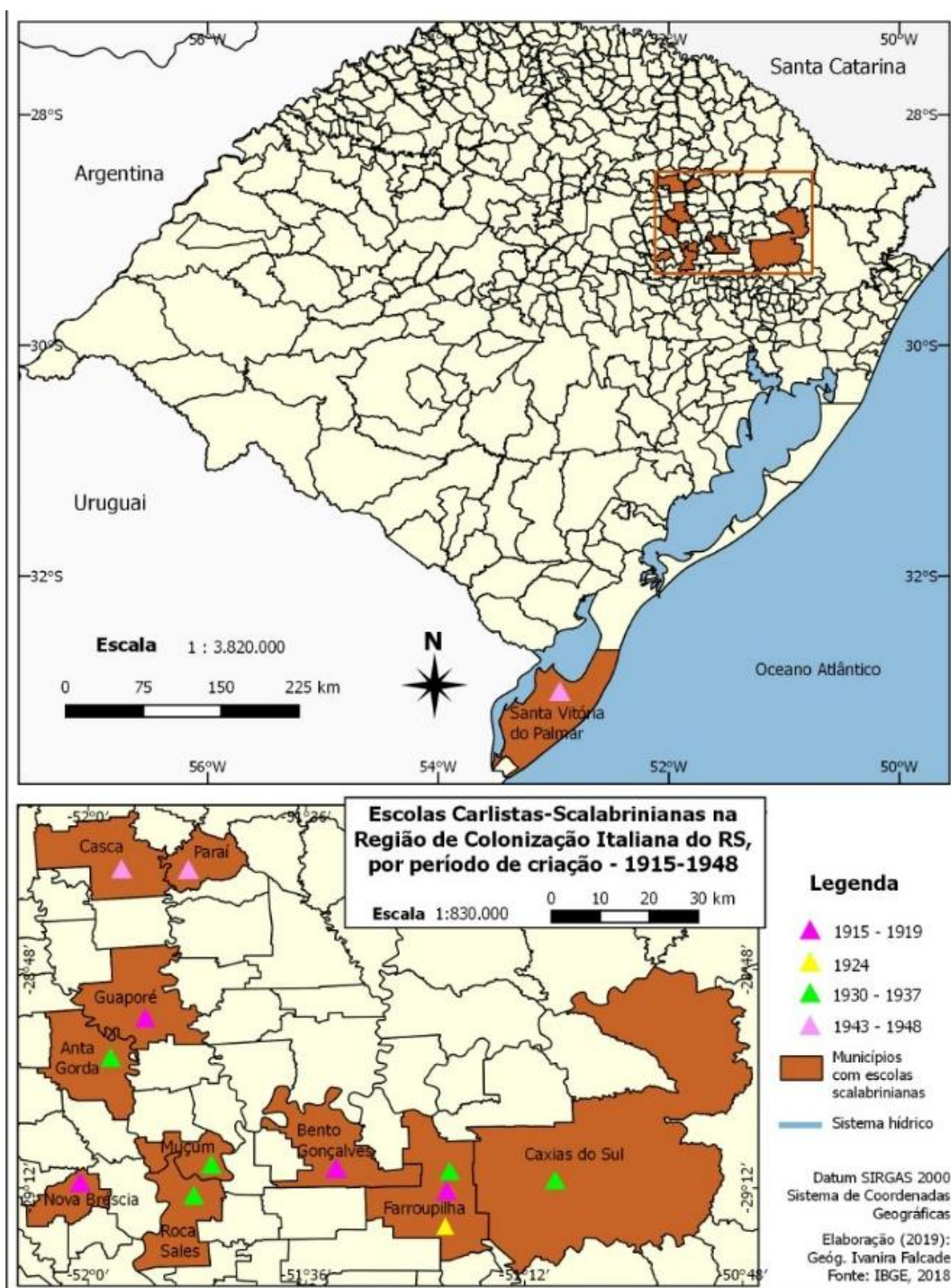
As primeiras obras estavam localizadas todas na Região Colonial Italiana (RCI), sendo essencialmente em educação e em saúde. Em 1946, teve início a primeira casa assistencial, localizada na região sul do estado, distante das obras fundadas até aquele momento. Assim, verifica-se a expansão das obras para a região sul do estado, não estando unicamente dirigidas aos migrantes italianos, mas atendendo, especialmente, a migrantes, sejam eles de outra nacionalidade ou até de entre estados e municípios brasileiros.

Inicialmente, as Irmãs estiveram presentes na RCI, havendo expansão para a região centro-oriental do Rio Grande do Sul, depois para a região Sul do estado. O estabelecimento na capital do estado, iniciou em 1950, com a criação do Hospital São Manuel. Atualmente, a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas tem sua sede em Roma e possui, ao todo, seis províncias, com suas respectivas sedes administrativas: Piacenza (Itália); Illinois (Estados Unidos da América); São Paulo (SP); Várzea Grande (MT); Porto Alegre (RS); e Caxias do Sul (RS).

As escolas, assim como as demais obras, foram instaladas inicialmente na RCI, havendo, apenas em 1948, a instalação de um colégio na região sul do estado. Verifica-se que a fundação da escola ocorreu após a inserção da primeira casa assistencial localizada na região sul do Rio Grande do Sul, conforme mencionado. Na Figura 14, apresenta-se o mapa do RS com destaque aos Municípios que receberam escolas das Missionárias de São Carlos, no período de 1915 a 1948.

O mapa situa as escolas carlistas-scalabrinianas no Rio Grande do Sul, indicando não só a localização, mas também o período de criação dentro do recorte temporal proposto (1915-1948). É possível observar que, nas três primeiras décadas de atuação no Rio Grande do Sul, as Irmãs estiveram presentes apenas na RCI. No final da última década proposta para este estudo (a de 1940) é implantada uma escola na região sul do estado, em Santa Vitória do Palmar. De 1915 a 1919, foram criadas quatro escolas no RS. Na década seguinte, em 1924, apenas uma escola foi fundada, em Município que já contava com a presença das Irmãs Carlistas — Scalabrinianas. No entanto, a Escola Santa Cruz foi instalada com o objetivo de atender a comunidade do interior do Município.

**Figura 14** — Escolas Carlistas-Scalabrinianas no Rio Grande do Sul segundo o período de criação, 1925 — 1948



Fonte: IBGE (2018). Elaborada por Ivanira Falcade (2019).

Na década de 30, mais especificamente de 1930 a 1937, foram inauguradas cinco escolas na RCI, indicando o período com o maior número de criação de escolas pelas Irmãs missionárias. Novamente, implanta-se uma escola, a terceira, em Farroupilha, no interior do Município, na localidade de Caravaggio. Sobre a Escola Nossa Senhora de Caravaggio, Signor (2007, p. 93) refere que “a presença das irmãs de São Carlos junto às crianças *da terra de Maria* teve como objetivo *glorificar a Santíssima Virgem que ali manifesta quase de modo visível a sua especial assistência e atrair sobre a congregação suas maternas bençãos*”. (Grifo nosso). Ou seja, indicam o atendimento a crianças, através de curso elementar e enfatizam a religiosidade. Por último, na década de 40, foram instaladas mais três escolas no Município, sendo uma no sul do estado, região em que as Irmãs estavam presentes, há dois anos, com a casa de assistência social.

Através do mapa, é possível perceber que as escolas atendem, nas três primeiras décadas, especialmente à RCI, que em 1948 são fundadas duas escolas: uma na região onde as Irmãs estavam bastante presentes, RCI, e outra no sul do estado, onde estavam iniciando sua inserção. Evidencia-se, assim, que as escolas foram criadas para atender aos migrantes, especialmente italianos, mesmo que em 1948 tenham ampliado as escolas para regiões em que a migração era de diferentes etnias.

Outro aspecto que merece destaque é a abertura de três escolas em Farroupilha, em localidades diferentes, para atender às comunidades do interior. Estima-se que esse processo ocorreu, pois, no Município, não havia escolas de outras congregações, diferentemente de alguns municípios como Bento Gonçalves e Caxias do Sul e, que, por possuir comunidades formadas por migrantes italianos, assim como párocos também italianos, a inserção da congregação, com obras na educação, foi estimulada. A análise da implantação de escolas no Rio Grande do Sul será apresentada no decorrer deste capítulo e os aspectos voltados à educação, especialmente, no que diz respeito às orientações da mantenedora, serão aprofundadas no próximo capítulo.

Para melhor compreender o processo de instalação das Irmãs no Rio Grande do Sul, é importante reforçar que é nesse estado que inicia a segunda missão educacional com sede em Bento Gonçalves. A pedido do Padre Henrique Poggi, na época Vigário da Paróquia Santo Antônio, Madre Assunta Marchetti, em 9 de fevereiro de 1915, envia a Bento Gonçalves as Irmãs: Madre Lúcia Gorlin, Borromea Ferraresi, Josefina Oricchio, Maria de Lourdes Martins e Joana de Camargo. É sob a direção dessas Irmãs que tem início a Província Imaculada Conceição. (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO, 1965).

O pedido para abertura da escola indica a relação entre os padres de descendência italiana e as Irmãs carlistas-scalabrinianas, constituindo-se uma relação de subserviência e de complementariedade nas obras. Os párocos eram vistos, pela comunidade católica, como detentores do saber e de poder, por serem representantes da Igreja. Por conseguinte, às irmãs também era conferido o status de saber e poder pela comunidade, mesmo que na relação com os padres elas eram mais dependentes e submissas, especialmente nos anos iniciais da congregação feminina.

Apesar de Poggi não ser da congregação scalabriniana, no período em que foi fundada a escola, havia uma forte referência dos padres chegados da Itália, pois, de acordo com Rizzardo (1990), não se sabia se eram membros ou não da congregação, devido à facilidade de se agregar ou desvincular do Instituto Scalabriniano. Essa constatação reforça o papel na etnicidade na solicitação e na fundação de escolas no Rio Grande do Sul. Nota-se que, apesar de ser um padre secular, e só posteriormente fazer parte da congregação, Poggi tinha proximidade com os scalabrinianos e estimulou a instalação de Irmãs da Congregação Carlita-Scalabriniana em Bento Gonçalves, para dirigirem a primeira escola confessional-católica do Município. O pedido dessa escola partiu do próprio pároco de Bento Gonçalves, que enviou, através do Padre scalabriniano Carlo Porrini, o pedido à Superiora-Geral, Madre Assunta Marchetti. Pode-se afirmar que a vinculação italiana e a necessidade de uma escola com viés religioso promoveram a constituição da primeira escola da Congregação das Irmãs Carlistas — Scalabrinianas, quando nem a própria congregação estava devidamente constituída.

Além da busca por legitimação da congregação, também pode-se constatar a busca de independência pelas missionárias carlistas-scalabrinianas. Em 19 de maio de 1931, quando ocupava o lugar de Madre-Geral, Madre Assunta, de Vila Prudente, enviou a uma superiora e às Irmãs da comunidade, uma solicitação para que cuidassem do que comentavam com as outras comunidades e com os padres, destacando-se o seguinte fragmento:

Aviso, que tudo o que acontecer na COMUNIDADE cubram com o manto da caridade, e não ir falar em outras COMUNIDADES, e menos ainda com os padres. E se for alguma coisa que prejudica a COMUNIDADE, então é dever da superiora falar ou escrever para a Madre Provincial e esta tomará providência, com toda a prudência e caridade como é seu dever. (ARQUIVO DA PROVÍNCIA IMACULADA CONCEIÇÃO).

A relação entre Irmãs e padres, apesar de necessária, era revestida de cuidado. Na solicitação, fica claro que desejavam que os conflitos fossem resolvidos dentro das comunidades ou por intermédio da Superiora-Geral. Algumas Irmãs estavam levando

informações para outras comunidades ou para os padres, e isso atrapalhava as relações dentro da própria comunidade. Lê-se desse fragmento a autoridade da Madre-Geral, assim como o poder que era conferido aos padres dentro da congregação.

Para a comunidade que convivia com as religiosas e os padres, para além dos muros da Congregação Carlita-Scalabriniana, instituía-se poder aos religiosos, que não estava presente apenas na repressão, mas nos conhecimentos que lhe eram atribuídos, o que os tornava referência na comunidade, que buscava orientação e auxílio para diferentes áreas de sua vida, podendo-se citar a assistência religiosa, na saúde e nas relações sociais com pares e com a própria família.

Para Foucault (2018, p. 45), o poder se mantém e é aceito, pois “permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso”. Por isso, ele (o poder) vai além da função de reprimir, “é como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social”. Essa rede produtiva fica evidenciada na função desempenhada pelos religiosos que, de certa forma, impulsionou a implementação de obras educacionais, de saúde e sociais da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas.

Voltando à abertura da primeira escola da congregação, informa-se que foi autorizada por Dom João Becker, Arcebispo de Porto Alegre, com o intuito de que “os filhos das *famílias dignas* de Bento Gonçalves pudessem receber *sólida educação e uma boa instrução, segundo as normas traçadas pela Santa Igreja*”. (SLOMP; BARBIERI, 1997, p. 54, grifo dos autores). Este fragmento foi transcrito da obra de Luchese (2015a). Ele concede autorização, dada pelo bispo, para o funcionamento da escola e foi encontrado na correspondência do arquivo da Paróquia Santo Antônio, em Bento Gonçalves — RS:

Dom João Becker. Por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre. [...]. Atendendo ao que nos requer o R. P. Henrique Domingos Poggi, havemos por bem conceber como de fato pela presente portaria concedemos que as Irmãs Missionárias de São Carlos fundem uma escola paroquial aqui em Bento Gonçalves. Muito recomendamos às dignas famílias da referida Vila a nova escola paroquial, na certeza de que seus queridos filhos receberão uma sólida educação e uma boa instrução, segundo as normas traçadas pela Santa Igreja. Outrossim, esperamos e estamos certos que as beneméritas Irmãs Missionárias de São Carlos correspondam aos nossos desejos e aos sacrifícios que os paroquianos de Bento Gonçalves fazem para manter a nova escola. E registramos aqui os nossos aplausos e louvores ao zelo [do] vigário da freguesia, o qual não mede esforços para promover o ensino cristão. [...]. Esta nossa portaria será lida a estação da missa conventual, na matriz Bento Gonçalves e no ato da inauguração da nova escola. Dada e passada em Nossa Câmara Eclesiástica, sob o sinal de Nosso Vigário Geral e selo de nossas armas, aos 25 de fevereiro de 2015. Mons. D. Luiz Mariano da Rocha. (2015a, p. 238-239).

Pelo exposto, destaca-se a formação de “famílias dignas” e a centralidade da evangelização, de acordo com os pressupostos da Igreja Católica. Entende-se por *famílias*

*dignas* as com valores e costumes católicos, que possuíam condições financeiras, já que havia a cobrança de mensalidade no educandário, e que participavam da sociedade respeitando as normas sociais e os valores morais. Ainda, observa-se que, no período de implantação das instituições, o apoio da Igreja pareceu ser fundamental. Slomp e Barbieri mostram o termo de visita do Mons. Amleto Giovanni Cicognani, visitador apostólico, feito ao então Colégio São Carlos, hoje denominado Colégio Nossa Senhora Medianeira, situado em Bento Gonçalves:

Como recordação da visita feita ao Colégio São Carlos onde as beneméritas Irmãs Missionárias, há vários anos, desenvolvem sua missão religiosa em uma obra altamente educadora em favor dos filhos das famílias italianas aqui emigradas, imploro a Deus as mais escolhidas bênçãos, para que tanto bem possa continuar com sempre maior incremento, como seu zelo faz esperar. A próxima abertura do hospital de Bento Gonçalves seja outro campo da sua caridade cristã e ação benéfica. O senhor as recompense atendendo às suas aspirações e realizando cada uma de suas esperanças. (1997, p. 54-55).

Tal depoimento mostra a importância da missão scalabriniana em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, primeiramente na educação, depois estendendo-se à área da saúde. Ao tecer comentários elogiosos às Irmãs, o visitador apostólico, no caso citado, mas também os padres e as autoridades locais, promoviam as instituições carlistas-scalabrinianas. Evidencia-se essa constatação através do número de alunos na inauguração da escola, pois, de acordo com a Associação de Pais e Mestres do Colégio Nossa Senhora Medianeira, iniciaram as aulas, em Bento Gonçalves, menos de um mês após chegarem à Serra gaúcha. “Reuniram cerca de 50 estudantes, e as aulas foram ministradas em italiano, a pedido do cônsul da Itália.” (2016, p. 48). Com essa afirmação, corrobora-se a influência direta do governo italiano na escolarização dos migrantes italianos e de seus descendentes, instalados em solo gaúcho. As escolas abertas são citadas no documento alusivo ao cinquentenário da Província Imaculada Conceição. A seguir, são listadas todas as escolas da Província, fundadas no período de 1915 a 1948.

#### **Quadro 8** — Escolas de atuação dessa congregação

(continua)

<b>Data</b>	<b>Nome</b>	<b>Localidade</b>	<b>Diocese</b>
1915	Escola Nossa Senhora Medianeira <sup>78</sup>	Bento Gonçalves	Caxias do Sul
1917	Ginásio Nossa Senhora de Lourdes	Farroupilha	Caxias do Sul
1917	Escola Normal Scalabrini	Guaporé	Passo Fundo
1919	Escola Sagrado Coração de Jesus	Nova Bréscia	Santa Cruz

<sup>78</sup> Na sua fundação, o colégio denominava-se São Carlos.

(conclusão)

1924	Escola Santa Cruz	Farroupilha	Caxias do Sul
1930	Escola Santa Teresinha	Anta Gorda	Santa Cruz
1931	Ginásio São José	Roca Sales	Porto Alegre
1933	Ginásio São Pio X	Muçum	Caxias do Sul
1936	Colégio São Carlos	Caxias do Sul	Caxias do Sul
1937	Escola Nossa Senhora de Caravaggio	Farroupilha	Caxias do Sul
1943	Escola Sant'Ana	Paraí	Caxias do Sul
1948	Ginásio São Luís	Casca	Passo Fundo
1948	Colégio São Carlos	Santa Vitória do Palmar	Pelotas

Fonte: Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo (1965, p. 15).

Além das escolas, citam-se: o Seminário São Carlos (Guaporé, 1939); o Noviciado São Carlos (Caxias do Sul, 1927); o Instituto — ICAT (Roca Sales, 1943); a Casa de Assistência Social (Rio Grande, 1946); e 14 hospitais situados na região. (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEIO, 1965, p. 15).

Para ter uma maior compreensão das obras da congregação, destacam-se, no Quadro 9, a fundação das instituições, no período de 1915 a 1948, pertencentes, atualmente, à Província Imaculada Conceição e à Província Cristo Rei.<sup>79</sup>

#### Quadro 9 — Fundação das Instituições no Rio Grande do Sul (1915-1948)

(continua)

Fundação	Supressão <sup>80</sup>	Instituição <sup>81</sup>	Localização
1915	-	Colégio São Carlos/Colégio Medianeira	Bento Gonçalves
1917	-	Escola Nossa Senhora de Lourdes	Farroupilha
1917	-	Colégio Scalabrini	Guaporé
1919	1987	Colégio Sagrado Coração de Jesus	Nova Bréscia
1924	1975	Escola Paroquial São Carlos (Santa Cruz)	Nova Milano — Farroupilha
1927	-	Sede Provincial - Imaculada Conceição	Bento Gonçalves (até 1958) e Caxias do Sul

<sup>79</sup> As obras estão destacadas por cores, de acordo com as categorias: escola (amarelo); sede provincial (vermelho); seminário/ noviciado/ pensionato (azul); saúde (verde), e assistência pastoral (cinza).

<sup>80</sup> Os campos com hífen (-) indicam que a instituição ainda está em funcionamento. Onde há o termo *pastoral*, significa que as Irmãs continuam presentes, mas apenas com serviço de pastoral, ou seja, não são responsáveis pela administração da instituição. E ainda: onde há *encerraram suas atividades*, o ano de fechamento ainda não foi localizado, mesmo que pesquisado em fontes documentais ou questionado a sujeitos pertencentes à história da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas.

<sup>81</sup> A denominação das instituições foi alterada no decorrer do tempo, considerando as determinações legais.



(conclusão)

1927	- Pastoral	Hosp. Dr. Bartolomeu Tacchini	Bento Gonçalves
1927	1955	Noviciado São Carlos	Bento Gonçalves/Caxias do Sul
1931	-	Colégio Santa Teresinha	Anta Gorda
1931	-	Colégio São José	Roca Sales
1932	1972	Hospital Roque Gonzales	Roca Sales
1933	1979	Colégio São Pio X	Muçum
1934	1936 <sup>82</sup>	Pensionato Dom Bosco	Caxias do Sul
1934	1937	Sanatório São José	POA
1935	1992	Hospital São Carlos	Farroupilha
1936	-	Colégio São Carlos	Caxias do Sul
1937	1982	Escola Nossa Senhora de Caravaggio	Caravaggio — Farroupilha
1937	- <sup>83</sup>	Hospital Nossa Senhora Aparecida	Paraí
1938	1981	Hospital Santo Antônio	Sarandi
1939	1987	Seminário São Carlos	Guaporé
1939	1968	Hospital Dr. Renato Del Mese	Caxias do Sul
1940	Encerraram suas atividades	Hospital Nossa Senhora de Lourdes	Nova Bassano
1942	Encerraram suas atividades	Hospital Padre Catelli	Anta Gorda
1942	Encerraram suas atividades	Hospital São João Batista	Nova Bréscia
1943	1968	Instituto de Clínicas Alto Taquari	Roca Sales
1943	1991	Hospital São Francisco de Borja	Guaporé
1943	1992	Colégio Sant'Ana	Paraí
1945	1971	Hospital Militar	Bento Gonçalves
1946	Encerraram suas atividades	Escola Nossa Senhora de Fátima	Caxias do Sul
1946	-	Casa de Assistência Social (Casa da Menina)	Rio Grande
1948	Encerraram suas atividades	Hospital Nossa Senhora Aparecida	Muçum
1948	1982	Colégio São Luís	Casca
1948	-	Colégio São Carlos	Santa Vitória do Palmar

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa realizada.

<sup>82</sup> Em 1936 o Pensionato Dom Bosco transformou-se em Colégio São Carlos.

<sup>83</sup> As Irmãs Carlitas — Scalabrinianas continuam como parceiras, apesar de não administrarem o hospital, mesmo residindo no prédio da instituição.

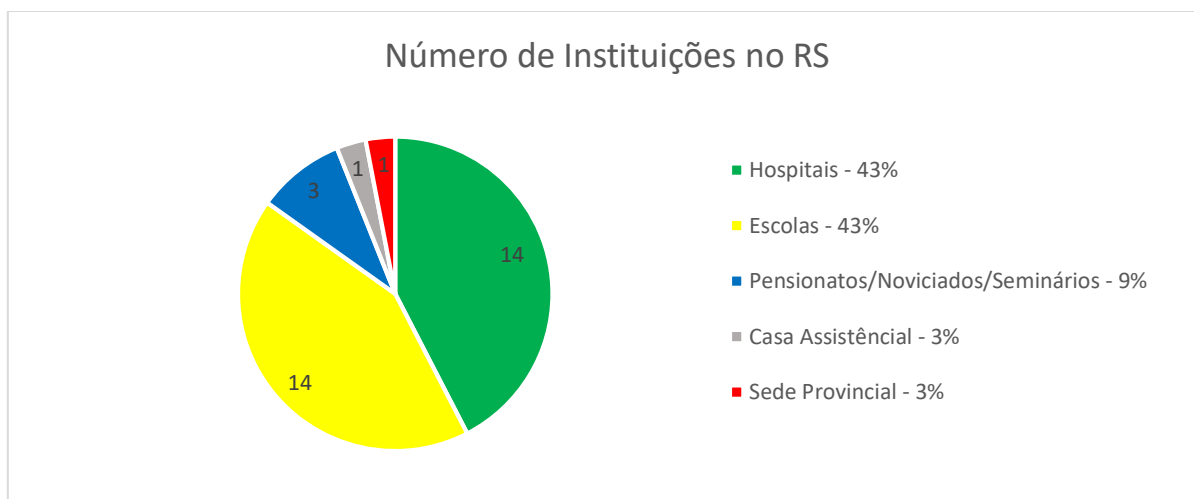


Através do Quadro 9, é possível observar que das 14 (quatorze) escolas fundadas no Rio Grande do Sul, no período de 1915 a 1948, 6 (seis) fecharam em períodos diferentes, contemplando as décadas de 70, 80 e 90 do século XX. No início da instalação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo no Rio Grande do Sul, houve o maior número de escolas fundadas, totalizando, até a década de 30 do séc. XX, 10 (dez) escolas. Por outro lado, é justamente a partir da década de 30 do séc. XX, que as Irmãs começam a investir na área da saúde, momento em que o foco da congregação se volta à construção de hospitais. Dos 14 hospitais construídos ou assumidos pelas Irmãs Carlistas — Scalabrinianas no período de estudo, 12 deles foram fundados a partir de 1930. Por outro lado, do número total de instituições de saúde, até o ano de 1948, as Irmãs permaneceram presentes em apenas 2 (duas) delas. Em uma exercem a pastoral e, em outra, residem e são parceiras, apesar de não administrarem o hospital. Depois de 1948, as Irmãs assumiram outras instituições de saúde, porém não são mencionadas por estarem além do recorte temporal proposto para esta pesquisa.

Importante é destacar que o primeiro noviciado,<sup>84</sup> fundado em 1927, em Bento Gonçalves e depois transferido para Caxias do Sul, deu-se pelo número de jovens da região interessados, conforme dado informado pela Irmã Mafalda Seganfredo (2017). Evidencia-se, também, o pequeno investimento em casas assistenciais, mesmo que as Irmãs atuassem na pastoral. Para melhor compreensão da representatividade das diferentes áreas assumidas pelas Irmãs, através de suas obras, segue o Gráfico 2:

---

<sup>84</sup> Na entrevista com a Irmã Mafalda Seganfredo (2017), ela explica os passos para a ordenação utilizando como referência as constituições de 2015, em que consta na *Formação para a Vida Consagrada*: pastoral vocacional, aspirantado, postulante, noviciado, juniorato e a formação permanente. Ao mencionar sua entrada na congregação, Irmã Mafalda evidencia que a *sementeira das vocações primeiras foi aqui*. Referindo-se ao Rio Grande do Sul. Informa que primeiramente as formações eram feitas em São Paulo e depois no Rio Grande do Sul. Geralmente eram descendentes de italianos e algumas eram alemãs.

**Gráfico 2** — Número de instituições carlista–scalabrinianas no Rio Grande do Sul (1915-1948)

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa realizada.

De 1915 a 1948, no Rio Grande do Sul: 14 escolas; 14 hospitais; 1 casa assistencial; 1 seminário; 1 pensionato; 1 noviciado; 1 sede provincial. Ao todo, no espaço definido para o estudo (1915-1948) foram inauguradas 33 obras, destacando-se as da saúde e da educação. A expansão das obras scalabrinianas é significativo nesse período, mesmo que se concentre nos atendimentos hospitalar e educacional. Considerando que o pedido, geralmente, era feito pelo pároco da localidade, podendo esse ser padre carlista, entende-se que havia uma preocupação no sentido de que as obras essenciais à comunidade fossem assumidas por missionárias carlistas-scalabrinianas que, na RCI, poderiam atender mantendo, ou fomentando, a cultura italiana, ou seja, a *italianidade*.

A primeira *casa de assistência social* foi fundada no sul do estado, não havendo nenhuma casa assistencial, até o momento, na RCI. Ou seja, mesmo que o carisma fosse a acolhida a migrantes, especialmente italianos, a forma de atender aos migrantes da região RCI e da região sul, marcada especialmente pela colonização portuguesa, foi diferente. As necessidades poderiam também ser diversas, mas talvez se possa inferir que a abertura para a instalação da congregação na região tenha sido diferente, de acordo com as necessidades, ou seja, de assistência social no Sul do País. A fundação da obra dirigida à assistência social pode ter possibilitado a abertura, posteriormente, de uma escola, mais ao sul do estado, em Santa Vitória do Palmar, em 1948.

De maneira geral, é possível dizer que as obras tinham como principal intuito a acolhida de migrantes, especialmente italianos. O atendimento, diferente do que se poderia imaginar, não era realizado prioritariamente em casas assistenciais, mas através de obras de saúde e

educação, que, juntas, representam quase 86% das instituições inauguradas pelas Irmãs no período de 1915 a 1948. As escolas teriam iniciado como desejo de atender aos migrantes e seus filhos. Luchese, ao mencionar iniciativas educacionais das congregações religiosas na RCI no RS, cita as escolas fundadas pelas Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas, tecendo, sobre essa e as demais congregações que atuaram na escolarização, o seguinte entendimento:

A melhor forma de educar os filhos pelos princípios da religião católica foram as escolas mantidas pelas congregações. Tal ideia foi reforçada nas missas, nos jornais, nos atendimentos religiosos particulares, em diferentes ocasiões em que se pudesse dar visibilidade e reforçar a instituição do significado, da importância e diferencial produzido pela educação em escolas confessionais. (2007, p. 242).

Nesse fragmento, a relação entre escolarização e religiosidade fica explícita, sendo a escola confessional-católica a instituição mais indicada para educar e preparar crianças e jovens, a partir de princípios cristãos, para o futuro, quer profissional, especialmente destinado a meninos, quer voltado ao desenvolvimento de habilidades importantes para o cuidado do lar, no caso das meninas. A indicação, conforme citação da autora, ocorria especialmente em instituições religiosas e de comunicação. No caso específico das Missionárias Carlistas – Scalabrinianas o viés étnico se destaca também.

A educação cristã, iniciada no orfanato e com continuidade nas diversas escolas do Rio Grande do Sul, atendia às necessidades da população, mas especialmente às da Igreja Católica. Pode-se perceber a influência, no pontificado do Papa Leão XIII, do Papa Pio X, quando, através de uma posição mais rígida, “lançou o texto extremamente abstrato e exclusivamente para memorizar, do catecismo para as crianças”. (CAMBI, 1999, p. 565). Em continuidade, conclui-se que, até pelo menos o Concílio Vaticano II, a educação cristã, que teve como base a Encíclica *Divini Illius Magistri*, promulgada em dezembro de 1929 por Pio XI, garantiu

uma formação integral do homem em relação “ao fim sublime para o qual foi criado”, isto é, a salvação através da fé e a adequação aos mandamentos da Igreja. Justamente à Igreja é reconhecido um papel “proeminente” na educação dos jovens, enquanto depositária da verdadeira via para operar a salvação do homem, ao lado da família que tem “diretamente do Criador a missão e, portanto, o direito de educar a prole”, tanto no campo moral e religioso como no físico e civil. Ao Estado, por conseguinte, cabe uma função subordinada, ou seja, a de “proteger e promover, e não absorver, a família e o indivíduo” e não mais monopolizar a educação portanto, mas “respeitar os direitos natos da Igreja e da família”. (CAMBI, 1999, p. 565-566, grifos do autor).

A partir do exposto, entende-se o lugar de destaque que alcançou a educação católica no período. O objetivo primeiro das Irmãs, relacionado à catequização e à evangelização

aparece nas obras instituídas. A presença de religiosidade e de uma educação católica era requisitada pela Igreja, mas também atendia às demandas da comunidade, especialmente dos migrantes italianos, que carregavam consigo a tradição de defender o catolicismo. Assim, a religiosidade, e mais especificamente a catolicidade, esteve presente em escolas, hospitais e obras pastorais.

Sobre o noviciado, o pensionato e o seminário, pontua-se que o noviciado foi fundado em 1927, apenas dois anos após a criação da Província Imaculada Conceição, responsável pelas obras no Sul do País. De acordo com Slomp e Barbieri (1997) a justificativa era de que havia muitas vocações religiosas no Sul do País e, por isso, D. João Becker teria proposto para a Madre Assunta Marchetti, ainda em 1916, a abertura de um noviciado. Apenas em 1926, ainda nas palavras das autoras, é que, através da solicitação do visitador apostólico Mons. Egidio Lari, a Sagrada Congregação Consistorial, aos 16 de janeiro de 1927, decretou a fundação do noviciado.

O Noviciado, denominado São Carlos, foi instalado provisoriamente no Colégio São Carlos, em Bento Gonçalves, aos 17 de fevereiro de 1927, com a admissão da primeira turma, integrada pelas seguintes noviças: Benigna Bortolini, Brígida Frigo, Carolina Meneguzzi, Dionísia Fávero, Natalina Pandolfo, Rosa Gorlin, Scalabrina Bacchi e Teresa Rossi. (SLOMP; BARBIERI, 1997, p. 80-81).

Essas são as primeiras candidatas que foram mencionadas para destacar seus sobrenomes, que indicam descendência italiana. Ressalta-se que elas foram dispensadas do postulante e do segundo ano de noviciado por estarem há mais tempo nos colégios da congregação localizados na região, em Bento Gonçalves, Guaporé e Farroupilha. Em 1941, com a construção de um novo prédio, o colégio passa a denominar-se Nossa Senhora Medianeira, passando o noviciado às novas dependências. Em 1955, o noviciado é transferido para outro prédio, mais amplo, situado em Caxias do Sul. (SLOMP; BARBIERI, 1997). Assim, no período estipulado para esse estudo, denota-se não só a fundação, mas a necessidade de expansão do espaço para um melhor atendimento das candidatas ao noviciado.

O Seminário São Carlos, localizado em Guaporé, apesar de aberto pelos padres scalabrinianos, teve a participação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas para seu funcionamento, a contar de 27 de fevereiro de 1939. A solicitação de colaboração das Irmãs na “administração do serviço familiar” foi feita pelo Pe. Ângelo Corso, superior provincial. O seminário foi aberto em 28 de fevereiro, no dia seguinte à chegada das Irmãs na instituição, contando com 29 seminaristas e tendo como reitor o Pe. Segundo Guerino Zago. Irmãs que integraram o seminário: Irene Rizzi, Inácia Faveri e Mercedes Reginatto.

(CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEIO — SCALABRINIANAS, 1993).

Sobre a continuidade da instituição, vale referir, mesmo fora do período proposto para a análise, que, em 1987, por “ocasião da visita canônica da Superiora-Geral a Guaporé”, apenas uma Irmã integrava a comunidade do seminário de Guaporé e a Província Cristo Rei, por “decreto da Superiora Geral, de setembro de 1989, que suprimiu a comunidade do Seminário São Carlos, por solicitação do Governo Provincial que, na prática, já a havia fechado. (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEIO — SCALABRINIANAS, 1993, p. 125).

A vinculação das Irmãs missionárias com os padres scalabrinianos está bastante presente no recorte de tempo proposto para este estudo, no entanto, observa-se que, no decorrer dos anos, a congregação feminina se distancia, gradativamente, da masculina. Isso aconteceu, pois, no início, os padres necessitavam do auxílio das Irmãs, e elas viam sua identidade e suas possibilidades atreladas à congregação masculina. Com o aumento das obras nas Províncias da congregação feminina, os recursos humanos das Irmãs foram utilizados para suas próprias obras. Levanta-se a hipótese de que estar atrelada à congregação masculina, ao mesmo tempo que passava segurança às Irmãs e abria as portas para a fundação de obras eminentemente femininas, também causava desconforto por estarem servindo à congregação masculina, ao invés de cuidarem de suas próprias obras e de serem subservientes aos padres.

Para refletir acerca do gênero nas congregações, retoma-se que as Irmãs Missionárias Carlistas — Scalabrinianas nasceram através da organização masculina, o que indica que “as religiões são um campo de investimento masculino por excelência”, como revela Rosado-Nunes:

historicamente, os homens dominam a produção do que é “sagrado” nas diversas sociedades. Discursos e práticas religiosas têm a marca dessa dominação. Normas, regras, doutrinas são definidas por homens em praticamente todas as religiões conhecidas. As mulheres continuam ausentes dos espaços definidores das crenças e das políticas pastorais e organizacionais das instituições religiosas. O investimento da população feminina nas religiões dá-se no campo da prática religiosa, nos rituais, na transmissão, como guardiãs da memória do grupo religioso. (ROSADO-NUNES, 2005, p. 363).

E justamente esse papel foi o assumido pelas Irmãs no período de pesquisa aqui proposto. Inevitavelmente, algumas tensões foram produzidas, por serem, em muitas situações, responsáveis pelas práticas pensadas e implantadas pelos padres carlistas-scalabrinianos.

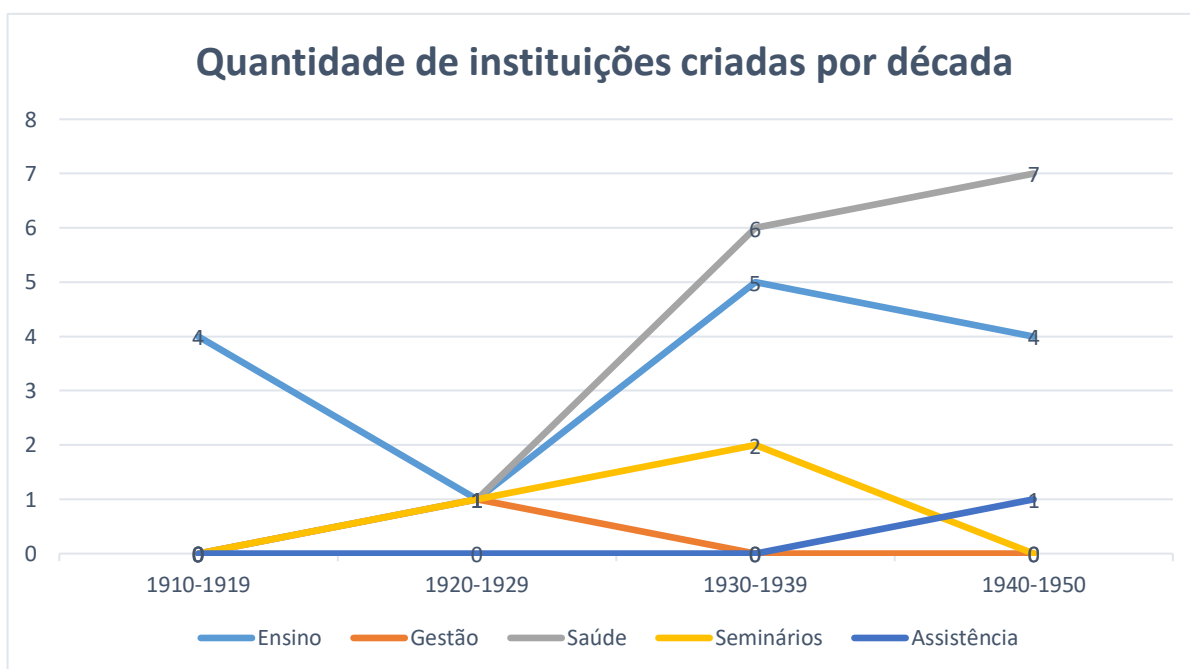
Sobre o pensionato, encontrou-se referência, apenas em citação de Signor (2007, p. 92), ao citar a fundação do Colégio São Carlos, em Caxias do Sul, no ano de 1936: “Era profunda a aspiração de abrir um colégio nessa *próspera* cidade, onde em 1934 fora fundado o pensionato D. Bosco”. Indica-se assim, que o pensionato Dom Bosco, funcionava em Caxias do sul, sob a administração da congregação das irmãs missionárias carlistas-scalabrinianas. Sobre a “Casa da Menina” de Rio Grande, na obra de Signor (2007, p. 93), revela-se que a “população dessa cidade-porto solicitou, com insistência, a presença pastoral das Irmãs Missionárias de São Carlos”. Ainda, de acordo com o relatório de 1935-1947,

*em resposta, duas autênticas missionárias, imbuídas do verdadeiro espírito da Ação Católica, tão preconizada pelo Soberano Pontífice, receberam o cargo de “Assistentes Sociais” e vão desenvolvendo entre os ferroviários sua ação benéfica. (Apud SIGNOR, 2007, p. 93-94, grifos da autora).*

Ser solicitação da comunidade é a justificativa expressa em relação à maioria das obras no Rio Grande do Sul. A totalidade das mesmas, localizadas na encosta do Planalto gaúcho estavam ligadas à migração. Os imigrantes, por sua vez, eram, na sua maioria, provenientes da região do Vêneto — Norte da Itália. (SIGNOR, 2007, p. 94).

A localização das obras, dessa forma, indica que pertenciam, em maior número, a RCI. É possível analisar, também, o período em que foram criadas, conforme ilustra o Gráfico 3.

**Gráfico 3** — Implantação das instituições no Rio Grande do Sul



Fonte: Elaborado de acordo com dados do Quadro 9.

Observa-se, que, no início da inserção da Congregação no Rio Grande do Sul, houve uma concentração em obras destinadas à educação, havendo, nos anos seguintes, destaque às instituições de saúde. A assistência à saúde também pode ser encontrada na obra de Scalabrini (1979), ao mencionar que o bem e o útil deveriam andar juntos, oferecendo-se às comunidades abandonadas igreja, escola e

dispensários farmacêuticos, orientados pelas religiosas ou pelo sacerdote; este fornecerá aos doentes remédios de *uso comum* a preços módicos. Assim, concentrar-se-ia ao redor do clero a ação multiforme da assistência religiosa, social e material, e a Igreja de Deus seria abençoada pelas multidões. (1979, p. 218).

A justificativa de prestar assistência religiosa na saúde e na educação fica clara no fragmento escrito por Scalabrini e mais: que o atendimento em saúde e educação, através de uma escola e um dispensário farmacêutico, iria assegurar a fidelidade das comunidades à Igreja. Sobre as escolas, há de se considerar, que durante todo o período delimitado para este estudo houve a fundação de novas instituições escolares, tendo o maior número na década de 30. Essas escolas precisaram ir se adequando com às legislações e aos movimentos, que interferiam diretamente no contexto escolar. Dentre essas influências, cita-se a Escola Nova, que ganhou impulso no Brasil, depois do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932.

Durante mais de três décadas (entre 1930 e 1970), os princípios da Escola Nova informaram as orientações didáticas para o ensino público, a formação de professores nas escolas normais e a elaboração de impressos educacionais de diferentes tipos: manuais, didáticos, coleções pedagógicas e periódicos educacionais. (SOUZA, 2008, p. 80).

As mudanças na educação tiveram destaque nesse período. Era necessário fortalecer a escola pública, e o movimento da Escola Nova proporcionou discussões e mudanças nas práticas pedagógicas. Mas se deve considerar, como apresenta Strang (2008) que, nas décadas de 20 e 30, houve um reordenamento político, que resultou na Revolução de 30 e abriu espaço para debates sobre o *moderno*. Essa nova ordem influenciava necessariamente nos bancos escolares: “Pela educação se acreditava poder atingir a sociedade que, educada, teria condições de abrir seus próprios caminhos, facilitando a sua mobilidade e ascensão social.” (STRANG, 2008, p. 10). A autora entende que a escola fazia parte de uma organização estrutural complexa, com os aspectos político, econômico e social relacionados, e que poderia tornar civilizada e próspera a Nação brasileira.

Mas, ao mesmo tempo que se buscava o fortalecimento do Estado e da escola pública, havia, especialmente na década de 30, uma disputa política por parte da Igreja, que também

utilizava a bandeira da educação. Antes disso, na década de 20, sua preocupação estava voltada à reorganização de sua própria instituição de acordo com Strang (2008).

As discussões sobre o escolanovismo católico nos anos trinta estão relacionadas à Associação de Professores Católicos (APCs) e à Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), que, através da *Revista Brasileira de Pedagogia*, de acordo com Sgarbi (1997), publicava artigos relacionados ao escolanovismo católico, circulando até 1938. Essa revista era considerada um órgão oficial da confederação, que tinha como objetivo a defesa do ensino religioso nos currículos escolares e das ideias modernas, desde que em consonância com a Encíclica *Divini Illius Magistri* (SGARBI, 1997) que, como mencionado, foi promulgada em 1929 pelo Papa Pio XI. Ou seja, as ideias progressistas eram vistas à luz do catolicismo, colocando a Igreja em papel proeminente na educação dos jovens.

Percebe-se que o escolanovismo católico preocupou-se em aliar ideias avançadas à tradição e aos valores do catolicismo. Ao mesmo tempo que eram pensadas novas concepções e metodologias para a educação, também havia um forte ideário voltado ao patriotismo e ao nacionalismo. Esses aspectos também estavam presentes no projeto pastoral carlista-scalabriniano, que realçava o nacionalismo e o catolicismo. Souza resume o projeto pastoral carlista-scalabrinianos, realçando o nacionalismo e o catolicismo:

O projeto de pastoral do imigrante, formulado por Dom Scalabrini, era definido por uma óptica de cristandade, em que o Estado deveria colaborar com a Igreja, chegando-se a propor que se perscrutasse a possibilidade de constituir, ainda que indiretamente, colônias italianas no além-mar, formadas pelos católicos sob a influência dos missionários. O projeto de pastoral do imigrante constituiu-se, por um lado, na manutenção do catolicismo, e por outro, na do patriotismo, o que deveria se traduzir em nacionalismo católico. (SOUZA, 2000, p. 216).

Esse nacionalismo católico esteve presente nas práticas da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas, mas tudo indica que as missionárias precisaram se adaptar tanto às ideologias do Estado Novo como da Escola Nova. Em algumas entrevistas com a Irmã Sueli Nardin e a Irmã Mafalda Seganfredo, já apareceram evidências de que as escolas seguiam as normas e legislações condizentes com cada período, e que as concepções da congregação, muitas vezes, ficaram em segundo plano, para atender aos ideários nacionais. Nardin (2017), na entrevista, afirmou que o processo de ensino e aprendizagem, no período de 1915 a 1948, se desenvolvia no Colégio São Carlos “como nas demais escolas da época. Observando normas e orientações do MEC, da SEC e da CRE, e os princípios congregacionais”. Assim, mesmo que a marca da congregação estivesse presente, se notava a



sujeição aos órgãos competentes, até para que fosse permitida a abertura de novas escolas e a continuidade das que já existiam.

### 3.1 CATOLICIDADE E ETNICIDADE: MARCAS DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO — SCALABRINIANAS NO RS

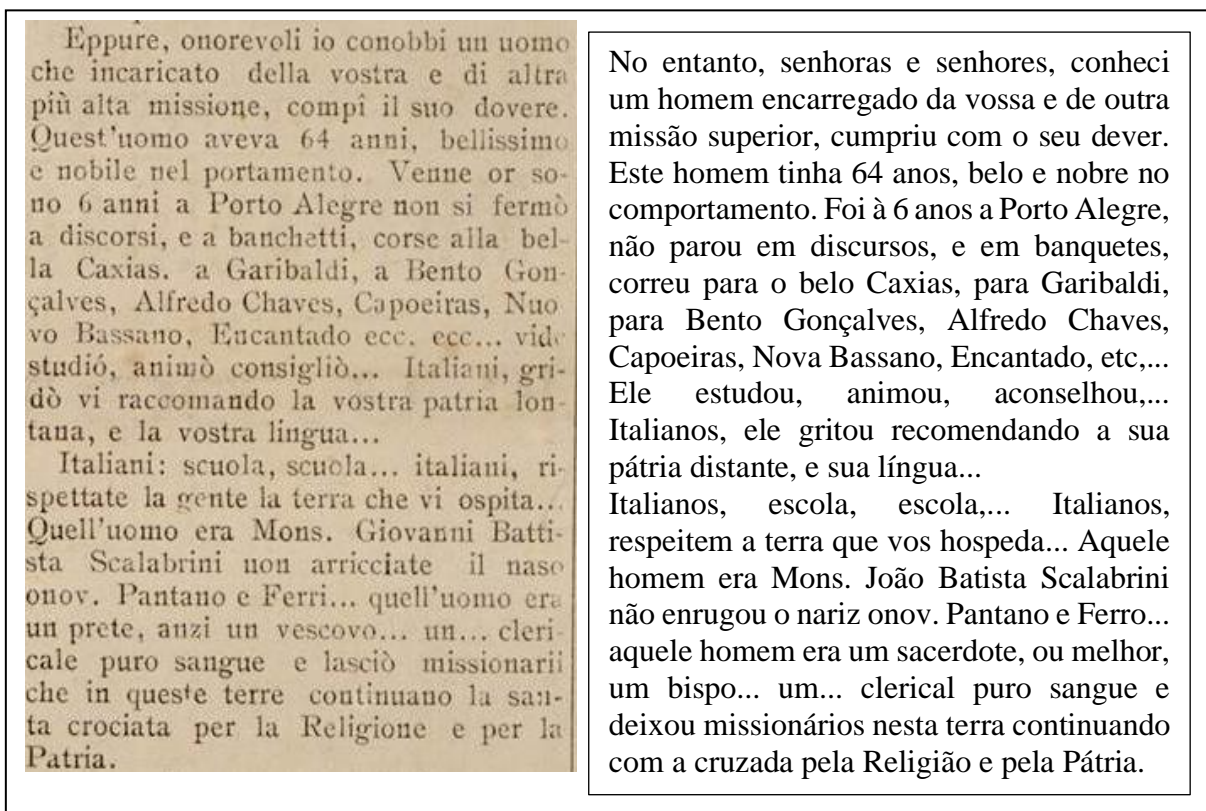
O percurso da pesquisa permitiu perceber que das categorias relacionadas à congregação se sobressaíram a catolicidade e a etnicidade. Essas categorias, observadas e citadas desde o início deste estudo, estão explícitas na pastoral de Giovanni Battista Scalabrini, fundador da congregação, que tinha o intuito de conservar a fé católica mediante a preservação da cultura, nesse caso, a italiana. Por isso, a manutenção da língua, a presença de sacerdotes e de Irmãs italianos(as), os costumes populares eram meios importantes para que o catolicismo estivesse presente no cotidiano dos migrantes. Nesse contexto, a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas tinha o intuito de atender aos migrantes, especialmente os italianos, tendo esse grupo étnico uma característica muito assinalada de religiosidade.

A religião dos imigrantes italianos é também uma religião de caráter cultural, com evidente cunho agrário, cujos valores religiosos e sua expressão normativa tendem a identificar-se com os da sociedade. Chegando ao Brasil, os imigrantes sentiram-se perdidos, pois viram destruído seu mundo cultural. Aos poucos, porém, conseguiram reconstruí-lo com as devidas adaptações e de forma espontânea, tendo por referência fundamental a sociedade rural italiana, de onde provinham. Este novo mundo girava ao redor da religião, dando mesmo a impressão de que, fora dela, não havia outra forma de vida social. Num ambiente de cristandade, privados de participação política, geográfica e culturalmente insulados entre as montanhas, lutando quase até desespero para sobreviver fisicamente no meio da selva, foi ao redor da religião que surgiram comunidades espontâneas de relações primárias – as capelas - as quais, por um bom período, pareciam cristalizar ao seu redor as formas todas de relacionamento religioso e social. (DE BONI; COSTA, 1984, p. 124-125).

Com essa citação, De Boni e Costa (1984) demonstraram que a manutenção da religiosidade, característica atrelada aos migrantes italianos, foi motivada, inclusive, pelas condições encontradas nas localidades onde se estabeleceram, distante de outras comunidades. Por isso, conviviam com outros imigrantes italianos, que estavam na mesma condição. Ou seja, colonizaram terras e mantiveram, na sua comunidade, a cultura do país de origem, adaptada, é claro, às novas condições.

A presença de padres carlistas-scalabrinianos estava marcada em muitos Municípios da RCI.<sup>85</sup> Essa presença era reforçada pelo reconhecimento de Scalabrini e as marcas que deixou ao visitar o Brasil e, mais especificamente, o Rio Grande do Sul. Na edição 37, de 19 de novembro de 1910, do jornal *Il Colono Italiano*, editado em Garibaldi, Rio Grande do Sul, destaca-se fragmento<sup>86</sup> sobre Scalabrini e a educação, na página 2, sob o título *AL MIO AMICO*, assinado por Pandurfer:

**Figura 15** — Scalabrini no Rio Grande do Sul



Fonte: *Il Colono Italiano*, n. 37, 19 nov. 1910, p. 2.

Apesar de algumas dificuldades para compreender o texto, por não ter e não ser possível uma total significação considerando o recorte de tempo e os personagens citados, ressalta-se

<sup>85</sup> Estiveram presentes especialmente na RCI, nos Municípios, que, atualmente, compreendem Veranópolis, Nova Bassano, Nova Prata, Encantado, Coronel Pilar, Monte Belo, Cotiporã, Protásio Alves.

<sup>86</sup> Eppure, onorevoli io conobbi un uomo che incaricato della vostra e di altra più alta missione, compì il suo dovere. Quest'uomo aveva 64 anni, bellissimo e nobile portamento. Venue or sono 6 anni a Porto Alegre non si fermò a discorsi, e a banchetti, corse alla bella Caxias, a Garibaldi, a Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, Capoeiras, Nova Bassano, Encantado, ecc. ecc... vide studiò, animò, consigliò, ... Italiani, gridò vi raccomando la vostra patria lontana, e la vostra lingua... Italiani: scuola, scuola... italiani, rispettate la gente la terra che vi ospita... Quell'uomo era Mons. Giovanni Battista Scalabrini non arricciate il naso onov. Pantano e Ferri... quell'uomo era un prete, anzi un vescovo... un... clericale puro sangue e lasciò missionarii che in queste terre continuano la santa crociata per la Religione e per la Patria.

que Scalabrini foi mencionado como um bispo preocupado com sua pátria e com a língua italiana, que deixou missionários nas localidades citadas do Rio Grande do Sul para continuarem a missão em prol da catolicidade e da italianidade. Cita-se, ainda, a questão educacional e o respeito pela terra que recebe esses italianos, ou seja, pelo Brasil. Esse fragmento, que está inserido em um texto em que a vinda de Scalabrini para o Rio Grande do Sul é comentada, revela não só a relação entre etnicidade e religiosidade, mas a presença dos missionários scalabrinianos no estado. *Religião e Pátria* é o lema dos scalabrinianos, ficando claro não só na constituição das congregações – feminina e masculina – mas também no discurso e nas ações de Scalabrini: “*Religião e Pátria!* Estas duas supremas aspirações de todo coração se entrelaçam e se completam nessa obra de amor que é a proteção dos fracos, e se fundem numa admirável harmonia”. (SCALABRINI, 1979, p. 82). Afirma ainda: “Possas a Itália, sinceramente reconciliada com a Sé Apostólica, repetir as glórias antigas e crescer-lhes outra, nova e imortal, qual é a de orientar para os caminhos luminosos da verdadeira civilização e do verdadeiro progresso também os seus filhos distantes.” (p. 82).

Religião e pátria são entendidas como lema dos scalabrinianos, pois ambos os conceitos estão no cerne das Congregações Carlistas-Scalabrinianas desde o princípio. A justificativa está embasada nas ideias do próprio fundador, Giovanni Battista Scalabrini, que percebe a necessidade de auxiliar os migrantes, não só pela situação de miséria que muitos viviam, mas também por perceber que o Estado, que pode aqui ser entendido como Pátria, perdia seus compatriotas e, assim, havia o risco de a Igreja Católica perder também seus fiéis. Ao mencionar que a Itália precisava se reconciliar com a Santa Sé Apostólica, evidencia a repercussão da Unificação do Estado Italiano na Igreja Católica, situação que fica resolvida com o Tratado de Latrão, em que é criado o Estado do Vaticano, que é soberano e governado pelo Papa. Deduz-se de sua fala não só a defesa para que a religiosidade seja mantida nos emigrados, através da manutenção da cultura italiana, mas também a influência direta do momento de ruptura que vivia o Estado e a Igreja na Itália.

Ainda é possível sugerir que, na sua concepção, o emigrante é realmente fragilizado e precisa de auxílio, ou melhor, de proteção, que caberia à Igreja oferecer. A reaproximação entre Estado e Igreja, ou seja, entre a Itália e a Santa Sé, também é corroborada no seu discurso. No entanto, nitidamente, expressa que é o Estado que deve se reconciliar, não só repetindo os triunfos anteriores, mas também olhando para o emigrado, dando-lhe a assistência, especialmente religiosa e moral, tendo como foco a civilidade e a catolicidade. Ao se referir aos emigrados como filhos distantes, demonstra, mais uma vez, o sentimento de patriotismo,

entendendo que esses sujeitos estão filiados à pátria italiana e que, mesmo distantes, continuam sendo italianos.

Na obra *A emigração italiana na América*, Scalabrini (1979, p. 218) alega sua defesa da italianidade, especialmente em relação à fé e à língua, pois para ele a língua é um meio de conservação da fé, já que “perdendo a língua, facilmente se perde também a fé dos antepassados. Apesar da dificuldade de descobrir suas razões, a experiência nos ensina que, enquanto uma família conserva a própria língua no Exterior, dificilmente muda de religião”.

Com a chegada das Irmãs ao Rio Grande do Sul, o colégio também passa a ter um lugar central na comunidade católica. Scalabrini (1979) planejava a ação das religiosas nas escolas, citando a experiência das Apóstolas do Sagrado Coração<sup>87</sup> como positiva nessa área. Na relação entre etnicidade e religiosidade, destaca-se, também, a volta ao carisma, que foi pronunciado por diferentes atores da congregação no Brasil ou na Itália. Assim, diferentemente da escolarização, a religiosidade e a etnicidade marcam o carisma e a fundação da congregação, que foi criada para catolicizar os imigrantes italianos ou permitir que eles continuassem atrelados à religiosidade. A escola era vista por Scalabrini, como um meio complementar para a manutenção da religiosidade, por isso defendia que toda comunidade formada por migrantes tivesse seu sacerdote e afirmava:

Essa atividade religiosa deve ser completada pela escola, onde os filhos dos migrantes possam aprender, juntamente com as primeiras noções da leitura, da escrita e da matemática, a língua do país que será a sua nova pátria, bem como a língua pátria de origem, já que um elemento muito importante para a conservação da fé é precisamente o sentimento das origens. (SCALABRINI, 1979, p. 217).

O planejamento em relação à educação está exposto claramente na obra de Scalabrini, assim como há indícios de que a manutenção da fé é o principal objetivo da congregação. A seguir, serão analisadas as categorias: catolicidade e etnicidade. No entanto, elas não agem de maneira dicotômica, já que elementos de ambas as categorias aparecem lado a lado, pois, em se tratando da congregação estudada aqui, essas categorias são marcas das Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas, desde sua concepção, presentes nas palavras do fundador Scalabrini: *Religião e Pátria*.

---

<sup>87</sup> Destaca-se que houve a fusão da Congregação das Apóstolas do Sagrado Coração, fundada em 1894, pela Madre Clélia Merloni, com as Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, no período de 1889 a 1907.

### 3.1.1 Catolicidade: marca de uma congregação em busca de sua identidade

O percurso percorrido pela Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas, como mencionado no capítulo anterior, é marcado por parcerias e rupturas. A catolicidade, sempre presente, possibilitou algumas alianças, no entanto, a diferença em relação à missão e à forma de viver a religiosidade da congregação foi o motivo que também afastou as Irmãs missionárias das Irmãs de outras congregações. Por ser uma variável importante para entender essa categoria, retoma-se a fusão com as Irmãs do Sagrado Coração.

Em documento guardado no arquivo da Província Imaculada Conceição, situada em Caxias do Sul — RS, intitulado *Decretum*, assinado pelo Cardeal Pietro Palazzini (Prefeito) e Traiano Crisan (Arceb. Secr.), em que está colocado um histórico de Scalabrini, destaca-se o seguinte excerto, que resume a fundação da congregação, citando, inclusive, a aliança com as Apóstolas do Sagrado Coração:

O Servo de Deus é universalmente conhecido pela sua obra em favor dos emigrantes, que então partiam em massa da Itália, abandonados por todos. Para eles elaborou um “projeto de evangelização” e de promoção integral da pessoa humana, fundando em 1887 a Congregação dos Missionários de São Carlos, com a aprovação de Leão XIII. Após ter convencido Sta. Francesca Saverio Cabrini a iniciar sua atividade missionária entre os emigrantes de Nova York, em 1895 fundou a Congregação das Irmãs Missionárias Scalabrinianas de São Carlos Borromeo. Endereçou também para a assistência dos emigrantes as Irmãs Apóstolas do S. Coração, fundadas pela Madre Clélia Merloni, e em 1889 constituiu a Sociedade São Rafael, leiga, para a tutela dos direitos humanos emigrantes. (ARQUIVO DA PROVÍNCIA IMACULADA CONCEIÇÃO, 1987, p. 3).

Diversas foram as iniciativas, visando sempre ao desenvolvimento ou à manutenção da religiosidade entre os emigrados italianos. Ao referir a aliança das congregações mencionadas, Maschio afirma que Scalabrini, ao perceber que,

a parte mais difícil do seu projeto seria a fundação de escolas pelo fato da sua árdua manutenção, por isso procurou uma congregação religiosa feminina para delegar tal função: às *Suore Apostole Missionarie del Sacro Cuore di Gesù*. Ao aceitar a proposta do Bispo Scalabrini, as irmãs iniciaram um trabalho bastante amplo na organização da escolarização elementar católica dos filhos de imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas do Brasil<sup>88</sup>. (2012, p. 289-290).

---

<sup>88</sup> A interlocução entre as congregações e o trabalho desenvolvido na educação pelas Apóstolas do Sagrado Coração podem ser compreendidos com maior profundidade a partir da tese de Maschio (2012), intitulada: *A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégias de italianità e brasilità (1875-1930)*.

Scalabrini preocupou-se com a questão migratória na sua interlocução com a catolicidade, que perpassava pelos muros da Igreja, ia de encontro à realidade dos migrantes, nas comunidades, nas escolas ou através de ações pastorais. O *Decretum* foi elaborado com o objetivo de redigir o decreto sobre as virtudes heroicas do Servo de Deus, após ordenação do Sumo Pontífice João Paulo II.

Executada essa ordem, convocados, hoje, o Cardeal Prefeito, abaixo-assinado, o Cardeal Propositor da Causa, a mim, o Secretário da Congregação e os demais que se sói convocar, na presença de todos, o Beatíssimo Padre declarou solenemente: *Constam as virtudes teologais da Fé, Esperança, e Caridade para com Deus e o próximo e as virtudes cardeais: Prudência, Justiça, Temperança e Fortaleza e as virtudes anexas em grau heroico no Servo de Deus João Batista Scalabrini, Bispo de Piacenza, no caso e para os efeitos de que se trata.* (DECRETUM, 1987, p. 4).

Após, de acordo com o documento, “mandou tornar de conhecimento público e registrar esse Decreto nas atas da Congregação para a Causa dos Santos”. (DECRETUM, 1987, p. 4). O decreto tinha o objetivo de responder ao questionamento se constavam as virtudes teologais, cardeais e as virtudes anexas em grau heroico, no caso e para os efeitos de que se tratava e, conforme citação anterior, declarou-se que constava tais virtudes em Scalabrini.

Essa marca na religiosidade está vinculada não só à criação da congregação, mas diretamente à escolarização dos migrantes. Apesar de, no Rio Grande do Sul, a vinda das Irmãs estar vinculada à escola, é importante mencionar que, antes disso, havia mais interesse na construção de igrejas do que de escolas tanto por parte do clero como da própria comunidade das colônias italianas. Zagonel (1975, p. 168) chega a citar um documento anônimo, de 1901, do Arquivo Capuchinho de Annecy, que “acusa o clero gaúcho de indiferentismo perante a necessidade de escola para o imigrante. É uma tarefa relegada ao Estado que, por sua vez, tem uma escola leiga e quase inexistente na maioria das colônias italianas”.

No início do século XX, estando essa atividade *relegada ao Estado*, como mencionado, percebe-se uma preocupação aumentada, para a implementação de escolas confessional-católicas, sendo comum o pedido de párocos das comunidades para que Irmãs assumissem a educação, especialmente das elites ou dos migrantes advindos da Europa, dentre eles os italianos. Através da religiosidade, procurava-se manter a cultura italiana, ou seja, uma relação com a Pátria-mãe. E esses dois aspectos — catolicidade e italianidade — justificavam a vinda das congregações, e, dentre elas, a dos missionários e, posteriormente, a das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas. De acordo com Cenni, Scalabrini

havia traçado um vasto programa de assistência aos muitos milhares de emigrados [...]. Essa assistência não era desenvolvida apenas no plano da religião, mas incluía a fundação de escolas, como o ensino da língua italiana e da língua indígena e a organização de comitês nos portos de embarque e desembarque, a fim de socorrer e orientar os emigrantes, favorecendo também, ou promovendo, associações para a difusão da cultura. (2003, p. 469-470).

Com a citação do autor, fica claro que o objetivo de Scalabrini e da congregação ia além do atendimento aos migrantes italianos, já que incluía a assistência, de modo geral, socio-pastoral, escolar e, posteriormente, na área da saúde. Ou seja, havia a preocupação em *cuidar* do migrante nas suas necessidades. Assim, ao retomar o objetivo de Scalabrini e com a vinda de congregações, inclusive a Carlista-Scalabriniana para o Rio Grande do Sul, constata-se o processo migratório e a importância da religião (católica) para os sujeitos que deixavam sua pátria e sua cultura. Nesse cenário,

no período de transição regimentar, em meio ao contexto de transformação nas relações de trabalho decorrentes da abolição da escravatura, do aumento populacional devido à inserção de grupos de imigrantes e da mobilização da população nacional na economia brasileira, a instrução passou a ganhar atenção. (MASCHIO, 2014, p. 16).

Essa autora (2014), ao dissertar sobre a educação no território paranaense, comenta sobre uma realidade abrangente e comum no território brasileiro: a precariedade das escolas públicas, caracterizada por escolas isoladas no período imperial. Nesse contexto, destacam-se as escolas organizadas por congregações religiosas, incluindo-se a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas. Essa educação, dirigida especialmente aos filhos dos migrantes italianos, com estatuto confessional-católico, oferecia o ensino de língua italiana aos alunos.

Oliveira (2009, p. 129-130) esclarece que a Província Imaculada Conceição, a primeira no Rio Grande do Sul, estabelecida em 1915, em Bento Gonçalves e transferida para Caxias do Sul em 1926 “prosperou e consolidou-se no âmbito educacional, oferecendo o ensino das primeiras letras da língua italiana e dos ensinamentos cristãos aos filhos e filhas de imigrantes italianos”.

Oliveira (2009, p. 130) destaca que, devido ao trabalho vocacional das Irmãs Carlistas–Scalabrinianas na Província, houve “o aumento expressivo de meninas que optaram pelo noviciado, imprimindo, assim, cada vez mais, o carisma scalabriniano e aumentando quantitativamente a Congregação”. A abertura do noviciado deu-se em 1927, tendo como Superiora-Geral da Província a Irmã Lúcia Gorlin. Provisoriamente, o noviciado foi instalado nas dependências do Colégio São Carlos, tendo a admissão de 11 postulantes.

O noviciado, situado em Bento Gonçalves, possibilitou a formação das aspirantes do Rio Grande do Sul. As noviças da RCI tinham como característica a religiosidade, presente na família, e a etnicidade italiana, que, geralmente, preponderava. As Irmãs entrevistadas e tantas outras, no período deste estudo, era proveniente do meio rural. O estudo de Grossi corrobora com essa percepção, indicando que a construção da vocação feminina considerou três ângulos: “o das famílias camponesas, de onde provém a maioria das freiras; o das próprias freiras – que encontram no convento um espaço de realização individual –; e o da Igreja Católica e sua necessidade de reprodução social”. (1990, p. 48). Esse último aspecto foi trabalhado pelos padres e Irmãs Carlistas — Scalabrinianas que buscavam integrantes para a congregação, visando, assim como a instituição Igreja e outras congregações, “se reproduzir material e simbolicamente”. (GROSSI, 1990, p. 51).

O caminho percorrido pela congregação foi permeado por inseguranças providas de avanços e retrocessos, na sua própria constituição e organização. Corrobora-se que, mesmo após assumir uma instituição de acolhida aos órfãos migrantes, o orfanato Cristóvão Colombo ainda estava tentando formalizar a congregação, tanto que, em 28 de dezembro de 1900, redigiram uma carta, com predominância do texto em italiano, para Sua Excelência, ao que tudo indica, Scalabrini. A preocupação das Irmãs que assinam o documento, a saber: Assunta Marchetti, Maria Franceschini, Maria Bassi, Camila Dal Ri, Maria das Dores, Ângela Meneguzzo, Clarice Baraldini e a postulante Luigia Micheletto era, especialmente, com a troca da superiora. Através do relato do documento, fica clara a satisfação com o envio de novas Irmãs, em setembro de 1900, para auxiliarem no orfanato, porém a insatisfação se referia a troca da superiora, conforme fragmento a seguir:

Foi na metade do ano que está para findar que se começou a ouvir a falar da vinda de novas co-irmãs da Itália e nós aceitamos aquela notícia com prazer, antes com entusiasmo, seja porque nos vinha em tempo oportuno um poderoso auxílio, e seja porque de tal fato pressentia-se o desenvolvimento progressivo deste orfanato que vemos edificar, crescer, animar, cúbito popular e, finalmente, tornar-se obra digna de ser admirada e galardoada pelo mundo inteiro, após ter superado os obstáculos da fome, das dificuldades, das incredulidades humanas, das perseguições nativistas, etc. [...]. Porém nossa alegria foi de breve duração. Sabemos que as ordens de V.E. Rvma. feriam, nas suas mais caras recordações, as humildes abaixo assinadas: é-lhe logo imposta uma nova Superiora, entre as novas chegadas, demitindo de seu posto aquela que nunca tinha ambicionado nem desejado a distinção fatal. Daí é que nos inteiramos das coisas: é preciso, nos disseram, mudar os velhos votos pelos novos, fazer novo noviciado e trocar hábito e regras. (ARQUIVO DA PROVÍNCIA IMACULADA CONCEIÇÃO, 1900).

Questionam, no mesmo documento, sobre o abandono das regras (Constituições) da Congregação das Irmãs de São Carlos e a permanência delas no orfanato, citando a



possibilidade de abandonar o “asilo” e se envolverem com outra obra de caridade. Na biografia de Madre Assunta Marchetti, apresentada pela Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas, através da Província Cristo Rei e do Centro de Estudos Migratórios Cristo Rei (Cemcrei), em primeira pessoa, como se a própria Madre estivesse narrando, surge a preocupação em relação à unificação com delas as Irmãs do Sagrado Coração:

Ao mesmo tempo em que continuávamos o cuidado de nossos órfãos e retomávamos a vida regular do Orfanato, continuávamos precisando de mais Irmãs que assumissem conosco essa missão. Vimos o número de órfãos aumentando e, ao mesmo tempo, sentíamos o desejo e a grande vontade de aumentar, avançar, dar “asas” à nossa missão de servas junto aos órfãos e migrantes no Brasil e no mundo. Dom Scalabrini prometera a Pe. José de preparar um pequeno grupo para enviá-lo em nosso auxílio. Mas isso exigia tempo, de modo que só em 1900, passados três anos, escreveu ao Pe. Consoni anunciando que em setembro enviaria seis Irmãs para se juntarem a nós: eram as Irmãs Apóstolas Missionárias do Sagrado Coração. Estas Irmãs assumiram a direção do Orfanato, liberando-nos de parte de nossas tarefas, para podermos nos dedicar à nossa formação religiosa. Iniciamos assim um período formativo, como se fosse um noviciado. Eu então, na condição de noviça, assumi o serviço da cozinha. Ficamos trabalhando juntas por um tempo, mas surgiram contrariedades, o que todas nós consideramos algo muito grave: as novas Irmãs queriam apoderar-se (ou apossar-se) do nosso grupo — as Irmãs de São Carlos — em sua Congregação e formar um só Instituto que levaria o nome de Apóstolas Missionárias do Sagrado Coração. Claro que nós não concordamos. Perderíamos o nome e a identidade que havíamos construído desde a fundação, bem como nossa história de trabalhos e sacrifícios. Em resumo, nossa Congregação deixaria de ser ela mesma. Por isso, todas as que éramos Irmãs de São Carlos assinamos a carta que escrevi a Dom Scalabrini, falando-lhe de nossas inquietações e pedindo-lhe que interviesse, para impedir que isso acontecesse. Enquanto esperávamos ajuda de Dom Scalabrini, rezávamos e eu dizia às minhas companheiras: “Coloquemo-nos nas mãos de Deus e façamos a sua vontade. Ele sabe o que é melhor para nós.” (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO — SCALABRINIANAS, 2014, p. 29).

Apesar das inseguranças quanto à congregação, como mencionado no Capítulo 2, houve a separação das congregações em 1907. Para compor a congregação, a inserção de novas aspirantes é constante. Na documentação presente na Província Imaculada Conceição, destacam-se portarias com licenças para conceder os votos às Irmãs. Exemplifica-se com a Portaria, de 17 de dezembro de 1918, em que o Padre Poggi foi autorizado a proceder às formalizações canônicas e emitir os votos perpétuos.

**Figura 16** — Licença para os votos das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas

**Dom João Becker**  
Por Mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, etc. etc.

Aos que esta Nossa Portaria virem, saudação, paz e bênção em Nosso Senhor Jesus Christo.

Fazemos saber que atendendo ao que Nos foi requerido pela revma. Madre Superiora das Irmãs de São Carlos, em Bento Gonçalves, Havemos por bem conceder licença para que possam emitir os votos perpétuos as seguintes Irmãs de votos temporários: Borromea Ferraresi, Josephina Oricchio, Lourdes Martins, Joanninha Camargos, Helena Lucca, Gertrudes Milette, e auctorizamos ao Revmo. SMr. Padre Henrique Domingos Poggi, vigário de Bento Gonçalves para proceder ás formalidades canonicas e receber os votos servatis servandis.

Dada e passada em a Nossa Camara Ecclesiastica, sob o Nosso Signal e Sello das Nossas Armas, a 17 de Dezembro de 1918. E eu, cónego João Emilio Berwanger, secretario geral do Arcebispado a escrevi.

*João Emilio Berwanger*  
Para V. Exa. Revma. ver e assinar

*João Emilio Berwanger*  
Taxa: Dez mil réis.

Reg.º L.º A. M. B. CN.º 53

Dom João Becker  
Por Mercê de Deus e da Santa Fé Apostólica, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, etc. etc.

Aos que esta Nossa Portaria virem, saudação, paz e bênção em Nosso Senhor Jesus Christo.

Fazemos saber que atendendo ao que nos foi requerido pela Revma. Madre Superiora das Irmãs de São Carlos, em Bento Gonçalves, havemos por bem conceder licença para que possam emitir os votos perpétuos as seguintes Irmãs de temporários: Borromea Ferraresi, Josephina Oricchio, Lourdes Martins, Joanninha Camargos, Helena Lucca, Gertrudes Milette e, autorizamos o Revmo. SNr. Padre Henrique Domingos Poggi, vigário de Bento Gonçalves para proceder às formalizações canônicas e receber os votos servantis servandis.

Dada e passada em Nossa Camara Eclesiástica, sob o Nosso sinal e selo das Nossas Armas, a 17 de Dezembro de 1918. E eu, cónego João Emilio Berwanger, secretário geral do Arcebispado a escrevi.




(Assinatura Dom João Becker)  
Para V. Exa. Revma. ver e assinar (Assinatura João Emilio Berwanger)  
Taxa: Dez mil réis

Fonte: Província Imaculada Conceição.

Destaca-se entre as documentações arquivadas na Província Imaculada Conceição, as que se referem à vida religiosa das Irmãs, com autorização de votos perpétuos ou temporários,

as solicitações para retiros e nomeação de confessor ordinário para as comunidades e as instituições. O documento que segue ilustra esse pedido:

**Figura 17** — Solicitação de confessor ordinário

 <p><b>BISPADO DE CAXIAS</b></p> <p>Objecto - _____</p> <p>Taxa - _____</p> <p><b>DESPACHO</b></p> <p>Nomeamos o mesmo Rev. Con. Antonio Zattera por mais três anos.</p> <p>Caxias, 27 de Outubro de 1938.</p> <p>José Bispo de Caxias.</p>  <p>Sello Parochial</p>	<p>Bento Gonçalves, 23 de outubro de 1938.</p> <p>Exmo. e Revmo. Snr. Bispo Diocesano</p> <p>José Barea</p>  <p>Venho por meio deste humildemente à presença de V. Excia. Revma., para pedir Vós dignéis nomear confessor ordinário para as Comunidades das Irmãs Missionárias de S. Carlos Borromeu do Colégio, Noviciado e Hospital Dr. Occhini em Bento Gonçalves, por ter já terminado a provisão de confessor ordinário o Revmo. Conego Antonio Zattera.</p> <p>J. B. B. R. Mcê. Irmã M. Immaculada Mileti, Provincial das Ir. Mis. de S. Carlos Borromeu</p>	<p>Bento Gonçalves, 23 de outubro de 1938</p> <p>Exmo. e Revmo. Snr. Bispo Diocesano D. José Barea</p> <p>Venho por meio deste humildemente à presença de V. Excia. Revma., para pedir-Vos dignéis nomear confessor ordinário para as Comunidades das Irmãs Missionárias de S. Carlos Borromeu do Colégio, Noviciado e Hospital Dr. Tacchini em Bento Gonçalves, por ter já terminado a provisão do confessor ordinário o Revmo. Conego Antonio Zattera.</p> <p>N.E.E. R. Mcê. (Assinatura Irmã M. Immaculada Mileti) Provincial das Ir. Mis. de S. Carlos Borromeu</p>
---	--	---

Fonte: Província Imaculada Conceição.

A necessidade de um confessor enfatiza a religiosidade e as práticas das comunidades e instituições da congregação. Em despacho, como pode ser observado no canto inferior direito,<sup>89</sup>

<sup>89</sup> Transcrição: Despacho – Nomeamos o mesmo Rev. Con. Antonio Zattera por mais três anos. Caxias, 27 de outubro de 1938. José, bispo de Caxias.

o Bispo Dom José Barea<sup>90</sup> nomeia, por mais três anos, o mesmo confessor: Antonio Zattera.<sup>91</sup> Esse confessor participaria do cotidiano da Congregação das Irmãs Missionárias, estando, mais uma vez, explícita a relação entre religiosos e religiosas. As Irmãs dependiam da presença dos padres, ou seja, do masculino para viverem os rituais da vida religiosa da congregação. Infere-se que por ele ter participado da fundação do Colégio Nossa Senhora Medianeira mantinha uma relação de proximidade com as missionárias, de aprovação e de auxílio nas obras localizadas no Município de Bento Gonçalves — RS.

Perrot (2019, p. 83) considera que a religião tem, “ao mesmo tempo, poder sobre as mulheres e poder das mulheres”. Ao mencionar o catolicismo, cita a relação com os confessores, o que permite pensar no documento exposto anteriormente, com a solicitação de um confessor, com o qual a religiosa/mulher poderia “encontrar socorro, e mesmo ser ouvida pelos padres, seus confessores e confidentes”. (p. 84). Entende-se, assim, que a Igreja ao mesmo tempo que oferecia apoio às mulheres, pregava sua submissão.

Nessa relação entre padres e freiras, pode-se deduzir diferentes significados, às vezes até antagônicos, como, por exemplo, o de complementaridade e auxílio, mas também o de dominação e submissão. Sobre a cisão entre o feminino e masculino, Bourdieu (2019, p. 9) afirma que “a divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável”. Essa divisão, de acordo com o autor (p. 9), funciona “como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação”.

Ou seja, a relação entre religiosos e religiosas reproduz esquemas presentes na sociedade, em que se entende o homem como ser dominante e a mulher como dominada. Assim, desde a fundação até as práticas desenvolvidas pela congregação, seguiram essa ordem, presente no sistema de representações do masculino e do feminino. Para Bourdieu (2019) a anatomia dos sexos justifica a diferença, construída socialmente, dos gêneros e da divisão do trabalho.

Na relação entre padres e Irmãs, essa diferença estava marcada, já que o poder e o conhecimento estavam com os clérigos. Perrot (2019) menciona, a partir do entendimento de um catolicismo, “em princípio, clerical e macho”, que “somente os homens podem ter acesso ao sacerdócio e ao Latim. Eles detêm o poder, o saber e o sagrado”. Considerando o recorte de tempo proposto para esta pesquisa, entende-se que o poder continuava nas mãos dos padres, no

---

<sup>90</sup> Dom José Barea foi o primeiro Bispo da Diocese de Caxias do Sul, nomeado em 1º de novembro de 1935 e empossado a 11 de fevereiro de 1936. Faleceu a 19 de novembro de 1951. (ADAMI, 1957, p. 107).

<sup>91</sup> Antonio Zattera atuou em Bento Gonçalves, sendo essa sua segunda paróquia, quando houve a fundação do Ginásio Nossa Senhora Aparecida e do Colégio Nossa Senhora Medianeira. Era reconhecido por sua atuação na educação, tendo conseguido, em 1953, fundar a primeira Faculdade de Filosofia no interior do estado, que deu origem, integrada a outros cursos, à Universidade Católica de Pelotas. Foi consagrado bispo em 1942. (HAMMES, 2005).

entanto, as Irmãs encontravam um caminho para o saber, inclusive tendo acesso ao Latim, que era possível através do estudo em conventos, por exemplo. Para a autora “os conventos eram lugares de abandono e de confinamento, mas também refúgios contra o poder masculino e familiar. Lugares de apropriação do saber, e mesmo de criação”. (PERROT, 2019, p. 84).

Nessa citação, evidencia-se não só a possibilidade de apropriação do saber, mas também de uma vida religiosa que distanciava as mulheres da família (a de origem ou a constituída), já que esse era o principal espaço pensado para elas. Com a expansão das congregações femininas, foi possibilitado às mulheres outra escolha, no entanto, ainda assim, havia uma relação de submissão ao masculino, ou seja, aos padres. Perrot (2019, p. 85), nesse sentido, menciona que “no século XIX, o desenvolvimento das congregações educativas, dos pensionatos e dos ateliês, e o florescimento das missões abrem para as religiosas horizontes consideráveis”.

No caso da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas, as religiosas tiveram seu campo de atuação sendo ampliado justamente por oferecer educação religiosa. Por isso, a relação do trabalho desenvolvido pelas Irmãs Missionárias com a religiosidade, fica ainda mais clara através da catequese. O trecho da fala de Irmã Leocádia, revela a importância da catequese para a congregação e o papel que as Irmãs desempenhavam junto aos migrantes:

Primava pela catequese, porque o fundador, João Batista Scalabrini, o bispo de Piacenza, ele dizia que a catequese é o andar térreo de toda a construção do ser humano. A catequese é a base. Mas a catequese como um fazer ressoar a mensagem de Jesus, porque o homem verdadeiro, o verdadeiro conceito de homem, da pessoa humana é aquela que é edificada segundo o projeto inicial, [...], não o homem sem Deus. Claro, aqui falando muito em termos cristãos. [...]. Então a tríade do ser humano é a matéria, o corpo, a psique, a dimensão psicológica, a psiquê, que não é a alma, não é o espírito, porque às vezes nós confundimos alma e espírito. Não, psiquê é a dimensão psicológica do ser humano e espiritual que é esta centelha de Deus que está em todo ser humano. E esta centelha de Deus, que tá no ser humano, precisa ser cultivada segundo Scalabrini. Então no Scalabrini sim, tu vais encontrar coisas bem claras sobre educação. Que, sem dúvida, passaram para as nossas instituições, nossas escolas. Porque ele insistia muito nisso. Mas claro, também para os pais. Mas também que a escola tem que colaborar. Que a escola colabora e, por isso, eu vi que, naquilo que eu conheci, era dado um destaque assim importante a essa dimensão da religiosidade.<sup>92</sup> (MEZZOMO, 2017).

Esses ensinamentos estavam relacionados aos valores morais e à educação religiosa. Por isso, é difícil separar a educação (pensada por Scalabrini) da religiosidade, pois para ele “não há, de fato, educação sem moral, nem se pode dar moral sem religião, do que segue que a

---

<sup>92</sup> Pequena adaptação foi realizada no texto para a retirada de repetições e maneirismos típicos da linguagem. Nesse trecho, a entrevistada utilizou a palavra “né” em alguns momentos.

educação ou é religiosa ou não é educação”. (CARTA PASTORAL, 1889 *apud* FONGARO, 1998, p. 134).

Ora, a primeira necessidade, a necessidade mais legítima e mais grave que nasce na alma humana é a necessidade de Deus. Sua inclinação mais nobre e mais delicada é sua inclinação para Deus, Verdade absoluta, Bondade imensa, Beleza infinita. O homem, dizia Tertuliano, é cristão por natureza. Todo educador, por isso, que apagar, na criança, esta necessidade inata, que não secundar esta angélica tendência, que não favorecer, dirigindo-a este voo sublime, falsifica radicalmente a educação, fere de morte a moral do homem e trai suas mais nobres aspirações. (CARTA PASTORAL, 1889 *apud* FONGARO, 1998, p. 134).

Ao mencionar que a primeira necessidade do ser humano é Deus, e que o papel do educador é fundamental para tal, demonstra a defesa em favor da educação católica. A defesa dessa educação religiosa aparece também nas suas citações acerca do catecismo tanto que consta, inclusive, na placa<sup>93</sup> instalada na Catedral de Piacenza — Itália (*Duomo di Piacenza*), onde há também uma urna com o corpo de Scalabrini:

---

<sup>93</sup> Transcrição da placa exposta na Catedral de *Piacenza*:

BEATO

GIOVANNI BATTISTA SCALABRINI

VESCOVO E FONDATORE

Nasce a Fino Mornasco (Como) l'8 luglio 1839, a 18 anni conclude brillantemente gli studi liceali, entra nel Seminario diocesano di Como e viene ordinato sacerdote in 30 maggio 1863.

Per quattro anni è professore e Vice rettore e poi per tre anni Rettore del Seminario minore di Como, e dal 1870 al 1876 parroco di San Bartolomeo in Como.

A 36 anni è nominato Vescovo di Piacenza. Consacrato nella Cappella di Propaganda Fide in Roma il 30 gennaio 1876, fa l'ingresso in Diocesi il 13 febbraio seguente.

Per 29 anni guida con saggezza e santità la Chiesa piacentina. Protagonista della vita della Chiesa in anni non facili, è puré presente nel dibattito politico e sociale, con piena coscienza che la sua responsabilità di Vescovo non gli consente di essere estraneo ai problemi del suo tempo.

Muore a Piacenza il 1 giugno 1905, solennità dell'Ascensione. Beatificato in Piazza S. Pietro a Roma da Papa Giovanni Paolo II il 9 novembre 1997.

La sua festa litúrgica si celebra il 1 giugno.

L'urna di clássica fattura, oportunamente riadattata in cui ora è riposto il suo corpo, è stata realizzata per volere dello stesso Scalabrini nel 1903 per la salma di San Savino, secondo vescovo della Diocesi piacentina. Il corpo di S. Savino ebbe in seguito altra collocazione.

L'attività pastorale del Beato è riconosciuta dalla testimonianza dei Papi in quattro appellativi, che rilevano gli aspetti fondamentali della sua opera di pastore e che costituiscono il núcleo della sua santità:

“APOSTOLO DEL CATECHISMO” (Pio IX): infatti, pubblica “Il piccolo catechismo per gli asili d'infanzia” (1875); “Il catechista cattolico”, prima rivista mensile italiana di catechesi (1876-1939); “Il catechismo cattolico” (1876), in cui tra l'altro sostiene la scuola di catechismo come moderna forma di catecumenato.

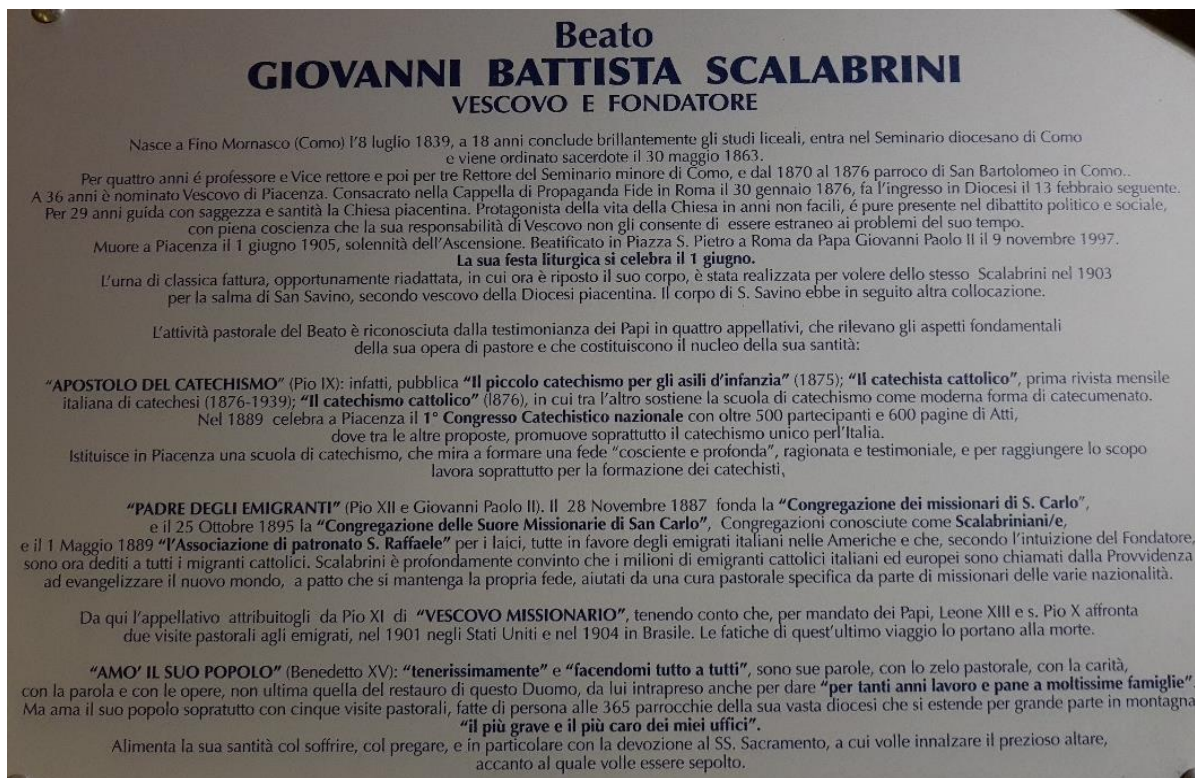
Nel 1889 celebra a Piacenza il 1° Congresso Catechistico nazionale con oltre 500 partecipanti e 600 pagine di Atti, dove tra altre proposte, promuove soprattutto il catechismo unico per l'Italia.

Istituisce in Piacenza una scuola di catechismo, che mira a formare una fede “cosciente e profonda”, ragionata e testimoniale, e per raggiungere lo scopo lavora soprattutto per la formazione dei catechisti.

“Padre degli emigranti” (Pio XII e Giovanni Paolo II). Il 28 Novembre 1887 fonda la “Congregazione dei missionari di S. Carlo”, e il 25 Ottobre 1895 la “Congregazione delle Suore Missionarie di San Carlo”, Congregazioni conosciute come Scalabriniani/e, e il 1 Maggio 1889 “l'Associazione di patronato S. Raffaele” per i laici, tutte in favore degli emigranti italiani nelle Americhe e che, secondo l'intuizione del Fondatore, sono ora dediti a tutti i migranti cattolici. Scalabrini è profondamente convinto che i milioni di emigranti cattolici italiani ed europei sono chiamati dalla Provvidenza ad evangelizzare il nuovo mondo, a patto che si mantenga la propria fede, aiutati da una cura pastorale specifica da parte di missionari delle varie nazionalità.



**Figura 18 — Placa do Beato Scalabrini na Catedral de Piacenza**



Fonte: Catedral de Piacenza.

Transcrição e tradução para a Língua Portuguesa, realizada pela própria pesquisadora, de placa em homenagem ao Beato Scalabrini, exposta na Catedral de *Piacenza – Itália*:

Da qui l'appellativo attribuitogli da Pio XI di **"VESCOVO MISSIONARIO"**, tenendo conto che, per mandato dei Papi, Leone XIII e o s. Pio X affronta due visite pastorali agli emigrati, nel 1901 negli Stati Uniti e nel 1904 in Brasile. Le fatiche di quest'ultimo viaggio lo portano alla morte.

**"AMO' IL SUO POPOLO"** (Benedetto XV): **"tenerissimamente"** e **"facendomi tutti a tutti"**, sono sue parole, con lo zelo pastorale, con la carità, con la parola e con le opere, non ultima quella del restauro di questo Duomo, da lui intrapreso anche per dare **"per tanti anni lavoro e pane a moltissime famiglie"**. Ma ama il suo popolo soprattutto con cinque visite pastorali, fatte di persona alle 365 parrocchie della sua vasta diocesi che si estende per grande parte in montagna **"il più grave e il più caro dei miei uffici"**.

Alimenta la sua santità col soffrire, col pregare, e in particolare con la devozione al SS. Sacramento, a cui volle innalzare il prezioso altare, accanto al quale volle essere sepolto.

**ABENÇOADO  
GIOVANNI BATTISTA SCALABRINI  
BISPO E FUNDADOR**

Nascido em Fino Mornasco (Como) em 8 de julho de 1839, aos 18 anos, completou brilhantemente seus estudos do liceu [Ensino Médio], entrou no seminário diocesano de Como e foi ordenado sacerdote em 30 de maio de 1863. Por quatro anos foi professor e vice-reitor e depois por três reitor do Seminário Menor de Como, e de 1870 a 1876 pároco de San Bartolomeo em Como.

Aos 36 anos foi nomeado bispo de Piacenza. Consagrado na Capela da Propaganda Fide, em Roma, em 30 de janeiro de 1876, ingressou na Diocese no dia 13 de fevereiro seguinte.

Por 29 anos, guia com sabedoria e santidade a Igreja de Piacenza. O protagonista da vida da Igreja nos anos difíceis, também está presente no debate político e social, com plena consciência de que suas responsabilidades como bispo não permitem que ele seja um estranho para os problemas do seu tempo.

Ele morreu em Piacenza, em 1º de junho de 1905, a solenidade da Ascensão. Beatificado na Praça de São Pedro em Roma pelo Papa João Paulo II em 9 de novembro de 1997.

Sua celebração litúrgica é celebrada no dia 1º de junho.

O caixão de conta de ótica, adequadamente reajustado no qual agora é colocado o corpo dele, foi construído a mando do mesmo Scalabrini em 1903 para o corpo de San Savino, segundo bispo da Diocese de Piacenza. O oratório de S. Savino mais tarde teve outra colocação.

A atividade pastoral do Beato é reconhecida pelo testemunho dos papas em quatro denominações, que encontram os aspectos fundamentais de seu trabalho como pastor e que constituem o núcleo de sua santidade:

"APÓSTOLO DO CATHECISMO" (Pio IX): de fato, publica "O pequeno catecismo para jardins de infância" (1875); "A catequista católica", a primeira revista mensal italiana de catequese (1876-1939); "O catecismo católico" (1876), que, entre outras coisas, apoia a escola do catecismo como uma forma moderna de catecumenato.

Em 1889 celebrou, em Piacenza, o 1º Congresso Nacional de Catequistas com mais de 500 participantes e 600 páginas de Atos, onde, entre outras propostas, promoveu acima de tudo um único catecismo para a Itália.

Ele instituiu uma escola de catequese em Piacenza, que visa formar um espírito "consciente e profundo", de oração e testemunho, e para alcançar este propósito, ele trabalha acima de tudo para a formação dos catequistas.

"PAI DOS EMIGRANTES" (Pio XII e João Paulo II). A 28 de novembro, 1887, fundou a "Congregação dos Missionários de São Carlos", e 25 de Outubro, 1895, a "Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos" Congregações conhecidos como Scalabrini / e, e 01 de maio de 1889 "da Associação de patrocínio S. Raffaele" pelos leigos, todos a favor dos emigrantes italianos nas Américas e que, de acordo com a intuição do Fundador, são agora dedicados a todos os migrantes católicos. Scalabrini está profundamente convencido de que os milhões de emigrantes católicos italianos e europeus são chamados pela Providência para evangelizar o novo mundo, desde que sua fé seja mantida, auxiliada por um especial cuidado pastoral de missionários de várias nacionalidades.

Daí a denominação atribuída a ele por Pio XI de " BISPO MISSIONÁRIO ", tendo em mente que, por mandato dos Papas, Leão XIII e o s. Pio X tem duas visitas pastorais aos emigrantes, em 1901 nos Estados Unidos e em 1904 no Brasil. Os esforços desta última jornada o levam à morte.

"Amo' seu povo" (Bento XV): 'ternura' e 'deixar todos em todos', como ele dizia, com zelo pastoral, com caridade, com as palavras e com fatos, não menos que da restauração desta Igreja, que ele também comprometeu-se a dar "por muitos anos trabalho e pão para muitas famílias". Mas ele ama o seu povo, acima de tudo, com cinco visitas pastorais feitas pessoalmente às 365 paróquias de sua vasta diocese que cobre grande parte nas montanhas, "o mais sério e o mais caro de seu ofício."

Alimenta a sua santidade pelo sofrimento, pela oração e, em particular, pela sua devoção ao Santíssimo Sacramento. Sacramento, a quem ele queria levantar o precioso altar, ao lado do qual ele queria ser enterrado.

Na placa visível na Catedral de *Piacenza*, ressaltam-se três denominações atribuídas pelos papas à Scalabrini: *apóstolo do catecismo*, *bispo missionário* e *pai dos emigrantes*. Na pesquisa, dentre essas denominações, sobressaiu a denominação *pai dos emigrantes*, ou melhor, dos migrantes, (emigrantes ou imigrantes). No entanto, todas as denominações apresentadas, auxiliam na compreensão do papel de Scalabrini e, especialmente, da variável *religiosidade* presente nas obras das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas, inclusive nas da área da educação. O conceito “apóstolo do catecismo” indica que esse objetivo sustentou



sua obra e, conseqüentemente, guiava as das Irmãs. Em algumas escolas, pelos indicativos presentes no discurso das missionárias, era oferecida a catequese em articulação com a paróquia. Mas é claro que a religiosidade não estava presente só neste momento, mas também no cotidiano escolar.

A placa em homenagem à Scalabrini descreve brevemente sua biografia, evidenciando os pontos relacionados à sua formação e também ao seu papel de professor e de religioso, ou seja, seu papel de formador de outros religiosos. É notável que sua referência de educação perpassa pela religiosidade, estando presente desde sua formação até sua carreira docente e clerical.

A placa pregada na igreja de *Piacenza*, se explica por ter sido Scalabrini, bispo de *Piacenza* por 29 anos e ser reconhecido por ter enfrentado os problemas do seu tempo, especialmente relacionados à migração. O fato de ser reconhecido como bispo missionário está fundamentado no seu perfil, não só pela busca de soluções para os migrantes, mas pelas viagens para perceber, *in loco*, as necessidades dos que haviam saído de seu país. A preocupação primeira foi a de oferecer párocos para acompanhar os migrantes, seguida da oferta de educação, saúde e assistência social. A visita a 365 paróquias permitiu-lhe a interpretação de que ele estava próximo *de seu povo*.

Indica-se, com o exposto, a percepção de Scalabrini acerca do esvaziamento do catolicismo, que poderia ocorrer com a expatriação. Há uma preocupação evidente com o destino dos migrantes e as condições que encontrariam ao chegar na nova terra, assim como seriam educados e de como manteriam a religiosidade, por isso a importância de um pároco na localidade, para que os migrantes fossem acompanhados. Esse acompanhamento indica uma tutela dos migrantes italianos, para que permaneçam, ou se tornem, católicos. Essa tutela era realizada não só a partir da prática religiosa, mas também através da educação e do acompanhamento na vida social e na saúde das famílias.

Scalabrini tinha clareza de que era fundamental manter a união através do catolicismo, para que os princípios religiosos fossem preservados. E essa tutela, poder-se-ia dizer, fomentava a construção do *habitus*, conceituado por Bourdieu (1974, p. 191) “como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”.

Assim, através do trabalho dos missionários e das missionárias, destinado aos migrantes italianos, era possível desenvolver ou manter um *habitus* voltado às práticas religiosas e, ainda, influenciar jovens a participarem da congregação, assumindo uma vida eclesiástica. Muitas

vezes, a escolha por essa vida era justificada pela *vocação*, que é definida por Bourdieu, que a define como

mera transfiguração ideológica da relação que se estabelece objetivamente entre uma categoria de agentes e um estado da demanda objetiva, ou melhor, do mercado de trabalho, e que se concretiza através de uma carreira por intermédio do sistema de disposições produzidas pela interiorização de um tipo determinado de condições objetivas envolvendo um tipo determinado de oportunidades objetivas. (1974, p. 201).

A ação de Scalabrini e dos missionários na RCI levou a comunidade a desenvolver o *habitus* religioso e, ainda, a enalteceu a necessidade de novos religiosos e religiosas, tão necessários nas comunidades de migrantes, especialmente italianos. Bourdieu, ao explicar os conceitos de *vocação* e de *habitus*, os relaciona, pois para o sociólogo

o princípio unificador e gerador de todas as práticas e, em particular, destas orientações comumente descritas como “escolhas” da “vocação”, e muitas vezes consideradas efeitos da “tomada de consciência”, não é outra coisa senão o *habitus*, sistemas de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas, tende a produzir práticas e, por sua via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas. (BOURDIEU, 1974, p. 201-202).

As práticas religiosas vivenciadas nas comunidades permitiram não só o desenvolvimento e a manutenção dos *habitus*, mas também interferiram nas vocações dos jovens migrantes, ou filhos de migrantes, que seguiram uma vida religiosa. Os *habitus*, a partir da concepção de Bourdieu (1983, p. 45), são sistemas de disposições constituídos socialmente e incorporados de uma trajetória social. Já a prática pode ser compreendida como o “resultado do aparecimento de um *habitus*, [...], e de um campo social funcionando, neste aspecto, como um espaço de obrigações”. Ambos, operando em cumplicidade, *habitus* e campo social, conduzem a uma teoria da eficácia simbólica (BOURDIEU, 1983), o que pode ser percebido no trabalho desenvolvido por Scalabrini e pela Congregação das Missionárias de São Calos Borromeo — Scalabrinianas, pois atuavam no desenvolvimento do *habitus*, inserido no campo social como uma obrigação, que tinha por objetivo manter o povo unido na fé católica.

A manutenção da fé católica era o principal objetivo de Scalabrini, além de demonstrar a preocupação com a manutenção de uma vida estável para os migrantes, e ser o fundador da congregação, ele também é referência às obras das Irmãs missionárias. Em documento datado de 6 de março de 1992, expedido pela Casa Geral, situada em Roma, destinada às Irmãs da Congregação, enfatiza-se o “período de refontização da identidade Congregacional”, indicando um novo impulso ao processo de beatificação e canonização de Scalabrini; início do processo

de beatificação e canonização de Madre Assunta Marchetti e celebração do centenário de ordenação sacerdotal do Pe. José Marchetti, em 3 de abril de 1992. Sobre o Pe. Marchetti relatam-se, brevemente, fatos de sua vida em meio aos migrantes e seu espírito missionário. Merece destaque o fragmento que finda a Circular n. 17, assinada pela Madre Marissônia Daltoé mscs, Superiora-Geral:

Que a fé e esperança de Padre Marchetti, sua intimidade com Jesus Eucarístico, seu seguimento incondicional de Jesus Cristo até às últimas conseqüências, seu espírito missionário, seu amor pelos migrantes, preferencialmente os mais pobres, seu zelo pela salvação integral da pessoa e seu amor pelo estudo sejam incentivo e inspiração a cada Irmã Missionária de São Carlos Borromeo, Scalabriniana, para continuar sua caminhada de fidelidade a Jesus Cristo, ao carisma e à missão congregacionais, em vista também do centenário da Congregação. (SUORE MISSIONARIE SAN CARLO BORROMEO — SCALABRINIANE, 1992, p. 4).



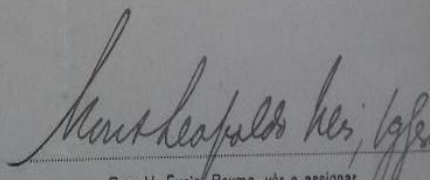
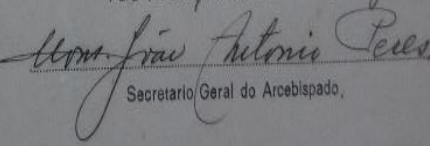
Apesar de se tratar de um documento datado após o período de estudo, remete ao fundador e aos cofundadores, que ocupam um lugar de destaque não só na fundação da congregação, bem como no seu carisma e na sua missão, retomada em diferentes momentos congregacionais. Ao analisar algumas características do Pe. Marchetti, indica-se o que se espera das Irmãs Scalabrinianas, destacando-se o *amor pelos imigrantes e pelo estudo*.

Buscando-se indícios de escolarização, encontrou-se uma infinidade de documentos que apontam para o catolicismo nos ambientes escolares, nos currículos, nos registros de atividades, na organização da rotina, ou seja, nas culturas escolares. Para exemplificar, segue a Figura 19, com a permissão para que o SS. Sacramento, na capela do Colégio Scalabrini, situado em Guaporé, tivesse, pelo menos, uma missa santa por semana. Em documento datado de 31 de janeiro de 1946, Dom João Becker dá a nove instituições licença para conservar o Santíssimo Sacramento nas suas capelas, sendo cinco hospitais, três escolas e um noviciado. As escolas citadas são: Nossa Senhora Medianeira (Bento Gonçalves); São Carlos (Caxias do Sul); e Nossa Senhora de Lourdes (Farroupilha).<sup>94</sup> O noviciado é o São Carlos de Bento Gonçalves, que atendia às alunas de toda a região que tinham vocação religiosa, tendo sido transferido para Caxias do Sul, em 1955.

---

<sup>94</sup> Investigou-se a documentação das três escolas mencionadas, no entanto, a maior parte do material analisado diz respeito a período posterior ao abordado nesta pesquisa.

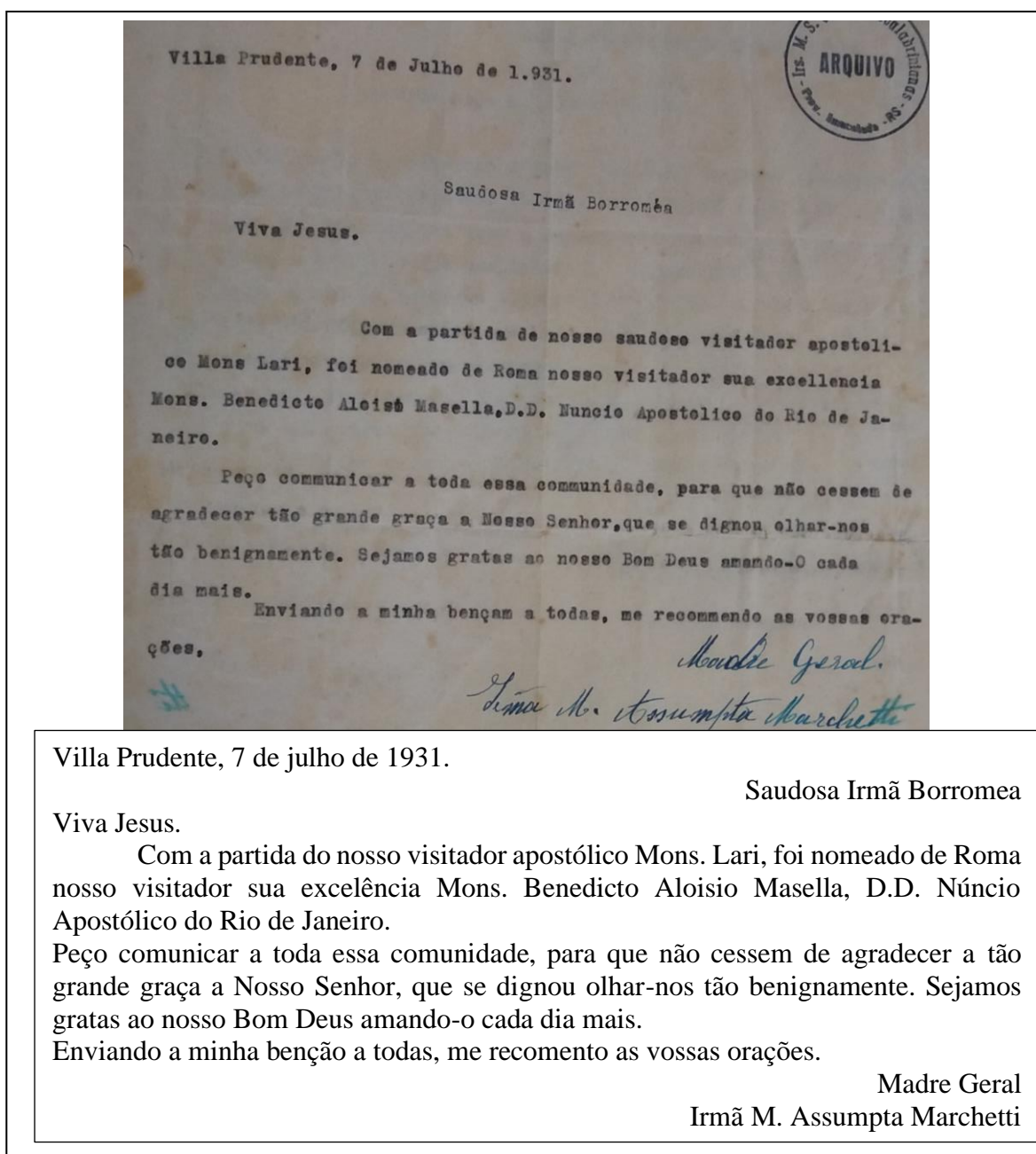
**Figura 19** — SS. Sacramento – Colégio Monsenhor Scalabrini

  <p style="text-align: center;"><b>Dom João Becker</b></p> <p>Por Mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, Prelado Doméstico de Sua Santidade, Assistente ao Solo Pontifício e Conde Romano.</p> <p>Aos que esta Nossa Portaria virem, saudação paz e bênção em Nosso Senhor Jesus Christo.</p> <p>Fazemos saber que, atendendo ao que Nos requereu a <i>muni. Madre Superiora Provincial</i> Havemos por bem permitir, como de facto pela presente Nossa Provisão Permittimos que se conserve o SS. Sacramento, até 31 de Dezembro de 1942, si antes não Mandarmos o contrario, na capella <i>do Colégio Monsenhor Scalabrini, das Irmãs de São Carlos, em Guaporé</i></p> <p>SERVATIS SERVANDIS, de accordo com as leis canonicas e as prescripções liturgicas que regem a materia e sob a condição expressa de que na dita capella seja semanalmente celebrada ao menos uma santa missa.</p> <p>Dada e passada em a Nossa Camara Ecclesiastica de Porto Alegre, sob o signal do Nosso Revmo. Monsenhor Vigario Geral e Sello das Nossas Armas, a <i>17</i> de <i>Junho</i> de 1942</p>  <p>Para V. Excia. Revma. ver e assignar</p>  <p>Secretario Geral do Arcebispado.</p> <p>Reg. .... Taxa: 10\$000</p>	<p style="text-align: center;"><b>Dom João Becker</b></p> <p>Por Mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, Prelado Doméstico de Sua Santidade, Assistente do Solo Pontifício e Conde Romano.</p> <p>Aos que esta Nossa Portaria virem, saudação paz e bênção em Nosso Senhor Jesus Cristo.</p> <p>Fazemos saber que, atendendo ao que Nos requereu a mui ver. Madre Superiora Provincial havemos por bem permitir, como de fato pela presente Nossa Provisão permitimos que se conserve o SS. Sacramento, até 31 de Dezembro de 1942, se antes não mandarmos o contrário, na capela do Colégio Monsenhor Scalabrini, das Irmãs de São Carlos, em Guaporé.</p> <p>SERVATIS SERVANDIS, de acordo com as leis canônicas e as prescrições litúrgicas que regem a matéria sob a condição expressa de que na dita capela seja semanalmente celebrada ao menos uma santa missa.</p> <p>Dada e passada em a Nossa Camara Ecclesiástica de Porto Alegre, sob o sinal de Nosso Revmo. Monsenhor Vigário Geral e Selo das Nossas Armas, a 17 de junho de 1942. (Assinatura Mons. Leopoldo Neis)</p> <p>Para V. Excia. Revma. ver e assinar</p> <p>(Assinatura Mons. João Antonio Peres)</p> <p>Secretário Geral do Arcebispo</p> <p>Taxa: 10\$000</p>
---	---

Fonte: Arquivo da Província Imaculada Conceição.

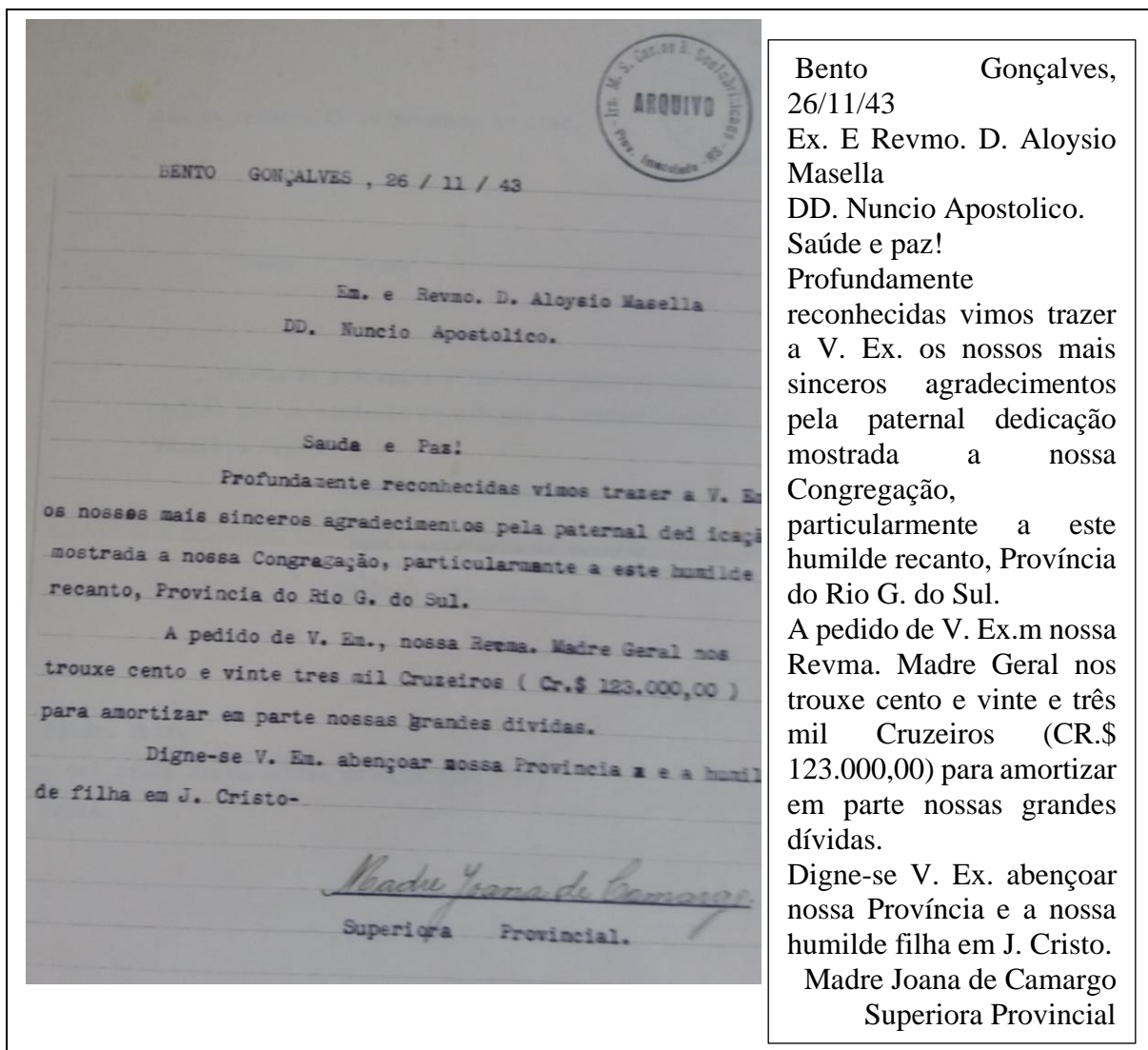
A autorização de Dom João Becker demonstra não só um aspecto importante da infraestrutura presente nas escolas da congregação, a capela, mas também a religiosidade que permeia a educação, com missas realizadas no próprio espaço escolar. O documento mostra, ainda, as relações de poder existentes na Igreja Católica. Por isso, é importante atentar para outro aspecto que marca a identidade da congregação: a relação com a Igreja e com seus representantes. Na documentação pesquisada, a relação entre as Irmãs e os Núncios Apostólicos está registrada em diferentes cartas, como ilustram as Figuras 20 e 21.

**Figura 20** — Carta da Madre Geral à Irmã Borromea



Em relação ao Núncio Lari fica clara a relação não só de subordinação e autoridade, mas de gratidão. O novo Núncio Apostólico, passa a ter um papel fundamental para as Irmãs, como mencionado em carta de 1943.

**Figura 21** — Carta ao Núncio Apostólico Aloysio Masella



Fonte: Arquivo da Província Imaculada Conceição — 1943.

A relação com o Núncio Apostólico fica clara, assim como a necessidade de auxílio financeiro para a Província do Sul. A proveniência desse recurso não está clara, sendo possível levantar a hipótese de ser auxílio do governo italiano, do próprio Vaticano ou de recursos já designados à congregação e repassados para a Província. Porém, para que fosse viabilizado esse repasse, pelo dito na carta, vê-se que a interferência de Aloysio Masella foi providencial. Assim,

entende-se a importância do representante da Santa Sé na congregação. Essa interação da Igreja, através da Santa Sé, está normatizada pelo Código de Direito Canônico, que teve sua primeira promulgação em 12 de maio de 1917.

A relação com os padres scalabrinianos, conforme referido neste capítulo, também era marcada por relações de poder. A comunidade católica atribuía aos religiosos *a verdade*. Essa verdade, de acordo com Foucault (2018, p. 51), “não existe fora do poder ou sem o poder”.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos; a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2018, p. 52).

As Irmãs e os padres eram reconhecidos como detentores da verdade, portanto a eles era conferido o estatuto de dizer a verdade. Foucault (2018, p. 52) indica que a verdade está “centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem”. Essa verdade, no período proposto para esta tese, estava presente nas instituições religiosas. As Irmãs e os padres tinham, muitas vezes, a oportunidade de estudar para além do que era comum à população em geral, pois eram motivados pelas congregações, que custeavam seus estudos. No entanto, mesmo quando não havia formação acadêmica, as missionárias tinham o *status* do conhecimento, ou porque estudaram mais do que a comunidade atendida, ou por serem Irmãs, lhes era atribuído um nível de poder elevado já conferido aos padres.

A relação das Irmãs com os padres e com a Igreja, como um todo, era de disputa e de complementaridade. Ao estudar a estrutura das congregações católicas francesas, as Irmãs de Nossa Senhora do Calvário e as Irmãs da Sagrada Família de Bordeaux, Leonardi (2010), também constatou essas relações, ao mencionar que as freiras estavam em situação ambígua, pois tinham a oportunidade de viajar, aprender outras línguas, administrar pessoas e recursos financeiros, trabalhar para a Igreja Católica, considerando o poder dessa instituição. Também estavam à mercê dos homens, considerando que eles detêm o maior poder, como bispos, padres ou contratantes dos serviços da congregação. Especifica, ainda, sobre as congregações francesas, que

no Brasil, em sua ação no mundo, as freiras que para cá vieram jogavam com o poder da sede, da Igreja e da sociedade. Nas alianças com a oligarquia ou nas relações com os bispos, procuravam limitar a interferência externa na comunidade e nos trabalhos

que desenvolviam. Seus maiores problemas eram relações conflituosas e competitivas com os homens, não só no interior da Igreja, com os bispos, mas também com os leigos. (LEONARDI, 2010, p. 386-387).

A relação conflituosa apareceu especialmente em relação aos homens da Igreja, porém, como mencionado, a relação de auxílio e de prestígio com os bispos, núncios e padres foi muito evidenciada. Essa união de forças e, por conseguinte, de poderes, era usada para facilitar a realização de objetivos da congregação. Leonardi (2010, p. 387) apresenta essa relação em sua obra, ao explicar que as congregações, “como instituição e como um lugar de poder definido, podiam calcular as relações de força e estabelecer estratégias, capitalizando ganhos e desenvolvendo a instituição”.

A Congregação das Irmãs Missionárias Carlistas-Scalabrinianas recebia auxílio para implementação de obras, no entanto, foi interessante constatar, no *Staffetta Rio-Grandense*, n. 32, de 10 de dezembro de 1924, que uma quantia “pró-catedral” havia sido repassada pelo Colégio Scalabrini:



Figura 22 — Informativo no jornal *Staffetta Riograndense*

Pro Cattedrale		Pro Cattedrale	
Quantia pubblicata	19:494\$900	Quantia pubblicata	19:494\$900
Parrocchia di S. Antonio		Parrocchia di S. Antonio di Guaporé	200\$
di Guaporé	200\$	Rev. P. Stefano Angeli	300\$
Rev. P. Stefano Angeli	300\$	Giovanni Bergamini	100\$
Giovanni Bergamini	100\$	Secondo Bergamini	100\$
Secondo Bergamini	100\$	Arcangelo Rizzo	50\$
Arcangelo Rizzo	50\$	Banco N. do Commercio	50\$
Banco N. do Commercio	50\$	Banco Pelotense	50\$
Banco Pelotense	50\$	Giuseppe Fedoldi	30\$
Giuseppe Fedoldi	30\$	Primo Vacchi	30\$
Primo Vacchi	30\$	Primo Pandolfo e Irmãos	30\$
Primo Pandolfo e Irmãos	30\$	Guido Mombelli	20\$
Guido Mombelli	20\$	Luigi Comparin	20\$
Luigi Comparin	20\$	Irmãos Giordani	20\$
Irmãos Giordani	20\$	Angelo Sebben	20\$
Angelo Sebben	20\$	Ludovico Postal	20\$
Ludovico Postal	20\$	Giovanni Serpioni	20\$
Giovanni Serpioni	20\$	Giuseppe Lazzari	20\$
Giuseppe Lazzari	20\$	Giovanni Berto	20\$
Giovanni Berto	20\$	Arturo Burlamaque	20\$
Arturo Burlamaque	20\$	Enrico Nardi	20\$
Enrico Nardi	20\$	Collegio Scalabrini	15\$
Collegio Scalabrini	15\$	Resultato di due rife	91\$
Resultato di due rife	91\$	Cappelle ed altri contribuenti	1:533\$300
Cappelle ed altri contribuenti	1:533\$300		
	-----		
	2:779\$300		
			-----
			2:779\$300

Fonte: Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul — 1924.

A quantia doada por instituições, ou seja, por pessoa jurídica, ou por pessoa física, em prol da catedral, era anunciada no jornal em ordem de valor da contribuição. Assim, foi o Colégio Scalabrini que doou a menor quantia, já que as próximas mencionadas, a partir dele, como é possível verificar na Figura 22, é o total arrecadado através de rifa e na própria igreja, juntando com o valor de pequenas contribuições ao que tudo indica. Esse recorte faz refletir acerca da relação de auxílio mútuo, pois, ao mesmo tempo que os colégios foram construídos com auxílio da Igreja, da comunidade e do próprio Estado, brasileiro ou italiano, a contribuição para a paróquia local estava assegurada.

Para além da preocupação com o SS. Sacramento, com o confessor ordinário e com os retiros providenciados às escolas, especialmente às Irmãs, havia manifestação positiva sobre a relação com os Núncios Apostólicos, e a interferência desses nos negócios e nas relações entre

as comunidades das Irmãs. Encontraram-se, ainda, nos documentos, indícios que apontam para à preocupação constante com a destinação das Irmãs para diferentes funções, a partir das características delas, e com a saída de Irmãs das obras quando fosse necessário. O documento seguinte, datado de 1932, dentre outros aspectos, comprova a preocupação com a realocação de uma delas:

**Figura 23** — Carta à Irmã Josephina

<p>Villa Prudente 23-5-1932 Archivio Casa Generalizia N° 3 A. a. C. 89</p> <p>Dondosa I. Josephina</p> <p>Louvado seja N. Senhor J. Christo</p> <p>Respondo sua carta, desejando que todas as Irmãs estejam passando bem, e com muita boa vontade de servir Nosso Senhor que é o nosso único fim.</p> <p>Reuni o Conselho e foi de accordo de mandar I. Justina em casa, mas peço o favor de lhe pagar a viagem e que ella siga já áhi para a casa dos seus, sem vir em V. Prudente e nem no Pary.</p> <p>Enquanto I. Beatriz tiral-a da escola e deixal-a fazer os serviços da casa.</p> <p>A respeito de I. Auxiliadora na primeira occasião que uma I. ven áhi virá para S. Paulo para experimento.</p> <p>De I. Anna peço para a Sra fazer o favor de falar com o Rvdo Padre conforme o que elle lhe disser a respeito d'ella então escreva informando-me, que eu pensarei avizar os seus.</p> <p>Em Agosto si não acontecer nada ao contrario as duas Irmãs que estão estudando farão os votos perpetuos e quem merecer fará a vestição e aquellas de votos annuaes farão ao fim do anno.</p> <p>Trabalhemos com amor para elevar a nossa querida Congregação,, e que tudo seja feito para maior gloria de Deus e bem das almas.</p> <p>Cordeais saudações a todas e a Sra um forte amplexo de sua que subscreve</p> <p>Mui humilde serva Assunta M. Assumpta Marchetti " " Immaculada Abileti " " Camilla Sab. P.</p> <p>Madre geral</p> <p>- 243 -</p>	<p>Vila Prudente, 23-5-1932 Bondosa I. Josephina Louvado seja N. Senhor J. Christo Respondo sua carta, desejando que todas as Irmãs estejam passando bem, e com muita boa vontade de servir ao Nosso Senhor que é o nosso único fim. Reuni o Conselho e foi acordado de mandar I. Justina em casa, mas peço o favor de lhe pagar a viagem e que ela siga já daí para a casa dos seus, sem vir em V. Prudente e nem no Pary. Enquanto I. Beatriz tirá-la da escola e deixa-la fazer os serviços de casa. A respeito de I. Auxiliadora na primeira ocasião que uma I. vem aí virá para S. Paulo para experimento. De I. Anna peço para a Sra. fazer o favor de falar com o Rvdo. Pedro conforme o que ele lhe disser a respeito dela então escreva informando-me, que eu pensarei em avisar os seus. Em agosto se não acontecer nada ao contrário as duas Irmãs que estão estudando farão os votos perpétuos e quem merece fará a vestição e aquelas de votos anuais farão ao fim do ano. Trabalhemos com amor para elevar nossa querida Congregação e que tudo seja feito para maior gloria de Deus e bem das almas. Cordeais saudações a todas e a Sr. um forte amplexo de sua que subscreve Mui humilde serva Madre Geral Irmã M. Assumpta Marchetti (Assinam com ela outras irmãs da Congregação).</p>
---	--

A preocupação da Madre — Geral com o destino das Irmãs revela a forma como era administrada a congregação e como cuidavam do cotidiano, através de decisões não só a respeito de quem faria os votos, sendo a vestição para as Irmãs que “merecem e estão estudando” para tal, mas também em relação às funções que assumem dentro da congregação ou que deixam de assumir. A preocupação com a instituição *escola* aparece ao pedir que se retire uma Irmã do ambiente escolar e a designe aos serviços domésticos. Então, apesar de nem sempre, nos primórdios da congregação, as Irmãs terem estudo dirigido à profissão que assumiriam, justamente porque se entendia que a profissão era sua vocação, de freira, ao perceber um comportamento inadequado ao ambiente ou às necessidades das obras, as Freiras eram realocadas para outras funções da congregação. Deduz-se ainda, a partir do exposto na carta, que a opinião dos padres tinha importância para a Madre-Geral, considerando a instrução para conversar com Revmo. Pedro sobre uma das Irmãs. A relação entre padres e freiras, de submissão, mas também de auxílio entre as congregações, é revelada no documento.

Essa relação de dominação encontra respaldo teórico na diferença entre os sexos, construída socialmente. Bourdieu (2019) pontua que, quando os esquemas — pensamentos e percepções — dos dominados estão em conformidade com as estruturas da relação de dominação, os atos de conhecimento são atos de reconhecimento, ou seja, de submissão. Depreende-se, assim, que havia conhecimento e reconhecimento da submissão das Irmãs aos padres, tanto é que a opinião dos mesmos ocupava um lugar de destaque na congregação feminina. Ou seja, os pensamentos e as percepções das Irmãs carlistas-scalabrinianas estão em conformidade com as estruturas de dominação vigente na sociedade, especialmente, se considerarmos o período e os sujeitos aqui estudados.

No final da carta, Madre Assunta escreve: “trabalhem com amor para elevar nossa congregação”, evidenciando o papel de superiora e a preocupação com o destino não só das Irmãs, mas também da congregação. Esse indício comprova que tinham a intenção de elevar a congregação, não só aos olhos de Deus, linguagem comum na Igreja Católica, mas de torná-la mais visível, empoderada e importante à comunidade. Além disso, presume-se que havia o interesse de ampliar as obras da congregação. Para tal era necessário que as Irmãs trabalhassem em prol da congregação, havendo menção de que tudo devia ser feito para “maior glória de Deus e bem das almas”. Aparece, nesse excerto, a relação com Deus e os católicos atendidos pela congregação, demonstrando a finalidade do trabalho das freiras pertencentes à instituição.

No início e no final da carta, nota-se a preocupação com as Irmãs e com a congregação, já que a Madre deseja que “*todas estejam passando bem, e com muita boa vontade de Servir ao Nosso Senhor, que é o nosso único fim*”. No final, novamente menciona a finalidade das

missionárias, que devem estar voltadas à Deus e ao bem das almas. Essa forma de se dirigir às irmãs, reforça a unidade e a finalidade do grupo. Também há demonstração de afeto com a Irmã Josephina,<sup>95</sup> ao se despedir enviando um abraço (amplexo) e cordiais saudações a todas. O afeto é dirigido à destinatária da carta, possivelmente a superiora de uma comunidade ou Província. Diferentemente, com as demais, há a demonstração de uma relação mais formal.

Sobre essa relação mais próxima com Irmãs que hierarquicamente ocupam posições similares na congregação, pode-se presumir que a relação de afeto, que é uma condição humana, era necessária e estava presente, mas que, no entanto, havia uma proximidade maior com algumas delas, que poderia ser explicada pela possibilidade de aproximação sem que essa relação trouxesse prejuízos à ordem hierárquica. Ou seja, ao se vincular de maneira mais afetuosa com as colegas em situação hierárquica similar, seria possível evitar uma aproximação indevida de irmãs subordinadas. Ainda: pode-se conjecturar que como as cartas eram dirigidas às superiores das comunidades, a afeição era demonstrada a quem se dirigia a carta. Para as demais, o tratamento era mais formal. A relação de hierarquia está posta tanto nas relações entre as Irmãs como na relação com os padres.

Observa-se, a partir do pressuposto de haver uma história sensível, com evidências a partir de cartas e outros documentos, que, na congregação estudada, aparecem relações de maior proximidade, admiração e amizade, no entanto, isso se dava muito mais no mesmo nível hierárquico.

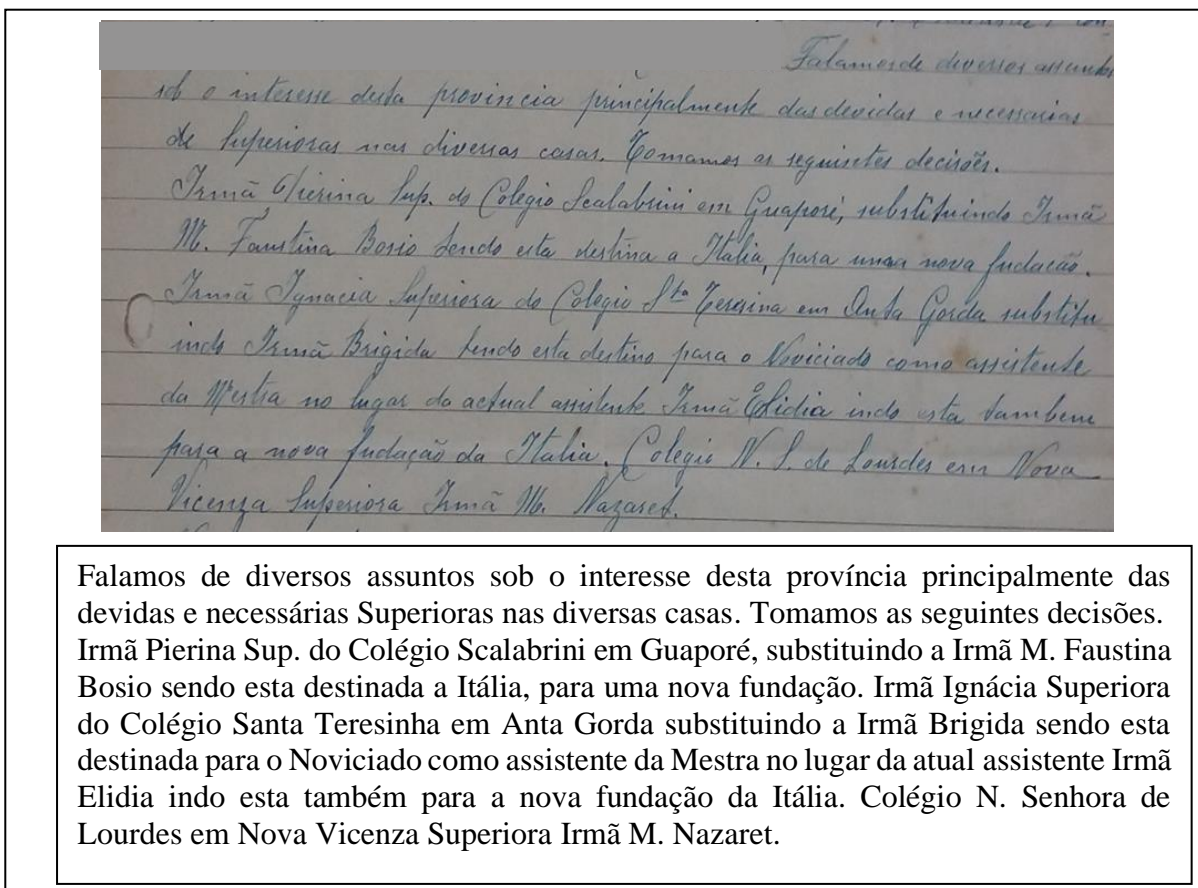
As indicações feitas pelas superiores estipulavam o lugar que cada uma ocuparia. Ao que parece, nem sempre o lugar poderia ser questionado. Também há evidências de que não só a formação oportunizava a ocupação de um cargo ou lugar em uma instituição da congregação, mas também a forma de se relacionar com a comunidade de Irmãs.

A hierarquia e a necessidade de indicação de uma superiora podem ser exemplificadas através da Figura 24, em que consta fragmento de ata de 13 de julho de 1936, de uma reunião realizada na Província Geral, localizada no Colégio São Carlos de Bento Gonçalves, sob a presidência da Madre-Geral Irmã Maria Borromea, acompanhada das Irmãs Maria Estanista e Faustina Bósio, respectivamente, primeira e segunda-conselheira, que, dentre outros assuntos, referiram a importância das superiores nas casas da Província, nomeando-as para tal função.

---

<sup>95</sup> Irmã Josephina Orichio ocupou, após a data que consta na correspondência (1932), um cargo no governo geral, de 1935 a 1941 e de 1941 a 1948, como conselheira, tendo como Madre Geral Borromea Ferraresi em ambos os governos. Destacou-se como líder das Irmãs, explicando, com isso, a proximidade com a Madre Superiora anterior.

**Figura 24** — Registro de reunião de 13 de julho de 1936



Falamos de diversos assuntos sob o interesse desta província principalmente das devidas e necessárias Superiores nas diversas casas. Tomamos as seguintes decisões. Irmã Pierina Sup. do Colégio Scalabrini em Guaporé, substituindo a Irmã M. Faustina Bosio sendo esta destinada a Itália, para uma nova fundação. Irmã Ignácia Superiora do Colégio Santa Teresinha em Anta Gorda substituindo a Irmã Brigida sendo esta destinada para o Noviciado como assistente da Mestra no lugar da atual assistente Irmã Elidia indo esta também para a nova fundação da Itália. Colégio N. Senhora de Lourdes em Nova Vicenza Superiora Irmã M. Nazaret.

Fonte: Casa Geral da Província Imaculada Conceição.

A necessidade de comando por parte de uma Irmã fica explícita, e para tal função importava a formação e, especialmente, a religiosidade. Ainda que o preparo para a vida congregacional fosse o mesmo, desde que considerado cada tempo, a forma de viver a vocação era diferenciada. Além disso, destaca-se, no texto, o envio de Irmãs para a Itália. A primeira fundação fora do Brasil foi em *Piacenza* — Itália, em 1936, ano em que o relato da reunião anuncia a transferência das Irmãs M. Faustina Bosio e Elidia para o país de origem da congregação, com a criação da terceira Província das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas.<sup>96</sup>

<sup>96</sup> Com relação à ordem de fundação das Províncias, a primeira foi a de Nossa Senhora Aparecida, instalada no Ipiranga, em São Paulo — SP; a segunda foi a Imaculada Conceição, fundada em Bento Gonçalves e transferida posteriormente para Caxias do Sul — RS, a terceira é a de *Piacenza*, denominada São José, considerada a Casa-Mãe da congregação, que teve seu início na localidade; a quarta província, a de Nossa Senhora de Fátima, está estabelecida nos Estados Unidos da América; a quinta, instituída como Cristo Rei, derivou da Imaculada Conceição, sendo instalada em Porto Alegre — RS; e a sexta é a Província de Maria, Mãe dos Migrantes e está localizada em Várzea Grande — MT. Em 1960 a sede geral, situada até então no Brasil, foi transferida para a Itália, estando, de acordo com a Associação de Pais e Mestres do Colégio Medianeira (2016), situada inicialmente na periferia de Roma, em Acilia e, a partir de 1982, em Roma-centro.

A religiosidade estava muito presente, cuja referência era a Madre Assunta, que exerceu sua liderança na congregação a partir de 1927, sendo sucedida pela Madre Borromea Ferraresi, de 1935 a 1941, que, por 16 anos, permaneceu na função de Superiora-Geral. Em relação a esse período, encontra-se referência à Irmã Josephina, destinatária da carta apresentada anteriormente, na figura 23.

Em sucessivas votações, as 21 irmãs capitulares elegeram como vigária e primeira conselheira, irmã Lucia Gorlin; segunda conselheira e secretária geral, irmã Josephina Oricchio; terceira conselheira e ecônoma geral, irmã Josepha Soares; quarta conselheira e superiora da comunidade de Vila Prudente, irmã Gemma Magrin. Irmã Angelina Meneguzzi, superiora provincial de São Paulo, foi confirmada no cargo pela nova direção do instituto, dias depois da realização do Segundo Capítulo Geral. Outros encargos foram renovados, como segue: superiora provincial do Rio Grande do Sul, irmã Immaculada Mileti; mestra de noviças, noviciado de Aparecida, irmã Ignez Oricchio; mestra de noviças, noviciado de Bento Gonçalves, irmã Maria de Lourdes Martins. (SIGNOR, 2007, p. 31).

A Irmã Josephina Oricchio, juntamente com as Irmãs Lúcia Gorlin, Borromea Ferraresi, Joana de Camargo e Maria de Lourdes Martins, fez parte do grupo de cinco Irmãs que foram enviadas ao Rio Grande do Sul, em 1915, para a fundação do Colégio São Carlos de Bento Gonçalves, posteriormente denominado Colégio Nossa Senhora Medianeira. Duas delas, a Irmã Lúcia Gorlin e a Irmã Joana de Camargo, tornaram-se superiores provinciais a partir de 1927.

A relação com a Madre Assunta Marchetti, Superiora-Geral de 1907 a 1918 e de 1927 a 1935, também indica a relação com a etnicidade e a religiosidade, sendo ela considerada uma referência na congregação. O tempo de recorte deste estudo, não de maneira proposital, coincide com o ano de falecimento da referida Madre: 1948. Dar-se conta desse fato não reforça o recorte-temporal especificado, mas permite inferir que durante todo o período proposto para este estudo, Madre Assunta esteve presente na congregação, ou pelo menos, em quase todo ele, já que no “*Mensageiro da Paz*<sup>97</sup>”, de julho de 1948, as Irmãs Missionárias de São Carlos informam a morte da Madre Assunta. Destaca-se do texto apresentado, os seguintes trechos:

Agregada com a progenitora então viúva, a uma novel Congregação que nascera no coração ardente de D. Scalabrini, o Bispo dos imigrantes, a jovem Assunta tornou-se com mais algumas companheiras, a base dessa instituição que deveria devotar-se ao amparo daqueles que a desventura forçou a buscar fora da pátria o pão cotidiano. Madre Assunta será sempre entre nós o modelo mais acabado de verdadeira Missionária de São Carlos Borromeo — Scalabriniana, a interpretação mais autêntica do modelo de religiosa ideado por nosso inesquecível Venerado Fundador, D. João Batista Scalabrini. (PAZ, n. 108, 1948).

<sup>97</sup> Mensageiro da Paz, n. 108, julho de 1948. Proprietário e responsável: Dr. Alexandre Antonio Marchetti Zlom. Caixa Postal 3.103. São Paulo.



Ao citar essas referências na Congregação, destacando-se, especialmente, Madre Assunta, evidencia-se a etnicidade e se faz correlação com a identidade cultural das irmãs e da própria congregação, conhecida e reconhecida como *italiana*. O fragmento sobre a morte de Madre Assunta retoma a origem e a missão da congregação. Indica, ainda, o modelo que deve ser seguido pelas missionárias, por ser ela, Madre Assunta, o exemplo de religiosa idealizado pelo fundador, Dom Giovanni Battista Scalabrini. Esse modelo inclui características étnicas, valorizadas pela Congregação e pela missão, que estava direcionada a um grupo étnico específico, qual seja, o de migrantes italianos.

### **3.1.2 Etnicidade: marca de uma congregação constituída como *italiana* e para *italianos***

Em consonância com a catolicidade e a italianidade, a Congregação Carlista-Scalabriniana atuou especialmente “em núcleos coloniais italianos, buscando recuperar a doutrina católica, apostólica, romana e, concomitantemente, reafirmar a nacionalidade. De modo geral, as atividades educativas possibilitavam o binômio educação-religião”. (OLIVEIRA, 2010, p. 155). Buscava-se, assim, preservar a italianidade [*italianità*], como forma de manter o vínculo com a terra natal. Para Maschio (2012, p. 28) “a *italianità* foi um sentimento nato dos italianos, mas também um produto engendrado e imposto pelos agentes do governo italiano na tentativa de forjar uma identidade nacional”.

A identidade da congregação também era reconhecidamente italiana. No entanto é importante retomar o caminho percorrido pela congregação, que também parece ter forçado uma nacionalidade italiana, apesar de a mesma ter tido origem na Itália, já que a formação das Irmãs ocorreu somente no Brasil, especialmente nas primeiras décadas a partir da constituição da congregação.

É necessário considerar que a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos — Borromeo Scalabrinianas, apesar de ter iniciado na Itália, foi sendo composta por muitas brasileiras, de descendência italiana, mas também da alemã e de outras. A descendência, aqui, é mencionada devido à importância dada ao processo identitário tanto dos migrantes que vieram da Itália para o Brasil como dos seus descendentes, que se constituíram como *italianos*, mesmo sendo brasileiros natos.

Tanto cultura como etnicidade são termos que implicam obrigatoriamente uma dinâmica. Isso significa que um grupo não permanecerá com seus aspectos culturais indeterminadamente, mas que essas qualidades serão modificadas com o passar do tempo, de acordo com o que o novo contexto contribuirá para a comunidade. Uma cultura necessariamente vai se transformar com o passar do tempo em consequência

de fatores externos ou internos. Por isso, sua identidade étnica estará constantemente colocada em questão. (LUVIZOTO, 2009, p. 33).

Essa dinâmica, presente entre os termos *cultura* e *etnicidade*, permite compreender os movimentos não só entre os conceitos, mas também presentes na prática, ao se constituir a cultura *italiana* em solo brasileiro. Fica, assim, ultrapassada a concepção

“primordialista” dos grupos étnicos: aquela que procede pela identificação prévia de populações às quais são atribuídos traços culturais específicos vistos como sua posse e cuja manutenção é garantida de forma endógena pelo processo de socialização, independente de seus efeitos na organização das interações sociais. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 176).

Desconstruída a visão de traços culturais específicos, herdados e, muitas vezes estáticos, atribuídos a dado grupo, compreende-se a etnicidade “como um sistema de separações e de diferenças com relação a ‘outros’ significativos em um contexto histórico e social determinado”. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 176).

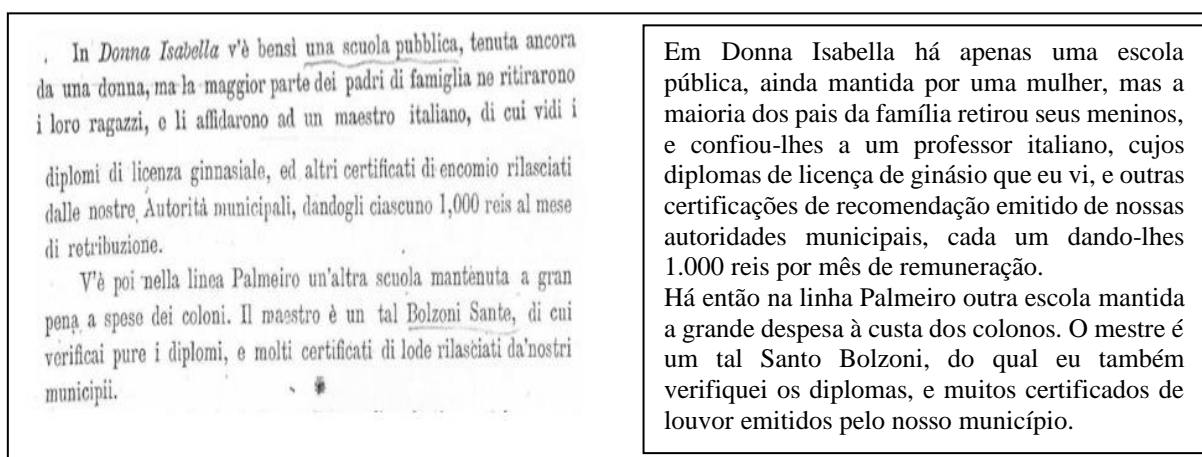
Kreutz (2003, p. 85) auxilia no entendimento do conceito ao referir o étnico “como um processo e não como um dado resolvido no nascimento. Constrói-se nas práticas sociais, em um processo de relação”. Nessa relação, está presente a *interculturalidade*, pois “deseja-se o diálogo e a interação construtiva entre as etnias”. (KREUTZ, 2003, p. 87). Na reflexão acerca da etnicidade, Kreutz (p. 87) afirma que “o mais importante é buscar entender em que contexto e sob quais condições foi se dando o estabelecimento, a manutenção e a transformação das fronteiras entre os grupos étnicos. Ao apresentar as variáveis que interferem na construção da identidade de um grupo étnico e nas suas relações com outros grupos, é inevitável mencionar as relações de poder.

As palavras de Kreutz auxiliam na reflexão sobre as relações que interferem na construção e manutenção da identidade étnica, relações essas que, inevitavelmente, são de poder. Em relação ao grupo étnico estudado, qual seja o italiano e, mais especificamente, nessa pesquisa os migrantes instalados no Brasil cabe mencionar a importância que as relações com os representantes consulares tiveram na manutenção de uma *italianidade*. Nos boletins consulares, apresentados na obra de Herédia e Romanato (2016), alguns fragmentos, que relatam a situação da instrução destinada aos migrantes no Brasil, comprovam a atenção destinada pelo governo italiano a esse público. As iniciativas de escolas mantidas pelos próprios imigrantes, assim como por Associações de Mútuo Socorro, indicam que a manutenção da língua e dos costumes era o objetivo central na escolarização de muitos migrantes e de seus



descendentes. No fragmento<sup>98</sup> que segue, retirado do *Bollettino Consolare*, publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, em janeiro de 1883, há o relato de iniciativas na Colônia Dona Isabel.

**Figura 25** — Fragmento do *Bollettino Consolare* de 1883



Fonte: Herédia; Romanato (2016, p. 137-138, tradução nossa).

O fator étnico se sobressai, ficando evidenciado que, apesar de haver uma escola e apenas uma pública, os pais preferem professores italianos. Tais professores são reconhecidos pelas autoridades municipais. Os certificados de recomendação ou de louvor emitidos pelo Município induzem a pensar sobre o desejo não só dos pais, mas das próprias autoridades municipais, em manter a *italianidade*. O fragmento evidencia ainda o auxílio do governo municipal na remuneração dos professores, mesmo que com baixos valores. Destaca-se, aqui, que os dois professores mencionados são homens, ou seja, o masculino era referência nesse período, na educação.<sup>99</sup> Isso pode ser explicado devido ao fato de os professores serem escolhidos a partir da escolaridade que possuíam. As mulheres, que imigraram da Itália com sua família, possivelmente, tinham menos escolarização e conhecimento do que alguns homens, que se destacavam por ser letrados. Aqui, o termo é entendido como sinônimo de *cultos*, por

<sup>98</sup> In Donna Isabella v'è bensì una scuola pubblica, tenuta ancora da una donna, ma la maggior parte dei padri di famiglia ne ritirarono i loro ragazzi, e li affidarono ad un maestro italiano, di cui vidi i diplomi di licenza ginnasiale, ed altri certificati di encomio rilasciati dalle nostre Autorità municipali, dandogli ciascuno 1,000 reis al mese di retribuzione. V'è poi nella linea Palmeiro un'altra scuola mantenuta a gran pena a spese dei coloni. Il maestro è un tal Bolzoni Sante, di cui verificai pure i diplomi, e molti certificati di lode rilasciati da nostri municipii.

<sup>99</sup> Apesar de comumente a mulher ser conhecida e reconhecida como exímia educadora, no final do século XIX, quando ainda havia poucas iniciativas escolares, importava o conhecimento, especialmente em leitura, escrita e cálculo, que era o básico para o processo de alfabetização e letramento. Entre os migrantes advindos da Itália, apesar de possuírem um nível socioeconômico baixo, os homens pareciam ter maior escolaridade do que as mulheres.

terem conhecimento em leitura, escrita e cálculo. Tinham, assim, destaque nas relações, estando novamente presentes as relações de poder.

A preocupação com as escolas que ensinavam a língua e os costumes, aparecem em outros Municípios da RCI, podendo-se citar a Colônia Conde D’Eu.<sup>100</sup> No *Bollettino Dell’Emigrazione*, de 1905, referido no Tomo IV da obra de Herédia e Romanato (2016), a preocupação com as escolas da Colônia Caxias indica o descontentamento do consulado em relação à Língua Portuguesa presente nas instituições públicas. Há a indicação do fechamento de escolas privadas que ensinavam em Língua Italiana, pela dificuldade de obter materiais escolares, incluindo-se o livro didático em Língua Italiana e de apoio.

Nas iniciativas privadas, destinadas aos públicos feminino e masculino, há professores de ambos os sexos, para oportunizar a escolarização em Língua Italiana, conforme pode ser observado na Figura a seguir, em que consta parte do relatório<sup>101</sup>, diferentemente do fragmento apresentado anteriormente, em relação ao documento de 1883. Destaca-se o fato de a professora, que abriu uma escola em sua própria casa, ter o mesmo sobrenome do professor que desenvolveu o relatório, o que pode indicar certo parentesco e explicar o convite para conhecer as escolas, mesmo que esse tenha sido concretizado pelos colonos, como indica o texto.

Outro fator interessante é a presença de congregação francesa, atuando na educação, no Município de Caxias. O Professor Umberto Ancarini aponta que as aulas eram dadas em português. Ou seja, de fato, essa escola não era a melhor para os imigrantes italianos, pois aprenderiam em Língua Portuguesa, deixando por isso de cultivar a língua, e por conseguinte, os costumes do povo italiano. A etnia italiana era vista pelo Consulado, pelo governo italiano e por muitos imigrantes, como superior à brasileira pelas representações demonstradas a partir dos documentos, incluindo-se os boletins da emigração italiana. Pelo dito, notam tensões devido às diferentes etnias e a preocupação em manter a cultura italiana, principalmente através da língua.

---

<sup>100</sup> Atualmente Garibaldi — RS.

<sup>101</sup> Transcrição do fragmento: Fui invitato più volte dai coloni a visitare le scuole private di questo municipio, dove l’insegnamento è dato in lingua italiana da coloni di ambo i sessi. Le scuole private sono quattro, e furono aperte perché in quei luoghi non vi sono scuole brasiliane. I loro maestri improvvisati – alcuni però insegnano già da cinque anni – compiono il loro ufficio con vero interessamento ed amore. Gli alunni e le alunne di queste quattro scuole sono 170; e, in mancanza di appositi locali, le lezioni si danno per lo più nella chiesetta. Nel capoluogo si è aperta da otto mesi una scuola maschile italiana, nella sede della Società “Principe di Napoli”; essa conta oggi 25 iscritti. Un’altra scuola privata italiana è quella femminile, aperta in casa propria dalla signora Irà Ancarini, che conta già, in soli tre mesi, 18 alunne, appartenenti alle migliore famiglie. Tre anni or sono vengo qui alcune monache francesi, ed aprirono una scuola mista elementare di grado inferiore, che è frequentata da più di 150 alunni d’ambo i sessi; l’insegnamento vi è dato in lingua portoghese.

**Figura 26** — Fragmento do *Bollettino Dell'Emigrazione* — 1905

Fui invitato più volte dai coloni a visitare le scuole private di questo municipio, ove l'insegnamento è dato in lingua italiana da coloni di ambo i sessi. Le scuole private sono quattro, e furono aperte perchè in quei luoghi non vi sono scuole brasiliane. I loro maestri improvvisati — alcuni però insegnano già da cinque anni — compiono il loro ufficio con vero interessamento ed amore. Gli alunni e le alunne di queste quattro scuole sono 170; e, in mancanza di appositi locali, le lezioni si danno per lo più nella chiesetta.

Nel capoluogo si è aperta da otto mesi una scuola maschile italiana, nella sede della Società " Principe di Napoli „; essa conta oggi 25 iscritti.

Un'altra scuola privata italiana è quella femminile, aperta in casa propria dalla signora Irò Ancarani, che conta già, in soli tre mesi, 18 alunne, appartenenti alle migliori famiglie.

Tre anni or sono vennero qui alcune monache francesi, ed aprirono una scuola mista elementare di grado inferiore, che è frequentata da più di 150 alunni d'ambo i sessi; l'insegnamento vi è dato in lingua portoghese.

Fui convidado várias vezes pelos colonos para visitar as escolas particulares deste município, onde o ensino é dado na língua italiana por colonos de ambos os sexos. As escolas particulares são quatro, e foram abertas porque não há escolas brasileiras nesses lugares. Seus professores improvisados – alguns têm ensinado há cinco anos – fazem seu trabalho com real interesse e amor. Os alunos e as alunas destas quatro escolas são 170; e na ausência de salas especiais, as lições são dadas principalmente na Igreja.

Na capital foi aberta há oito meses uma escola masculina italiana, na sede da sociedade "Príncipe de Nápoles"; que conta hoje com 25 inscritos.

Outra escola privada italiana é aquela feminina, aberta na sua própria casa pela Sra. Iró Ancarani, que conta já, em apenas três meses, com 18 estudantes, pertencentes às melhores famílias.

Três anos atrás vieram, algumas freiras francesas, e abriram uma escola primária mista de grau inferior, que é frequentada por mais de 150 alunos de ambos os sexos; o ensino é dado em língua portuguesa.

Fonte: Herédia; Romanato (2016, p. 639, tradução nossa).

Considerando o exposto, nota-se que o desenvolvimento da pesquisa oportunizou uma percepção acerca relações de poder expressas nas falas ou nos documentos, elas entre as etnias, seja na constituição e no funcionamento da própria instituição. A *italianidade* construída no Brasil pelos imigrantes italianos reforçou-os como grupo étnico, de maneira muito mais proeminente do que no próprio país de origem, colocando-os (ou pelo menos passando a representação) de colocá-los em um *status* diferente dos outros imigrantes, tendo mais

proximidade com os migrantes alemães, mas, ainda assim, marcando a diferença entre as etnias. Kreutz (2003, p. 89) afirma a esse respeito que “o étnico constrói-se nas práticas sociais, em um processo de relação, por isso imporá estar atento para as relações de poder entre os diversos grupos sociais e culturais”.

Relacionado e, muitas vezes entendido como sinônimo da palavra *etnia*, utiliza-se o conceito de *nação*. Para Fenton (2003, p. 69-70) a “*etnia* partilha muito com *nação*, mas carece do sentido de entidade autogovernativa; se um grupo étnico se quiser governar a si próprio, tem de começar por se denominar como *nação*”. Na origem das palavras, essa proximidade é explicada pois

*ethnos* do grego e *natio* do latim, mostra a ideia de ancestralidade, origem comum ou descendência, e mais geralmente “qualidade de povo”, se encontram no cerne das utilizações modernas dos termos “étnico” e “nação”, que derivam dessas fontes clássicas. (FENTON, 2003, p. 69).

Nesse contexto, evidencia-se que *nação* tem essa associação especial com a qualidade de Estado e de autogoverno. Mas, noutros aspectos, a distinção entre *etnia* (ou grupo étnico) e *nação* é tênue. (FENTON, 2003, p. 70). Não cabe, aqui, aprofundar o estudo sobre os termos referidos, mas é importante mencionar que, em meados do século XX, quando a ideia de raça era bastante difundida, houve a classificação das desigualdades, e iniciaram-se as críticas a essa teoria. A palavra *nação*, apesar de parecer unificadora, induz a uma ideia de divisão da população, marcada por desigualdades. (FENTON, 2003). Essa característica é vista nos diferentes termos (raça, *nação*, *etnia*), que, ao mesmo tempo que marca aproximações e igualdades, distancia através da evidência das desigualdades. Retomando a análise do conceito de etnicidade por Fenton (2003, p. 216), cita-se que “os conceitos são suficientemente diferentes para atribuir um sentido, força e função completamente diversos às identidades étnicas de acordo com a localização social, econômica e política da sua emergência ou do seu ganho de importância”.

Para a definição de grupo étnico, Barth utiliza uma perspectiva antropológica, que geralmente compreende uma população que

- 1 perpetua-se biologicamente de modo amplo,
- 2 compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais,
- 3 constitui um campo de comunicação e de interação,
- 4 possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo. (2011, p. 189-190).

Ao mesmo tempo, apresenta uma objeção a essa definição, pois, na visão do autor, impede de “entender o fenômeno dos grupos étnicos e seu lugar na sociedade e na cultura humana”. Isso porque “implica um ponto de vista preconcebido a respeito dos fatores significativos quanto à gênese, estrutura e função de tais grupos”. (BARTH, 2011, p. 190).

Entende-se, a partir desse referencial, a complexidade do conceito e as múltiplas formas de compreensão da etnicidade ou das etnicidades presentes na sociedade, assim como da relação entre os diferentes grupos étnicos. Essa relação oportuniza refletir novamente sobre as relações na própria congregação e para além dela. Implica, também, compreender que, ao mesmo tempo que a congregação procurava se identificar como uma *congregação italiana*, sua constituição, como mencionado, teve a participação de Irmãs de diferentes etnias e foi construída com a participação maciça de brasileiras, que, na sua maioria, tinham uma identificação com a italianidade. Por outro lado, leva a pensar a respeito da necessidade de as próprias missionárias de São Carlos se adaptar e auxiliar na adaptação de muitos migrantes.

A adaptação das Irmãs para atender aos migrantes, *estrangeiros*, é indicada como uma necessidade presente no cotidiano da congregação. Se, no início, havia o atendimento principalmente de migrantes italianos, e as missionárias tinham a marca da italianidade por descenderem de famílias de migrantes italianos, gradativamente, passaram a atender diferentes grupos étnicos, mesmo que, desde o início, esse atendimento já tivesse se expandido e passado a compor a congregação de Irmãs, também pertencentes a diferentes etnias.

A relação de grupos com etnias diferentes permite, na concepção de Barth compreensão da manutenção das fronteiras, pois para ele

situações de contato social entre pessoas de culturas diferentes também estão implicadas na manutenção da fronteira étnica: grupos étnicos persistem como unidades significativas apenas se implicarem marcadas diferenças no comportamento, isto é, diferenças culturais persistentes. Contudo onde indivíduos de culturas diferentes interagem poder-se-ia esperar que tais diferenças se reduzissem, uma vez que a interação simultaneamente requer e cria uma congruência de códigos de valores. (2011, p. 196).

Ademais, compreende-se que, apesar de marcada pela etnicidade, a Congregação das Irmãs Missionárias Carlistas – Scalabrinianas foi se construindo através da interação de diferentes grupos étnicos, mesmo que conservando uma certa fronteira, que implica a manutenção de uma identidade, que também é étnica. Pode-se afirmar que essa identidade é coletiva, já que foi construída por um grupo de pessoas, que, através da característica étnica, se aproximaram. Essa identidade coletiva

é o que permite a seres humanos crer que pertencem a um grupo cujos indivíduos se assemelham mais que outros, porque, como se diz, eles nasceram de um mesmo solo ou possuem o mesmo sangue desde sempre. Em suma, a identidade de uma coletividade remete à “mesmidade”, ser os mesmos, permanecer os mesmos. O que pode sobrevir no quadro de uma tribo, de uma etnia ou de uma nação. (DETIENNE, 2013, p. 98-99).

A etnia, que marcava essa Congregação, pode ser analisada a partir do *Livro de Matrículas* das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, de 1952, no qual Signor (1986) elenca o número e a procedência das Irmãs admitidas na congregação nos primeiros 25 anos de sua história. Constam 70 nomes, que podem ser categorizados de acordo com a nacionalidade das mesmas, da seguinte forma:

**Tabela 2:** Nacionalidade das primeiras 70 Irmãs da Congregação (1895 – 1920)

NACIONALIDADE	NÚMERO DE IRMÃS	PORCENTAGEM
Italiana	14	20%
Brasileira	48	69%
Portuguesa	1	1%
Polonesa	1	1%
Não informada	6	9%

Fonte: Desenvolvida pela própria autora com base em Signor (1986).

A nacionalidade das freiras, nos primeiros 25 anos de congregação, apresentada na Tabela 2, acentua que a nacionalidade brasileira preponderava, no entanto, a congregação marcava sua identidade como *italiana*. Das 48 freiras com nacionalidade brasileira, 27 eram provenientes de São Paulo, 13, do Rio Grande do Sul, 6, do Paraná, 1, de Santa Catarina e 1, de Minas Gerais. No período estudado, os noviciados<sup>102</sup> foram abertos primeiramente em São Paulo e depois no Rio Grande do Sul, o que explica a procedência da maioria delas.

A identidade marcada pela etnicidade pode ser também considerada uma identidade nacional, que no caso da congregação em estudo, era *italiana*, desde que se considerem todas as proposições feitas anteriormente. As nacionalidades polonesa e portuguesa, com apenas uma Irmã representante, indicam a menor porcentagem, e a alemã, apesar de indicada em entrevista com a Irmã Mafalda Seganfredo (2017), não está representada nos primeiros anos da

<sup>102</sup> Como apresentado anteriormente, o Noviciado São Carlos foi instalado no Rio Grande do Sul em 1927. Antes disso, as Irmãs precisavam se deslocar até São Paulo para a formação religiosa. O noviciado, de acordo com Lopes (2015), foi instalado na Vila Prudente, em 1912, juntamente com a sede do Governo Provincial da congregação feminina.

congregação. A representação acerca da identidade da congregação era influenciada pela proveniência das primeiras missionárias, qual seja, a italiana.

De acordo com Hall (2015, p. 30), os indivíduos não nascem com uma identidade nacional, visto que essa é formada e transformada no “interior das *representações*”. Nessa perspectiva, o autor entende que a nação possui sentidos através de um “sistema de representação cultural”. Considerando a cultura nacional como um discurso, modo de construir sentidos que organizam as ações e concepções dos indivíduos, Hall sustenta que

a formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional.

Por isso, entende-se que a congregação tinha uma identidade pautada pela italianidade e tentava preservar características culturais através da língua e dos costumes. De certa forma, recebia interferências da cultura italiana, na composição de sua congregação e das suas obras, incluindo a educação e, inevitavelmente, da cultura brasileira, Nação onde estavam instaladas as freiras mesmo que de maneira impositiva, através de leis ou de relações de poder, especialmente na relação com a Igreja Católica.

Deflui-se que os padres scalabrinianos se estabeleceram no Estado do Rio Grande do Sul, aproximadamente, 20 anos antes das Irmãs. O primeiro scalabriniano que missionou em território gaúcho foi o Pe. Vicentini, que atuava como superior da congregação masculina e, de acordo com Signor, ao saber da ida das Irmãs ao Rio Grande do Sul, escreveu ao Pe. Marco Simoni:

Muito grata a notícia da ida das nossas irmãs a Bento Gonçalves: cuidem para que sejam bem preparadas, porque têm concorrência das Irmãs de São José, que parece fazem muito bem e estão em mais pontos do Rio Grande do Sul. Quanto às do Puríssimo Coração de Maria são muito boas, mas não podem competir com aquelas de São José. (SIGNOR, 1986, p. 211).<sup>103</sup>

Em 1915, realmente, as Irmãs de São José de Chambéry<sup>104</sup> já estavam instaladas no Rio Grande do Sul e atendiam à educação, especialmente de moças, o que se tornou o foco de atuação das carlistas – scalabrinianas, especialmente, nos primeiros anos de inserção no Rio

<sup>103</sup> Signor (1986) extraiu parte da Carta de Domenico Vicentini a Marco Simoni, de 5 de abril de 1915, que está disponível no arquivo dos Missionários de São Carlos – Scalabrinianos em São Paulo.

<sup>104</sup> A Congregação das Irmãs de São José nasceu em 1648, e, assim como a Companhia das Filhas da Caridade, “são as primeiras a surgir sem estrita clausura”. (CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA, 1975, p. 208).

Grande do Sul. As primeiras freiras da Congregação de São José chegaram ao Rio Grande do Sul, em Garibaldi, na época denominado Colônia Conde D'Eu, em dezembro de 1898. Segundo Matiello (2013, p. 54), após fundarem, em 16/1/1899, a Escola São José em Conde D'Eu, “foram fundadas escolas em diferentes localidades do Rio Grande do Sul: em Antônio Prado (1900), em Caxias do Sul (1901), em Flores da Cunha (1901), em Veranópolis (1917), dentre outras”. Percebe-se, comparativamente, que, quando as missionárias de São Carlos - scalabrinianas chegaram ao estado, as Irmãs de São José já tinham fundado quatro escolas na RCI. Em 1917, quando fundavam a quinta escola, as Irmãs de São José inauguravam mais duas escolas, tendo sido a primeira escola, em Bento Gonçalves, aberta em 1915. As escolas estavam situadas em Guaporé e em Farroupilha, localidades que, assim como Bento Gonçalves, ainda não contavam com escolas de congregações femininas.

E aqui também está pressuposta mais uma relação de poder e de disputa por um território e um objetivo em comum, ou seja, oferecer educação católica, especialmente às moças, na região. As Irmãs de São José de Chambéry, além de já estarem instaladas na região, tinham instituições educacionais reconhecidas pela comunidade, destacando-se não só o ensino, ou melhor falando, a aprendizagem de diferentes componentes curriculares, mas a disciplina e o refinamento presentes na conduta dessas Irmãs, entendidos também como finesse devido ao comportamento discreto e, de certo modo, requintado.

A congregação iniciou através do “Pequeno Projeto”, fundado pelo jesuíta Pe. Jean Pierre Médaille e contou com o auxílio do Bispo Mons. Henrique de Maupas, de *Le Puy-en-Velay*, para ser concretizada no dia 15/10/1650. As primeiras candidatas (Francisca Eyraud, Cláudia Chastel, Marguerite Burdier, Anna Vey, Anna Brum) receberam a missão de dirigir um asilo, “para cuidar de órfãs, doentes e pobres da cidade de Le Puy”. (MORESCHI; FAVERO, 1998, p. 17). Depois de mais de um centenário de história, a Revolução Francesa (1789-1794) afetou a congregação havendo a dissolução de muitas comunidades e Irmãs voltando para suas famílias. A congregação foi afetada em 1792, quando todas as religiosas da França “foram expulsas das escolas, dos hospitais e dos conventos, condenadas ao exílio ou aprisionadas, à espera da guilhotina, se não aceitassem a Igreja Nacional separada de Roma”. (MORESCHI; FAVERO, 1998, p. 19). Com essa dificuldade, ocorreu a transição das freiras para outros países, incluindo-se o Brasil, onde chegaram em 1858. Estabeleceram-se, primeiramente, em São Paulo; em 1896, no Paraná e, em 1898, no Rio Grande do Sul. (CENTENÁRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA, 1975).

Esse breve resumo da história da congregação evidencia que a Congregação das Irmãs de São José já estava no Rio Grande do Sul, há 17 anos, atuando, inclusive, com educação e



tendo experiência pregressa nessa área de atuação. Eram reconhecidas por serem exímias educadoras e, por ser *irmãs/freiras*, tinham o respeito da comunidade. A vocação religiosa aparece como um qualificador dessas mulheres, que poderiam auxiliar a comunidade através de seu conhecimento e de seus valores.

As Irmãs de São José, como destacado, eram referência na educação e, com a chegada das carlistas-scalabrinianas no Rio Grande do Sul, era necessária uma característica que as diferenciasse. O convite, feito por párocos,<sup>105</sup> geralmente da Congregação dos Carlistas e/ou italianos, reforçava a motivação central da vinda das Irmãs: ser uma congregação reconhecida como *italiana*, a qual poderia buscar proximidade com os migrantes italianos, principal público a ser atendido pela congregação. Assim, não era necessário expertise em educação, pois o reconhecimento se daria pela identidade coletiva ou, melhor definindo, pela *italianidade* presente na congregação e na comunidade.

Em entrevista com a Irmã Sueli Nardin (2017), ao ser questionada sobre a vinda da congregação quando as Irmãs de São José já estavam instaladas em Caxias do Sul<sup>106</sup>, a resposta é de que vieram “pelo carisma scalabriniano, chamadas a viver a missão na Igreja, junto aos migrantes”. A Irmã reforça que “cada congregação tem seu próprio carisma”. Ou seja, o carisma diferenciava as Irmãs de São Carlos Borromeo das outras congregações e dava a elas não só o sentimento de pertinência e de pertença ao grupo de italianos instalados no Brasil, eram autorizadas a ensinar os filhos dos migrantes, seja por sua vocação religiosa, que os colocava em outro patamar de conhecimento e reconhecimento, seja pela identificação étnica, que os colocava em situação semelhante à comunidade que era o foco da atuação da referida congregação.

Apareciam de maneira dicotômica, mas complementar, semelhanças e diferenças com os migrantes, ora representando igualdade, ora superioridade, por serem porta-vozes da Igreja Católica, com valores e costumes trazidos da terra-mãe, mantidos ou reproduzidos em solo brasileiro.

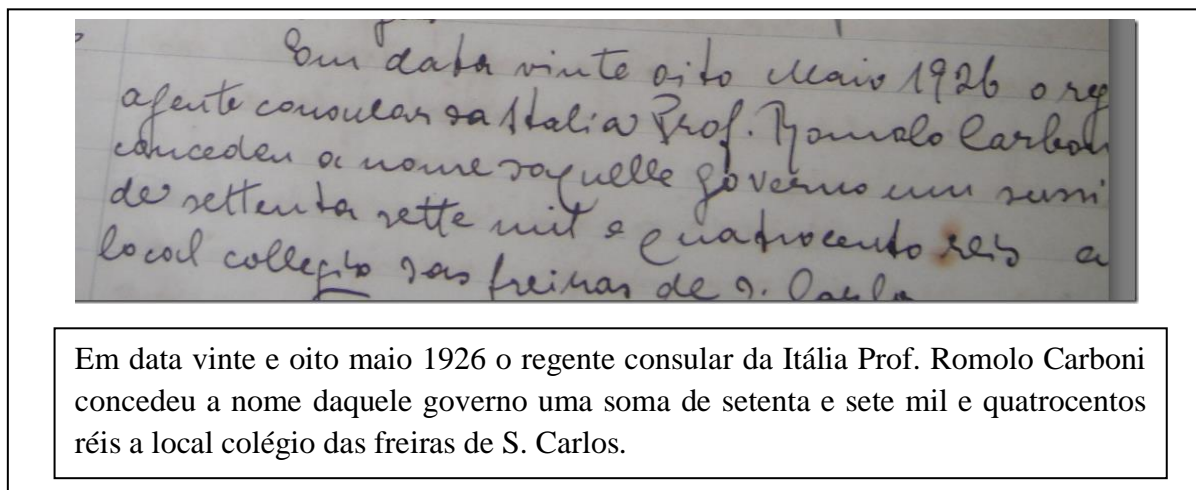
---

<sup>105</sup> Para exemplificar, cita-se o convite para que as Irmãs assumissem uma obra em Bento Gonçalves do Pe. Henrique Poggi; em Farroupilha o pedido surgiu do então Vigário Pe. Luis Segale, que também foi o responsável pelo convite em Muçum; em Nova Milano (Farroupilha). OI pedido foi fundamentado por Mons. Albino Agazzi. (SLOMP; BARBIERI, 2017).

<sup>106</sup> Além do Colégio São José, havia, em Caxias do Sul, um colégio particular masculino: Nossa Senhora do Carmo, fundado em 1908 pelos Irmãs Lassalistas, e o orfanato Santa Teresinha, fundado em 1928 e administrado pelas Irmãs do Imaculado Coração de Maria, “com a finalidade de abrigar e educar meninas pobres, órfãs e desvalidas”, que atendeu com esse propósito até 1955, quando passou a funcionar como ginásio. No ano seguinte à fundação do Colégio São Carlos, 1937, foi criado o Ginásio La Salle, “destinado ao ensino das classes pobres, visto que o Carmo destinava-se à elite”. (GIRON, 1977, p. 82).

Outra marca étnica, encontrada na documentação, diz respeito à contribuição do governo italiano, como prova o Livro do Tombo de Farroupilha, conforme a Figura 27.

**Figura 27** — Contribuição do governo italiano ao Colégio São Carlos



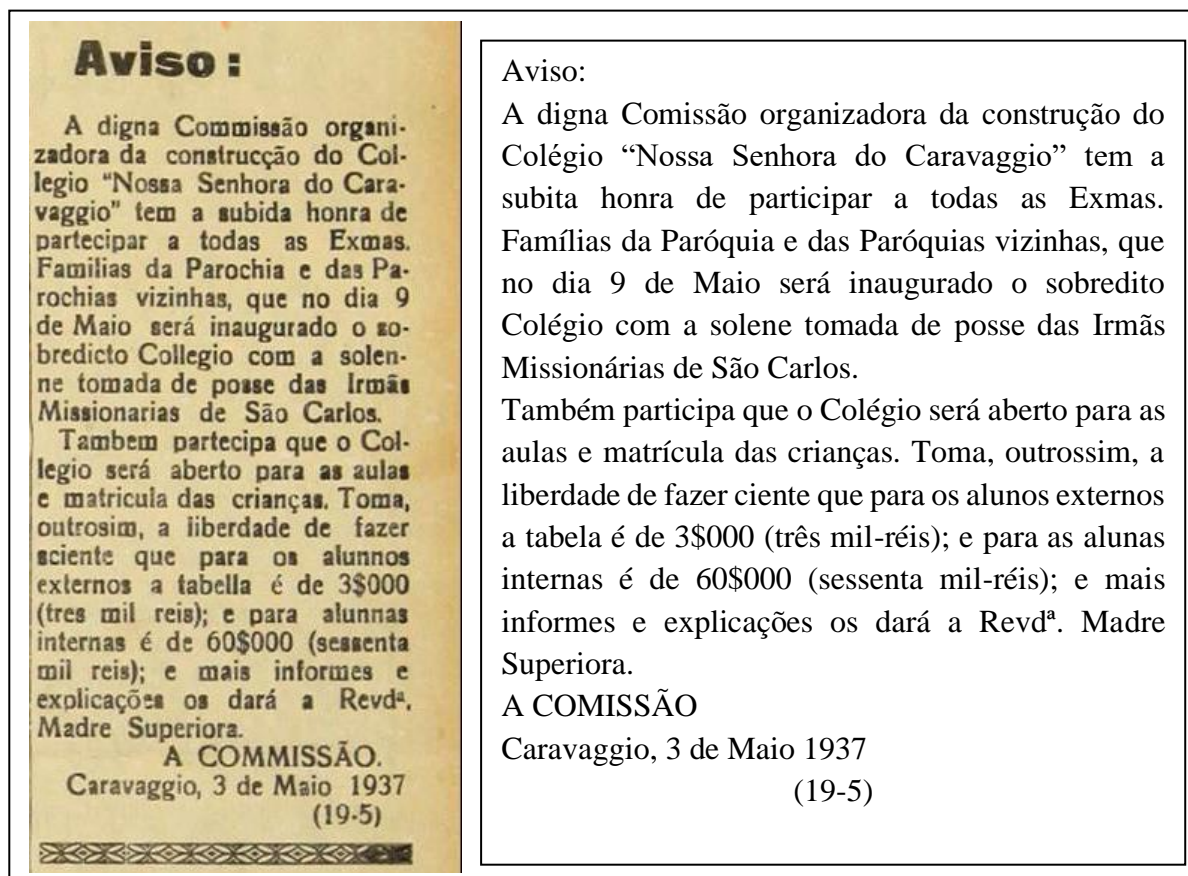
Fonte: Livro do Tombo de Farroupilha — 1926.

O fragmento do Livro de Tombo de Farroupilha indica o subsídio do governo italiano, através de regentes consulares, para o Colégio São Carlos. A relação da congregação com a Igreja e a Itália é mostrada. É importante atentar para o fato de que, possivelmente, havia contrapartidas de tal contribuição: financeiramente (com o envolvimento em eventos da comunidade católica), mas também de manutenção da cultura italiana, através da língua, de material pedagógico e de construção de uma *italianidade* em terras brasileiras. A Congregação Carlista — Scalabriniana, assim como as congregações analisadas por Leonardí (2010, p. 387), “ao trabalharem a favor do ultramontanismo, na difusão da feminização da prática e na cooptação e recrutamento, também lançavam mão de estratégias e podiam contar com empréstimos e favores dos bispos ou outros membros da Igreja”.

O aviso que integra a Figura 28 pode estar relacionado aos ganhos resultantes dessa ajuda mútua, não só entre Igreja e Estado, mas também com a participação da comunidade. Para a construção das escolas fica evidenciado o auxílio da comunidade, como comprova o aviso no *Staffetta Riograndense*, ao convidar a comunidade para a solenidade de inauguração do Colégio Nossa Senhora do Caravaggio. Mesmo que os membros da comissão organizadora não estejam citados, fica claro que houve o auxílio da comunidade, através da comissão, para a construção do prédio escolar, e que as Irmãs tomariam posse de tal escola no dia 9 de maio. O convite feito às famílias da paróquia, mas também das paróquias vizinhas, permite pressupor que a escola

foi solicitada pela comunidade e/ou pelo pároco e era destinada a essas famílias, com o objetivo, não só de promover a educação, mas de manter uma cultura *dita italiana*.<sup>107</sup>

**Figura 28** — Aviso do *Staffetta Riograndense*, de 19 de maio de 1937



Fonte: Arquivo Histórico de Caxias do Sul — 1937.

Nele, há o convite para que a comunidade possa matricular as crianças, juntamente com a apresentação do valor, o que já pratica uma seleção natural, fazendo com que só as famílias com boas condições financeiras buscassem a escola. Indica, ainda, ao se referir às crianças, que se tratava de curso elementar. As especificidades em relação ao público atendido, a saber: masculino e feminino para o externato e apenas feminino para o internato, será discutido no capítulo seguinte, que versa sobre a educação carlista-scalabriniana. Destaca-se o convite às famílias da paróquia e das paróquias vizinhas, observando-se não só a questão da religiosidade,

<sup>107</sup> Neste momento, escolheu-se usar o termo *dita italiana*, para retomar a problematização de que a cultura italiana, presente nas comunidades instaladas no Brasil, foi recriada e, muitas vezes, criada pelos migrantes e, especialmente, pelos religiosos que os atendiam.

como também da organização das comunidades do interior em paróquias e da relação das paróquias vizinhas.

Entende-se, através do que foi analisado no capítulo, que os déficits na RCI, seja em termos de religiosidade, de escolas ou de infraestrutura como um todo, potencializaram a inserção das Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas. Os regulamentos da congregação foram sendo desenvolvidos ao mesmo tempo que eram fundadas instituições escolares. A relação com a comunidade local, especialmente com os migrantes italianos, foco de interesse da missão das carlistas-scalabrinianas, era composta por identificação étnica, catolicidade e relações de poder, já que, naturalmente, religiosas e religiosos era respeitados como seres detentores de saber e, por óbvio, de poder.

Para concluir, assinala-se que as irmãs carlistas-scalabrinianas foram constituindo a congregação no fazer cotidiano, nas diferentes áreas. A não formalização da congregação, fator relevante para compreender a história e a atuação das Irmãs, relaciona-se com o processo de idas e vindas, em que decisões em relação à cisão com outras congregações eram tomadas, mas que, por resistência das próprias missionárias, havia retrocessos e rupturas. Na busca pela identidade da congregação, a etnicidade e a catolicidade estão presentes. A italianidade é marca da congregação e da população atendida pelas freiras carlistas — scalabrinianas; no entanto, a brasilidade estava presente, na comunidade atendida, por estar instalada no Brasil, mas também pela própria nacionalidade delas, brasileiras, em sua maioria.

A catolicidade pode ser analisada através de diferentes documentos. Destaca-se, inclusive, que os registros realizados e arquivados pelas Irmãs são, em geral, relacionados à religiosidade. Por se tratar de uma congregação, é natural que os assuntos registrados sejam esses. A catolicidade apareceu no pedido de confessores ordinários para as instituições das Irmãs missionárias, na solicitação de auxílio financeiro, na busca de autorização para investimentos e nas decisões importantes da congregação. A relação de poder pode ser percebida tanto entre as Irmãs como na relação das missionárias com os padres, bispos e visitantes apostólicos. Ainda se observa o papel da comunidade e a relação das freiras, com as noviças e demais alunas. Finaliza-se, enfatizando que o discurso étnico-católico proferido pelas integrantes da congregação ganha força no RS e, especialmente, na RCI, no período analisado para a construção desta tese.

#### 4 A EDUCAÇÃO CARLISTA — SCALABINIANA NO RS

Como tudo, tudo se renova. A caminhada congregacional teve seu início, meio e momento histórico atual que tem seu apogeu nas áreas da educação, saúde e ação apostólica. Como diz Scalabrini: “Para tempos novos, ...!” (NARDIN, 2017).

A escolha das palavras da Irmã Sueli Nardin, para iniciar a tessitura de uma narrativa sobre a educação carlista — scalabriniana, no Rio Grande do Sul, se justifica por várias razões. A Irmã Sueli escolheu terminar sua entrevista com essas palavras e, aqui, elas são utilizadas para iniciar, justamente porque indicam não só o pensamento de Scalabrini, fundador da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, “para fenômenos novos, organismos novos, adequados à necessidade”, mas também porque indicam três aspectos fundamentais da congregação: pastoral, educação e saúde. Ainda: foram escolhidas pelo fato de essa Irmã fazer (e ter feito) parte da congregação como aluna, como professora e como diretora, estando atualmente à frente do Colégio São Carlos.

A vinda das Irmãs Carlistas — Scalabrinianas ao Rio Grande do Sul, em 1915, demarca o segundo Estado com a presença dessa congregação. Antes disso, conforme detalhado nos Capítulos 2 e 3, vieram da Itália para assumir o orfanato Cristóvão Colombo no final do ano de 1895. O prédio destinado ao atendimento dos órfãos era amplo e majestoso, conforme se observar na figura a seguir.

**Figura 29** — Orfanato Cristóvão Colombo, seção feminina, Vila Prudente – São Paulo



Fonte: Província Cristo Rei.<sup>108</sup>

<sup>108</sup> Disponível em: <http://www.scalabrinianas.org/pcr/congregacao/historia/congregacao>. Acesso em: 3 nov. 2017.

A imagem do prédio destinado ao orfanato evidencia a imponência da instituição pelo tamanho, pela solidez e pelo próprio entorno, que indica a área pertencente à instituição. Apesar de ter sido construído com o auxílio de doações de autoridades e da comunidade, observa-se que o prédio foi pensado não só para o atendimento da demanda, mas também por critérios de estética e grandiosidade. A justificativa pode ser encontrada ao se analisar o lugar que os religiosos ocupavam na comunidade, reforçado pelo fato de destinarem o espaço aos migrantes italianos. No entanto, a relevância maior parece estar relacionada aos religiosos italianos e aos espaços que eles utilizavam na Itália, que seguem, geralmente, o modelo de imponência e robustez.

O orfanato Cristóvão Colombo, apesar de ter como objetivo primeiro a acolhida dos órfãos, especialmente dos filhos de migrantes italianos, promoveu uma escolarização voltada à profissionalização de crianças e jovens. Considerando que a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas passou a existir para atender a esse fim, ou seja, não tinha vivências em educação antes disso, entende-se que a experiência no orfanato influenciou na escolarização que passou a ser promovida nas escolas implantadas no Rio Grande do Sul. A experiência foi importante não só para as Irmãs que a vivenciaram, mas criou uma possibilidade de expansão, com convite para que as missionárias se instalassem no Sul do País. Ou seja, a partir da obra do orfanato, as carlistas — scalabrinianas começam a ser conhecidas e reconhecidas na área de assistência aos migrantes italianos.

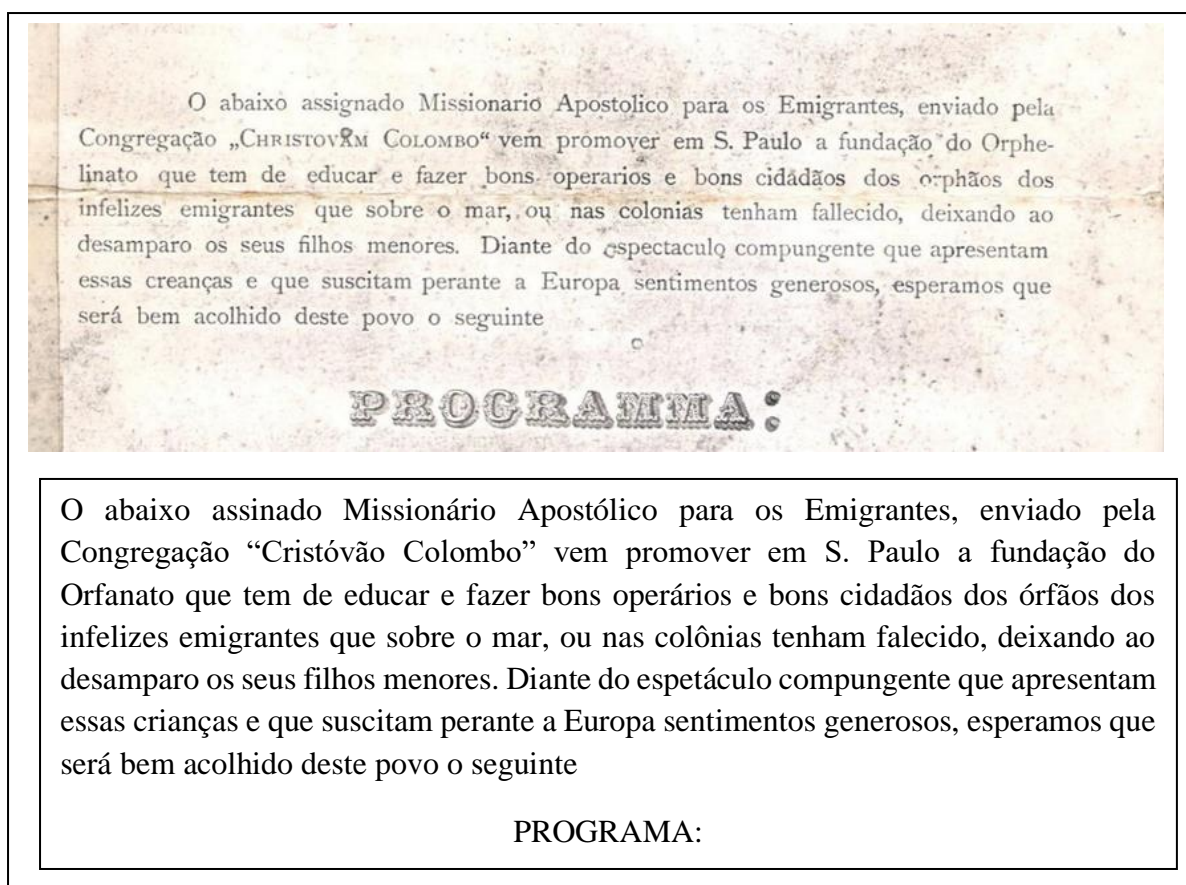
Sobre as atividades desenvolvidas no Instituto Cristóvão Colombo, está explícito no *Livro comemorativo aos 75 anos do Instituto* (1970), que, na parte da manhã, os alunos frequentavam as aulas, com métodos de ensino que acompanhavam as “exigências da pedagogia moderna”, e, por isso, havia resultados satisfatórios. Indica, ainda, que aos alunos maiores era oferecida profissionalização. Através de diálogos com integrantes da congregação feminina e da masculina, em visita ao Instituto Cristóvão Colombo, na Vila Prudente (feminino) e no Ipiranga (masculino), ambos em São Paulo, ficou claro que a profissionalização era destinada à seção masculina, e os trabalhos manuais e educação para o lar eram o enfoque dado na seção feminina.

No livro comemorativo mencionado, consta exposto que, na seção feminina do Instituto Cristóvão Colombo, as meninas eram educadas para o lar, frequentando, em um turno, as aulas do primário e, no turno inverso, tinham tempo para estudar, mas também para trabalhos manuais e malharia, por exemplo. Todas as atividades eram acompanhadas pelas Irmãs. Além disso, participavam da Santa Missa, realizada no próprio instituto. (INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO, 1970).



A menção ao orfanato Cristóvão Colombo tem por objetivo situar o início do trabalho da congregação, motivo pelo qual, inclusive, ela foi criada. Entende-se assim, que o modelo de educação, que iniciou no orfanato, através do fazer das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, oportunizou a implementação de obras da educação em outros estados, especialmente no Rio Grande do Sul, já que foi o primeiro estado a receber escolas após a fundação da congregação. A introdução do Programa do Orfanato Cristóvão Colombo, deixa claro o objetivo da instituição e o carisma da congregação.

**Figura 30** — Programa do orfanato Cristóvão Colombo



Fonte: Arquivo Casa Madre Assunta

A partir dessa breve introdução, (Figura 30), o documento, assinado pelo Pe. José Marchetti, apresenta a organização institucional e curricular da seção feminina e da seção masculina do orfanato. Por já terem sido mencionados aspectos do currículo proposto e por não se ter o intuito de aprofundamento, apresenta-se apenas esse fragmento. Evidencia-se, através dele, o atendimento aos órfãos dos emigrantes com o intuito de educá-los e torná-los bons operários e cidadãos.

Destaca-se a formação profissional mencionada, mas dirigida à formação de operários, inferindo-se até onde esses órfãos poderiam chegar. Ou seja, pelas suas histórias de vida e pelas condições em que viviam, entendia-se ser o destino tornarem-se empregados. Ainda, busca-se o aceite do programa devido ao espetáculo compungente e aos sentimentos generosos que suscitam perante a Europa, destacando-se a dor das crianças, mas também os sentimentos que poderiam despertar, nos europeus, considerando ser a Europa e especificamente a Itália, o lugar de origem não só do Pe. Marchetti e da Congregação dos Scalabrinianos, mas também dos órfãos que eram o público do orfanato. Lembra-se que houve o auxílio da Europa na constituição do orfanato e, com o programa, esperavam aprovação da comunidade brasileira, assim como auxílios nacionais, para a sustentação financeira da instituição. Esse modo de funcionamento e de financiamento foi observado também na constituição e na manutenção das obras no Rio Grande do Sul.

#### 4.1 ESCOLAS CARLISTAS — SCALABRINIANAS NO RIO GRANDE DO SUL

A necessidade de instrução era o principal motivador aos migrantes italianos e seus descendentes para que frequentassem as escolas. Mas, é claro, que se aliado a isso houvesse a possibilidade de manutenção de algum vínculo com a Itália, através do qual poderia haver maior participação e senso de pertencimento. Para contextualizar, informa-se que a escolarização, no final do século XIX e no início do século XX, era muito deficitária no Rio Grande do Sul. Ribeiro e Pozenato (2004) especificam que foi justamente a falta de escolas públicas na RCI Italiana que obrigou os colonos a terem outras iniciativas de escolarização,<sup>109</sup> através de escolas particulares italianas, das escolas italianas apoiadas pelo governo italiano e das escolas paroquiais italianas.

O ensino em Língua Italiana, geralmente no dialeto vênето, ocorria, especialmente, nas escolas particulares italianas, por não haver professor que ensinasse a Língua Portuguesa. Esse professor poderia ser alguém mais letrado, ou seja, que tivesse estudado na Itália e que conseguisse ensinar aspectos elementares da leitura, da escrita e do cálculo. Já nas escolas apoiadas pelo governo italiano, havia o interesse de preservar a italianidade. Para que a Itália pudesse manter o vínculo com os migrantes, importava manter a língua, retardar o aprendizado da nova língua e a adaptação à nova cultura, garantindo, com os recursos enviados, que os emigrantes se sentissem ainda pertencentes ao país de origem. Ou seja, o governo italiano tinha

---

<sup>109</sup> Sobre esse assunto indica-se Luchese (2007; 2015a; 2015b), citada no decorrer desta tese, destacando-se as referências disponíveis nos Capítulos 1 e 2.



a intenção clara de manter a cultura do seu povo, mesmo em outras terras, especialmente a língua e a religiosidade.

Pode-se dizer que também havia interesse por parte dos párocos italianos que residiam no Brasil, justamente porque incentivavam o ensino em Língua Italiana nas escolas paroquiais. Entende-se que estimulando a manutenção da cultura estariam estimulando a conservação da fé. Assim, seria possível formar não só bons cidadãos, nos moldes italianos, como também bons cristãos, católicos. O interesse dos párocos não aparece só em relação às escolas paroquiais, mas também na motivação das escolas confessional-católicas.

Os colégios fundados pelas Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas no Rio Grande do Sul tinham o objetivo de dar atendimento, especialmente, aos migrantes. Como evidenciado no decorrer deste estudo, as Irmãs investiram em saúde, educação e ação pastoral, com ênfase em saúde, seguida de obras na área da educação. Essas, eram, na maioria das vezes, solicitadas pelos párocos ou pela comunidade, através de representantes da Igreja Católica. E, por iniciarem suas obras, justamente na RCI, evidencia-se a presença da catolicidade na região e a abertura para a fundação de instituições escolares.

Para uma melhor compreensão das instituições fundadas e mantidas pela Congregação das Irmãs Missionárias Carlistas – Scalabrinianas, segue o Quadro 10, indicando o número de obras e a área de atuação em cada Município:

**Quadro 10** — Obras da Congregação das mscs no Estado do Rio Grande do Sul (1915-1948)

(continua)

<b>Início da Missão</b>	<b>Município</b>	<b>Educação</b>	<b>Gestão</b>	<b>Saúde</b>	<b>Seminário</b>	<b>Assistência</b>	<b>Total (1915-1948)</b>
<b>1915</b>	Bento Gonçalves	1	2 <sup>110</sup>	2	1*	0	6
<b>1917</b>	Guaporé	1	0	1*	1*	0	3
<b>1917</b>	Farroupilha	3	0	1*	0	0	4
<b>1919</b>	Nova Bréscia	1*	0	1*	0	0	2
<b>1931</b>	Roca Sales	1	0	2*	0	0	3
<b>1931</b>	Anta Gorda	1	0	1*	0	0	2
<b>1933</b>	Muçum	1*	0	1*	0	0	2

<sup>110</sup> Uma unidade encerrou, e outra se transferiu para Caxias do Sul em 1958.

(conclusão)

<b>1934</b>	Caxias do Sul	2	1	2*	1 <sup>111</sup>	1*	6
<b>1934</b>	Porto Alegre	0	0	5	0	2	7
<b>1937</b>	Paráí	1*	0	1 <sup>112</sup>	0	0	2
<b>1938</b>	Sarandi	0	0	1*	0	0	1
<b>1940</b>	Nova Bassano	0	0	1*	0	0	1
<b>1946</b>	Rio Grande	0	0	0	0	1	1
<b>1948</b>	Santa Vitória do Palmar	1	0	0	0	0	1
<b>1948</b>	Casca	1	0	1*	1*	0	3
<b>1915-1948</b>	<b>Total</b>	14	3	20	4	2	44

Fonte: Elaborado pela autora com base no Quadro 09.

A análise do quadro revela que, no período de 1915 a 1948, o principal investimento das Irmãs Carlistas — Scalabrinianas se concentrou nos hospitais, tendo sido implantadas, na área da saúde, 20 obras<sup>113</sup>. Algumas dessas instituições foram planejadas e construídas pela congregação; em outras, as Irmãs foram convidadas a assumir a obra, ou seja, administrar o hospital, desenvolvendo, obviamente, o serviço pastoral.

Sobre a educação, foco de estudo desta pesquisa, foram constituídas 14 instituições no recorte temporal de 1915 a 1948. Dessas, oito escolas continuam em funcionamento. No entanto, apenas três pertencem, atualmente, à Província Imaculada Conceição, estando localizadas em Farroupilha, Santa Vitória do Palmar e Caxias do Sul. As demais pertencem, atualmente, à Província Cristo Rei, criada em 1966 com o intuito de assumir parte das obras da Província Imaculada Conceição. A transição ocorreu, de acordo com o discurso das Irmãs, devido ao grande número de obras e, especialmente, de missionárias que estavam vinculadas à província.

O objetivo das Irmãs era oferecer educação católica, especialmente aos filhos de migrantes italianos. Oliveira esclarece que a vinda das Irmãs ao Rio Grande do Sul estava relacionada ao projeto romanizador com expansão do ideário católico.

<sup>111</sup> Atualmente é o Colégio São Carlos.

<sup>112</sup> As Irmãs Carlistas — Scalabrinianas continuam como parceiras, apesar de não administrarem o hospital, e residirem no prédio da instituição.

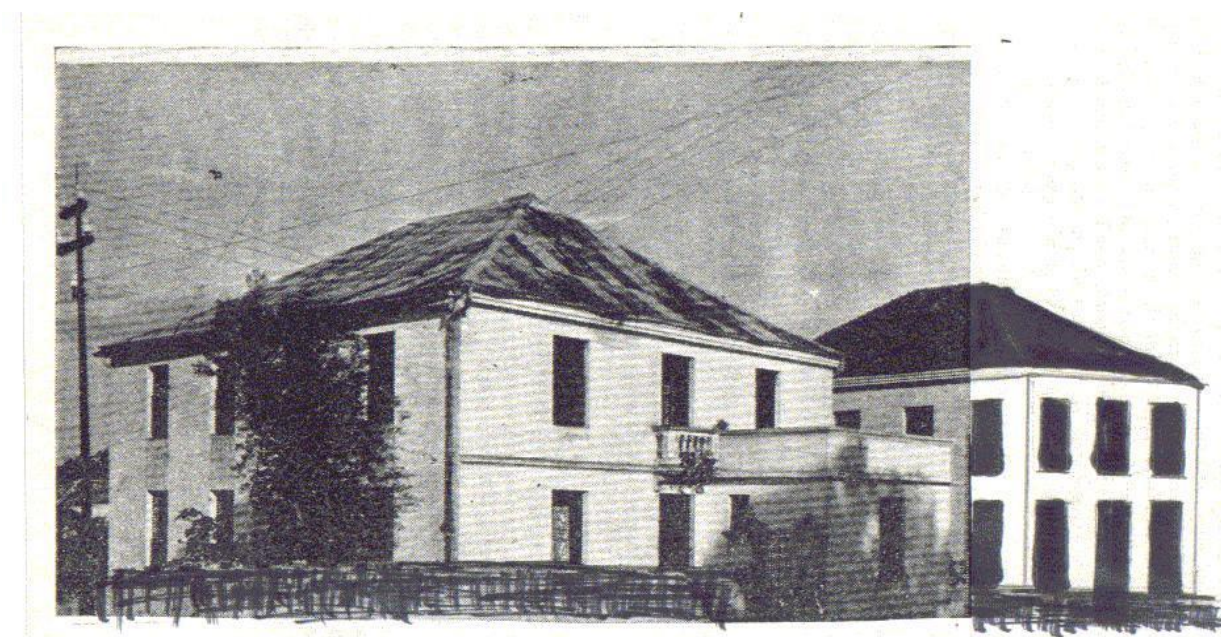
\*Sem unidades dessa categoria atualmente.

<sup>113</sup> Das instituições de saúde, há continuidade do trabalho das Irmãs em apenas três unidades (Bento Gonçalves, Paráí e Porto Alegre). Nas unidades de Paráí e Bento Gonçalves, as Irmãs desenvolvem atividades pastorais. Já na unidade de Porto Alegre, são administradoras, sendo considerada atualmente, a principal obra da Província Imaculada Conceição em termos administrativo-financeiros.

Pode-se afirmar que o trabalho pastoral, educacional e religioso desenvolvido pela Congregação Scalabriniana, especialmente pelas Irmãs, em algumas cidades do Rio Grande do Sul, também contribuiu para consolidação do projeto de romanização. À medida que enfatizavam, em suas atividades, a doutrina cristã, reforçavam o modelo tridentino e os ideários ultramontanos, por meio dos ensinamentos sacramentais e da pregação dogmática, prática muito comum na cultura italiana. Esse é o principal motivo de tanto empenho por parte dos padres scalabrinianos em relação à instalação das Irmãs junto às colônias no Rio Grande do Sul, objetivando preservar a cultura italiana em suas escolas. (2009, p. 168).

Por esse motivo é que, geralmente, a instalação das Irmãs em diferentes Municípios, acontecia a pedido da própria Igreja Católica, com convite do pároco da comunidade. No Rio Grande do Sul, como mencionado, a primeira escola a ser inaugurada foi o Colégio São Carlos, hoje denominado Colégio Nossa Senhora Medianeira, que permanece em funcionamento atualmente, porém pertence à Província Cristo Rei. Na Figura 31, é possível observar o primeiro prédio do Colégio Nossa Senhora Medianeira, na época uma escola com marcação étnica, pois ensinava em italiano. De acordo com a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas (1993, p. 53), “no início, a pedido do cônsul da Itália, as aulas eram ministradas em idioma italiano”. Essa informação está disponível também no histórico do Colégio Nossa Senhora Medianeira, guardado no arquivo da instituição.

**Figura 31** — Primeiro prédio do Colégio Nossa Senhora Medianeira



Fonte: Oliveira (2009).<sup>114</sup>

---

<sup>114</sup> Imagem disponível no arquivo do Colégio Nossa Senhora Medianeira.

A história do colégio inicia com as Irmãs Madre Lúcia Gorlin, responsável pela fundação do colégio, Maria Borromea Ferraresi, Maria Josefina Orichio, Maria de Lourdes Martins e Maria Joana Camargo, que foram recepcionadas por Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, em 8 de fevereiro de 1915. Slomp e Barbieri revelam que

alojadas modestamente, numa casa de madeira, as Irmãs iniciaram suas atividades educativas no mesmo local com 60 alunos. Pe. Henrique Poggi iniciou logo depois a construção de um prédio pobre, confortável, mas suficiente para a missão iniciada. Assim surge o primeiro colégio sob o patrocínio de São Carlos. (1997, p. 68).

A implementação de uma escola no Rio Grande do Sul, é narrada da mesma forma de muitas outras obras e congregações, que iniciam suas atividades em espaços simples, denominados muitas vezes de pobres, muitas vezes improvisados, mas que atendiam às necessidades da época, considerando o número de alunos e de Irmãs que se dedicavam à instituição. Via de regra, as Irmãs residiam no mesmo local, dividindo o prédio em espaços destinados às salas de aulas e aos dormitórios. O relato de situações precárias pode ser explicado principalmente, se se considerar a diferença entre os espaços escolares e os das congregações na Europa, mesmo que para essa congregação em específico, esse lugar não tenha existido no início, e as residências e espaços escolares no Sul do Brasil, região ainda em desenvolvimento. No início ainda era comum a doação de terrenos e de materiais para a construção dos prédios, o que pode se observar em várias obras da congregação. No entanto, muitas vezes, mencionase a aquisição especialmente de terrenos para implantar ou expandir uma obra, que seria paga de maneira parcelada.

Sendo o prédio inicial do Colégio São Carlos inadequado ao aumento da demanda, houve a construção de um novo, que depois teve o último andar ampliado para atender às necessidades da comunidade educativa e às exigências educacionais vigentes. Sobre a edificação do prédio, Oliveira informa que

o vigário de Bento Gonçalves, Pe. Henrique Poggi adquiriu um terreno e deu início à construção do novo prédio. Em apenas dois anos, a construção do Colégio consolidou-se, transformando em realidade o sonho de ter um espaço adequado à educação das crianças católicas. A essas crianças era recomendada a educação sólida, cujo princípio fundante seria o catolicismo, sobretudo as práticas culturais italianas, por meio das quais seria possível preservar a nacionalidade e o contato com a pátria distante. (2009, p. 175).

Pelo exposto dito, sabe-se que houve o auxílio dos padres nas obras scalabrinianas e, obviamente da comunidade, por meio de doações financeiras, de material ou até mesmo de mão

de obra, já que era comum doações à Igreja Católica. Além da construção do novo prédio, a expansão foi necessária, pois, em 1927, instalou-se, junto ao Colégio, o noviciado São Carlos. Para atender a essa ampliação, em 1929, o noviciado passou a funcionar numa casa ao lado do colégio, conforme descreve a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas (1993, p. 53): “Adquirida pela província, a mesma foi adaptada de modo conveniente para ser casa de formação. A reforma contou com a ajuda de todas as comunidades da missão sulina.” Em janeiro de 1941, deu-se início à construção do Colégio São Carlos, quando foi benta a pedra fundamental do novo colégio, sob a proteção de Nossa Senhora Medianeira, nome dado ao colégio posteriormente.

Em documento disponível no arquivo do Colégio Nossa Senhora Medianeira, há o registro de que a principal obra da casa é a assistência educacional, e que a ereção canônica se deu em 8 de fevereiro de 1915, sendo fundada a escola no dia seguinte, 9 de fevereiro de 1915. As superiores da instituição, de acordo com o referido documento, no período delimitado para este estudo, estão relacionadas no quadro a seguir:

**Quadro 11** — Superiores (Diretoras) do Colégio Nossa Senhora Medianeira

Superiora	Data da eleição
Madre Lúcia Gorlin	9.2.1915
Irmã Maria Helena De Lucca	1928
Irmã Maria Stanislá Cherubini	1930
Irmã Maria Cândida Lunelli	1931
Irmã Maria Pierina Caldieraro	1934
Madre Maria Imaculada Milette	1935
Irmã Maria Bernadete Ugatti	1940
Madre Maria Imaculada Milette	1942
Irmã Maria José Vasconcellos	1943
Madre Maria Imaculada Milette	1948

Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora Medianeira.

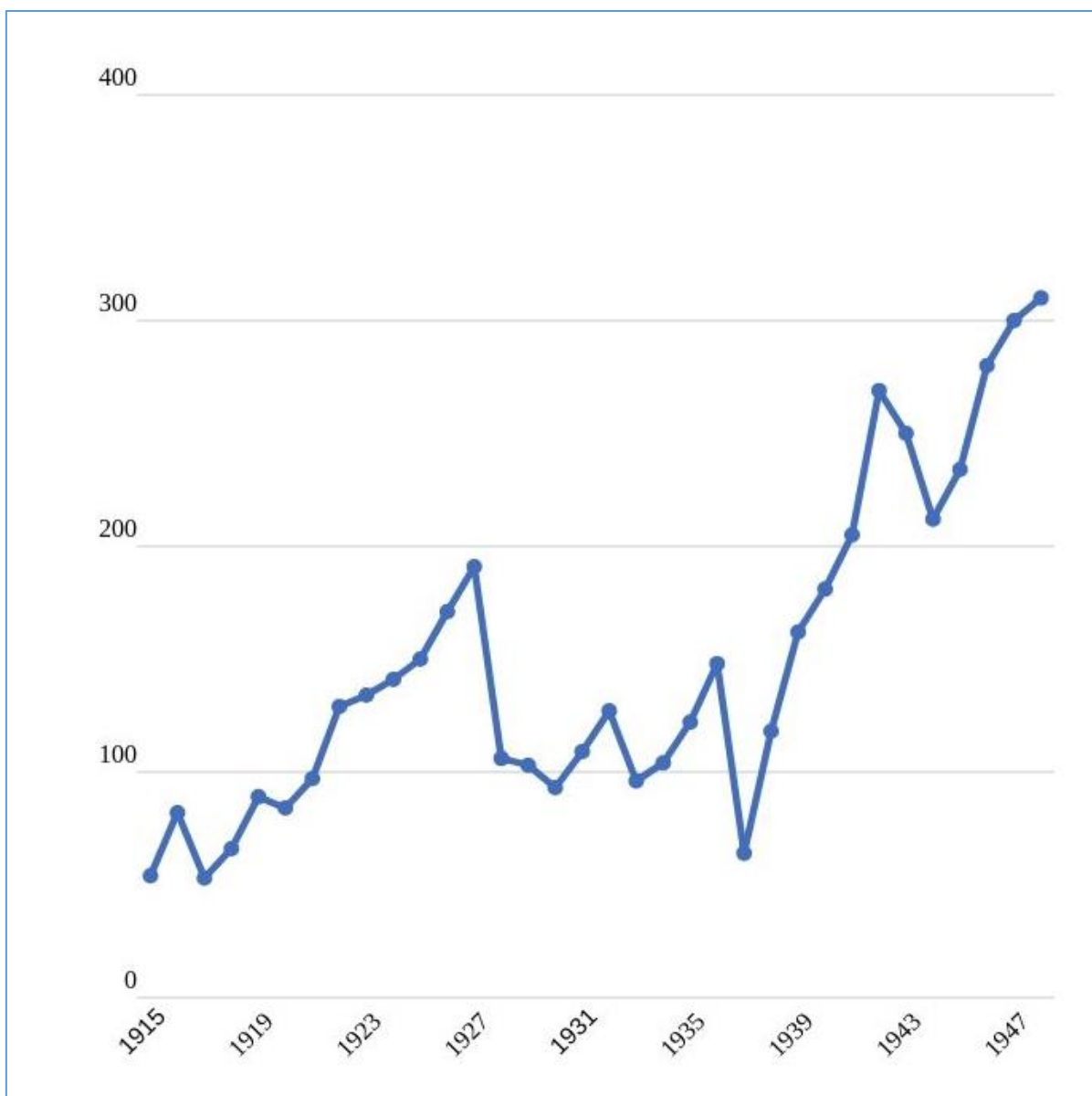
No mesmo livro de registros, há a indicação do número de alunos. Optou-se por apresentar os números relacionados ao período proposto para este estudo, no quadro a seguir.

**Quadro 12** — Número de alunos do Colégio São Carlos/Nossa Senhora Medianeira

Ano	Número de alunos	Ano	Número de alunos
1915	54	1932	127
1916	82	1933	96
1917	53	1934	104
1918	66	1935	122
1919	89	1936	148
1920	84	1937	64
1921	97	1938	118
1922	129	1939	162
1923	134	1940	181
1924	141	1941	205
1925	150	1942	269
1926	171	1943	250
1927	191	1944	212
1928	106	1945	234
1929	103	1946	280
1930	93	1947	300
1931	109	1948	310

Fonte: Elaborado pela autora a partir de relatório disponível no arquivo do Colégio Nossa Senhora Medianeira.

Os 54 alunos matriculados em 1915 cursavam o primário. Desses, 54 estudantes, 29 eram do sexo feminino e 25 eram do sexo masculino, pelo que consta na listagem nominal disponível no arquivo do Colégio Nossa Senhora Medianeira. A partir do gráfico, com o número de estudantes do Colégio São Carlos, mais tarde denominado Nossa Senhora Medianeira, é possível perceber o crescimento, mas também o decréscimo do número de estudantes.

**Gráfico 4** — Número de alunos do Colégio São Carlos/Nossa Senhora Medianeira

Fonte: Elaborado pela autora a partir de relatório disponível no arquivo do Colégio Nossa Senhora Medianeira.

Pela análise do gráfico, é possível afirmar que, de maneira geral, houve crescimento constante do número de alunos, havendo uma queda significativa apenas em 1937. O referido ano, é marcado nacionalmente, pela instituição do Estado Novo.

De acordo com o histórico da escola (ARQUIVO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, 1973), “em 1941 foi aberto o Curso Complementar pelo Decreto Estadual nº 775, de 15 de maio de 1945, passou o Estabelecimento a funcionar com o Curso Ginásial, reconhecido pela portaria nº 1074, de 29/12/1952 do Ministério da Educação”. O número de estudantes a partir de 1941 apresenta crescimento anual, o que indica que, com o curso ginásial,

houve expansão da escola. Já o curso de formação de professores primários iniciou em 1949, a partir de um convênio assinado com o Estado, em 16 de dezembro de 1948. (ARQUIVO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, 1973).

A inserção de novas escolas no Estado do RS, seguiu a mesma linha: geralmente, havia o pedido do pároco ou da comunidade para abertura de escolas confessional-católicas, doação de terrenos ou de prédios, que serviriam às escolas e posteriormente a ampliação, devido à necessidade de aumento da estrutura. Em alguns casos, como revelado, a aquisição de novo terreno ou de nova casa, contava com as finanças da congregação. Havia uma preocupação evidente com a arquitetura escolar, podendo essa ser considerada, nas palavras de Viñao (2005), um espaço com configuração de um lugar específico e um território demarcado, transmite valores, hierarquias e representações, pois se configura como discurso material e forma de linguagem não verbal. A relação das escolas com núncios apostólicos e bispos também está muito presente em diferentes documentos, especialmente, em cartas, como ilustra a figura a seguir.<sup>115</sup>

---

<sup>115</sup> Transcrição na íntegra: S. Paulo, 9 Dicembre 1933

Exmo. E Revmo. Benedetto Aloisio Masella

DD. Nunzio Apostolico in Brasile

Rio de Janeiro

Solamente ora, per averne con ritardo ricevuto comunicazione dalla Madre Provinciale di Rio Grande del Sud, mi é dato informare V. E. Revma. che il giorno 7 del p.p. mese di ottobre é stata inaugurata e funziona con una frequenza iniziale di 50 alunni matricolati, la nuova Scuola esterna del MUSSUM, diretta dalle Suore Missionarie di S. Carlo, dietro autorizzazione di V. E. Revma.

La Commissione, con a capo il Revmo. Padre Luigi Segale, di buon grado ha accettato le modifiche del compromesso consigliatedda V. E. Revma.

Mentre chiedo rispettosamente la santa benedizione di V. E. per quel nuovo campo di attività delle Suore di S. Carlo in quello Stato, con rispetto mi professo, baciando il sacro anello.

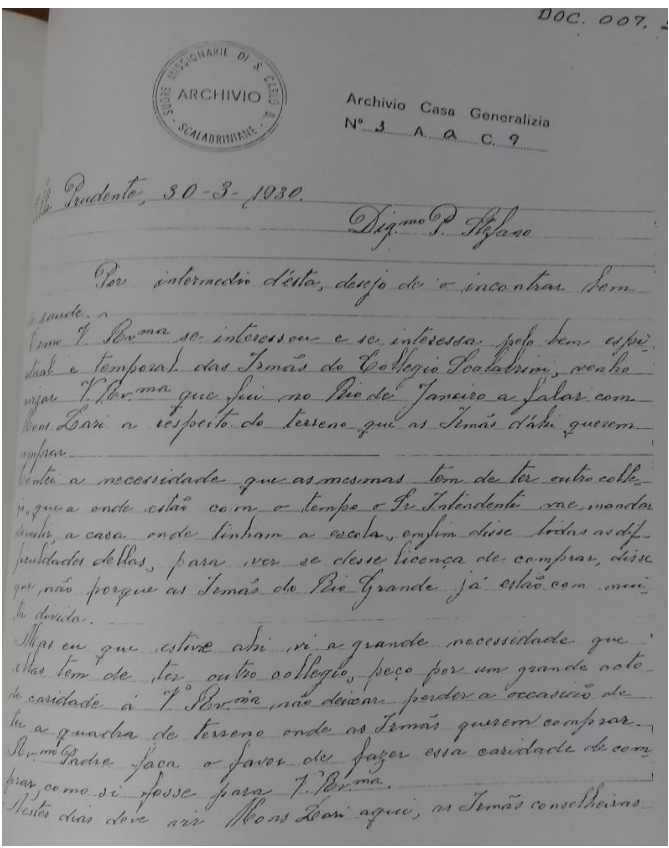
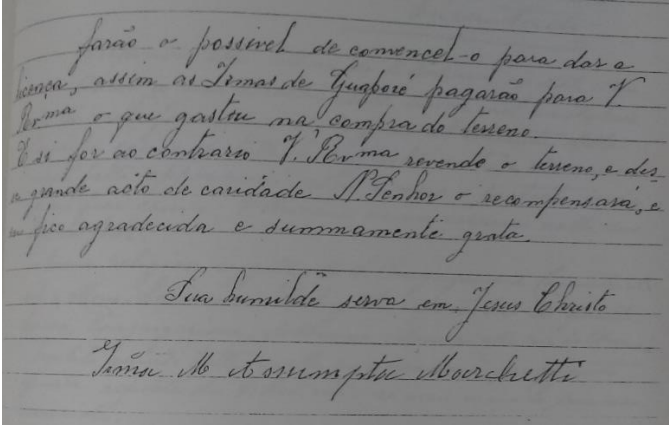
Di V. E. Revma.

Attma. E Obliga. Serva in G. C. (*Observação: entende-se que houve erro de digitação, sendo G. S. as iniciais de Giovanni Scalabrini*).

Delle Suore di S. Carlo



Figura 32 — Carta ao Padre Stefano

Vila Prudente, 30-3-1930.

Digno. P. Stefano

Por intermédio desta, desejo de encontrar bem de saúde.

Como V. Revma. se interessou e se interessa pelo bem espiritual e temporal das Irmãs do Colégio Scalabrini, venho avisar V. Revma. que fui no Rio de Janeiro a falar com Mons. Lari a respeito do terreno que as Irmãs dali querem comprar.

Contei a necessidade que as mesmas tem de ter outro colégio, que onde estão com o tempo o Sr. Intendente me mandará demolir a casa onde tinham a escola, enfim disse todas as dificuldades delas, para ver se desse licença de comprar, disse que não porque as Irmãs do Rio Grande já estão com muita dívida.

Mas eu que estive ali vi a grande necessidade que elas tem de ter outro colégio, peço por um grande ato de caridade à V. Revma. não deixar perder a ocasião de ter a quadra de terreno onde as Irmãs querem comprar.

Revmo. Padre faça o favor de fazer essa caridade de comprar como se fosse para V. Revma.

Nestes dias deve vir Mons. Lari aqui, as Irmãs conselheiras farão o possível de convencê-lo para dar a licença, assim as Irmãs de Guaporé pagarão para V. Revma. o que gastou na compra de terreno. E se for o contrário V. Revma. revenda o terreno, e desse ato de caridade o N. Senhor o recompensará, e eu fico agradecida e humanamente grata.

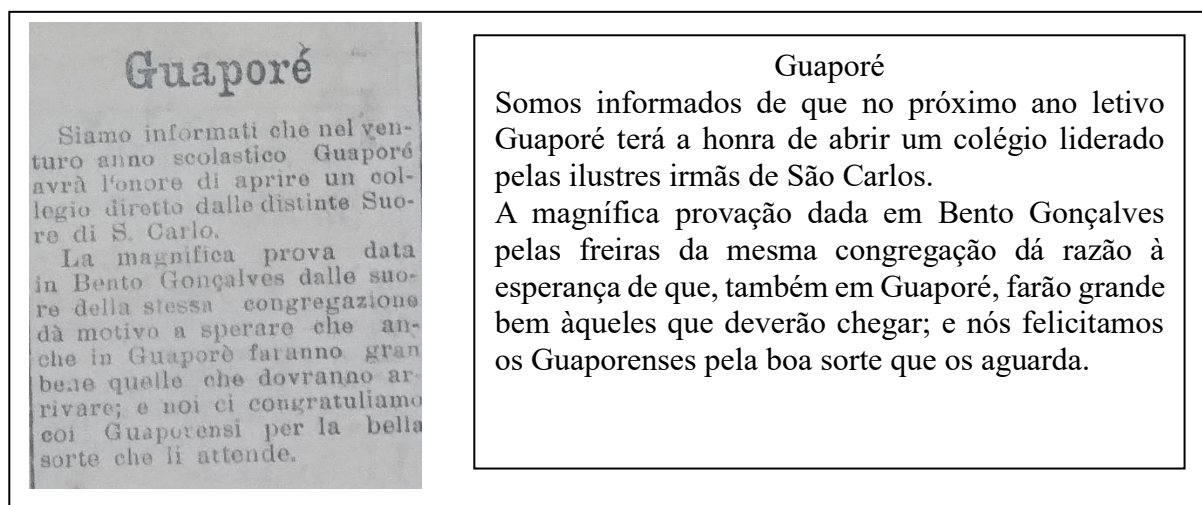
Sua humilde serva em Jesus Christo

Irmã M. et summa ptra Marchetti

A Figura 32 evidencia o esforço para comprar um terreno e construir um colégio mais adequado em Guaporé. Pedem auxílio ao Pe. Stefano e indicam que o Monsenhor Lari não permitiu devido às dívidas já adquiridas pelas Irmãs para a instalação de obras no Rio Grande do Sul. Pede que o Padre, em um ato de caridade, as ajude. Entende-se que mesmo que as Irmãs percebessem a necessidade de um prédio escolar mais adequado, teriam que ter a permissão do Núncio Apostólico. Na medida em que tinham dificuldades de realizar, buscavam auxílio com os padres, ao que tudo indica, da Congregação Scalabriniana.

Em coluna do jornal *Il Corriere d'Italia*, intitulada *Dallo Stato*, referente ao Município de Guaporé, na data de 22 de dezembro de 1916, há a seguinte nota:

**Figura 33** — Abertura de colégio em Guaporé<sup>116</sup>



Fonte: *Il Corriere d'Italia*, anno IV, n. 51, 22 dez. 1916.

A nota, no jornal *Corriere d'Italia*,<sup>117</sup> mais do que informar sobre a abertura de colégio, indica aos leitores o trabalho realizado em Bento Gonçalves e enaltece o progresso desenvolvido pelas Irmãs, assim como felicita a comunidade, que poderá contar com tal serviço. Há de se considerar que o periódico era da Congregação Scalabriniana masculina, e que, pelo

<sup>116</sup> Guaporé — Siamo informati che nel venturo anno scolastico Guaporé avrà l'onore di aprire un collegio diretto dalle distinte Suore di S. Carlo. La magnifica prova data in Bento Gonçalves dalle suore della stessa congregazione dà motivo a sperare che anche in Guaporé faranno gran bene quelle che dovranno arrivare; e noi ci congratuliamo coi Guaporensi per la bella sorte che li attende. (Tradução nossa).

<sup>117</sup> O periódico *Il Corriere d'Italia*, mantido pela Congregação dos Padres Carlistas — Scalabrinianos, foi produzido em Língua Italiana, semanalmente, no período de 1913 a 1927. De acordo com Dal Prá, o jornal, de orientação católica, possuía diversas finalidades, dentre elas “ampliar a capacidade evangelística da instituição, propagar a concepção de uma união entre Igreja e Estado na Itália e defender determinadas perspectivas éticas e morais”. (2017, p. 14).

mencionado, eram esperados resultados semelhantes aos do Município de Bento Gonçalves, presumindo-se que as Irmãs desenvolveriam um trabalho de boa qualidade. Com isso, novamente, ficam claros o poder e a sabedoria contidos na figura das religiosas. Nesse caso, acrescenta-se a experiência em Bento Gonçalves, já que estavam atuando a dois anos na área da educação. Usa-se a experiência pregressa, aliada ao *status* das religiosas, para exaltar o colégio.

Sobre a nota, ainda é importante inferir que por ser um jornal católico, que tinha como público-alvo as colônias de migrantes italianos, a referência às Irmãs de São Carlos permite a identificação com a etnia, reforçando o papel que as mesmas vieram desempenhar no Rio Grande do Sul: oferecer educação, especialmente, aos migrantes italianos e a seus filhos, visando a manter viva a religiosidade e a *italianidade*.

O Colégio Scalabrini, em Guaporé, teve início em 1917, com as missionárias: Irmã Antonieta Fontana, Irmã Carolina Grasti, Irmã Cecília Mosca e Irmã Gertrudes Mileti. Sete meses depois, em setembro do mesmo ano, se juntaram às missionárias as Irmãs: Vitorina Consoni e Clara Pienaro. Em fevereiro, foram recebidas na casa de uma viúva, Marina Magnanti, e, em março, a escola passou a funcionar na sala da casa, com 75 alunos. Em junho do mesmo ano, locaram a casa e, logo após, a compraram, pertencente a Júlio Campos, situada na praça Vespasiano Correa. Depois, o imóvel ao lado, de propriedade de Ermínio Bernard também foi adquirido. Em outubro, o colégio contava com 90 alunos matriculados. A Irmã Antonieta Fontana deixou Guaporé em agosto de 1918, para substituir a Madre Assunta Marchetti como Superiora-Geral da congregação. Em janeiro de 1919, para substituí-la, Irmã Pierina Caldieraro foi enviada ao Colégio Scalabrini, no qual havia internato e externato, e as alunas com vocação religiosa eram enviadas ao Noviciado localizado em Bento Gonçalves. (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO – SCALABRINIANAS, 1993).

Mesmo que o objetivo primeiro fosse a educação, percebia-se a motivação para reconhecer e encaminhar as alunas vocacionadas. No educandário, era praticada a educação católica e, através de um depoimento da primeira aluna do colégio, Olympia Mantese,<sup>118</sup> é possível observar essa religiosidade: “O Colégio foi e é para Guaporé e para Municípios vizinhos o baluarte da Fé, da Evangelização, Cultura, Ciência e Educação, formando centenas de gerações...” A evangelização está presente na educação, não só no Colégio Scalabrini, mas

---

<sup>118</sup> O depoimento está no Arquivo do Colégio Scalabrini, e um fragmento dele está expresso na obra da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas (1993).

em todas as escolas da Província e, de maneira geral, nas escolas da congregação, presentes em vários estados brasileiros.

O primeiro prédio utilizado pelo Colégio Scalabrini era de madeira, porém parecia ser amplo e iluminado, pelo número de janelas que pode ser observado na imagem a seguir.<sup>119</sup> A arquitetura é simples, podendo ser comparada à de prédios utilizados temporariamente pela congregação no início de sua trajetória no Rio Grande do Sul.

Para atender às demandas de 1919, foi necessário alugar um novo prédio, que pode ser observado no lado direito da imagem a seguir. Em 1924 havia 200 alunas internas e externas no colégio, e, apesar de D. João Becker recomendar, ainda em 1919, após visita ao colégio, que se adquirisse todo o terreno, até a próxima rua, o projeto de construção de um novo prédio não seria aprovado em São Paulo.

O segundo prédio, apesar de não ser adequado às demandas crescentes da escola, já apresentava um diferencial: ser de alvenaria e ter uma estrutura considerada mais sólida. Contava também com um letreiro que identificava o Colégio Mons. Scalabrini. Apenas 20 anos depois, quando ainda tinha apenas quatro salas de aula, que eram utilizadas para atender às seis turmas do Curso Elementar e duas do Auxiliar de Comércio, é que foi possível, com a ajuda do Pe. Angelo Corso, construir um novo prédio para o Colégio Scalabrini. (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO — SCALABRINIANAS, 1993).

Em 1939, obtida a licença da superiora geral, Madre Borromea Ferraresi, para iniciar a construção do novo prédio, padre Corso adquiriu sete lotes situados na rua Rio Branco. Dia 12 de novembro de 1940 foi lançada a primeira pedra do edifício, a ser construído de acordo com as exigências pedagógicas de então. Quase ao mesmo tempo, padre Angelo Corso em Guaporé e D. Antonio Zattera em Bento Gonçalves, com tenacidade, somada à colaboração do povo e á incansável dedicação das Irmãs, possibilitaram significativo progresso para a missão do Sul: dois prédios majestosos para a época. (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO — SCALABRINIANAS, 1993, p. 81).

O referido prédio, definido conforme citação anterior como majestoso, atendia às necessidades vigentes da educação e podia acolher a demanda crescente do número de alunos. A imponência do prédio pode ser observada na figura a seguir, assim como a nomenclatura, que também sofreu alterações, passando a ser denominada Escola Normal Mons. Scalabrini. A presença de duas estudantes, não só ressalta a imponência do prédio, já que se pode observar a

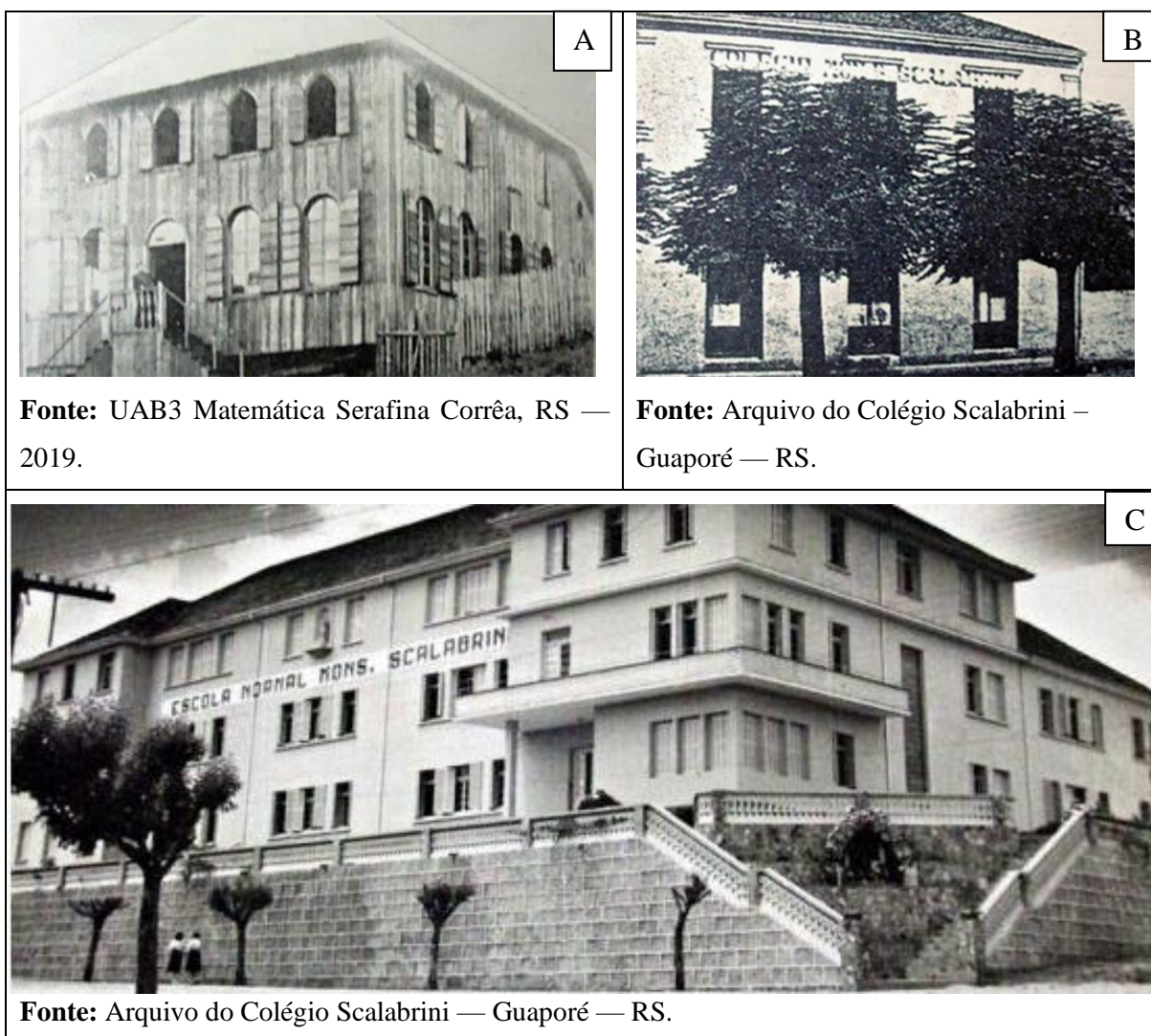
---

<sup>119</sup> A fotografia não foi localizada no arquivo do Colégio Scalabrini, sendo encontrado registro fotográfico apenas do segundo e terceiro prédios.

proporção do seu tamanho, mas também dá indícios de uma escola voltada especialmente ao feminino e à formação de professoras.

Ainda é possível observar os uniformes, o que identifica o público dessa escola, formado majoritariamente por uma elite, por se tratar da única escola particular no Município, com viés confessional-católico. Apesar da pose das estudantes no registro fotográfico, parecendo natural, há indícios de que a foto foi realizada com o objetivo de demonstrar aspectos da cultura escolar: prédio imponente, estudantes femininas e uniformes alinhados. Ainda: o registro parece ter sido feito logo após a finalização da construção, conforme Figura 34.

**Figura 34** — Prédios do Colégio Scalabrini

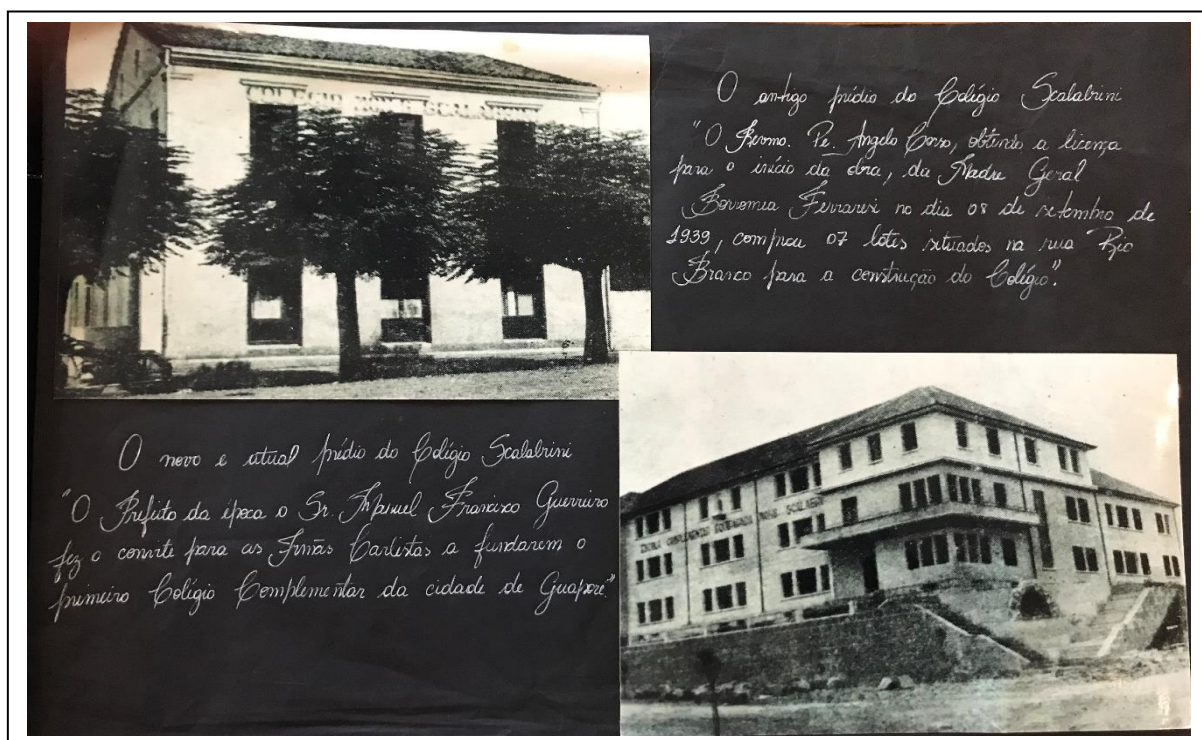


Além do mencionado acerca do espaço escolar, nota-se a presença de uma gruta, que contém, possivelmente, a figura de um santo. Assim, fica marcada a imponentia e a religiosidade, demonstrada também através do nome (Scalabrini) do colégio que foi o fundador



da congregação e que possuía ideias de uma educação católica. Os espaços do prédio visavam a oferecer condições adequadas aos estudantes, quer da modalidade de externato, quer da de internato. Na próxima figura, observam-se alguns dos ambientes do Colégio Scalabrini, após a inauguração do prédio construído especificamente para uso da escola e das Irmãs daquela comunidade.

**Figura 35** — Segundo e terceiro prédios do Colégio Scalabrini



Fonte: Arquivo do Colégio Scalabrini — Guaporé — RS.

Na Figura 35, consta a descrição:

O antigo prédio do Colégio Scalabrini. "O Revmo. Pe. Angelo Corso, obtendo a licença para o início da obra, da Madre Geral Borromea Ferraresi no dia 08 de setembro de 1939, comprou 07 lotes situados na rua Rio Branco para a construção do Colégio.

O novo e atual prédio do Colégio Scalabrini. "O prefeito da época o Sr. Manuel Francisco Guerreiro fez o convite para as Irmãs Carlistas a fundarem o primeiro Colégio Complementar da cidade de Guaporé."

Com a descrição acima, entende-se o papel de auxílio dos padres, nesse caso, do Pe. Angelo Corso, e o pedido do prefeito municipal para a implementação de um colégio

complementar. Corroborar-se, com isso, que a abertura de escolas das Irmãs Carlistas — Scalabrinianas era motivada pelos párocos locais, pelas autoridades e pela comunidade. A abertura de um colégio complementar para a cidade denota que ainda não havia a oferta desse nível de ensino, e que as Irmãs seriam pioneiras no Município. Por isso, havia o interesse de oferecer ensino, para além do elementar, formando futuras professoras para atuarem na educação no Município e na região.

A preocupação com as obras era demonstrada através de menção ao número de estudantes, à situação da infraestrutura, à adequação ou ampliação. Em relação às Irmãs, a preocupação se referia ao número de missionárias suficiente para atendimento às demandas, em relação ao perfil das mesmas, que precisava estar de acordo, minimamente, com as atividades desempenhadas. Diz-se minimamente, pois se percebeu, com a constituição desta tese, que as decisões eram tomadas a partir do fazer, ou seja, da prática. Muitas das Irmãs eram designadas a atividades escolares, ou a outras, considerando as necessidades da congregação. Durante o percurso, observou-se uma inadequação à posição que ocupava, o que levava a superiora a designar a referida Irmã para outra casa ou função na instituição. Se, pela prática, observava-se que havia aptidão para a função, à Irmã era possibilitada, ou motivada, a continuidade dos estudos naquela área.

Às vezes, as freiras também eram transferidas para assumir obras em outros Municípios. A expansão de suas obras no Rio Grande do Sul, conforme mencionado, ocorreu de maneira significativa, especialmente nas primeiras décadas após a chegada delas. Em 1933, depois de terem fundado escolas em Bento Gonçalves, Farroupilha, Guaporé, Nova Bréscia, Nova Milano — Farroupilha, Anta Gorda e Roca Sales, inauguraram o Colégio São Pio X em Muçum.

O pedido para a instalação do Colégio Pio X, situado em Muçum — RS, iniciou através de uma solicitação do Pe. Segale à Madre Antonietta Fontana, Superiora-Geral, em 1922. Esse mesmo padre, já havia confiado uma escola paroquial, em Farroupilha, às Irmãs de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas. No entanto, teve o pedido indeferido, reiterando-o apenas em 1929, ao Mons. Egidio Lari, visitador Apostólico. Em 1933, através do interesse da então Superiora Provincial, Madre Faustina Bósio, é que a iniciativa se realizou, tendo, no entanto, a condição de que houvesse “o mínimo indispensável, a fim de poupar as Irmãs das privações por que passaram nas primeiras missões”. (SLOMP; BARBIERI, 1997, p. 93).

Para que fosse possível ter o mínimo indispensável, sem depender exclusivamente das contribuições dos alunos, criou-se uma comissão, com a participação do Pe. Segale, pároco da comunidade. Na documentação arquivada na Casa Geral em Roma, encontrou-se a seguinte Carta de Madre Assunta, que revela as condições para a implantação do colégio:

Figura 36 — Carta de Madre Assunta ao Pe. Segale

<p>ARQUIVO MISSOINARIAS DE S. CARLOS S. Paulo, 15 de Setembro de 1933 N.º 311 A G C. 16 DOC. 001 7.4</p> <p>Ill.mo e Rev.mo Sr. Padre Luiz Segale e Resp. Comissão do construendo Collegio de Instrucção e Educação da Juventude</p> <p>M U S S U M =====</p> <p>Atenciosas saudações.</p> <p>Na minha ida ao Rio de Janeiro, pessoalmente apresentei ao Ex.mo Sr Nuncio Apostolico., Mons. Benedicto Aloisi Masella o COMPROMISSO assignado por V. Rev.ma e demais Membros da Comissão que pretendem fundar e custear nessa localidade um Collegio de instrucção para ser entregue as Irmãs Missionarias de S. Carlos.</p> <p>No conjunto S. E. Rev.ma concorda com os dizeres do referido Compromisso embora muito resumido e incompleto, mas deseja que no mesmo sejam incluídas as emendas expressas nos seguintes dizeres:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conseguindo o Collegio uma frequencia de ao menos 150 alumnos, minimo estabelecido e nao auferirem as Irmãs uma justa remuneracao para o seu trabalho e que lhe possa proporcionar um conveniente e decoroso sustento e assistencia, a Comissão se compromette auxiliar as Irmãs com uma quantia suplementar annual de dois contos de reis.</li> <li>2. A Comissão alem dos Rev.mos Sacerdotes que tem a seu cargo a direcao e administração dessa Parochia, de vera sempre ser constituída de mais de 6 Membros e substituído o Membro que por qualquer motivo venha a faltar, com outro de reconhecida idoneidade.</li> </ol> <p>Espero que essa Resp. Comissão nao encontrará dificuldades para aprovar o exposto e introduzir todas as condições expressas por S. E. e que por ventura seja conveniente introduzir para garantia das Irmãs e para o feliz exito de tão louvavel empreendimento.</p> <p>Junto o Compromisso no seu original como me fora transmitido para que possa receber as alterações necessarias.</p> <p>Desejando a V. Rev.ma em particular e a todos os signatarios saude e prosperidade, com respeito me assigno</p> <p>Att.mo e Obrig.ma</p>	<p>S. Paulo, 15 de setembro de 1933</p> <p>Il.mo e Rev.mo Padre Luiz Segale e Resp. Comissão de construção do Colégio de Instrução e Educação da Juventude</p> <p>Muçum</p> <p>Atenciosas saudações.</p> <p>Na minha ida ao Rio de Janeiro, pessoalmente apresentei ao Ex.mo Sr. Nuncio Apostólico, Mons. Benedicto Aloisio Masella o COMPROMISSO assinado por V. Rev.ma e demais Membros da Comissão que pretendem fundar e custear nessa localidade um colégio de instrução para ser entregue às Irmãs Missionárias de S. Carlos.</p> <p>No conjunto S. E. Rev.ma concorda com os dizeres do referido Compromisso embora muito resumido e incompleto, mas deseja que no mesmo sejam incluídas as emendas expressas nos seguintes dizeres:</p>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conseguindo o Colégio uma frequência de ao menos 150 alunos, mínimo estabelecido e não auferirem as Irmãs uma justa remuneração para o seu trabalho e que lhe possa proporcionar um conveniente e decoroso sustento e assistência a Comissão se compromete auxiliar as Irmãs com uma quantia suplementar anual de dois contos de réis.</li> <li>2. A Comissão além dos Rev.mo Sacerdotes que tem a seu cargo a direção e a administração dessa Paróquia, deverá sempre ser constituída de mais 6 Membros e substituindo o Membro que por qualquer motivo venha a faltar, com outro de reconhecida idoneidade.</li> </ol> <p>Espero que essa Resp. Comissão não encontrará dificuldades para aprovar o exposto e introduzir todas as condições expressas por S. E. e que por ventura seja conveniente introduzir para garantia das Irmãs e para o feliz êxito de tão louvável empreendimento.</p> <p>Junto o Compromisso no seu original como me fora transmitido para que possa receber as alterações necessárias.</p> <p>Desejando a V. Rev.ma em particular e a todos os signatários saúde e prosperidade, com respeito assino.</p>	<p>Att.mo e Obrig.ma</p>



As exigências mostram a preocupação das Irmãs de se manterem em condições favoráveis, com uma complementação financeira provida pela comissão, que esteve responsável pela implementação do colégio. Destaca-se que os sacerdotes da paróquia são parte inerente da comissão, o que evidencia que a solicitação de instalação do educandário foi a pedido destes religiosos, conforme ocorreu com outras obras da congregação. Nota-se, também, que os colégios eram mantidos com o auxílio da comunidade, estando esse, desde o início, condicionado ao auxílio para provisão das necessidades das Irmãs. Ainda: as irmãs esperavam uma justa remuneração por seu trabalho, destoando tal menção da vida missionária a que se propuseram, para atendimento especificamente do migrante. Entende-se, pois, que as despesas para o sustendo delas eram advindas das mensalidades dos alunos, sendo, por isso, importante atender a uma classe da população que tivesse condições de contribuir com mensalidades ou anuidades. A não sustentabilidade do negócio indicava a necessidade de auxílio da comunidade ou cessamento da instituição, como aconteceu com o Colégio São Pio X.

Conforme carta a seguir (Figura 37), as atividades do colégio iniciaram em outubro de 1933, com 50 alunos. No ano letivo de 1934, de acordo com Slomp e Barbieri (1997), o colégio contava com 150 estudantes. Indicam ainda que “as irmãs do Ginásio S. Pio X ministraram a educação da fé aos alunos da Escola e a catequese da Primeira Eucaristia na Paróquia, bem como orientaram o ensino religioso nas escolas públicas e nas capelas”. (SLOMP; BARBIERI, 1997, p. 95). O intento de Scalabrini foi atendido pela congregação na medida em que oferece educação e religiosidade à comunidade. Assim, entende-se que o objetivo de evangelização ultrapassa os muros da escola, para atendimento não só dos estudantes, mas dos jovens que faziam parte daquela localidade, podendo, assim, alcançar um montante maior da população.

O número de 150 alunos, alcançado no segundo ano de funcionamento do colégio, foi encontrado também em documento que antecedeu a construção do educandário. Nele constam as condições para que as Irmãs aceitassem a obra, o que vai ao encontro da citação de Slomp e Barbieri (1997), mencionada:

**Figura 37** — Carta ao Núncio Apostólico Benedito Aloísio Masella

<p>STOVIRI COLOMBO STAL. 3103 PAULO</p> <p>MISSIONARIE DI S. CARLO ARCHIVIO SCALABRINIANE</p> <p>Archivio Casa Generalizia 23 N° 3/11A 9 C.5</p> <p>S. Paulo, 9 Dicembre 1933</p> <p>Ecc.mo e Rev.mo Mons. Benedito Aloisi Masella DD. Nunzio Apostolico in Brasile</p> <p>RIO DE JANEIRO =====</p> <p>Solamente ora, per averne con ritardo ricevuto comunicazione dalla Madre Provinciale di Rio Grande del Sud, mi è dato informare V. E. Rev.ma che il giorno 7 del p.p. mese di Ottobre é stata inaugurata e funziona con una frequenza iniziale di 50 alunni matricolati, la nuova Scuola esterna del MUSSUM, diretta dalle Suore Missionarie di S. Carlo, dietro autorizzazione di V. E. Rev.ma.</p> <p>La Commissione, con a capo il Rev.mo Padre Luigi Segale, di buon grado ha accettato le modifiche del Compromesso consigliatoda V. E. Rev.ma.</p> <p>Mentre chiedo rispettosamente la santa benedizione di V. E. per quel nuovo campo di attività delle Suore di S. Carlo in quello Stato, con rispetto mi professo, baciando il sacro anello</p> <p>di V. E. Rev.ma Att.ma e Oblig.ma Serva in G. C.</p> <p>delle Suore di S. Carlo</p>	<p>S. Paulo, 9 de dezembro de 1933</p> <p>Ex.mo. e Rev.mo. Mons. Benedito Aloisio Masella DD. Núncio Apostólico no Brasil</p> <p>Rio de Janeiro</p> <p>Só agora, por ter atrasado a comunicação recebida da Madre Provincial do Rio Grande do Sul, sou dado a informar V. E. Revma. que no 7 de p.p. outubro foi inaugurado e trabalha com uma frequência inicial de 50 alunos matriculados, a nova escola externa de MUÇUM, dirigida pelas Irmãs Missionárias de S. Carlos, com permissão de V. E. Ver.ma.</p> <p>A Comissão, chefiada pelo Revmo. Padre Luigi Segale, de bom grado aceitou as modificações do compromisso preconizado por V. E. Rev.ma.</p> <p>Enquanto eu respeitosamente peço a bênção sagrada de V. E. para esse novo campo de atividade das irmãs de S. Carlos naquele Estado, com respeito eu professo, beijando o anel sagrado. Por V. E. Rev.ma. Atte.ma e obriga.ma Serva em G. C. das Irmãs de S. Carlos</p>
--	---

Fonte: Arquivo Casa Geral — Roma — Itália.

A carta expedida por Madre Assunta Marchetti comprova a relação com o Núncio, dando a entender que havia combinações prévias de como seria a obra das Irmãs. Essas combinações estão contidas na Figura 36. Entende-se, assim, que todas as condições impostas pelas Irmãs foram aceitas, o que indica o nível de prioridade que a Igreja e a comunidade estavam dando à instalação de uma escola católica. A carta informa, ainda, que a nova escola, localizada em Muçum, no Rio Grande do Sul, já contava com 50 alunos matriculados na

modalidade de externato. Pede a benção para esse novo campo de atuação, denotando a expansão da obra das Irmãs no estado. Esse documento indica a forte relação entre os membros do eclesiástico e a subordinação à abertura de escolas tanto que havia uma combinação prévia e, de certo modo, prestação de contas acerca das decisões tomadas e do número de matrículas. A preocupação com o número de alunos é recorrente em muitos documentos da congregação, especialmente nas cartas analisadas para a constituição desta tese.

A atividades escolares encerraram em dezembro de 1977, e os alunos foram absorvidos pela escola estadual. Os motivos da supressão da escola incluíam: número reduzido de alunos; o fato de metade dos estudantes serem filhos de militares, que iriam ser transferidos para outra localidade, devido à continuidade da construção da estrada de ferro; alunos carentes, que não podiam contribuir com a anuidade escolar; existência de escola estadual; reduzido número de irmãs no magistério, o que levava à contratação de professores e à falta de recursos financeiros. (SLOMP; BARBIERI, 1997).

O mesmo objetivo, perseguido em outras escolas da congregação, ficava claro no atendimento dos alunos no Colégio São Carlos, que foi fundado em 1936 como Escola Elementar, tendo, inicialmente, 160 alunos. (SLOMP; BARBIERI, 1997). Apesar de atender a meninos e meninas, ficava óbvio que o intento da instituição era educar as jovens da sociedade. Paz (2013, p. 144) indica um fator importante sobre a inserção das Irmãs Missionárias em Caxias do Sul, ao afirmar que havia o interesse de que elas pudessem continuar seus estudos na Escola Normal Duque de Caxias, no Município de Caxias do Sul, “que possibilitava a formação de professores, em caráter público”. Paz informa que foi assim que se constituiu a primeira comunidade de Irmãs na cidade, Irmãs que eram também estudantes.

O prédio, que foi ampliado posteriormente, foi adquirido de Miguel Muratore, conforme certidão n. 77, cuja cópia está disponível no arquivo do Colégio São Carlos, e cujo fragmento especifica:

Sr. Muratore e sua mulher, vendem à Sociedade Educadora e Beneficente, um terreno fazendo parte dos lotes urbanos nrs. 9 e 10, quadra N, desta cidade, contendo um sobrado de alvenaria, suas dependências e benfeitorias com a área de 792m<sup>2</sup> e no valor de Rs. 110:000\$000. Caxias, 3 de abril de 1937. (ARQUIVO DO COLÉGIO SÃO CARLOS, 1937).

**Figura 38** — Primeiro prédio do Colégio São Carlos.



Fonte: Arquivo do Colégio São Carlos.

Na década de 40, se observa a ampliação do prédio, o que denotava também o crescimento do colégio em termos do número de alunos.

**Figura 39** — Colégio São Carlos – Década de 40



Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Em 1946, com um prédio mais amplo e imponente, conforme se aprecia notar na imagem anterior, o Colégio São Carlos passa a oferecer Ensino Técnico Comercial, que até então estava restrito ao sexo masculino, conforme Giron (1977, p. 82).

Sobre as escolas carlistas — scalabrinianas conclui-se que, até meados da década de 40, elas foram instaladas exclusivamente na RCI, com o intuito de atender às comunidades compostas por migrantes italianos. A preocupação da congregação e, posteriormente da Província, estava relacionada à infraestrutura e à colocação de recursos humanos para o desenvolvimento das atividades, não constando, nos documentos encontrados pela pesquisadora, elementos relacionados às concepções e práticas pedagógicas. Esse elemento dependia de cada freira ou docente que assumisse as turmas nos colégios carlistas-scalabrinianos. Na prática desses professores, Scalabrini aparece como referência à educação carlista — scalabriniana. Suas concepções sobre a educação serão apresentadas a seguir.

#### 4.2 SCALABRINI E A EDUCAÇÃO

Discorrer sobre Scalabrini e a educação, apesar de não ter sido planejado, mostrou-se necessário no decorrer da presente pesquisa. A justificativa consiste nas próprias evidências encontradas sobre a educação carlista — scalabriniana, na falta de documentação sobre concepções pedagógicas e no discurso recorrente do subsídio que o bispo, fundador da congregação, representou para as obras e para as práticas nas áreas de atuação das Irmãs.

A imagem de Scalabrini (Figura 40) foi escolhida não só para ilustrar o fundador da congregação, mas especialmente porque representa a maior referência à educação carlista — scalabriniana, assim como para os padres e Irmãs missionárias das congregações feminina e masculina, carlistas — scalabrinianas. O quadro, representado na Figura, está disponível no acervo do Museu dos padres scalabrinianos, em *Piacenza*. Em uma tela com grandes dimensões, conforme visto na transcrição, chama a atenção por sua riqueza de detalhes e uma pintura realista, que faz referência aos Papas Pio X e Leão XIII, com quem Scalabrini se relacionava. Mostra o mar, elemento relacionado diretamente à missão de Scalabrini, qual seja, a de tutelar os migrantes italianos. Na descrição da obra, há ainda referência a surdos-mudos, como eram denominados na época, que também tiveram o olhar e o auxílio de Scalabrini, conforme dito nesta pesquisa. Registra-se, ainda, além da imponência, a ilustração das vestes de Scalabrini, que explica o papel que ocupa na Igreja Católica, a de bispo. As vestes de Scalabrini, assim

como objetos pessoais utilizado cotidianamente ou na viagem ao Brasil, estão disponíveis no acervo do museu, que foi visitado pela pesquisadora.

**Figura 40** — Giovanni Battista Scalabrini<sup>120</sup>



Francesco Ghittoni (Rizzolo, 1855 - Piacenza, 1928)  
 Ritratto di Mons. Giovanni Battista Scalabrini (1901)  
 Olio su tela, cm 240x117 - cat. 83, p. 138  
 firmato e datato in basso a sinistra: "F. Ghittoni fece / Rizzolo 1901"

Fu commissionato in occasione della conclusione dei lavori di restauro nel Duomo dalla Congregazione. Nel cartiglio, agitato da due angioletti in un cielo turbato sopra l'oceano, è riassunta la vita di Scalabrini: Emigranti Sordomuti Cattedrale. Sopra una consolle barocca un piccolo ritratto di Pio X, sulla parete a sinistra è appeso un ritratto di Leone XIII, il Pontefice regnante.

Francesco Ghittoni (Rizzolo, 1855 - Piacenza, 1928)

Retrato de Mons. João Batista Scalabrini (1901)

Óleo sobre tela, cm 240x117 - cat. 83, p. 138

Assinado e datado no canto inferior esquerdo: "F. Ghittoni fez/Rizzolo 1901"

Foi encomendado para completar o trabalho de restauração na Catedral pela Congregação.

Na tela, agitado por dois anjos em um céu conturbado acima do oceano, a vida de Scalabrini é resumida: Emigrantes surdos-mudos Catedral. Acima de um console barroco um retrato pequeno de Pio X, na parede esquerda é pendurado um retrato de Leão XIII, o Pontífice reinante.

Fonte: Museu Scalabriniano — Piacenza — Itália.

<sup>120</sup> Transcrição: Francesco Ghittoni (Rizzolo, 1855- Piacenza, 1928)

Ritratto di Mons. Giovanni Battista Scalabrini (1901)

Olio su tela, cm 240x117 - cat. 83, p. 138

firmato e datato in basso a sinistra: "F. Ghittoni fece/ Rizzolo 1901"

Fu commissionato in occasione della conclusione dei lavori di restauro nel Duomo dalla Congregazione.

Nel cartiglio, agitato da due angioletti in un cielo turbato sopra l'oceano, è riassunta la vita di Scalabrini: Emigranti Sordomuti Cattedrale. Sopra una consolle barocca un piccolo ritratto di Pio X, sulla parete sinistra è appeso un ritratto di Leone XIII, il Pontefice regnante.



Entre as preocupações e ações de Scalabrini, destaca-se a educação, para a qual ele apresenta diferentes fundamentos teóricos. Alguns deles, estão expostos na carta pastoral de Scalabrini, de 1889, intitulada “Sobre a educação cristã”. Além disso, de acordo com Fongaro (1998, p. 127) nos seus livros sobre *O catecismo católico*, são difundidos “princípios da pedagogia cristã, desde Santo Agostinho a São Carlos até Rosmini”. O autor cita trechos das sete conferências realizadas na *Escola São Vicente*, “dirigida pelos Irmãos das Escolas Cristãs, no encerramento do ano escolar”. (p. 127).

Nos excertos dos discursos e obras de Scalabrini, emergiram categorias em relação à escolarização, das quais foram destacadas as seguintes: educador, educação, instrução, religião, catecismo e escola. Os quadros a seguir indicam as categorias evidenciadas e os fragmentos de citação do fundador da congregação Giovanni Battista Scalabrini.

**Quadro 13** — Educação

CATEGORIA	CITAÇÃO
Educação	1 “Cultivem-se pois, as artes e as ciências [...]; a luz do ensinamento se difunda mais amplamente em toda a parte, mas não esqueçamos de unir à instrução a educação.” (CARTA PASTORAL, 1889 <i>apud</i> FONGARO, 1998, p. 132).
	2 “ó pais, ó mães, ó mestres, ó educadores, ó sacerdotes, ó párocos, ó vós todos que sois chamados, de algum modo, à nobilíssima e divina obra de educar a juventude.” (CARTA PASTORAL, 1889 <i>apud</i> FONGARO, 1998, p. 131).
	3 “Mas em que consiste a educação? talvez em aprender um ofício ou uma profissão qualquer? [...] ‘Não!’ E nem mesmo se deseja confundir, como muitos o fazem, educação com instrução, fazendo desta uma só e mesma coisa com aquela. A instrução se volta para a inteligência, a educação se interessa à vontade. A instrução faz os homens sábios; a educação forma os homens virtuosos. A primeira diz respeito à ciência; a segunda visa à consciência. Aquela tem a razão como meio, esta tem a razão como fim. A educação, portanto, está acima da instrução e da ciência como o bem sobrepuja o verdadeiro e a virtude supera em valor o talento.” (CARTA PASTORAL, 1889 <i>apud</i> FONGARO, 1998, p. 132).
	4 “Os fanáticos da civilização sem Cristo dizem aos pais de família: instrui vossos filhos. E nós, ao contrário, dizemos: educai-vos [...]. Instruí-los é procurar-lhes conhecimentos; educá-los é ajudá-los a formarem bons hábitos por meio da instrução.” (CARTA PASTORAL, 1889 <i>apud</i> FONGARO, 1998, p. 132).
	5 “Educai, educai! As leis podem alguma coisa, mas vós, pais, podeis muito mais do que as leis. As leis punem o mal, a educação o previne. A lei proíbe, a educação desenraíza. A lei corta, a educação planta. A lei regula atos externos, a educação regula o coração e prepara para os hábitos.” (SCALABRINI, 1886 <i>apud</i> FONGARO, 1998, p. 137-138).

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 13 analisa a concepção de educação de Scalabrini. Para ele o conhecimento sobre as artes e a ciência são concebidos como importantes, no entanto, enfatiza-se a necessidade de educar, ao mesmo tempo que se instrui. Nessa concepção, diferencia-se educação e instrução, podendo a primeira estar relacionada à formação integral voltada para a moral e os bons costumes; e a segunda, relacionada à informação. Essa educação voltada à moral e ao desenvolvimento integral do indivíduo, conforme fragmento 2, é delegada a todos que convivem com a juventude. Destaca-se no fragmento que se fala de uma educação voltada aos jovens, podendo indicar que se refere também às crianças ou, ainda, que, nessa faixa etária do desenvolvimento, deve haver uma preocupação dos diferentes sujeitos que convivem com os jovens, para que haja uma educação integral, que os habilite a conviver em sociedade.

Na terceira citação, a concepção de uma educação integral, voltada à convivência, fica clara ao relacioná-la à vontade, à virtude, à consciência. O desenvolvimento da moral está no cerne da educação, enquanto o desenvolvimento da inteligência, da sabedoria, da ciência, utilizando como meio a razão está vinculada à instrução. Kant (2002), ao mencionar a instrução e a educação,<sup>121</sup> afirma que ambas devem apoiar-se em princípios.

Para Scalabrini, conforme o exposto, buscam a instrução as famílias que não são religiosas, ou, nas palavras dele, *sem Cristo*, visando a que seus filhos tenham conhecimentos. Por outro lado, para as famílias religiosas, como indica o bispo, o importante é educar os filhos, para que formem bons hábitos a partir da instrução. Ou seja, apesar de a moral e os bons costumes serem o maior objetivo, chegar-se-á até eles com o auxílio da instrução.

Indica, ainda, que a educação é melhor do que as leis, pois através delas os pais podem muito mais. A educação previne, desenraiza, planta, regula o coração e prepara para os hábitos. Ou seja, através da educação o indivíduo conseguirá se adequar as normas da sociedade e conseguirá seguir as regras. Então, a educação possibilita que o sujeito seja preparado para se adequar à sociedade. Conseguirá desenvolver hábitos e valores que os possibilitará viver de acordo com as leis, sem que para tal precise passar por punições. Essa percepção remete à concepção de hábito de Aristóteles,<sup>122</sup> que também vê a educação como essencial para preparar o sujeito para à vida em sociedade. Distingue virtude intelectual e moral; uma relacionada ao ensino, e a outra, ao hábito. O hábito permite boas ações. Ou seja, assim como Scalabrini, o

---

<sup>121</sup> Sobre a educação, em Kant, indica-se a obra: *Sobre a pedagogia* (2002).

<sup>122</sup> Para melhor compreender do conceito de *hábito* na concepção de Aristóteles, indica-se a obra *Ética a Nicômaco* (2005). Para o filósofo, há duas espécies de virtude: a intelectual e a moral. “A primeira deve, em grande parte, sua geração e crescimento, ao ensino, por isso requer experiência e tempo; ao passo que a virtude moral é adquirida em resultado do hábito.” (ARISTÓTELES, 2005, p. 40). Sobre a educação em Aristóteles, indica-se a obra *A política* (2006).



desenvolvimento de hábito voltado aos aspectos morais, está presente. Podem ser encontradas aproximações com a obra de Kant (2002), pois para ele a educação deve disciplinar, tornar culto, desenvolver a civilidade e a moralidade.

**Quadro 14** — Instrução

CATEGORIA	CITAÇÃO
Instrução	1 “E no entanto, hoje, fala-se somente em iluminar a mente. Instrução, grita-se em toda a parte, instrução! e está bem. Discípulos daquele Deus que lhe apraz chamar-se Deus das ciências, também nós apreciamos os nobres estudos, valorizamos quem a eles se dedica e os cultiva. Gostaríamos que todos, o rico e o pobre [...] adquirissem conhecimentos necessários e convenientes a seu estado”. (CARTA PASTORAL, 1889 <i>apud</i> FONGARO, 1998, p. 132).
	2 “Aplaudo o estudo e o amor com que se procura difundir a instrução e fazer das ciências humanas um patrimônio, quanto seja possível, comum a todos.” (SCALABRINI, 1882 <i>apud</i> FONGARO, 1998, p. 136).
	3 “Sim, preciosos e importantes são, sem dúvida, os conhecimentos que se orientam para a prosperidade social e o bem-estar material da convivência civil. Muito dignos de louvor, os estudos, os zelos, os esforços que se dirigem para isto. Aprecio grandemente as portentosas descobertas das ciências humanas, as suas úteis aplicações em auxílio e benefício do homem, enfim, todas as maravilhas descobertas das quais, pensando bem, nossa época se orgulha.” (SCALABRINI, 1882 <i>apud</i> FONGARO, 1998, p. 136-137).

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao mencionar a ênfase que a civilização dá a instrução, que *ilumina a mente*, diz-se que Scalabrini apresenta contrariedades em relação ao Iluminismo.<sup>123</sup> Na verdade, reconhece o papel da instrução, mas não a coloca como central. Destaca-se, no fragmento, ainda, o desejo de que todos adquirissem conhecimentos, no entanto, refere que deveriam ser convenientes ao estado de cada um. Por isso, é possível afirmar que a concepção de educação de Scalabrini estava alicerçada no inatismo, ou seja, cada um poderia atingir certo grau de conhecimento. Ainda: diferencia de *status* social, por isso, poder-se-ia levantar a hipótese de uma concepção empirista também, de acordo com o que é oferecido pelo meio. No entanto, pela análise dos fragmentos, conclui-se que é o inatismo que está presente nas suas concepções, sendo possível apenas aflorar o que já está no indivíduo.

<sup>123</sup> O Iluminismo foi um movimento intelectual e filosófico que ocorreu na Europa, no século XVIII, que ficou conhecido como *Século das Luzes*. O movimento enfatizava a razão, em detrimento da fé e da religião; por isso, é natural que os representantes da Igreja Católica, como Scalabrini, se posicionassem contrários a ele.

Exalta a difusão da instrução e o esforço para que as ciências humanas sejam um patrimônio comum a todos. Ou seja, ao rico e ao pobre, conforme consta do fragmento anterior. Aqui, a utilização dos termos *rico* e *pobre* fica mais clara, podendo-se afirmar que Scalabrini deseja que a instrução, isto é, o ensino seja acessível, independentemente do *status* social.

As obras da Congregação Scalabriniana feminina, iniciando pelo orfanato Cristóvão Colombo, e seguindo para as escolas no Rio Grande do Sul, estão de acordo com o desejo de Scalabrini, de que todos pudessem ter acesso à instrução, apesar de que, nos colégios instalados no Rio Grande do Sul, a grande maioria dos estudantes tinha boas condições financeiras e, por isso, podiam pagar as mensalidades e os demais custos com educação.

Por fim, o último fragmento citado, na categoria *Instrução*, reforça que o conhecimento serve para o desenvolvimento moral, ou seja, o maior objetivo é a educação, e não a instrução. Através dos conhecimentos, é possível um bom convívio, ou seja, uma vida em sociedade, permeada pelos bons hábitos e pela moral. Kant (2002, p. 68) ao mencionar a educação moral, a distingue do simples hábito, ao assegurar que “é preciso cuidar para que o discípulo aja segundo suas próprias máximas, e não por simples hábito”. Ainda: afirma que “todo o valor moral reside nas máximas do bem”. (p. 68). Ou seja, a educação moral tem como objetivo o bem, objetivo também presente na obra de Scalabrini, apesar da diferenciação em relação ao conceito de *hábito*. Para Kant (2002) “a *moralidade* diz respeito ao caráter”. (p. 86). Os conhecimentos acerca das ciências humanas são valorizados, desde que aliados à moralidade, ou seja, ao caráter.

#### Quadro 15 — Educador

CATEGORIA	CITAÇÃO
Educador	1 “O educador, para falar com propriedade, não coloca nada de fora no ânimo da criança, antes, com ação cuidadosa e amorosa, desdobra e desenvolve aquilo que está como que envolvido nos recônditos do coração e faz florescer não somente as sementes e os germes das virtudes naturais, mas ainda, aqueles felizes germes e aquelas sementes de virtudes sobrenaturais que foram inseridas em nossa alma pelo Batismo.” (CARTA PASTORAL, 1889 <i>apud</i> FONGARO, 1998, p. 131).

Fonte: Elaborado pela autora.

O papel do educador, a partir do texto selecionado de Scalabrini, é de quem facilita que a essência do educando apareça, ou seja, de quem faz desabrochar o que já está posto. Por isso, entende-se que ele possui uma visão inatista de desenvolvimento, em que “o potencial do ser humano e seu dom de conhecimento da realidade têm a justificativa divina de que o homem já

nasce pronto”, ou seja, “já nasce com seu valor e com sua conduta previamente traçados”. (CORRÊA, 2016, p. 37).

Para fazer emergir o que está no aluno, Scalabrini considera importante o afeto, posto que menciona o cuidado e a amorosidade que devem estar presentes na ação pedagógica. Ao mesmo tempo que revela uma visão inatista da aprendizagem, também permite relacionar sua visão com o empirismo, ao explicar que o educador pode fazer *florescer* as sementes que foram inseridas através do Batismo. Essas seriam as virtudes sobrenaturais, diferentes das naturais, que seriam as que estão no ânimo da criança. Por isso, entende-se que sua concepção de educação vai ao encontro de uma perspectiva inatista. No entanto, através do Batismo, empiricamente, é possível deixar marcas nas crianças, ou melhor, virtudes sobrenaturais. Essas, também serão reveladas a partir da ação do professor. Então, esse é um educador essencialmente religioso.

A atuação das missionárias como professoras está intimamente relacionada com a visão de educador de Scalabrini, que pensava numa educação religiosa, que pudesse fazer emergir o que já estava posto nas crianças, naturalmente, e através do Batismo. Na abordagem interacionista, presente na visão de Scalabrini, “o avanço cognitivo do aluno ao aprender, somente faz aprimorar e desenvolver aquilo que nasceu com ele”. (CORRÊA, 2016, p. 37). Assim, os professores “esperam que seus alunos amadureçam, ou melhor, que desabrochem, e que, quando estiverem prontos, a aprendizagem aconteça, deixando fluir, no momento certo, suas aptidões e potencialidades. Para fortalecer o conhecimento, somente se aplicam exercícios e disciplina”. (CORRÊA, 2016, p. 37). De acordo com Corrêa (2016), nessa concepção, o fracasso ou sucesso do aluno depende dele próprio, por isso, o professor fica isento de responsabilidade.

Justifica-se, a partir da análise documental, que a preocupação da congregação era colocar professoras religiosas, que tivessem o conhecimento necessário, para trabalhar com os estudantes exercícios pedagógicos, em um ambiente disciplinado. Esse conhecimento necessário era a própria escolarização das Irmãs, não havendo, nas primeiras décadas, a preocupação com a formação para tal. Pelo menos não era uma pré-condição para que pudessem atuar na docência.<sup>124</sup>

---

<sup>124</sup> Apesar de não ser pré-requisito, com o desenvolvimento da congregação e com a ampliação do número de escolas, percebe-se a permissão e a motivação, por parte da Madre Provincial, para que as Irmãs cursassem a graduação, especialmente as licenciaturas curtas ou plenas, assim como que atendessem às exigências legais.

Quadro 16 — Religião

CATEGORIA	CITAÇÃO
Religião	1 “Bispo e Pastor, não posso e não devo, nesta alegre circunstância, calar-me e não agradecer, publicamente, a estes beneméritos religiosos. Eles acolhem, na sua escola, vossos filhos, com o mesmo respeito, o mesmo amor, a mesma ternura, o mesmo diligente pensamento que colocam nas coisas sagradas. Quero dizer, que eles procuram exercitar as caras tarefas de pais e mães com a de mestres. Deles, vossos filhos aprendem, com a ciência do homem, a ciência de Deus. Tirada esta última, nem a cultura da pessoa humana, nem a prosperidade da família, nem a vida da sociedade civil poderiam existir.” (SCALABRINI, 1882 <i>apud</i> FONGARO, 1998, p. 135-136).
	2 “Mas é necessário, como fazem estes bravos religiosos, que se reviva, com firme propósito, o estudo de nossa divina Religião, de seus sacrossantos dogmas, de seus preceitos, de suas infalíveis normas, com as quais ela dirige novas gerações na aquisição das virtudes que, verdadeiramente, embelezam a vida presente, a tornam feliz mesmo entre os sofrimentos que afligem a pobre humanidade e asseguram alcançar a vida eterna.” (SCALABRINI, 1882 <i>apud</i> FONGARO, 1998, p. 136).
	3 “Mas será justo, ó senhores, e digno de cristãos dedicar-se tanto às ciências humanas e depois transcurar a primeira de todas as ciências, a ciência de Deus? [...]. Se enquanto se cuida com ardor, que progrida em todas as ciências das coisas humanas, se lhe infundissem a dúvida, o desprezo, o esquecimento das coisas divinas. Se se o deixasse alienado naquela fé sem a qual é impossível agradar a Deus. Ora, nestas escolas dos bons Irmãos, a santidade dos princípios é mantida, o Ensino da Religião tem o primeiro lugar, o saber que vai sendo adquirido pelos jovens não confunde nem o espírito nem a consciência, mas ilumina o intelecto, desperta e nobilita a fantasia e torna puro e vigoroso o coração”. (SCALABRINI, 1882 <i>apud</i> FONGARO, 1998, p. 137).
	4 “Não há, de fato, educação sem moral, nem se pode dar moral sem religião, do que segue que a educação ou é religiosa ou não e educação.” (CARTA PASTORAL, 1880 <i>apud</i> FONGARO, 1998, p. 134).
	5 “Ora, a primeira necessidade, a necessidade mais legítima e mais grave que nasce na alma humana é a necessidade de Deus.” (CARTA PASTORAL, 1880 <i>apud</i> FONGARO, 1998, p. 134).

Fonte: Elaborado pela autora.

O fragmento trecho no item 1 do quadro acima fez parte do discurso para a premiação de fim de ano na escola *São Vicente* mantida pelos Irmãos das Escolas Cristãs. O agradecimento aos religiosos enfatiza a escola católica. Scalabrini cita virtudes dos religiosos, como: respeito, amor, ternura e um pensamento diligente para com os estudantes. Ao mencionar que exercitam tarefas paternas, maternas e de mestres, leva a pensar na escola como um lugar que permite a continuidade da educação iniciada no lar. Ainda, possibilita levantar a hipótese de que se tratava de internato. Mesmo que fosse na modalidade de externato, comparava a tarefa dos educadores

a dos pais. Por último, realça o papel da educação no desenvolvimento da religiosidade, sendo as ciências uma forma de aprender também a religião. Concebe a ciência de Deus como a mais importante, pois, sem ela, não existiria o ser humano, a família e a sociedade. Ou seja, para Scalabrini, a religiosidade está no centro da educação.

A preocupação em reviver o estudo da religião também presente no discurso de Scalabrini destaca a romanização<sup>125</sup> da Igreja Católica, em que se buscava a “reeuropeização do catolicismo, aspecto que implicava homogeneização e hierarquização, uma vez que era um movimento de inspiração conservadora, pela qual a Igreja tornou-se depositária e guardiã da ortodoxia e da verdade”. (MARIN, 2001, p. 151). A preocupação voltava-se novamente às virtudes, que poderiam ser adquiridas através do catolicismo.

Scalabrini entendia que as ciências humanas estão aquém da ciência de Deus, isto é, a religião deve estar em primeiro lugar. Isso explica, novamente, a percepção de educação e de educador. Uma educação católica com educadores religiosos. O ensino da religião é evidenciado, a fé e a religiosidade auxiliariam no desenvolvimento adequado do intelecto e das emoções. Em uma palavra: o aprendizado das ciências humanas é importante, mas o da religião é imprescindível, pois prepara o estudante para lidar de maneira *virtuosa*<sup>126</sup> com o conhecimento.

A evidência de que a educação é moral e, por isso, religiosa fica clara no texto. Assim, corrobora mais uma vez que a principal formação, na educação carlista — scalabriniana, é a religiosa. Por isso, a importância de as freiras, assim como os religiosos,<sup>127</sup> assumirem a educação.

A complementação do fragmento anterior é de que a primeira necessidade é a de Deus, ou seja, mais uma vez, a religiosidade é elemento central no desenvolvimento do ser humano e da sociedade, na perspectiva de Scalabrini. Nesse viés, só tem sentido uma educação religiosa.

---

<sup>125</sup> “No Brasil, a romanização da Igreja Católica iniciou com as reformas implantadas pelos *bispos reformadores*, a partir da segunda metade do século XIX, e se consolidou com o predomínio das políticas e das práticas pastorais romanizadoras durante a primeira metade do século XX.” (MARIN, 2001, p. 150).

<sup>126</sup> O termo *virtuoso* foi escolhido para enfatizar as virtudes, os valores, que eram ressaltados na concepção de religião e de educação de Scalabrini, ambas, intimamente relacionadas nos discursos do bispo. Entende-se, aqui, valores como fundamentos éticos e religiosos, e virtude como atitudes, que consideram tais fundamentos.

<sup>127</sup> Mesmo que no Brasil os scalabrinianos não tenham fundado escolas, foram grandes mobilizadores para que as Irmãs carlistas — scalabrinianas assumissem escolas no Rio Grande do Sul e em outros estados do Brasil.

**Quadro 17 — Catecismo**

CATEGORIA	CITAÇÃO
Catecismo	1 “A igreja, na verdade, não nos deixa entregues a nós mesmos nem por uma só hora de nossa vida, porque sua maternidade é perseverante, contínua, incansável. Cada idade e cada condição de vida precisam de especial e mais amplo alimento doutrinal. Por isso, catequizei também os adultos. O catecismo, em suas mãos, deve ser uma arma poderosa para vencer as lutas da vida. Deve, sobretudo, ensinar-lhes que fujam do mal, santifiquem a dor na paciência, vivam com Jesus Cristo sempre, imitando-lhe os exemplos e que depositem o coração na esperança da vida futura.” (EDUCAÇÃO CRISTÃ, 1889 <i>apud</i> SUORE MISSIONARIE SCALABRINIANE – PROVÍNCIA SAN GIUSEPPE, 2002, p. 170).

Fonte: Elaborado pela autora.

A Igreja também é colocada como central se comparada à figura materna. A catequese, assim, é vista como importante, não só a crianças e jovens, mas também aos adultos. O modelo de Jesus Cristo deve ser seguido. Entende-se que o catecismo pode auxiliar no cotidiano da vida. Por isso, é natural que as missionárias fossem catequistas e oferecessem a catequese não só na paróquia da comunidade, mas dentro da própria escola. O catecismo era oferecido como atividade extracurricular, mas o ensino religioso dava conta dessa catequização também na sala de aula. Dalsotto (2016, p. 116), ao considerar que a “catequese é educação para a fé e para a vida cristã em comunidade”, afirma que o objetivo é “apresentar Jesus Cristo aos catequizandos, exemplificando, a partir dele, o ideal do ser cristão, o caminho de vida a ser buscado, realizado e conduzido para Deus. A esperança da catequese é que os catequizandos tenham, em Jesus, uma inspiração para seu modo de ser. (p. 117). Entende-se, portanto, que o ideal da educação carlista — scalabriniana está relacionado, diretamente, com a catequese, visando a preparar os jovens para a vida cristã em comunidade, através dos conhecimentos das ciências humanas e da religião.

**Quadro 18 — Escola**

CATEGORIA	CITAÇÃO
Escola	1 “Não esqueçais nunca: a escola, para que alcance verdadeiramente seu objetivo, deve estar em harmonia com os afetos da família; mas o ensinamento da família deve estar em harmonia com o ensinamento que as crianças recebem na escola.” (SCALABRINI, 1882 <i>apud</i> FONGARO, 1998, p. 137).

Fonte: Elaborado pela autora.

A união entre família e escola aparece, nas palavras de Scalabrini, de maneira relacionada à sua concepção de educação, ou seja, voltada aos valores. Disso se entende que os ensinamentos e os afetos deveriam ser complementares, baseados nos valores e na religiosidade tanto da família como da escola. Importante é esclarecer que, ao mesmo tempo que a educação é vista como complementar, nos ambientes escolar e familiar, havia autonomia nas instituições, e ambas possuíam um modelo hierárquico delineado, em que a autoridade estava presente nos pais e nos educadores. A partir de todas as categorias analisadas, conclui-se que a escola era responsável, juntamente com a família, por uma educação moral<sup>128</sup> e religiosa.

Com o objetivo de retomar, brevemente, os principais fundamentos de Scalabrini acerca da educação, apresenta-se um infográfico, na Figura 41. Deve-se considerar que é uma interpretação própria, baseada, no entanto, nos fragmentos citados e no desenvolvimento de pesquisas em todas as suas etapas. Essa interpretação considerou que Scalabrini conceituava, de maneira muito distinta, a educação e a instrução. A primeira, vista de maneira integral, preparava o cidadão para o convívio em sociedade e, para tal, era imprescindível o desenvolvimento de valores morais e religiosos. Já a instrução referente aos conhecimentos da ciência, só teria valor se trabalhada em conjunto com a educação. Assim, seria possível viver de acordo com as normas da sociedade.

Sobre o educador, apesar de apresentar uma concepção inatista de aprendizagem, defende que ele poderá fazer emergir os valores do Batismo. Assim, entende novamente a importância da religião e, por isso, naturalmente, o religioso ou a religiosa seria considerado bom educador. Ao referenciar a religião, indica que só existe educação, se for religiosa. Nesse caso específico, entende-se que Scalabrini acredita em uma educação católica, pois é ela que permite uma educação voltada aos valores morais, referenciados, inúmeras vezes, pelo bispo. Por isso, o catecismo e/ou o ensino religioso deveria estar presente na escola e na comunidade.

Por último, enfatiza-se a referência de Scalabrini a respeito da família. Para ele família e escola devem educar juntas os jovens. Para melhor definir essa aliança, pode-se dizer que a família, a Igreja e a escola têm o dever de educar as crianças e jovens, para que, como alegado, se tornem cidadãos católicos, para que, de maneira disciplinada, se adaptem adequadamente às normas da sociedade.

---

<sup>128</sup> Para aprofundar a reflexão acerca da educação moral, sugere-se *Emílio ou Da Educação*, de Rosseau (2014).

**Figura 41** — Fundamentos da Educação Carlista — Scalabriniana<sup>129</sup>



Fonte: Elaborada pela autora.

Os fragmentos categorizados permitem compreender o papel da educação no viés de Scalabrini, que, conforme constatado com o desenvolvimento desta tese, influenciou no trabalho das missionárias. Essa educação se fundamentava, especialmente, nos valores morais e religiosos. Nos relatos acerca de concepções e práticas pedagógicas, Scalabrini é visto como referência da educação carlista — scalabriniana.

<sup>129</sup> Escolheu-se denominar fundamentos da educação carlista — scalabriniana, por serem assim conhecidos e referenciados, por muito tempo, os religiosos e religiosas da Congregação de Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas. Na congregação feminina, na inserção realizada em Roma, verificou-se que a preferência é pela denominação *Scalabriniana*. No entanto, no Sul do Brasil, ainda utilizam muito a denominação carlista — scalabriniana. Por se tratar de pesquisa referente ao Rio Grande do Sul, com recorte temporal do século passado, escolheu-se manter a denominação utilizada desde o projeto de pesquisa: carlista — scalabriniana. A imagem foi retirada do *site*: <https://spmigrantes.wordpress.com/>.



Por ser uma congregação que nasceu na Itália, é importante retomar que a principal preocupação do bispo era com os migrantes italianos. Em carta enviada a Giovanni Simeoni, prefeito da *Propaganda Fide*, em 11 de janeiro de 1887, Scalabrini evidencia sua preocupação com a perda de fiéis:

São feitos tantos e generosos esforços pela conversão de infiéis e deixaremos perecer os nossos conacionais já católicos? Não seria o caso, Exmo., de pensar em uma associação de padres italianos, que tivessem por objetivo a assistência espiritual dos italianos emigrados na América? [...]. De minha parte estarei pronto a ocupar-me dela e a iniciá-la, mas iniciá-la de fato. (SCALABINI, 1887 *apud* SIGNOR, 1986, p. 149).

Com essa citação, compreende-se que todas as ações posteriores das congregações masculina e feminina, estariam vinculadas ao catolicismo e à manutenção da fé nas comunidades de migrantes italianos. O reconhecimento do papel da instrução fica claro em diferentes documentos (de autoria de Scalabrini), mas a instrução, por si só, não era suficiente para a educação, que só se daria com o desenvolvimento de valores, especialmente, religiosos. Apesar de se poder relacionar alguns conceitos apresentados por Scalabrini com os de filósofos, encontrou-se muita similaridade do seu discurso, especialmente com a obra de Santo Agostinho. Nos seus discursos, Scalabrini se utilizava de Santo Agostinho, mas também, de acordo com Fongaro (1998), de filósofos como: Cícero, Sêneca, Leibnitz, Voltaire, Rousseau, Manzoni, Pellico, Hugo, dentre outros. Mas foi preciso ir além dessas referências e das citações de Scalabrini para encontrar evidências da escolarização carlista — scalabriniana no Rio Grande Sul. Apesar das dificuldades em encontrar evidências sobre o processo de escolarização, foram utilizados indícios e documentos que auxiliassem na construção dessa categoria, como será analisado a seguir.

#### 4.3 ESCOLARIZAÇÃO CARLISTA — SCALABRINIANA NO RIO GRANDE DO SUL: O FAZER NO COTIDIANO ESCOLAR

A escolarização, nas escolas da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas, era permeada pela catolicidade e pela etnicidade. Essa esteve presente especialmente nas primeiras décadas, até que o nacionalismo vetou a Língua Italiana nas escolas e com isso, dificultou o trabalho de manutenção de uma cultura definida como italiana. Os aspectos relacionados à religiosidade e à etnicidade já foram conhecidos no capítulo anterior e deram indícios de uma escolarização marcadamente religiosa.

Rech conjectura acerca da escolarização entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, atentando para a aculturação, pois

apesar de viverem em comunidades afastadas e isoladas dos centros urbanos, mas mantendo seu elo de ligação com a pátria de origem por meio de seus costumes, língua e religião, os colonos acabaram tendo que assimilar e se adaptar à sociedade brasileira, especialmente, quanto à língua portuguesa, pois era uma questão de sobrevivência se comunicarem para negociarem a venda de seus produtos na área urbana. (2009, p.149).

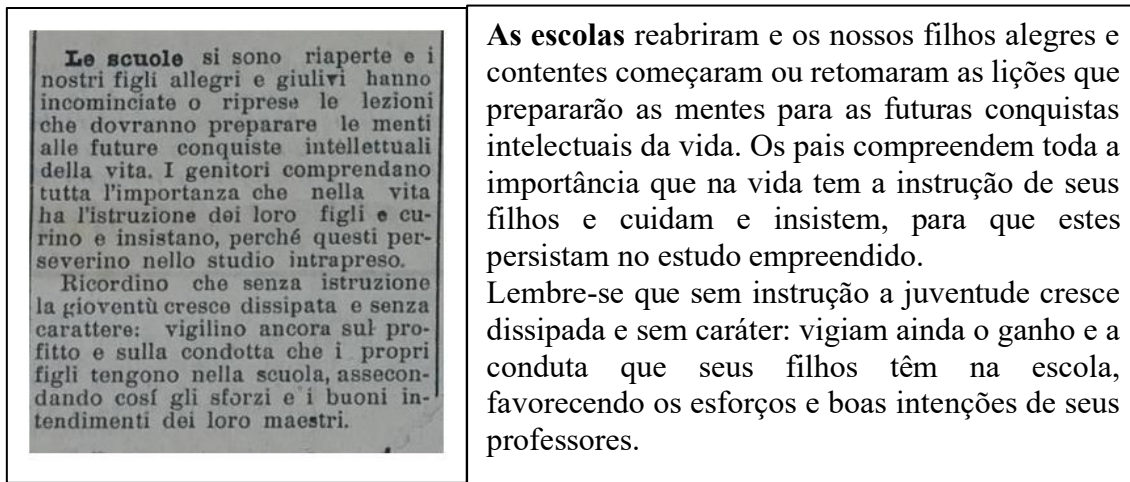
A autora menciona a campanha de nacionalização do ensino no governo Vargas, que fez com que as escolas ensinassem em Língua Portuguesa e enaltecessem a pátria. Falcão (2005, p. 65) informa que “desfechada entre 1938 e 1945, esta campanha pretendia suprimir as principais referências culturais dos imigrantes e de seus descendentes por meio da imposição de uma ‘cultura brasileira’ homogênea”.

A aculturação, necessária à adaptação de migrantes italianos em território brasileiro, interferiu diretamente na escolarização das comunidades, pois buscava adequar as necessidades do grupo, relacionadas à cultura italiana, mas também à do Brasil. A proibição de falar a Língua Italiana obrigou as escolas a se adaptarem às ou encerrarem as atividades.

Ainda há de se considerar os discursos e conceitos apresentados por Scalabrini, vivido na congregação e nas Irmãs que dela fazem parte. A diferença entre *instrução* e *educação*, a catequese como fundamental, o papel dos pais e dos educadores, a preferência por escolas confessional-católicas, apesar de reconhecer a função das escolas estaduais, na época ainda escassas.

A importância das escolas no início do século XX, no primeiro ano em que as Irmãs estavam no Rio Grande do Sul, em Bento Gonçalves, fica marcada pela nota do semanário *Il Corriere d'Italia* (Figura 42). O jornal, como mencionado, de propriedade dos scalabrinianos, incentiva a participação dos filhos na escola, assim como o acompanhamento nos estudos. Ressalta a importância da instrução e o papel dos pais tanto no estímulo aos filhos como para fortalecer o trabalho dos professores. A preocupação com o caráter e a boa conduta é evidenciada. Ou seja, no recorte temporal proposto para esta tese, a escolarização estava intimamente relacionada ao condicionamento do comportamento. Esperava-se educar a juventude, o que prova que a escola tinha por objetivo mais do que a instrução.

**Figura 42** — Sobre a escola no *Corriere de lo Stato* – Bento Gonçalves<sup>130</sup>



**Fonte:** *Il Corriere d'Italia*, 5 mar. 1915, anno III, n. 9.

O texto apresentado no jornal enfatizava a importância da permanência dos jovens nas escolas. No final do século XIX, havia escolas públicas e escolas italianas. Luchese, ao mencionar um relatório de 25 de março de 1892, de Eduardo de Brichanteau, informa que


existiam 7 escolas públicas das quais 2 eram na sede e 5 nas linhas. Estas escolas, segundo ele, eram pouco frequentadas pelos filhos dos colonos, que preferiam as italianas. Estas também perfaziam um total de 7 sendo muito frequentadas - especialmente a da sede. Brichanteau afirmava que os alunos eram em sua maioria nascidos no Brasil, sendo apenas 7% os italianos. Na escola italiana mantida na sede pela Sociedade de Mútuo Socorro Regina Margherita as aulas eram gratuitas para os filhos de sócios já que o subsídio público era suficiente para o pagamento dos professores. A sociedade cedia o local, os móveis e arcava com pequenas despesas. Nas outras escolas étnicas cada aluno pagava em média 500 réis mensais. (2015a, p. 7).

Nesse contexto, fica nítido que os imigrantes escolhiam para si ou para seus filhos, especialmente as escolas italianas, pois assim poderiam manter uma relação próxima com a cultura de seu país de origem. Essa preferência explica também a importância que uma escola de Irmãs italianas teria no Município. Em 4 de agosto de 1916, mais de um ano depois de fundado o colégio, é noticiada a visita de Madre Assunta, podendo-se observar, como ilustra a figura a seguir, a imagem do colégio e a exaltação ao mesmo, devido à imponência de sua

<sup>130</sup> Transcrição: Le scuole si sono riaperte e i nostri figli allegri e giulivi hanno incominciate o riprese le lezioni che dovranno preparare le menti alle future conquiste intellettuali della vita. I genitori comprendano tutta l'importanza che nella vita ha l'istruzione dei loro figli e curino e insistano, perché questi perseverino nello studio intrapreso. Ricordino che senza istruzione la gioventù cresce dissipata e senza carattere: vigilino ancora sul profitto e sulla condotta che i propri figli tengono nella scuola, assecondando così gli sforzi e i buoni intendimenti dei loro maestri.

infraestrutura, com três andares, ou devido à boa educação oferecida pelas Irmãs de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas.

**Figura 43** — Notícia sobre a visita de Madre Assunta ao Colégio São Carlos<sup>131</sup>

 <p>In occasione della venuta in questa villa della Superiora Generale delle Suore di S. Carlo, suor Assunta Marchetti, esponiamo al pubblico la fotografia del Collegio che le su riferite suore dirigono con grande competenza e senno.</p> <p>Come si vede, l'edifizio è a tre piani ed offre, per la abile distribuzione delle sue parti, grande comodità per le scuole, per lavori manuali e per le pensioniste interne. Questo collegio sorse quasi improvvisamente come un fungo ed è frutto degli sforzi e dei sacrifici di quell'anima buona di parroco che si chiama P. Enrico Poggi, il quale da solo, senza il minimo aiuto, affronto difficoltà e spese grandi, ma seppe preparare a questa villa una casa modello di educazione e di istruzione, ove le famiglie trovano un'asilo sicuro per la gioventù. Cogliamo l'occasione per congratularci col degno parroco, additandolo all'ammirazione di tutti e per dare il ben venuto a Suor Assunta Marchetti cui ringraziamo per averci mandato delle suore distinte e molto boas arite dell'educazione ed istruzione della gioventù.</p>	<p>Por ocasião da vinda a esta vila da Superiora-Geral das Irmãs de São Carlos, Irmã Madre Assunta Marchetti, exibimos ao público a fotografia do colégio que as Irmãs dirigem com grande competência e bom senso.</p> <p>Como você pode ver, o edifício é de três andares e oferece, para a distribuição hábil de suas peças, grande comodidade para a escola, trabalhos manuais e para pensionistas internos. Este colégio surgiu quase de repente como um fungo e é o resultado dos esforços e sacrifícios de que a boa alma do pároco chamado Padre Enrico Poggi, que sozinho sem a menor ajuda, enfrentou grandes dificuldades e despesas, mas sabia como preparar nesta vila um modelo de educação e instrução, onde as famílias encontram um abrigo seguro para a juventude. Aproveitamos a oportunidade de todos e damos as boas-vindas à Irmã Madre Assunta Marchetti que agradecem os por nos enviar as ilustres freiras e muito boas irmãs da educação e instrução da juventude.</p>
--	---

Fonte: *Il Corriere d'Italia*, 4 ago. 1916, anno IV, n. 31.

Pelo exposto, entende-se que se aproveitou a visita da Superiora-Geral, Madre Assunta, para engrandecer o trabalho desenvolvido pelas Irmãs e divulgar o Colégio São Carlos. A figura de Madre Assunta é enaltecida, assim como a do Pe. Enrico Poggi, que é reconhecido como o

<sup>131</sup> Transcrição: In occasione della venuta in questa villa della Superiora Generale delle Suore di S. Carlo, suor Madre Assunta Marchetti, esponiamo al pubblico la fotografia del Collegio che le su riferite suore dirigono con grande competenza e senno. Come si vede, l'edifizio è a tre piani ed offre, per la abile distribuzione delle sue parti, grande comodità per le scuole, per lavori manuali e per le pensioniste interne. Questo collegio sorse quasi improvvisamente come un fungo ed è frutto degli sforzi e dei sacrifici di quell'anima buona di parroco che si chiama P. Enrico Poggi, il quale da solo, senza il minimo aiuto, affronto difficoltà e spese grandi, ma seppe preparare a questa villa una casa modello di educazione e di istruzione, ove le famiglie trovano un'asilo sicuro per la gioventù. Cogliamo l'occasione di tutti e per dare il ben venuto a Suor Assunta Marchetti qui ringraziamo per averci mandato delle suore distinte e molto boas nerite dell'educazione ed istruzione della gioventù.

grande incentivador da fundação do colégio no Município. O relato a respeito da casa simples, ocupada no início, é substituído aqui por um prédio de três andares, adequado às necessidades da escola, para o internato ou externato e das Irmãs. Como já analisado, são atribuídos ao pároco Poggi não só a iniciativa do colégio confessional-católico, mas também o convite para as Irmãs assumirem o educandário, assim como a compra do terreno e a construção de um prédio que fosse considerado adequado à educação.

A preocupação com o espaço escolar, presente nas missionárias, indicava que possuíam um modelo europeu, ou que tomavam como exemplo o próprio orfanato Cristóvão Colombo, construído com uma arquitetura imponente. O espaço, tinha para as missionárias uma importância central, sendo fonte de preocupação demonstrada também a troca de correspondências entre as freiras e as comunidades. Esse local foi idealizado pelas Irmãs, pois pensavam na função que ele ocuparia e no *status* que evidenciaria. Nesse sentido, pode-se citar Iwaya (2005, p. 188), que, ao analisar a arquitetura escolar, percebeu que “cada lugar é pensado para uma função e destinado especificamente a alguns indivíduos, num discurso em que arquiteto e pedagogo falam a mesma linguagem – da ordem, da disciplina e do respeito à hierarquia”. Ou ainda, é possível afirmar que os espaços escolares são “portadores de múltiplos significados” (SOUZA, 2005, p. 8), pois expressam a cultura escolar, as normas e práticas. Para as Irmãs o espaço poderia indicar a qualidade da educação oferecida, mas, para isso, era necessário que os ambientes fossem amplos, que houvesse espaço para as práticas pedagógicas, para o internato e para a própria moradia, já que, na maioria das vezes, residiam no mesmo prédio em que atuavam. A partir desse entendimento de espaço escolar, é possível presumir sobre a prática educativa, pois, como bem diz Faria Filho, o “espaço educa”:

Não apenas acontece educação *dentro* de um espaço determinado, o escolar, mas também que este, em sua projeção física e simbólica, cumpre uma função educativa fundamental. Nessa perspectiva, a ocupação do espaço escolar, sua divisão interna, suas aberturas para o espaço exterior, a delimitação de fronteiras entre o interno e o externo e, mais que isso, a disposição e diferenciação dos sujeitos (alunos e professores, sobretudo) e dos objetos no espaço, na sala de aula, tudo isso cumpre um papel educativo da maior importância. (2002, p. 17-18, grifo do autor).

Para além do espaço destinado às aulas, nos colégios da congregação, havia um espaço destinado ao internato, que era uma forma de captar e formar futuras Irmãs religiosas. Na figura a seguir, observa-se o dormitório do Colégio Scalabrini, localizado em Guaporé — RS. Pelo que foi constado na pesquisa, os dormitórios das outras instituições das Irmãs Carlitas — Scalabrinianas, e até mesmo de outras congregações, seguiam uma organização semelhante,

havendo diferenciação somente no tamanho do espaço, na luminosidade e na quantidade de camas.

**Figura 44** — Dormitório do Colégio Scalabrini — Guaporé — RS



Fonte: Arquivo do Colégio Scalabrini — Guaporé — RS.

Destaca-se, através da análise da imagem, a quantidade de camas, o espaço entre elas, a luminosidade com a presença de seis janelas. Ainda se percebe ganchos nas paredes, estrategicamente posicionados na direção das camas, que serviam para que as internas pendurassem objetos e/ou peças de vestuário. Deduz-se que as partes mais escuras, observadas na parede à esquerda, sejam aberturas, que foram inutilizadas, e que se o espaço fosse destinado a salas de aula, seriam portas. A dedução foi possível, pois, na parede oposta, em frente de cada uma das aberturas, constam três janelas. Ou seja, cada sala de aula poderia ser dividida de modo a contar com três janelas, com fins de iluminação e ventilação.

Os espaços escolares do novo prédio, construído especificamente para abrigar o colégio, contava com uma diversidade de locais, usados para o atendimento da modalidade de internato e de externato. Além do dormitório, presente também na imagem a seguir, observa-se a



enfermaria, o gabinete médico e a sala de história natural do Colégio Nossa Senhora Medianeira.

**Figura 45** — Espaços do Colégio Nossa Senhora Medianeira – Bento Gonçalves — RS



Fonte: Arquivo do Colégio Scalabrini — Livro do Cinquentenário da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas.

Os espaços evidenciam a organização da área para a oferta de educação, com atividades voltadas à escolarização, ao cuidado da saúde, promovidos, se necessário, no ambiente específico para tal, qual seja, o gabinete médico. Ainda se constata as salas específicas, estando exposta, na imagem anterior, a sala de história natural, onde há mobiliário colocado de maneira diferenciada, materiais pedagógicos, incluindo-se cartazes e, possivelmente, materiais construídos por professores e alunos. Deve-se considerar a época em que o prédio foi construído, 1940, quando havia incentivo e cobrança em relação aos ambientes escolares. Há bancos compridos, colocados em forma de arquibancadas (com níveis diferentes), o quadro na parte frontal e centralizado, juntamente com a mesa do professor. Evidencia-se a preparação para a fotografia, pois há a presença de algumas alunas e da professora, fazendo registro no

quadro. Acima dele, está um crucifixo, corroborando a catolicidade expressa de diferentes formas no prédio escolar, mas especialmente com a presença de imagens de santos, de grutas com esculturas de santos, além do crucifixo, que, ao que parece, estava presente em todas as salas.

No que concerne ao dormitório, é possível acrescentar, para além do que foi evidenciado, uma cama com uma cortina, inferindo tratar-se da cama da freira responsável pelas internas, que ficava no mesmo espaço, para poder controlar o horário de dormir e a disciplina das alunas, evitando conversas prolongadas, música e outros comportamentos que eram vistos como inadequados no ambiente da escola e do internato.

Na enfermaria, percebe-se duas camas, com uma mesinha entre elas, e com a possibilidade de dividir os espaços com cortinas, para garantir certa privacidade. A Irmã, na foto, aparece vestida de branco, indicando se tratar de uma enfermeira arrumando o leito da enfermaria. Por isso, entende-se que a posição foi pensada para a fotografia, visando demonstrar o espaço e a presença da irmã/enfermeira. Ainda se observa a presença de uma pia para higienização. A religiosidade também se expressa, através do crucifixo, colocado na parede. A luminosidade do espaço é garantida por uma janela e por uma lâmpada colocada no centro da sala.

No gabinete médico, também se nota uma janela, com o detalhe de uma cortina de crochê, uma mesa com objetos, possivelmente para serem utilizados no gabinete, uma cama, uma balança, dentre outros elementos que podem ser vistos na imagem. Chama a atenção que, em cima da mesa, há uma tarja de papel, em que está escrito: *médico biomédico*. Na figura, na parte central inferior, há uma escada, representando um espaço de circulação da escola.

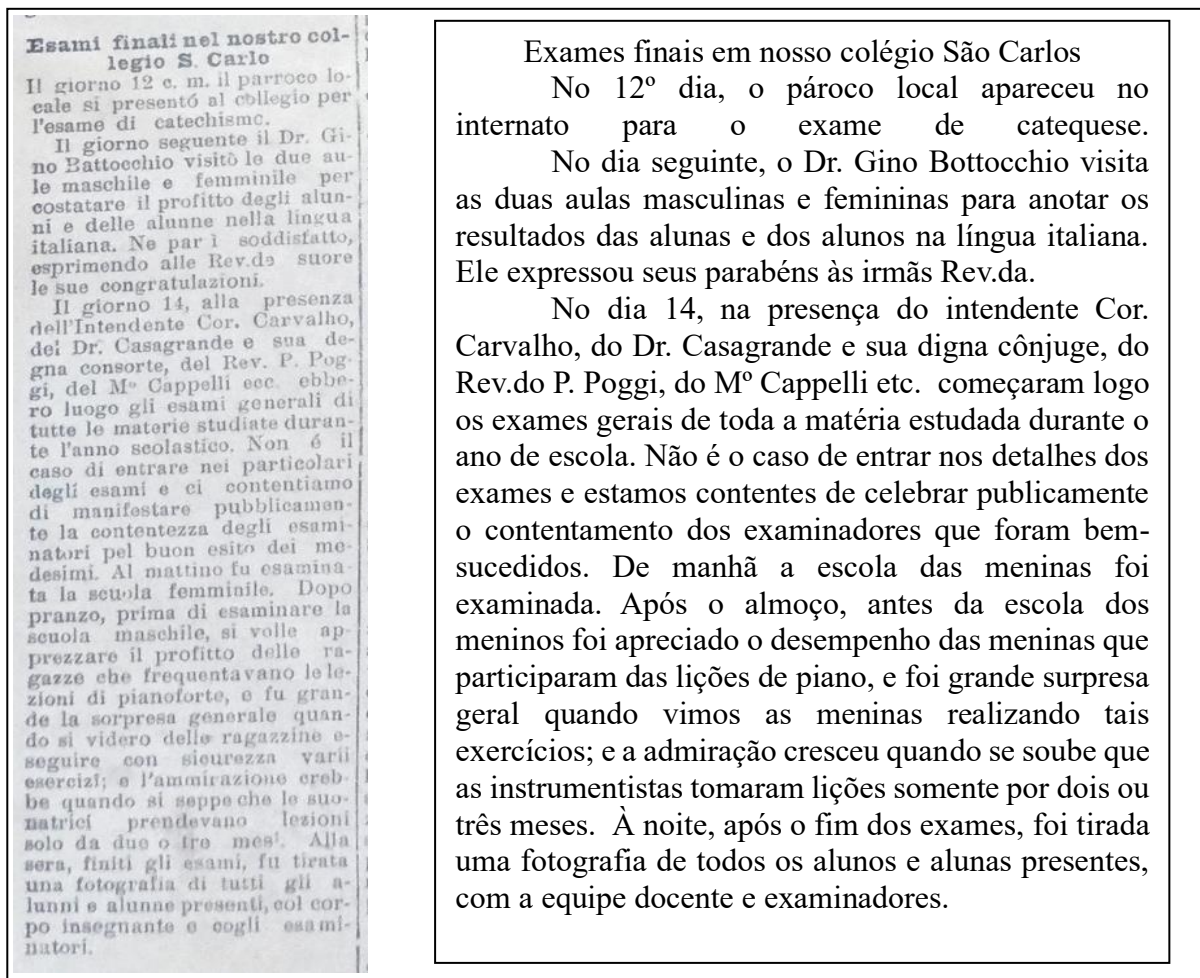
Os internatos fundados pelas Irmãs carlistas — scalabrinianas possibilitavam que as moças da região pudessem ter uma educação integral, voltada aos valores cristãos, para a disciplina e o desenvolvimento de habilidades tanto à vida matrimonial e de mãe como a de Irmã religiosa se essa fosse a vocação. Os internatos, como afirma Conceição (2017), na obra *Internar para educar: colégios-internatos no Brasil (1840-1950)*, estiveram presentes na sociedade brasileira para a formação das elites masculina e feminina, especialmente no final do século XIX e início do século XX. Ele entende o internato como um modelo escolar, com práticas educativas próprias, caracterizado pelo isolamento do mundo e a formação integral, através da organização e do controle do tempo e do espaço institucionais.

No Colégio São Carlos, assim como alude Conceição (2017), havia diferença entre a organização do internato e a do externato, pois os objetivos, apesar de semelhantes, eram diferenciados. Através de uma nota de jornal, de dezembro de 1916, onde há divulgação dos



exames finais realizados com alunos e alunas e com a presença de avaliadores externos, fica marcada a diferenciação entre os alunos internos e os externos.

**Figura 46**<sup>132</sup> — Exames finais no Colégio São Carlos<sup>133</sup>



**Fonte:** *Il Corriere d'Italia*, anno IV, n. 51, 22 dez. 1916.

<sup>132</sup> Ao lado, tradução do texto.

<sup>133</sup> Transcrição do texto da Figura 46: *Esami finali nel nostro colégio S. Carlo*.

Il giorno 12 e. m. il parroco locale si presentò al collegio per l'exame di catechismo.

Il giorno seguente il Dr. Gino Bottocchio visita le due aule maschile e femminile per costatare il profitto degli alunni e delle alunne nella lingua italiana. Ne par i soddisfatto, esprimendo alle Rev.da suore le sue congratulazioni.

Il giorno 14, alla presenza dell'Intendente Cor. Carvalho, del Dr. Casagrande e sua degna consorte, del Rev.do P. Poggi, del M<sup>o</sup> Cappelli ecc. ebbero luogo gli esami generali di tutte le materie studiate durante l'anno scolastico. Non é il caso di entrare nei particolari degli esami e ci contentiamo di manifestare pubblicamente la contentezza degli esaminatori pel buon esito dei medesimi. Al mattino fu esaminata la scuola femminile. Dopo pranzo, prima di esaminare la scuola maschile, si volle apprezzare il profitto delle ragazze che frequentavano le lezioni di pianoforte, e fu grande la sorpresa generale quando si videro delle ragazzine eseguire con sicurezza varii esercizi; e l'ammirazione crebbe quando si seppe che le suonatrici prendevano lezioni solo da due o tre mesi. Alla sera, finiti gli esami, fu tirata una fotografia di tutti gli alunni e alunne presenti, col corpo insegnante e cogli esaminatori.

O texto, que remete à avaliação do ano de 1916, mostra aspectos importantes da escolarização no primeiro colégio das Irmãs de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas no Rio Grande do Sul. Primeiro, evidencia-se a religiosidade, através do exame de catequese realizado pelo próprio pároco local. Tal exame foi aplicado no internato. Ou seja, possivelmente, havia diferença entre a forma como trabalhavam com a religiosidade no internato e para os alunos do externato. No internato, havia apenas alunas; assim, entende-se que a preparação para a futura vida religiosa estivesse sendo feita, através da catequização das meninas internas no colégio.

A Língua Italiana, que foi avaliada no segundo dia, indica marcas da etnicidade presente no colégio. A língua era trabalhada na escola, porque mantinha os costumes do povo italiano. Essa era a maior proximidade: a origem italiana tanto das religiosas como do público a que elas atendiam. Esse viés pode ter sido o responsável pela acolhida das Irmãs, especialmente na RCI, região em que primeiramente se instalaram no estado, como dito algumas vezes. Reforça-se essa evidência, pois se estabeleceram, inclusive em Caxias do Sul, onde já havia escolas católicas mantidas por congregação feminina, mas de origem francesa.

Ainda se nota que uma banca, composta por autoridades da localidade, entre elas o pároco e o intendente, foram responsáveis pelos exames gerais de todas as matérias. Os indícios apontam para bons resultados. E, novamente, a avaliação das meninas e dos meninos se dá em momentos diferentes, como o exame de Língua Italiana. Desse modo, evidencia-se a separação dos sexos (feminino e masculino) na escola. E ainda: que as meninas tinham aula de piano, provavelmente se referiam as alunas do internato. Indicam ainda que tiveram aula por apenas dois ou três meses, ou seja, a prática de piano, ou de música, não tinha sido uma constante durante o ano. Na nota, apresentada pelo jornal, se sobressaíram as matérias escolares (disciplinas) que até poderiam ser consideradas extra no currículo, pois enfatizou a Língua Italiana e o piano. Talvez, para fazer propaganda do colégio, bastava mencionar sobre a escolarização, mas atentar especificamente para os diferenciais da escola.

Por permanecerem todos os dias no colégio, durante todo o dia, é natural que para as alunas internas o currículo fosse diversificado, com atividades que poderiam ser categorizadas como extracurriculares. Ao mencionar a instrução intelectual destinada às meninas, nos internatos, Conceição (2017) afirma que, no primário, denominado também de *primeiras letras*, havia o ensino de leitura, escrita, doutrina cristã, operações aritméticas, caligrafia, elementos de civilidade e princípios de moral e *belas artes*. Essas, denominadas também de “artes de recreio”, abrangiam desenho, piano, harpa, pintura, música, dança, canto, solfejo e trabalhos manuais, como: costura, bordado, crochê, tapeçaria, flores, trabalhos de cera, de miçangas e

couro. Geralmente, o pagamento de “belas artes” era extraordinário e escolhido pelas alunas/famílias.

Mas é importante dizer que nem todas as alunas gostavam ou se saíam bem nessas disciplinas. Em entrevista com a Irmã Leocádia Mezzomo, chamou a atenção uma fala em relação às aulas de música, em que a entrevistada admite:

Então, eu me lembro que a gente tinha, quando eu era menina lá em Guaporé, sei que eu trabalhando limpava a sala de música. Era um prediozinho onde só uma professora índia, uma Irmã nossa, de origem mesmo, era bem as características de índio, ela era professora de música. Então ensinava diversas coisas. Era a gaita, a harmônica, não sei o que, o violão, o teclado, que aquela vez era piano, harmônio, sei lá o que... Mas mesmo no tempo de noviciado eu sei que me puseram a aprender e tinha que tocar um piano. Mas fiz um pouco de aula e eu não conseguia lá tocar. Esse não deu certo. (MEZZOMO, 2017).

Esse fragmento é rico por diversos motivos. O primeiro é o fato de ela admitir que não conseguia tocar, o que revela os trajetos percorridos pelas alunas ou noviças, que nem sempre era de sucesso, ou melhor, que não era de sucesso em todas as áreas. O segundo é a menção à professora de música, com descendência indígena, o que, naturalmente, causou estranhamento à entrevistada, já que a congregação era reconhecidamente italiana, apesar de contar com Irmãs italianas, de fato, apenas na sua fundação, consoante já evidenciado. O terceiro elemento importante é o fato de ela, como aluna, ainda em Guaporé, ter de limpar a sala de música, o que indica que as alunas, especialmente as internas, trabalhavam.<sup>134</sup>

Essa organização é resultado dos modelos adotados, pois, de acordo com Conceição (2017), carregavam marcas tanto dos colégios-seminários, conventos e recolhimentos, como dos liceus e colégios-internatos europeus, especialmente franceses. No Brasil, a consolidação desse tipo de instituição ocorreu no século XIX, especialmente na segunda metade, com os colégios particulares tanto confessionais como não confessionais, masculinos e femininos, através de três classes de alunos: internos (pensionistas), semi-internos (meio pensionistas) e externos. Em relação aos internatos brasileiros, que procuravam *civilizar*, a principal crítica estava relacionada às condições físicas e de higiene, apontadas pelos médicos, em teses de doutoramento, no século XIX e início do século XX, que evidenciavam, na sua maioria, insalubridade física e moral nas instituições. Havia a preocupação com vícios e perversões sexuais, sendo a educação física e esportiva indicada para afastar os jovens desses perigos. Essas preocupações também estavam presentes no Colégio São Carlos, sendo evidenciadas

---

<sup>134</sup> Nessa pesquisa não foram encontradas evidências que clareassem quem exatamente trabalhava: se eram só as internas, ou externas também, se era em troca de descontos e de matrícula ou se também os afazeres faziam parte do cotidiano escolar.

principalmente, através de relatos e registros acerca da disciplina e da normatização na instituição.

No final do dia, como noticiado no jornal, havia o registro de todos juntos: avaliadores, professores, alunos e alunas. O registro e a nota no jornal demonstram a importância do momento. Entende-se que com tal publicação, a escola seria promovida e alcançaria uma divulgação ainda maior dos trabalhos desenvolvidos e, potencialmente, maior interesse da comunidade em termos de matrículas. A visita de tais autoridades significava, além do viés de avaliação externa, prestígio para a escola. Importante mencionar que, para a maioria das famílias, também consistia em prestígio a possibilidade de uma filha frequentar o internato, lembrando que, conforme Conceição (2017), os internatos serviram como estratégia educativa das famílias com poder aquisitivo, estabelecendo uma distinção social por meio de constante formação de princípios culturais que contribuíram para a distinção de classes. Nesse sentido, Petitat ensina que a escola

de preferência, é um espaço simbólico onde os indivíduos vêm encontrar uma espécie de confirmação cultural de seu pertencimento a certas origens. Ela não é um simples modo de reprodução de posições sociais, mas participa na emergência e coesão de uma classe em formação. (1994, p. 70).

Logo, o papel da escola vai além da transmissão de saberes, influenciando no status social dos estudantes. Cabia um *status* diferente de acordo com a escola e a modalidade de ensino cursada. Considerando haver diferença entre a escolarização das internas e dos alunos do externato, cabe arrolar, aqui, diretrizes católicas explícitas em um regulamento de 1933, que normatiza os noviciados de Bento Gonçalves e Aparecida do Norte. Nelas é possível observar a relação com as rotinas de estudo. O documento, enviado pela Madre Assunta Marchetti, aponta às normas a seguir, por ordem do visitador Nuncio Apostólico do Brasil, Dom Benedito Aluisio Masella, conforme ilustra a Figura 47.

Mostrar o documento na íntegra se justifica pela importância das cinco normas citadas, diretamente relacionadas ao desenvolvimento das postulantes, ou seja, evidenciando a organização das Irmãs na seleção e formação de *futuras*<sup>135</sup> Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas.

---

<sup>135</sup> A palavra *futuras*, foi destacada, para indicar que a participação de moças como postulantes e noviças não garantia a vinculação à congregação, posteriormente, como Irmã, quer por escolha das próprias aspirantes, quer por sugestão da Congregação, de acordo com o perfil individual.

**Figura 47** — Regulamento a seguir por ordem do visitador Nuncio Apostólico do Brasil D. Benedito Aluisio Masella (1933) <sup>136</sup>

<p>VILA PRUDENTE, 12 de fevereiro de 1933</p> <p>REGULAMENTO A SEGUIR POR ORDEM DO DD VISITADOR NUNCIO APOSTOLICO DO BRASIL. D. BENEDITO ALUISIO MASELLA. NO RIO DE JANEIRO</p> <p>NOVICIADOS DE S. CARLOS DAS IRMÃS MISSIONARIAS DE S. CARLOS DE BENTO GONÇALVES e APARECIDA DO NORTE</p> <p>1° AS postulantes podem estudar.</p> <p>2° As noviças de primeiro ano podem estudar uma hora.</p> <p>3° As noviças do 2° ano podem se dedicar no estudo.</p> <p>4° As que acabam o noviciado devem continuar os estudos ao menos por dois anos, isto é as que mostram capacidade para a escola e que mais tarde poderão se ocupar do ensino.</p> <p>5° Não podem ser aceitas moças que não tenham feito o 4° ano do curso primário.</p> <p>Excepção. As moças porém que mostram capacidade para os trabalhos manuais poderão ser aceitas, sem que tenham feito o 4° ano.</p> <p>MADRE GERAL</p> <p><i>Irmã M. Assunta Marchetti</i></p>	<p>Vila Prudente, 12 de fevereiro de 1933 Regulamento a seguir por ordem do Visitador Nuncio Apostólico do Brasil. D. Benedito Aloisio Masella. No <u>Rio de Janeiro</u>. Noviciado de S. Carlos das Irmãs Missionárias de São Carlos de Bento Gonçalves e <i>Aparecida do Norte</i> 1°) As postulantes podem estudar. 2°) As noviças de primeiro ano podem estudar uma hora. 3°) As noviças do segundo ano podem se dedicar no estudo. 4°) As que acabam o noviciado devem continuar os estudos ao menos por dois anos, isto é, as que mostram capacidade para a escola e que mais tarde poderão se ocupar do ensino. 5°) Não podem ser aceitas moças que não tenham feito o 4° ano do curso primário. Excepção: As moças, porém, que mostram capacidade para os trabalhos manuais poderão ser aceitas, sem que tenham feito o 4° ano. Madre-Geral Irmã Assunta Marchetti</p>
---	--

Fonte: Arquivo da Província Imaculada Conceição — Caxias do Sul — RS.

Havia diferença no tempo de estudo para as noviças do 1° ano, do 2° ano e para as postulantes, o que pode indicar que as noviças do 1° ano teriam outras atividades. No entanto, o que mais se destaca no documento, para esta pesquisa, é a possibilidade de que as alunas que terminassem o noviciado e tivessem capacidade para a escola, poderiam continuar estudando por dois anos e depois poderiam se ocupar do ensino. Ainda que as alunas que não haviam feito o 4° ano primário não poderiam ser aprovadas, porém eram aceitas exceções quando tinham habilidades manuais. Assim, fica nítido que as noviças eram destinadas de acordo com suas capacidades e motivadas a estudar as que possuíam habilidades para a docência. Essa constatação ocorreu também nas entrevistas realizadas com as Irmãs Leocádia, Sueli e Mafalda.

<sup>136</sup> Ao lado do documento, há a transcrição do texto em italiano, o qual foi adaptado às normas ortográficas e gramaticais vigentes.

Apesar de poderem escolher entre as atividades da área pastoral, da saúde ou da educação, geralmente eram dirigidas pelas Irmãs a seguir o que demonstrassem mais habilidade.<sup>137</sup>

Ainda, é possível perceber a organização em relação aos tempos e espaços da escola. Nos documentos arquivados nas casas provinciais, essa organização estava relacionada, efetivamente, às internas ou às noviças. Ou seja, importava regular os tempos e espaços formadores de novas religiosas. A ordem pode ser detectada também a partir da organização do tempo escolar, sobre o qual Faria Filho escreveu:

São sempre “tempos” pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca por delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, horários, relógios, campanhas, deve ser entendido como um movimento que tem ou propõe múltiplas trajetórias de institucionalização. Daí, entre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar. (2002, p. 17).

Na pesquisa realizada, a institucionalização do tempo estava presente na formação de religiosas, como diretriz da congregação (mantenedora). As diferentes etapas apresentadas no próprio documento, como dito e disposto nas Ordenações da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, são explicadas por Grossi, (1990, p. 52) que analisa sobre o aprender a ser freira, em três períodos:

o primeiro comporta o período de formação das futuras freiras; o segundo, o da vida ativa das futuras freiras, que se inicia com a “vestição”, passa pelo juniorato, mas só se concretiza com a realização dos votos perpétuos. O terceiro período corresponde à aposentadoria e caracteriza-se pelo afastamento das freiras das obras da congregação. (1990, p. 52).

Na formação, período em que além de conhecimentos teóricos a futura freira aprende o comportamento adequado para a vocação, há três etapas: o aspirantado, o postulante e o noviciado. Após, há o ritual de vestição, momento em que se tornam freiras. Nos documentos rastreados durante a pesquisa, encontraram-se muitos que indicam as Irmãs que passaram pela vestição, bem como portarias que buscam a autorização para os votos temporários e perpétuos das Irmãs carlistas-scalabrinianas.<sup>138</sup>

<sup>137</sup> Durante visitação à casa Madre Assunta, a Irmã Jaira Garcia ponderou que, antigamente, as Irmãs que não tinham habilidade para os estudos, para trabalhar na área da saúde ou da educação, eram destinadas a serviços mais simples, como portaria, cozinha e atividades domésticas de modo geral. No entanto, na realidade atual, não se observam Irmãs que entram na congregação e aceitam desenvolver tais tarefas. E pelo que se observa, a maioria prefere a atividade pastoral. Para o Pe. José Edvaldo, do Instituto Cristóvão Colombo, o interesse maior pela pastoral se justifica pela própria missão da congregação.<sup>137</sup> Destaca-se, mais uma vez, a catolicidade e a etnicidade presente na congregação, inclusive nos processos de escolarização.

<sup>138</sup> O exemplo pode ser observado na Figura 48.

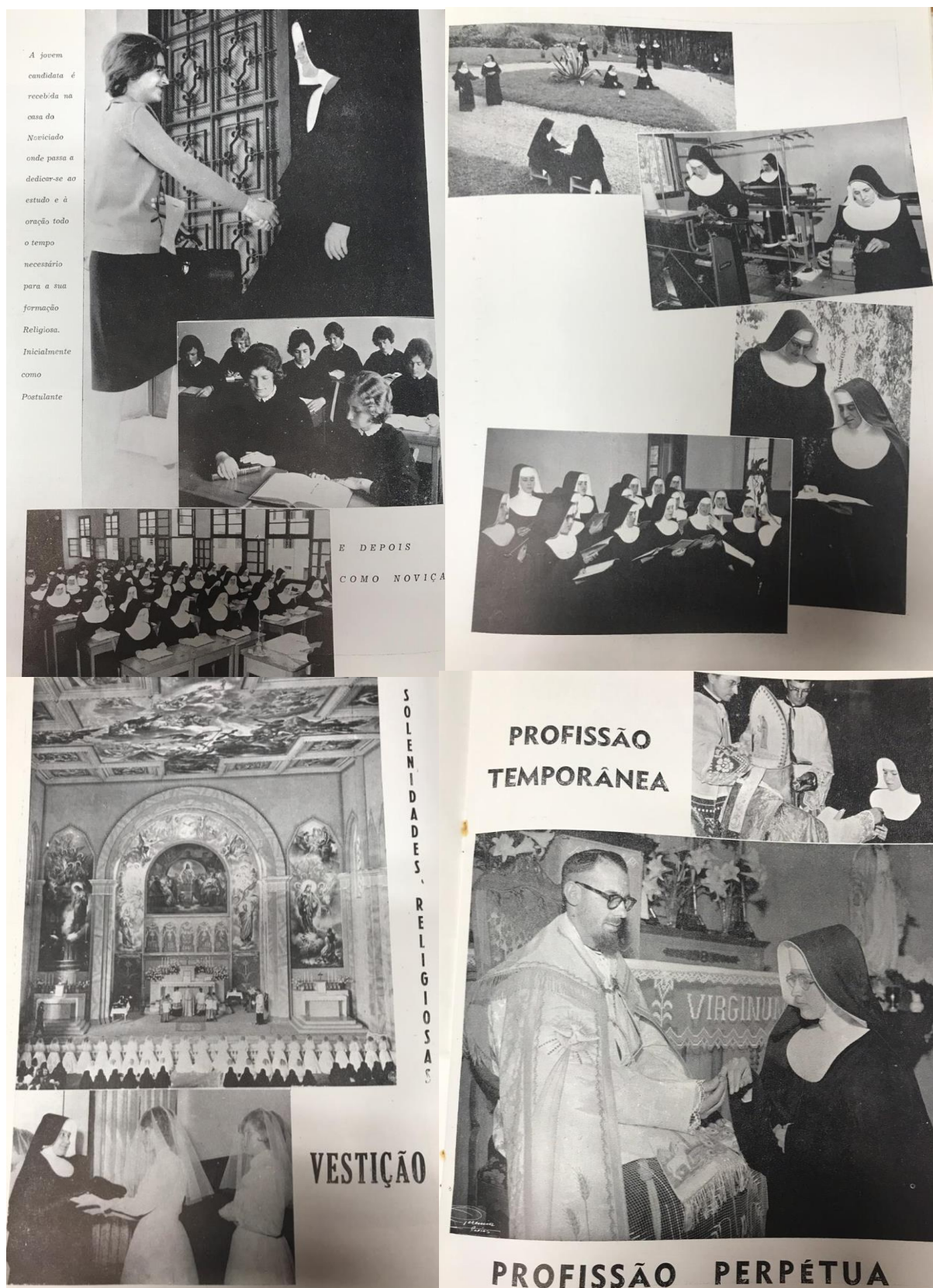
Seganfredo (2017) narra o percurso da formação, citando o postulante e o noviciado. Antes mesmo, como auxiliar no hospital em Guaporé, teve contato com as Irmãs carlistas – scalabrinianas. Em Bento Gonçalves, teve a oportunidade de fazer o postulante, quando, de acordo com ela, teve apenas estudo religioso, assim como no primeiro ano do noviciado. Esse estudo estava relacionado às constituições da congregação e à “formação de consagrada”, de acordo com a Irmã. No segundo ano, a Irmã Mafalda já entrou para o curso ginásial, que foi finalizado em Farroupilha. Seganfredo esclarece que, no segundo ano, era possível continuar estudando ou ainda fazer uma experiência pastoral. Pela sua fala, deixa claro que ela escolheu continuar seus estudos, inclusive, depois do ginásio, menciona ter feito os cursos que a Secretaria da Educação exigia. “O governo exigiu que todos os religiosos e leigos que não tivessem um curso legal, para trabalhar nas escolas, o fizessem.” (SEGANFREDO, 2017). Considera que esse tempo foi muito bom para as freiras, e menciona os seus registros, conseguidos a partir dos cursos e dos exames, que a habilitavam a lecionar francês, história geral, história do Brasil, geografia e para atuar na direção de escolas.

O caminho percorrido pela Irmã Mafalda Seganfredo mostra, no seu percurso, a escolha pela formação, o que a levou a atuar na educação da Congregação Carlita — Scalabriniana. Cita que, por já ter quem atuasse e estivesse em formação na área da saúde, naturalmente foi sendo levada a atuar na educação, área pela qual também tinha interesse.

Na publicação da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, em comemoração aos 50 anos da congregação, através de fotografias e frases, indicam-se as etapas para a formação, até chegar à profissão perpétua, conforme pode ser observado nas imagens que seguem:



**Figura 48** — Noviciado São Carlos — Caxias do Sul — RS



Fonte: Revista do Cinquentenário da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu – Província da Imaculada Conceição (1915-1965).



Ao lado da primeira página e constante na imagem anterior, há a seguinte legenda: “A jovem candidata é recebida na casa do Noviciado onde passa a dedicar-se ao estudo e à oração todo o tempo necessário para sua formação religiosa. Inicialmente, como postulante e, depois, como noviça”. Após são mencionadas as solenidades religiosas, começando com a Vestição e, na página seguinte, referindo a profissão temporária e a profissão perpétua. As imagens são significativas para comunicar as ações do Noviciado São Carlos. Ao mesmo tempo que são uma forma de divulgação para a comunidade, possivelmente tinham o intuito de motivar mais candidatas à vocação.

Todas as imagens revelam extrema preocupação com o registro, sendo fotos pensadas para esse fim, exceto a de profissão temporânea e perpétua, talvez por serem o registro do momento em que as Irmãs estavam recebendo o registro de suas profissões, com a presença de religiosos externos à congregação. As imagens também indicam os rituais dessa formação, especialmente para as noviças. Essa educação voltada para as jovens, no século XX, nos colégios católicos, de acordo com Silva (2018, p. 117), incluíam “além dos conteúdos curriculares, atividades diversas para formar o caráter, condutas sacra e intelectual, cuja execução delineou marcas nas memórias daqueles que as vivenciaram, ou, presenciaram esporadicamente”.

Os rituais auxiliam na ordenação das práticas e da rotina escolares. Na formação das noviças tinham o papel de contribuir na formação científico-religiosa, através de atos individuais e coletivos carregados de representação para a congregação em estudo. Silva (2018, p. 131) corrobora essa perspectiva, compreendendo que “os rituais escolares dos colégios católicos são estratégias eficientes de difusão da cultura escolar e, conseqüente, dos valores propostos por estas instituições”. Para a autora, os rituais atuam tanto no ambiente interno dos colégios católicos quanto na sociedade, através da difusão de valores e de preceitos.

A revista do Cinquentenário da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas, ao divulgar imagens dos ritos e dos rituais de formação e de passagem pelas etapas até se constituir uma religiosa, ou seja, a profissão perpétua, refere a intenção de divulgar para o externo, e não só registrar os momentos internos, as práticas e os valores do Noviciado São Carlos em Caxias do Sul.

Na Figura 49, compartilha-se uma imagem da mesma revista comemorativa, que ressalta a necessidade de preparo adequado para a profissão de religiosa, o que destaca o viés da religiosidade e da catolicidade na congregação e na formação das Irmãs Missionárias de São Carlos – Scalabrinianas.

**Figura 49** — Formação religiosa



Fonte: Revista do Cinquentenário da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeu – Província da Imaculada Conceição (1915-1965).

O preparo envolvia a formação, mas, para além dela, se destacavam algumas Irmãs, que eram destinadas a gerenciar instituições de ensino, de saúde, de assistência, comunidades de religiosas, ou Províncias, sendo estas últimas denominadas Superiora Provinciais. Essas superiores visitavam as instituições de ensino, para avaliar, inclusive, a atuação das freiras nas diferentes funções no ambiente escolar. Em documento de 1942, disponível no Arquivo da Província Imaculada Conceição, em *relação*<sup>139</sup> às Irmãs e às Postulantes que estavam no noviciado, apresenta-se o comportamento de cada uma delas. Sobre as Irmãs, há a análise de apenas duas, em que se observa, na primeira, que tem um bom comportamento e um caráter alegre. Na segunda, referencia-se que o comportamento é satisfatório, e o caráter, forte. Sobre as próximas quatro Irmãs relacionadas, constata-se que estão na missão<sup>140</sup> e por isso o relatório será dado pela superiora de cada uma delas. São citadas 11 postulantes e, ao lado do nome de cada uma, constam, resumidamente, informações acerca do comportamento delas. No final do documento, é citado o nome de duas, responsáveis pela relação. O nome será preservado, mas as informações acerca das postulantes serão referidas no quadro a seguir.

**Quadro 19** — Informações sobre o comportamento das postulantes de 1942

(continua)

POSTULANTE	INFORMAÇÃO
Postulante 1	Comportamento bom – submissa e tímida
Postulante 2	Comportamento bom – porém modos um tanto arrogantes
Postulante 3 <sup>141</sup>	Comportamento ótimo – boas maneiras com os superiores, não respeita devidamente as companheiras
Postulante 4	Comportamento ótimo – caritativa e laboriosa
Postulante 5	Comportamento satisfatório – porém para obedecer, tem seus pretextos
Postulante 6	Comportamento regular – modos altivos e preguiçosa
Postulante 7	Comportamento bom – alegre, modos de meninice

<sup>139</sup> O documento tem como título: *Ano – 1942* e, como subtítulo: *Relação das Irmãs que estão no noviciado*. Não se apresentou o documento na íntegra por constar o nome e sobrenome de Irmãs e postulantes, seguido de relato sobre o comportamento de cada uma delas.

<sup>140</sup> No documento não há maiores informações a respeito da missão e das superiores de cada uma, por isso o tema não será aprofundado aqui.

<sup>141</sup> Essa postulante tem o mesmo sobrenome das duas próximas postulantes, tanto que os sobrenomes não são repetidos, apenas indica-se com o sinal de igualdade. Isso leva a pensar que as postulantes sejam irmãs ou parentes próximas, como primas. Como era comum famílias numerosas, realmente pode tratar-se de irmãs. E cada uma delas apresenta um comportamento diferenciado, indicando que ocupavam posições diferentes, o que também é comum quando se fala de irmãs (ou irmãos, de maneira mais generalizada), no sentido aqui de vínculo familiar e não religioso.

(conclusão)

Postulante 8	Comportamento bom – modos caritativos e prontos
Postulante 9	Comportamento satisfatório – modos obscuros (não se explica)
Postulante 10	Comportamento ótimo – caritativa e humilde
Postulante 11	Comportamento bom – modos altivos porém submissa

Fonte: Elaborado pela autora com base em documento do arquivo da Província Imaculada Conceição — Caxias do Sul — RS.

Das 11 postulantes em 1942, a maioria (cinco) apresentava um comportamento bom; três se destacavam com a indicação de ótimo comportamento, e duas delas possuíam comportamento apenas satisfatório. Mesmo quando eram categorizadas com bom comportamento, notou-se alguma característica menos adequada, considerando o que se esperava para uma postulante, de acordo com as normas da instituição. Observou-se que era considerada ótima a característica *caritativa*, sendo um atributo bastante relacionado às Irmãs religiosas. Ou seja, para ser uma missionária, caridade era um aspecto importante. Caridade essa que está relacionada à bondade, à benevolência. A humildade e o labor também são importantes. A humildade pode ser explicada como sendo um comportamento mais simples, mas também pela necessidade dos votos de pobreza.

Assim, um comportamento simples tanto em relação às suas qualidades, tendo por isso modéstia, assim como em relação aos bens materiais, estaria de acordo com o esperado para a missão de religiosa. *Laboriosa* indica a vontade de trabalhar, o que era valorizado não só nos noviciados, mas também na sociedade como um todo. Para as que não gostavam muito de trabalhar, indica-se a preguiça, que desqualifica a postulante. Destaca-se a expressão *modos caritativos e prontos*, pois não há detalhes sobre esses modos prontos, mas pelo que se apresenta na relação das postulantes, a caridade aparece como essencial, ao lado de características como: laboriosa, disciplinada, obediente, de boas maneiras. Entende-se, assim, que esse era o comportamento esperado e trabalhado no noviciado.

Outro comportamento visto como negativo, além da preguiça, diz respeito aos modos altivos, obscuros, arrogantes, que não respeita as colegas ou que tem resistência em obedecer. Ou seja, o respeito, a disciplina e a submissão precisavam estar presentes, assim como as Irmãs tinham a necessidade de entender o que se passava com as postulantes, estar no domínio, por isso modos obscuros, que não pudessem ser claramente explicados também geravam inquietação e desaprovação. Ao citar um comportamento alegre e modos de meninice, ficou a impressão de que esse comportamento, apesar de ter sido indicado como bom, não era concebido nem como positivo, nem como negativo. De maneira geral, a postulante parecia ter

bom comportamento, mas a alegria remetia à meninice. Ou seja, a um jeito mais infantil, o que não era esperado na postura de uma religiosa. Geralmente, elas demonstram uma postura mais formal e séria; logo o comportamento citado estaria em desacordo com o comportamento esperado de uma postulante.

O registro, realizado em 1942, faz pensar sobre a concepção de Irmã para a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas. Esse perfil, possivelmente, foi construído no decorrer da história da congregação e deve ter moldado o comportamento e a educação de muitas irmãs, assim como da comunidade atendida pelas irmãs carlistas — scalabrinianas nos municípios que possuíam escolas, ou outras obras, no Rio Grande do Sul. Registra-se que as postulantes ainda estavam sendo formadas, por isso, o comportamento ainda poderia ser adequado através de formação. Antes do postulante, há a pastoral vocacional, o aspirante e, depois, o noviciado e o juniorato, seguidos de formação permanente. Todas essas etapas para a profissão perpétua não foram desenvolvidas desde o início da congregação. Entende-se que, após a designação das primeiras Irmãs, que partiram da Itália, como explicitado em diferentes momentos, houve formação, especialmente religiosa, para a assunção da vida consagrada.

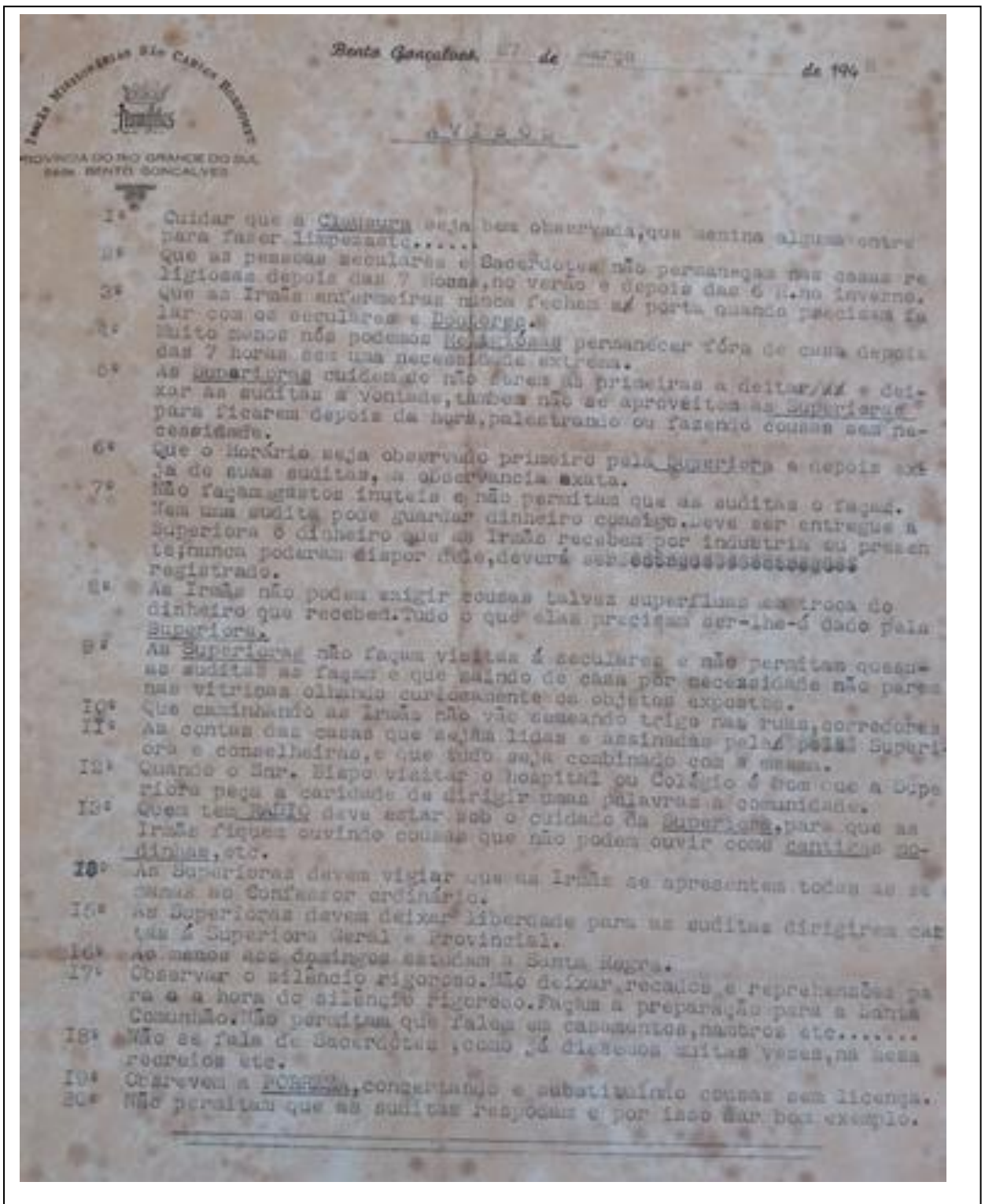
Em documento de 27 de março de 1948, expedido pela Província do Rio Grande do Sul, os avisos, destinados às comunidades de Irmãs instaladas no Estado, indicam as normas, evidenciando mais as proibições do que as obrigações, estando presentes, especialmente, a disciplina e a religiosidade.

A clausura e os cuidados em relação aos horários, tanto para receber visitas como para estar fora da residência, eram destacados nos avisos. A superiora, que tinha responsabilidade sobre todas as demais, deveria ser referência e exemplo, seguindo as normas e vigiando as *súditas* para que também as seguissem. Evidencia-se o papel da superiora em diferentes regramentos, relacionados aos horários, às atividades e aos gastos financeiros. Os recursos financeiros eram destinados a itens de necessidade básica das missionárias, portanto, seriam desconsiderados pedidos supérfluos. Dessa forma, respeitava-se o voto de pobreza, realizado pelas Irmãs e citado nos avisos.

Eram observados cuidados nas relações com pessoas externas à Congregação, inclusive no convívio com sacerdotes e médicos. Ainda, vigiava-se o que era acessado via rádio, para que se evitassem músicas consideradas inadequadas, assim como qualquer assunto relacionado à sexualidade ou a relações amorosas.

O cotidiano em relação ao horário de silêncio, aos estudos, à religiosidade, à convivência na comunidade estava regrado claramente no documento (Figura 50).

Figura 50 — Avisos da Província do Rio Grande do Sul às Irmãs



Fonte: Arquivo da Província Imaculada Conceição — Caxias do Sul — RS.

(Transcrição)

Bento Gonçalves, 27 de Março de 1948

Avisos

- 1º Cuidar que a Clausura seja bem observada, que menina alguma entre para fazer limpeza etc.
- 2º Que as pessoas seculares e os Sacerdotes não permaneçam nas casas religiosas depois das 7 horas no verão e depois das 6 horas no inverno.
- 3º Que as Irmãs-enfermeiras nunca fechem a porta quando precisam falar com os seculares e Doutores.
- 4º Muito menos nós podemos Religiosas permanecer fora de casa depois das 7 horas sem uma necessidade extrema.
- 5º As Superioras cuidem de não serem as primeiras a deitar e deixar as súditas à vontade, também não se aproveitem as Superioras para ficarem depois da hora, palestrando ou fazendo coisas sem necessidade.
- 6º Que o horário seja observado primeiro pela Superiora e depois exija de suas súditas, a observância exata.
- 7º Não façam gastos inúteis e não permitam que as súditas o façam. Nem uma súdita pode guardar dinheiro consigo. Deve ser entregue à Superiora o dinheiro que as Irmãs recebem por indústria ou presente; nunca poderão dispor dele, deverá ser registrado.
- 8º As Irmãs não podem exigir coisas talvez supérfluas em troca do dinheiro que recebem. Tudo que elas precisam ser-lhe-á dado pela Superiora.
- 9º As Superioras não façam visitas às seculares e não permitam que suas súditas as façam e que saindo de casa por necessidade não parem nas vitrines olhando curiosamente os objetos expostos.
- 10º Que caminhando as Irmãs não vão semeando trigo nas ruas, corredores.
- 11º As contas das casas que sejam lidas e assinadas pelas Superioras e conselheiras, e que tudo seja combinado com a mesma.
- 12º Quando o Sr. Bispo visitar o hospital ou o Colégio é bom que a Superiora peça a caridade de dirigir umas palavras à comunidade.
- 13º Quem tem RÁDIO deve estar sob o cuidado da Superiora, para que as Irmãs [não] fiquem ouvindo coisas que não podem ouvir, como cantigas e modinhas, etc.
- 14º As Superioras devem vigiar que as Irmãs se apresentem todas as semanas ao Confessor Ordinário.
- 15º As Superioras devem deixar liberdade para as súditas dirigirem cartas à Superiora-Geral e Provincial.
- 16º Ao menos aos domingos estudam a Santa Regra.
- 17º Observar o silêncio rigoroso. Não deixar recados e repreensões para a hora do silêncio rigoroso. Façam a preparação para a Santa Comunhão. Não permitam que falem em casamentos, namoros, etc.
- 18º Não se fala de Sacerdotes, como dizemos muitas vezes.
- 19º Observem a POBREZA, concertando e substituindo coisas sem licença.
- 20º Não permitam que as súditas respondam e por isso dar bom exemplo.

Fonte: Arquivo da Província Imaculada Conceição — Caxias do Sul — RS.

Outros documentos que relatam a situação das casas e das Irmãs das comunidades foram encontrados em registros arquivados na Casa Provincial Imaculada Conceição. Em relato de uma visita às casas da Província no Rio Grande do Sul, feito pela Superiora Provincial, Irmã

M. Immaculata Mileti, em 1936, documento arquivado na Província Imaculada Conceição, são nomeadas as seguintes instituições: Colégio São Carlos – Bento Gonçalves; Colégio Scalabrini – Guaporé; Colégio Nossa Senhora de Lourdes – Nova Vicenza (hoje Farroupilha); Juvenato São Carlos – Nova Milano (Farroupilha); Colégio Sagrado Coração – Nova Bréscia; Colégio Santa Catarina – Anta Gorda; Colégio São José – Roca Sales; Colégio Pio X – Muçum; Hospital Tacchini – Bento Gonçalves; Hospital Roque Gonzales – Roca Sales; Sanatório – Nova Vicenza (Farroupilha); Sanatório São José – Porto Alegre; Noviciado São Carlos; Colégio São Pelegrino – Caxias do Sul.<sup>142</sup>

Sobre as escolas, objeto de interesse neste momento, são feitas observações gerais, especialmente sobre as relações interpessoais (Irmãs e/ou alunas) e o número de alunas. No Colégio São Carlos, em Bento Gonçalves, é relatado que a comunidade estava bem, que só havia sido transferida uma Irmã por não se dar bem com as internas, e que há poucas alunas. Já no Colégio Monsenhor Scalabrini, em Guaporé, além da observação de que a comunidade foi muito bem, acrescenta-se que “cada uma procurava cumprir os seus deveres conforme a Santa Regra”, ainda: que há um número suficiente de alunos, porém a casa precisa de reforma. No Colégio Nossa Senhora de Lourdes, havia um número suficiente de alunos, porém não havia união entre as Irmãs, por isso uma delas foi retirada daquela comunidade. A Irmã Superiora mencionou que “os exercícios de piedade estavam todos feitos em ordem, mas quando falta a caridade...” Sobre o Colégio Sagrado Coração em Nova Bréscia, também não reinava a união e, de acordo com a Madre Superiora “não se suportavam uma com a outra”. Por isso, colocou outra responsável no colégio. Sobre as aulas observou-se que estava tudo bem.

No Colégio Santa Catarina, em Anta Gorda, estava tudo bem, tinha união entre as Irmãs, as aulas eram bem frequentadas e havia o “verdadeiro espírito de observança”. No Colégio São José, em Roca Sales, também foi relatado haver “espírito de observança”, e que estava “tudo direitinho”, com a “máxima união entre as Irmãs”. Informa, ainda, que aumentou um pouco o número de alunos, mas que a casa precisava de reforma. Sobre o Colégio Pio X, em Muçum, só foram feitas observações positivas em relação à união, ao espírito de observância e ao número de alunos. Em relação ao Colégio São Pelegrino em Caxias do Sul, referindo-se ao Colégio São Carlos, a Superiora informa que achou “tudo bem direitinho, o espírito de

---

<sup>142</sup> Entende-se que o Colégio São Pelegrino se refere ao Colégio São Carlos, inaugurado no ano do relatório. Quando se refere ao “Sanatório – Nova Vicenza” – possivelmente, trata-se do Hospital São Carlos, em Farroupilha, fundado em 1935. Parece que a Superiora Provincial usou esses termos para se referir às instituições que nem sempre condiziam com o nome, mas com a localização.



observança. As Irmãs todas contentes procuram cumprir bem os seus deveres. As aulas bem frequentadas”. Sobre o Noviciado São Carlos, lê-se o seguinte:

Por graças de Deus vai bem. Tem 5<sup>143</sup>(cinco) professores, 24 (vinte e quatro) noviças e 12 (doze) postulantes. A máxima união entre as Irmãs. Se faz quanto se pode para instruir este pessoal para mais tarde serem úteis à congregação. Tem suas professoras de estudo e piano. Enquanto as instruções religiosas o Reverendo Vigário na Paróquia todas quintas-feiras e também no retiro mensal faz as suas instruções. Retiro anual se faz dois por ano – Junho e Dezembro. A Santa Missa se assiste todos os dias menos quando os Reverendos Padres não [estão] nas capelas. Nas 1<sup>as</sup> (primeiras) sextas-feiras tem adoração todos os dias com o S. Santíssimo exposto na capela do Noviciado. Confissão semanal. O que falta é uma casa bem espaçosa, pátio para o recreio e o que é pior de tudo falta de água mas esperamos que Nosso Senhor providenciará. (ARQUIVO DA PROVÍNCIA IMACULADA CONCEIÇÃO, 1936).

O relatório sobre as visitas às instituições anuncia as grandes preocupações em relação à educação, por parte da mantenedora: número de alunos, infraestrutura dos prédios, observância das normas e do relacionamento entre as Irmãs e, dessas, com as alunas, especialmente as internas. No registro sobre o noviciado ainda ficava clara a preocupação com a qualidade do ensino, para que, mais tarde, as alunas pudessem “ser úteis” à congregação. Esperava-se, assim, que fossem formadas noviças que contribuíssem com a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas.

A religiosidade está presente nas práticas educativas das noviças de diferentes maneiras, destacando-se as ações vinculadas à Igreja Católica, que podem ser entendidas também como ritos, como por exemplo, a participação em missas, a confissão semanal, as instruções religiosas, dentre outras práticas inseridas no cotidiano escolar. A confissão era para as noviças a oportunidade de comunicar algo em sigilo, ou como diz Vincent (1992, p. 402), a confissão era (e ainda é) a ocasião de comunicar um segredo que não seria divulgado. É honra do clero tê-la preservado, em respeito à consciência e à fidelidade às prescrições sacramentais. Observa-se, assim, através dessa e de outras práticas, a manutenção dos rituais católicos e a aprendizagem não só escolar, mas também da religiosidade, especialmente, para se constituir Irmã missionária no caso do noviciado.

Sobre o espaço físico do noviciado, pequeno e inadequado para o número de alunas, houve ampliação quando a escola passou a trabalhar numa nova construção, em 1941, “denominando-se Colégio Medianeira, desocupando o prédio antigo, para onde se estenderam as dependências do Noviciado”. (SLOMP; BARBIERI, 1997, p. 81). Consta, ainda, de acordo

---

<sup>143</sup> Há dúvidas em relação a esse número por falta de clareza no documento original.

esses historiadores que, devido à falta de espaço, em março de 1955, o Noviciado São Carlos foi transferido para um prédio amplo, no Bairro Marechal Floriano – Caxias do Sul — RS.

A busca de espaço adequado para atender às necessidades do alunado, mas também da normatização vigente, encontra respaldo nas palavras de Maschio:

A escolarização pressupõe ensino institucionalizado. Ao pressupor espaço próprio, instrumentos educativos e pessoal especializado, a escola institucionaliza o conhecimento produzido pelo homem para assim o transmitir. A escola é pensada como lugar próprio para o ensino. Contudo, ao mesmo tempo que ela conserva e transmite a cultura, é capaz de produzir uma cultura específica: a cultura escolar. (2014, p. 15-16).

Nas escolas da Província Imaculada Conceição, apesar de não se ter uma única diretriz pedagógica, evidenciada na documentação, havia a preocupação de oferecer não só a escolarização, mas também de formar moças para a docência, tanto que, na publicação do Jubileu do Colégio Nossa Senhora Medianeira (1941-1966), consta que, em 1941, “foi benta solenemente a pedra fundamental do novo Colégio São Carlos, sob os auspícios de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, destinado à instalação do curso normal de primeiro grau”,<sup>144</sup> havendo destaque para a disciplina no processo escolar, considerando que “o corpo disciplinado torna-se mais forte e flexível”. (AVANTE, 1966).

Assim, até 1948, recorte temporal desta pesquisa, nos colégios da Congregação não se percebeu um direcionamento único em relação às concepções pedagógicas. No entanto, constatou-se o intuito de desenvolver valores morais, disciplina e uma grande preocupação com a evangelização. Esses aspectos estavam presentes não só nas escolas da congregação, mas em outras também, inclusive públicas, que ofereciam o curso primário, no período de 1909 a 1959, conforme Peres anuncia:

Pretendia-se que o ambiente escolar educasse tanto para a atuação na vida social quanto para o fortalecimento das “disposições internas”, ou das “boas disposições internas”. A educação das vontades estava, assim, no centro do processo educativo. Nessa direção, as crianças deveriam chegar a um estágio tal que se colocassem sob a tutela da sua própria consciência moral. Desenvolveu-se, assim, no contexto escolar, um contingente de práticas auto-regulatórias. E nesse sentido, a análise das práticas pedagógicas revelou que uma **vocação catequética e pastoral** era atribuída à escola: converter, convencer, prevenir, salvar a infância! Assim, por um lado, regulação, controle, moralização e disciplinamento. Por outro, os discursos da liberdade, da democracia, da espontaneidade, da autonomia, da flexibilidade, do respeito às diferenças e necessidades individuais. Isso coexistiu nos discursos e nas práticas renovadoras. (2000, p. 421- 422, grifos da autora).

<sup>144</sup> Ata da benção da pedra fundamental da Escola Normal São Carlos, 12/1/1941. CONGREGAÇÃO DAS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO – SCALABRINIANAS (1993, p. 55).

Importante é mencionar, ainda, que era nítida a preocupação com datas cívicas e comemorativas. Nas instituições de ensino da Província Imaculada Conceição, encontraram-se livros de atas e registros fotográficos que evidenciam, para além do aspecto pedagógico, a importância social dessas atividades, já que também configuravam uma forma de divulgar a educação preconizada nas instituições escolares. Belusso indica que, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes,

as datas comemorativas eram trabalhadas antecipadamente, através de produções escritas, apresentadas na data comemorativa específica e ainda sendo o tema das aulas para a data em questão. Além das leituras, faziam parte dos programas das comemorações cívicas em diferentes datas as declamações, versos, cantos, hinos, orações, desfiles, preleções, palestras, competições esportivas e dramatizações. (2016, p. 165-166).

Peres (2000, p. 370) também menciona as festas e comemorações nas escolas, ao estudar os discursos pedagógicos e as práticas escolares na escola público-primária gaúcha de 1909 a 1959. Para ela “motivo de reverência, de exaltação, de deferência, as celebrações de datas cívicas e religiosas ocupavam o cotidiano escolar de forma especial. Esse espaço era cuidadosamente planejado, controlado e tinha propósitos demarcados pelos gestores educacionais”. Esses espaços, eram usados “algumas vezes, como uma forma de dar visibilidade à escola e, em outras situações, como forma de protesto, de manifestações e de reivindicações”.

Nas escolas da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas constituíram-se esses espaços de celebração, especialmente religiosos. Essas celebrações eram realizadas tanto em ambientes escolares como em áreas da comunidade. “Nesta perspectiva, a festa cívica escolar, tal como a escola como um todo, inscreve-se na cidade como uma experiência cultural, política, estética e de aprendizagem.” (FARIA FILHO, 2005, p. 34). Esse movimento foi constatado de maneira ampla na educação, conforme lembra Faria Filho:

Podemos notar que, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, as festas cívicas vão se transformando mais e mais em festas escolares, em festas de escolares (estudantes). É interessante notar que, no século XX, a festa cívica se transforma em um momento privilegiado de a escola ocupar a cena da cidade. Nas festas, e pelas festas, a escola se mostra como educadora da infância e da juventude e, sobretudo, dos habitantes da cidade, inclusive de seus quadros dirigentes. (2005, p. 34).

Através da citação de Faria Filho, constata-se como a cultura escolar se insere no cotidiano da comunidade. Para Franchini e Vidal (2018, p. 253) “as cerimônias, os ritos e os

símbolos presentes no cotidiano de uma escola são representações das identidades políticas, culturais e nacionais, e formas de legitimar e de propagandar um projeto educativo”.

A partir do exposto e considerando os sujeitos, saberes, tempos e espaços escolares, a educação carlista-scalabriniana foi sendo construída e vivenciada, sem constituir uma maneira única de fazer educação, mas que, apesar de diferente, tinha uma mesma diretriz e um mesmo objetivo. Entendeu-se que a diretriz era uma educação católica, voltada aos valores morais e à disciplina, e o objetivo era educar, especialmente, os filhos de migrantes italianos. Educar, mais do que escolarizar, era o objetivo de todas as escolas, pois, ao considerar a diretriz do fundador da congregação, a educação estava acima da instrução, com vistas a preparar cidadãos com valores religiosos (católicos) e morais. As palavras de Gonçalves e Faria Filho auxiliam nesse entendimento:

É no interior dessa tessitura sobre o dia-a-dia da escola que os fins do ensino e da aprendizagem se deram. E ainda, nesse lugar de produção de cultura, ou melhor dizendo, de culturas, produziram-se as materialidades relacionadas aos processos de escolarização, mas, sobretudo, produziram-se as sensibilidades. Nesse espaço de culturas, convergiam diversas outras, advindas de lugares e momentos diferentes, trazendo subjacente a cada sujeito que esteve envolvido nessa trama, a sua própria história de vida, a história do seu grupo de pertencimento e as representações que marcaram cada uma dessas suas histórias. (2005, p. 40).

Percebeu-se que a principal marca da educação carlista-scalabriniana estava na religiosidade, na acolhida ao migrante, especialmente italiano (etnicidade) e na escolarização, que era marcada pelo desenvolvimento de valores morais e religiosos, que se preocupava com habilidades manuais e com a disciplina, mas que também respondia às exigências da legislação educacional. Portanto, as adequações foram necessárias, por desejo da congregação ou para atender às normas vigentes. A partir do afirmado, foi possível apresentar e analisar alguns “elementos-chave que compõem o fenômeno educativo, tais como: os *tempos*, os *espaços*, os *sujeitos*, os *conhecimentos e as práticas escolares*”. (FARIA FILHO, 2002, p. 17, grifo do autor).

#### **4.3.1 As Irmãs Carlistas — Scalabrinianas e a docência nos colégios da Província Imaculada Conceição (1915 – 1948)**

Ao pensar sobre os tempos, espaços, sujeitos, conhecimentos e as práticas escolares, é inevitável refletir acerca da docência nas escolas da Congregação das Irmãs Missionárias Carlistas — Scalabrinianas. No Rio Grande do Sul, recorte espacial proposto, as primeiras

professoras eram Irmãs. No entanto, as religiosas, em alguns momentos e para disciplinas específicas, necessitaram do auxílio de religiosos, mais especificamente, de padres e também de leigos. Não se tem o intuito de apresentar um dossiê sobre quem eram esses professores, justamente porque a documentação teria que ser rastreada em cada uma das escolas que pertenciam à Província Imaculada Conceição no período proposto para esta pesquisa. Para entender a educação da congregação, como mantenedora, esse percurso não foi o escolhido para a composição da tese. No entanto, justamente a pouca documentação presente nos acervos pesquisados, em especial na Casa Geral, na Casa Provincial e na Sede da Província Imaculada Conceição, instigou alguns ensaios sobre o tema, que são aqui apresentados.

No início da história das escolas da congregação, as Irmãs Carlistas — Scalabrinianas poderiam se tornar professoras tão logo tivessem o conhecimento necessário para o nível de ensino a que lecionariam. Conhecimento adquirido como estudantes, como mencionado, ao citar a experiência da Irmã Nadir com o Ginásio.

Em documento do Colégio São Carlos, de 1945, em lista de professores, há o indicativo do sexo dos mesmos e das disciplinas que ministravam, assim como o número de matrícula, que denotava a autorização para lecionar, e o nome do professor substituto. Ou seja, o objetivo era registrar que professores estavam atuando, indicando ter havido trocas de professores. O documento, datado de 20 de setembro de 1945, apesar de não estar tão nítido, permite perceber que alguns professores eram remanejados para outras disciplinas.

**Figura 51** — Lista de professores do Colégio São Carlos

GINÁSIO SÃO CARLOS  
Famílias  
Feijó Júnior, 778 - Fone 552  
Caxias do Sul

Caxias do Sul, de \_\_\_\_\_ de 194

Nome do professor	N.º de Registro	Nome do prof. substituto	N.º de Registro	Disciplina
Silvia Gedos Artico	22.791	Albina Veronese	22.338	Português
Albina Veronese	23.338	Pe. Euzébio Inimice	25.024	Francês
Gentílio Ferronato	24.130	Albina Veronese	22.338	Katavística
Quintília Ferronato	24.130	Serena J. De Cota	49.184	Criseias
Silvia Gedos Artico	25.791	Pe. Euzébio Inimice		Latina Geral
Silvia Gedos Artico	25.791	Pe. Eugênio A. Giordani	21.780	História do Brasil
Olga Maria Romaldi	21.776	Silvia Gedos Artico	25.791	Geografia Geral
Silvia Gedos Artico	25.791	Olga Maria Romaldi	21.776	Geografia Brasil
José Castro Frantz	15.642	Albina Veronese	23.338	Inglês
Quintília Ferronato	24.130	Olga Maria Romaldi	21.776	Direito
Pe. Eugênio Angelo Giordani	21.780	Pe. Angelo Fronca		Latim
Olga Maria Romaldi	21.776	Serena Graçosa De Cota	49.184	Trabalho Doméstico
Olga Maria Romaldi	21.776			Canto

Caxias do Sul, 20.9.1945.

Fonte: Arquivo do Colégio São Carlos — Caxias do Sul — RS.

Segue a transcrição do documento, datado em Caxias do Sul, em 20 de setembro de 1945.<sup>145</sup> Escolheu-se suprimir o número da matrícula, por não se constituir em dado de análise no momento.

<sup>145</sup> O nome da Professora Silvia Gedos Artico e dos professores Gentílio Ferronato e Pe. Eugênio Angelo Giordani aparecem no decorrer do documento com grafia diferente. Optou-se por escolher a mais utilizada. No caso do Professor Gentílio, ficou-se na dúvida sobre o nome correto, devido à falta de clareza do documento. Albina Veronese é mencionada uma vez como Albina Veronese, podendo ser um engano ortográfico ou devido à dificuldade da pesquisadora em compreender a caligrafia.

**Quadro 20** — Professores no Ginásio São Carlos — Caxias do Sul — 1945

Nome do Professor	Nome do Prof. Substituto	Disciplina
Silvia Gedos Artico	Albina Veronese	Português
Albina Veronese	Pe. Ernesto Mânica <sup>146</sup>	Francês
Gentílio Ferronato	Albina Veronese	Matemática
Gentílio Ferronato	Severina G. de Costa	Ciências
Silvia Gedos Artico	Pe. Ernesto Mânica	História Geral
Silvia Gedos Artico	Pe. Eugênio A. Giordani	História do Brasil
Olga Maria Rombaldi	Silvia Gedos Artico	Geografia Geral
Silvia Gedos Artico	Olga Maria Rombaldi	Inglês
José Pedro Frantz	Albina Veronese	Desenho
Gentílio Ferronato	Olga Maria Rombaldi	Inglês
Pe. Eugênio Angelo Giordani	Pe. Angelo Tronca	Latim
Olga Maria Rombaldi	Severina Graciosa de Costa	Trabalhos Manuais
Olga Maria Rombaldi		Canto

Fonte: Elaborado pela autora com base em documento no arquivo do Colégio São Carlos — Caxias do Sul — RS.

O documento, mostrado na Figura 51, permite inferir que se trata apenas do registro de professores que foram substituídos ou de novo professor, no caso da disciplina de Canto, em que não consta o nome do professor substituto. O quadro de professores foi alterado, havendo a retirada de professores ou troca de docentes para outras disciplinas. O Professor Gentílio Ferronato deixa de lecionar as disciplinas de Inglês, Ciências e Matemática. Parece, pelo exposto, considerando apenas o documento referido, que não fazia mais parte do quadro de professores.

A Professora Silvia Gedos Artico deixa de lecionar Português, História Geral, História do Brasil e Inglês, no entanto, assume a disciplina de Geografia Geral. A Professora Albina

<sup>146</sup> Sobre o Padre, consta em *site* do Município de Bento Gonçalves, a data de seu falecimento em 19 de fevereiro de 2009, com a breve biografia: “Figura resplendorosa, de importância reconhecida na comunidade bentogonçalense e da região, o Padre Ernesto Mânica nasceu em Guaporé, no dia 18 de setembro de 1911. Ordenado sacerdote em 22 de outubro de 1939, foi nomeado vigário da Paróquia Santo Antônio no ano de 1956. Desde 1970, era capelão do hospital Tacchini, onde residia e celebrava missas. Em 2009, o padre completaria 98 anos de idade, 70 deles dedicados ao sacerdócio. A contribuição do pároco ao setor educacional do município e região foi fundamental para o desenvolvimento da comunidade, tendo o padre sido fundador, professor e diretor de diversos educandários. Dedicado aos problemas do povo, teve também expressiva atuação na área assistencial.” Disponível em: [www.bentogoncalves.rs.gov.br/antiga/prefeitura-decreta-luto-oficial-pelo-falecimento-do-padre-ernesto-manica](http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/antiga/prefeitura-decreta-luto-oficial-pelo-falecimento-do-padre-ernesto-manica). Acesso em: 13 set. 2019.

Veronese assume as disciplinas de Português, Matemática e Desenho; por outro lado, deixa de lecionar Francês. Já o Padre Eugênio Angelo Giordani deixa de ser professor de Latim e passa a ministrar a disciplina de História do Brasil. O Padre Ernesto Mânica passa a integrar o grupo de professores, com as disciplinas de História Geral e Francês. E o Pe. Angelo Tronca assume a disciplina de Latim. Essa disciplina, em especial, tem como professor e como professor substituto, sempre padres. Ou seja, os religiosos estavam capacitados a ministrar essa língua, já que a aprendiam durante sua formação religiosa.

Severina Graciosa de Costa também passa a integrar o grupo docente com as disciplinas Ciências e Trabalhos Manuais. E Albina Veronese troca a disciplina de Francês pelas de Desenho, Matemática e Português. A disciplina de Desenho deixou de ser ministrada por José Pedro Frantz. Olga Maria Rombaldi não ministra mais Geografia Geral e Trabalhos Manuais e sobre Canto, tem-se o entendimento de que a professora deixou de lecionar e que não houve substituição ou que houve a inclusão de nova matéria escolar.

Na busca de respostas acerca dessa disciplina, encontrou-se, no Livro de Relatório do Colégio São Carlos, de 1946, a grade de disciplinas do 1º ano ginásial, que, em relação aos anos anteriores, aparece a disciplina de Música, substituindo a de Canto. Infere-se disso que, talvez, a lista de professores substitutos não tenha sido completada. Mas, deve-se considerar, entre tanto, outras interpretações possíveis. Além da Música — disciplina ministrada aos sábados de manhã — eram ministradas as seguintes: Português, Latim, Francês, Matemática, História Geral, Geografia Geral, Educação Física, Religião, Trabalhos Manuais e Desenho. Essas matérias escolares eram distribuídas de segunda-feira à sexta-feira, no horário das 8 horas às 11h50min, tendo cada período a carga horária de 50 minutos.

Esse documento isolado não pretende aprofundar a questão da docência, mas demonstrar indícios de que havia docentes leigos, padres e, é claro, Irmãs carlistas-scalabrinianas. Indicam, ainda, a substituição de professores de uma escola, sendo interessante a forma como aparecem as trocas e a assunção de diferentes disciplinas por um único professor.

No arquivo fotográfico do Colégio São Carlos, disponível no acervo correspondente aos anos de 1936 a 1998, são citados os docentes que atuaram no curso secundário e as disciplinas que ministraram em 1946: Albina Veronese — Matemática (1ª, 2ª e 3ª séries); Eugênio Ângelo Giordani — Latim (1ª, 2ª e 3ª séries), História do Brasil (2ª e 3ª séries) e Ciência (3ª série); Eminda Demina Beux — Português (1ª, 2ª e 3ª séries); Desenho (1ª, 2ª e 3ª séries) e Geografia Geral (1ª e 2ª séries); Olga Maria Rombaldi — História Geral (1ª e 2ª séries), Trabalhos Manuais (1ª e 2ª séries) e Música (1ª, 2ª e 3ª); Maria Josefina Pergher — Francês (1ª, 2ª e 3ª) e



Geografia do Brasil (2ª e 3ª séries); José Pedro Frantz — Inglês (2ª e 3ª séries); Aura Ribeiro Mendes — Educação Física (1ª, 2ª e 3ª séries).

A partir do exposto, é possível deduzir do currículo, que ao mesmo tempo que dispunha de disciplinas das ciências (conhecimento científico), oferecia Artes e Trabalhos Manuais. Essa última disciplina pontua a preocupação existente, desde o início das escolas carlistas — scalabrinianas, com o desenvolvimento das moças para o desempenho de atividades domésticas e cuidado com a futura família, já que o preparo do público feminino visava à assunção dos papéis de esposa e mãe ou de religiosa.

Através de uma educação voltada para preservação da moral e para instruir a mulher para o lar, procurava-se, nas palavras de Manuel (1996, p. 86), “guardá-la dos desvios que pudessem denegrir a imagem perfeita (instruída para o lar e para o esposo)”, ou ainda, buscava-se essa perfeição através da vida religiosa, sendo uma forma de não sofrer cobranças relacionadas à constituição de uma família. A educação feminina, com características diferenciadas da educação destinada ao público feminino, tinha como objetivo atender à elite, conforme comentam Inácio Filho e Rossi:

A Igreja Católica, mostrando-se aliada aos interesses das oligarquias, permaneceu dirigindo boa parte do ensino destinado às mulheres, por meio dos seus colégios religiosos, responsáveis pela educação das filhas da elite, apoiando a formação diferenciada dos sexos. Nesse contexto, ela prevaleceu com o maior número de escolas femininas. Os seus colégios, por não serem gratuitos, não possibilitavam o acesso das camadas desfavorecidas da sociedade. (2009, p. 563).

O autor menciona a diferença entre a educação preconizada para cada um dos sexos, diferença essa apoiada pela Igreja Católica. Observa, ainda, que prevaleceu um número maior de escolas femininas e destaca que essa educação era para quem tinha condições de financiar os estudos em escolas particulares. Mesmo com uma educação voltada, especialmente, ao público feminino, indica, ainda, que o corpo docente era composto por homens e mulheres, mas que pelo menos um dos professores citados, Eugênio Ângelo Giordani, era padre. O curso secundário era oferecido apenas para o sexo feminino. De 1936, ano de abertura do colégio, até 1946, ano em que o colégio contava com os professores acima registrados, observava-se diferença em relação ao corpo docente: no início, as freiras, depois o colégio passou a contar com leigos e padres. Em 1936, as professoras eram as seguintes Irmãs: Jacomina Veronese, que também era diretora; Marcelina Broetto, Amábile Nervis, Rosa Gorlin e Serafina Gasparin.

A seguir, uma foto da diretora Maria Jacomina Veronese, junto com a Madre Superiora Joana de Camargo e a diretora da Escola Remington, Itália Valiera.

**Figura 52** — A Superiora Madre Joana de Camargo, a Diretora Maria Jacomina Veronese e Itália Valiera



Fonte: Arquivo da Província Imaculada Conceição — Caxias do Sul — RS.

No verso da fotografia consta a nomeação das integrantes da imagem, citando: “Em primeira linha, da direita para a esquerda: 1º — Irmã Maria Jacomina Veronese — Diretora do Colégio São Carlos, 2º — Itália Valiera — Diretora da Escola Remington — Caxias do Sul, 3º — Madre Joana de Camargo – Superiora do Colégio São Carlos”. Na segunda linha, a primeira pessoa não está citada (por não ter sido identificada) e, a segunda é Izai Pieruccini. Nas anotações consta o local (Caxias do Sul) e a data (12 de maio de 1940).

Levanta-se a hipótese de que a pessoa não identificada é uma aluna. Nessa imagem, além do registro da Irmã diretora e da Madre Superiora, há a diretora da Escola Remington, revelando a parceria com a Escola de Datilografia Remington, através da qual era oferecido curso de datilografia às internas. Assim, se percebe a preocupação das missionárias em oferecer atividades extracurriculares em voga na época, mesmo que, para tal, fosse necessária uma parceria com instituições externas. Paz expôs em sua pesquisa sobre o Colégio São Carlos que as condições para o curso de datilografia eram:

- a) prestar obediência ao regulamento do colégio; b) poderiam ser excluídas pela Diretoria caso se recusassem a ser submissas à disciplina ou se tivessem conduta considerada nociva; c) não poderiam apresentar atestado de estudos feitos em outros

estabelecimentos de ensino. Assim sendo, deveriam apresentar um exame de classificação; e d) deveriam ter as seguintes matérias básicas para a classificação: Português e Aritmética. (2013, p. 89).

Nesse contexto, a exigência presente no cotidiano escolar, nas atividades curriculares, se estendia também às atividades complementares. Além de competência técnica, com exigência de matérias básicas, havia também a exigência em relação ao comportamento, já que deveriam ter disciplina, ou seja, deviam respeitar as normas da instituição. Também não poderiam apresentar atestado de estudos feitos em outras instituições, por isso, passariam por exame de classificação. Entende-se, assim, que, como o curso era oferecido às internas, havia a preocupação de prepará-las visando a obter habilidades que poderiam ser úteis na assunção de papéis na congregação, caso seguissem na formação religiosa e chegassem aos votos perpétuos.

Os professores deveriam seguir o regulamento do Colégio São Carlos (1945), que, dentre outras orientações, indicava que deveriam estar em sala de aula pelo menos 5 minutos antes de sua aula; ministrar as aulas de acordo com os horários estipulados pela diretora; zelar pela disciplina nas aulas e para a disciplina geral do colégio, além de cooperar com a diretora. Destaca-se, sobre o planejamento pedagógico, que as matérias didáticas poderiam ser escolhidas pelos professores, no entanto, deveriam ser autorizadas, previamente, pela diretora, não podendo se utilizar de outras no decorrer do ano letivo. Ou seja, o planejamento era determinado pelo professor, mas autorizado pela direção, e não era passível de ser modificado durante o ano letivo, ou seja, era inflexível.

Sobre a disciplina, destaca-se do Regulamento Interno do Colégio São Carlos, de 1945, no art. 18º que, dentre as proibições, é vedado ao professor “servir-se da cátedra para pregar doutrinas contrárias aos interesses nacionais, ou para insuflar nos alunos, clara ou disfarçadamente, atitudes de indisciplinalidade ou agitação”. Assim, se entende que os professores deveriam obedecer às normas do colégio, que estavam, por sua vez, amparadas em normatizações e exigências nacionais. Reforça-se, assim, que as religiosas se adaptaram ao movimento de nacionalização do País, sendo possível, por isso e por outros motivos, é claro, permanecerem nas suas atividades educacionais. Com isso, quer-se dizer que, ao mesmo tempo que as escolas carlistas-scalabrinianas se distinguiam de outras, por serem de uma congregação católica italiana, ou reconhecida como italiana, como discutido em muitos momentos nesta pesquisa, também se assemelhavam às escolas da época, pelo fato de atenderem à legislação vigente.

Para atender à legislação de 1946, os professores tinham a Carteira de Identificação, que os habilitava à docência de disciplinas no Ensino Secundário. O Decreto-Lei 8.777, de 22 de janeiro de 1946, do Ministério da Educação e Saúde, dispunha sobre o registro definitivo dos professores de Ensino Secundário. Para estarem registrados no Departamento Nacional de Educação, era necessário, além da prova de idoneidade moral, como escrito no parágrafo II, a comprovação técnica, através de

- I – a) diploma de licenciado, expedido pela Faculdade Nacional de Filosofia ou estabelecimento congênere reconhecido;
- b) ou prova de habilitação na disciplina ou disciplinas que desejem registro, obtida em concurso para professor catedrático, adjunto ou livre docente de estabelecimento de ensino superior ou professor catedrático de estabelecimento de ensino secundário, mantido pela União, pelos Estados ou pelo Distrito Federal;
- c) ou prova do exercício de magistério na Faculdade Nacional de Filosofia, ou estabelecimento a ela equiparado. (BRASIL, 1946).

Entende-se, a partir disso, que com o diploma ou a prova, era possível a habilitação para disciplinas do Curso Secundário, o que justifica os professores terem atuado em várias disciplinas, incluindo, as de áreas diferentes. Antes disso, as prerrogativas pareciam ser outras, lembrando que as religiosas já possuíam *status* de saber e que, por terem aprendido os conteúdos enquanto eram estudantes, muitas vezes, já eram consideradas aptas à docência.

Em entrevista com a Irmã Leocádia Mezzomo, que atuou como professora, antes ainda dos votos perpétuos para ser Irmã, ela esclarece que, para ser docente, havia, dentro da congregação, uma prova canônica.

Tinha que fazer provas, digamos canônicas, [...]. Era um exame canônico, para ser admitida, [...] de caráter mais assim, de discernimento, digamos espiritual. Mas não para saber os conteúdos, porque quem orientava já ia vendo também se tu aprendeu, não aprendeu, orientava. Primeiro quando eu ainda não era Irmã, eu tive que lecionar no Colégio Bandeirantes em Caxias do Sul, tinha que dar aula de religião. Então eu quase morria de medo, de vergonha pra dar aula lá, mas eu me lembro que eu era noviça. [...] Hoje eu leio assim: porque que as superiores da época, mestras, me mandaram? Eram três, quatro, mas nós éramos 40, podia escolher outra. De certo elas viram que eu tinha conhecimento. Que podia ser, né, amava a leitura, estudo, era boa em Matemática, [...]. Não precisava nunca fazer os exames, [...]. Não fazia exames finais. (MEZZOMO, 2017).

O importante, pela fala da Irmã Leocádia, era ter a certeza de que queria a vida religiosa, que permaneceria na congregação e que se tornaria Irmã Missionária. Além disso, a postura como aluna era considerada pelas Irmãs docentes e superiores para a indicação de quem seria

professora. Irmã Leocádia<sup>147</sup> não permaneceu na carreira docente, mas foi indicada para ser professora antes mesmo de se tornar Irmã, porque era boa aluna, em termos de comportamento e de aprendizagem. Ou seja, quem conseguia aprender com facilidade poderia também ensinar. Além disso, reforça-se que contava muito a disciplina. Irmã Leocádia, provavelmente, era disciplinada e empenhada, o que permitia a indicação das Irmãs para o cargo que passou a ocupar: de professora de Ensino Religioso. É claro que, para ministrar essa disciplina, tinha que demonstrar vocação para a vida religiosa, mas, pela informação da entrevistada, nem todas eram escolhidas. Logo, se conclui que as freiras escolhiam as alunas que se destacavam para assumir a missão de ensinar.

Na Figura 53, é possível observar professores e professoras, religiosos e leigos, assim como os alunos do Curso Elementar e do Complementar — 1945.

**Figura 53** — Docentes e discentes do Colégio São Carlos — Bento Gonçalves — 1945



Fonte: Arquivo do Colégio Nossa Senhora Medianeira — Bento Gonçalves — RS.

Pela fotografia, é possível inferir que os docentes estão na parte superior esquerda, incluindo-se professores(as), leigos(as) e religiosos(as). As Irmãs, possivelmente professoras

<sup>147</sup> Na entrevista, Irmã Leocádia Mezzomo narrou aspectos de seu percurso, que merecem ser citados aqui: fez sua formação no Colégio São Carlos, trabalhou na escola de Guaporé, foi professora de Matemática, fez graduação em Ciências Naturais e Mestrado em Teologia Geral (Roma), lecionou no Paraguai, é formadora no Brasil e já atuou com a migração na Polônia, na Suíça e na Alemanha por dez anos. Foi vice-provincial. Atualmente é Postuladora da Causa de Canonização de Madre Assunta Marchetti.

e/ou gestoras, também estão ao lado dos alunos. Na frente, os menores, onde é possível distinguir estudantes do sexo feminino e do sexo masculino. A partir da sexta fileira (de baixo para cima) parece haver só alunas. Chama a atenção o fato de que a maioria está uniformizada e, mais do que isso, que, a partir da quarta fileira, os uniformes são idênticos. Ou seja, apenas entre os alunos menores houve diferenciação na vestimenta utilizada.

Ao que parece, todos os estudantes do Colégio Nossa Senhora Medianeira estavam presentes na fotografia, reunindo diferentes níveis e séries. Ainda: apesar do cuidado em colocar todos os estudantes e professores para a fotografia, muitos não estão com uma postura tão adequada, ou seja, alguns não mantiveram a postura, possivelmente combinada, para o registro fotográfico. O descuido em relação a ela também foi mais perceptível em relação aos estudantes menores. A Irmã, postada na parte superior, parece vigiar os estudantes. Entende-se que a colocação de Irmãs nas extremidades do grupo era com o mesmo objetivo: controlar os alunos, para que fosse possível um registro que demonstrasse a ordem e a disciplina, características marcantes da educação carlista-scalabriniana.

Assim, tanto pela foto como pelo regulamento interno, entende-se que os educadores das escolas carlistas-scalabrinianas tinham o dever (e eram reconhecidos por isso) de manter a ordem e a disciplina, tanto em sala de aula como em outros momentos em que os estudantes estivessem em atividade, incluindo-se o registro fotográfico, tendo esse uma importância não só para o momento, como para a posteridade e a representação que passariam através da fotografia a todos que a ela tivessem acesso.

Dentre as impressões a respeito da docência nos colégios carlistas-scalabrinianos, acentua-se que o professor, e mais especificamente a professora, já que o sexo feminino era a maioria no período estudado,<sup>148</sup> era produzido, especialmente, no início, de maneira muito artesanal, visto que a maioria das professoras eram as próprias Irmãs. Pelo estudo constatou-se que as Irmãs ou, até mesmo, as noviças, convidadas para lecionar se destacavam como alunas, depreendendo-se disso, que quem aprendia bem poderia também ensinar. A educação estava especialmente relacionada à religião, por isso as religiosas eram consideradas aptas a assumir a docência nos colégios carlistas-scalabrinianos, nos colégios de padres e até nas escolas públicas. É interessante notar que por serem religiosas, por vestirem o hábito, eram consideradas detentoras de saber e de poder. Esse poder podia ser observado no respeito que era exercido e cobrado no cotidiano escolar.

---

<sup>148</sup>A referência feminina para a docência permanece, sendo a mulher, muitas vezes, considerada a vocacionada para a profissão, que foi e é considerada feminina.

Conclui-se, afirmando que as Irmãs carlistas — scalabrinianas se dedicaram à educação, especialmente dos migrantes italianos. Os indícios encontrados permitem crer que a escolarização promovida por elas estava relacionada à instrução, com o objetivo de criar condições para que os alunos recebessem os conhecimentos básicos, trabalhados inicialmente e especialmente em Cursos Primários e, depois, estendendo-se para os Cursos Secundários. Havia simplicidade nos fazeres das Irmãs missionárias e uma valorização da transmissão de conteúdos e da memorização. Alguns saberes eram valorizados, incluindo-se os trabalhos manuais e a música. Nos colégios carlistas — scalabrinianos, estavam presentes o canto, através do coral; o ensino de piano; e o teatro, com encenações públicas para demonstrar à comunidade os resultados da educação preconizada pelas escolas. As freiras disciplinavam, ensinavam aos alunos, especialmente às alunas internas, os cuidados com a limpeza e a organização dos espaços. A instrução e os trabalhos manuais eram destinados às meninas, com o objetivo de, além de instruir, ensinar as alunas a se comportarem, ou seja, era importante ler, escrever, calcular, mas também se comportar adequadamente.

As Irmãs carlistas — scalabrinianas foram afirmando sua presença e técnica, na área da educação, através de construções sólidas em áreas centrais de Municípios. Também estiveram presentes no interior do Município de Farroupilha, para dar atendimento às demandas das comunidades de migrantes italianos. Pode-se afirmar que, em Farroupilha, Bento Gonçalves e Guaporé, as escolas carlistas-scalabrinianas possuíam os maiores prédios da cidade, em áreas centrais, denotando imponência e empoderamento. Os colégios eram referência não só pela arquitetura, mas também pela educação religiosa, moral e disciplinadora, oferecida pela Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas. Em Caxias do Sul, o prédio, no período estudado, não era tão imponente como o de outras congregações, que se estabeleceram no Município anteriormente.

As principais marcas da educação carlista-scalabriniana, como referenciado e documentado em diferentes momentos, eram a instrução e a religiosidade. Essa educação prezava pela disciplina, pela organização e pela ordenação do espaço. As Irmãs carlistas — scalabrinianas queriam ser reconhecidas por essas marcas, pois eram aspectos valorizados pela comunidade.

A busca de vocacionadas,<sup>149</sup> ou seja, de moças interessadas na vida religiosa, foi intensa no Sul do Brasil, especialmente depois da abertura do primeiro noviciado em Bento Gonçalves, no ano de 1927. Ressalta-se que as jovens eram selecionadas e, apesar de terem regramento

---

<sup>149</sup> Entendido aqui como moças que possuíam vocação para a vida religiosa.

para o ingresso no noviciado, as que possuíam boa referência em trabalhos manuais também eram aceitas, podendo esse ser considerado um aspecto distintivo dessa congregação e, inclusive, do destino que se daria às Irmãs dentro das instituições da congregação.

De maneira geral, observou-se que as Irmãs carlistas — scalabrinianas praticaram a educação de maneira artesanal, sendo que, se aprendiam, estavam aptas a ensinar. Quando começaram a ter o aval e os louros por seu trabalho, parecem ter iniciado uma reflexão acerca das suas próprias práticas. A partir da década de 60, começam a demonstrar maior interesse em concepções teórico-práticas acerca da educação, destacando-se o Método Montessori, bastante mencionado pelas Irmãs entrevistadas. Muito ligada à Maria Montessori, pode-se citar Lubienska de Lenval, que desenvolveu o método montessoriano, vinculado à religiosidade/espiritualidade. No entanto, no período estudado, não demonstraram, através de documentação, estarem preocupadas com as teorias pedagógicas, mas com as práticas, que poderiam ser eficientes para o desenvolvimento da instrução e da educação moral e religiosa nos alunos das escolas.

Para fechar esta tese, escolhe-se apresentar a bandeira da Congregação das Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas, tendo sido encontrada nos arquivos do Colégio Scalabrini, onde se deu a última visita para o desenvolvimento desta pesquisa. A acolhida da pesquisadora e a preocupação em auxiliar na pesquisa fizeram com que a Bandeira, que até então não havia se destacado na pesquisa, fosse entendida, dentre tantos outros registros importantes para o estudo, como um símbolo de um tempo pretérito de importante valor para a educação brasileira.

A Bandeira, que tem a palavra *humilitas*, usada em muitos documentos, nos *sites*, nas casas provinciais, em registros diversos, foi rápida e facilmente explicada pela Irmã que acompanhou as buscas da pesquisadora pelo colégio: HUMILDADE. Essa palavra é utilizada para finalizar, indicando não só o que motivou o trabalho das Irmãs Missionárias, mas também o sentimento que a pesquisadora teve durante toda a pesquisa: de humildade para poder aprender, buscar, encontrar, narrar e finalizar, ainda que de maneira muito incompleta, uma história sobre a presença das Irmãs Missionárias da Congregação Carlista — Scalabriniana no Rio Grande do Sul.



**Figura 54** — Bandeira da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas



**Fonte:** Arquivo do Colégio Scalabrini – *Livro comemorativo dos 50 anos da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas.*

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O historiador de hoje reconhece sem se envergonhar que pertence ao mundo moderno e trabalha à sua maneira para responder às inquietações que ele compartilha — de seus contemporâneos. Sua ótica do passado permanece ligada a seu presente — um presente que não é somente uma referência de método. Doravante, a História deixa de ser uma ciência serena e indiferente. Ela se abre às preocupações contemporâneas, de que é uma expressão. Ela não é apenas uma técnica de especialista, mas se torna uma maneira de ser no tempo do homem moderno. (ARIÈS, 2013, p. 319).

Com o objetivo de concluir este estudo, mas com a certeza de que ficaram muitas perguntas a serem respondidas, apresentam-se algumas considerações que ajudam a compreender o objeto de estudo, intitulado *Religiosidade, etnicidade e educação: a presença das Irmãs Carlistas — Scalabrinianas no Rio Grande do Sul (1915-1948)*. O interesse por esta pesquisa surgiu da proximidade desta autora com o objeto de estudo e do desejo de entender a construção de uma história, que, ainda hoje, se reflete nas vivências da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas e nas instituições de ensino por elas fundadas.

Objetivou-se narrar a presença das Irmãs carlistas — scalabrinianas no Rio Grande do Sul, investigando como se constituiu a educação promovida pelas Irmãs, no período de 1915 a 1948, considerando a relação religiosidade/etnicidade/escolarização. Para tal, analisaram-se: o processo histórico de implantação de instituições escolares scalabrinianas no Rio Grande do Sul; os princípios da missão e da educação scalabriniana; a relação entre religiosidade/etnicidade/escolarização nas ações promovidas pela Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas.

Para a revisão de literatura sobre a Congregação Carlista – Scalabriniana, foram utilizadas, especialmente, obras de religiosos: Francesconi (1969, 1971, 1973, 1974, 1975, 1976, 1982, 1985 e 1991); Rizzardo (1974, 1981 e 1990); Signor (1986, 2005, 2007 e 2015); Baggio (2011); Slomp e Barbieri (1997) e Fongaro (1997, 1998 e 1999). A ancoragem teórico-metodológica utilizada na pesquisa é a da História Cultural em diálogo com a História da Educação.

Com o desenvolvimento desta pesquisa, formulou-se a tese de que a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas foi constituída com o objetivo de acolher e tutelar emigrantes italianos, para que não perdessem a fé católica. Para tal, o fundador da congregação, Giovanni Battista Scalabrini, entendia ser fundamental preservar a cultura italiana. Visando a atender aos migrantes, as Irmãs missionárias se dedicaram a diferentes atividades na área da saúde, da educação e da assistência social. Conclui-se que a educação foi sendo desenvolvida à medida que as Irmãs fundavam escolas, no fazer cotidiano, ou seja, a

construção se deu na prática, tendo como principal referência o próprio fundador, que alicerçava a educação na catolicidade, na etnicidade — através da manutenção da cultura, no caso, dos migrantes italianos — e na escolarização — referida por ele como instrução.

No decorrer da pesquisa, constatou-se que os indícios encontrados na Casa-Geral e nas Casas Provinciais, diziam respeito à educação carlista — scalabriniana, especialmente em relação à organização geral das escolas. Os indícios sobre a escolarização parecem estar nas escolas, porém, como o objetivo da pesquisa tinha o intuito de apresentar aspectos da Província e da congregação, e não das escolas, decidiu-se alterar a terminologia, no título da tese, para educação – e não mais escolarização, como apresentado no projeto de pesquisa. Sobre algumas instituições de ensino, já foram realizadas pesquisas, citando-se: Oliveira (2009); Belusso (2016); e Paz (2013). No entanto, restavam perguntas acerca da constituição e das características dessa educação carlista — scalabriniana. Justamente por ter sido constituída no seu fazer, foi difícil mapear conceitos da educação da congregação no Rio Grande do Sul.

Depreendeu-se do estudo que a organização da congregação esteve diretamente relacionada ao contexto de emigração da Itália, tendo como primeira missão o atendimento aos órfãos do orfanato Cristóvão Colombo. As missionárias foram aprendendo a ser religiosas enquanto realizavam sua missão. Por isso, os padres scalabrinianos e a Igreja Católica, de maneira mais abrangente, estiveram presentes, servindo como referência e como agentes de controle. A congregação, nesse fazer, foi se constituindo através de um movimento de tentativa e erro, com a assunção de muitas frentes, iniciando, muitas vezes, com improvisação. Por 39 anos atuaram sem reconhecimento canônico. Ainda, foi reconhecida por ser uma congregação italiana, mesmo que sua atuação acontecesse, no início, exclusivamente, no Brasil.

Constatou-se que a demora em formalizar a congregação resultou em avanços e retrocessos, e numa busca constante pela identidade da congregação, que queria ser reconhecida como italiana. Assim, se entendeu que a italianidade foi a marca da congregação e da população atendida pelas freiras carlistas — scalabrinianas, mesmo que a brasilidade estivesse presente tanto na comunidade atendida como na nacionalidade das próprias Irmãs. Enfatiza-se que o discurso étnico-católico proferido pelas integrantes da congregação ganhou força no RS e, especialmente, na RCI, no período analisado para a construção desta tese.

A inserção das Irmãs Carlistas — Scalabrinianas no Rio Grande do Sul foi influenciada pelo contexto migratório-educacional do estado, no final do século XIX e início do século XX, que era marcado por deficiências e ausências de infraestrutura, de escolarização e até mesmo de religiosidade. Os regulamentos da congregação foram sendo desenvolvidos ao mesmo tempo que eram fundadas instituições escolares. A relação com a comunidade local, especialmente

com os migrantes italianos, era composta por identificação étnica, catolicidade e relações de poder, já que, naturalmente, religiosas e religiosos eram respeitados como seres detentores de saber e, por óbvio, de poder. Ao vestirem o hábito, as Irmãs pareciam estar preparadas e autorizadas para atuar como educadoras.

Sobre a educação carlista — scalabriniana, os vestígios encontrados permitem crer que a escolarização promovida por elas estava relacionada à instrução, à disciplina e à catolicidade. Até o movimento de nacionalização do Estado, a etnicidade também estava bastante presente. Para instruir, havia valorização da transmissão de conteúdos e da memorização. As Irmãs carlistas — scalabrinianas foram afirmando sua presença e técnica, através de colégios que eram referência pela arquitetura e pela educação religiosa, moral e disciplinadora. Em relação às escolas, percebeu-se que a abertura era maior em comunidades onde os párocos eram scalabrinianos ou seculares italianos, porque se fomentava, especialmente na RCI, a manutenção da cultura, criando-se um senso de pertencimento com a Itália, mesmo que os migrantes já estivessem residindo no Brasil. Os prédios, geralmente, eram majestosos e imponentes. Na maioria dos Municípios, a arquitetura dos colégios carlistas — scalabrinianos se destacava sendo, muitas vezes, os melhores e maiores existentes. Isso, especialmente, em localidades onde não havia a inserção de outras congregações.

Educavam moças para serem o que a sociedade considerava adequado moralmente para a época: esposas, mães e donas do lar ou religiosas (Irmãs e Freiras). Entende-se, nesse viés, que, nas escolas carlistas — scalabrinianas, assim como em outras escolas confessional-católicas, havia uma preocupação central com a educação moral e religiosa. No início do século XX, essa educação ia ao encontro de uma hegemonia por parte da Igreja, pois havia poucas escolas públicas e, por isso, era um terreno fértil para a implantação de escolas privadas, especialmente as católicas, que atendiam às demandas dos párocos da comunidade e de parte da sociedade. Parte, essa, com poder aquisitivo suficiente para arcar com os custos em educação.

Em relação aos níveis e séries do ensino oferecido nas escolas carlistas — scalabrinianas, percebeu-se que, à medida que foram se fortalecendo e sendo reconhecidas na área da educação, se sentiram capazes de avançar. O percurso percorrido pelas Irmãs foi marcado por experimentações. Foi possível observar que, na primeira década de inserção das escolas carlistas — scalabrinianas no Rio Grande do Sul, o atendimento foi, especialmente, destinado ao curso primário com o objetivo de alfabetizar em língua italiana e portuguesa e desenvolver noções básicas de matemática, além, é claro, dos valores morais. A ênfase estava

em ler, escrever, contar e se comportar, como menciona a tese<sup>150</sup> de Boto (1997). Inclui-se, ainda, o rezar.

Nos anos 40 do século XX, organizaram suas escolas para oferecer o curso normal, mudando, inclusive, a denominação das instituições escolares. Ao oferecer formação para professoras, notou-se que, ao mesmo tempo que se fortaleciam, também preparavam outras pessoas, formando novos professores e novas possibilidades de atuação nas próprias escolas carlistas —scalabrinianas. Apesar de não ter sido evidenciado, no decorrer da narrativa, é importante informar que as escolas carlistas — scalabrinianas se preocupavam com os diferentes espaços que compunham o cotidiano escolar, como: salas de aula, biblioteca, direção, secretaria, quadra de esportes, laboratórios. Conforme foram se aperfeiçoando, expandindo as obras, aumentando o número de alunos e atendendo às mudanças na legislação educacional, foram também ampliando os espaços, os recursos pedagógicos, a equipe diretiva e o número de professores, contratando, inclusive, leigos para as atividades.

Alinhado com a afirmativa de que o *espaço educa*, o oferecimento de modalidades (como o noviciado e o pensionato) atendia não só à formação de novas Irmãs, mas à realidade das famílias, ao proporcionar que as alunas permanecessem na escola. Esse aspecto acentua-se considerando que, no início, o noviciado era oferecido apenas em Bento Gonçalves — RS, e, antes disso, em São Paulo — SP, sendo importante que as moças de outras localidades pudessem permanecer na instituição. A função do pensionato complementou a do noviciado, pois permitia que, mesmo as alunas que não tivessem interesse em uma formação para a vida religiosa, pudessem estudar, longe de sua residência.

Um aspecto interessante, que surgiu durante a pesquisa, diz respeito à denominação das Irmãs missionárias. No Rio Grande do Sul, em visita a diferentes instituições e Irmãs, observou-se a utilização do nome *Irmãs carlistas — scalabrinianas*. Na Itália, algumas delas preferem o uso do adjetivo *scalabrinianas*. Pelo recorte espaçotemporal, utilizou-se *carlistas — scalabrinianas*. Na denominação consta carlistas, devido ao fato de São Carlos Borromeo, que é o santo protetor escolhido por Giovanni Battista Scalabrini, e scalabrinianas, em homenagem ao fundador da congregação. Em entrevista com a Irmã Mafalda Seganfredo, ela afirmou que passaram a utilizar carlistas — scalabriniana *naturalmente*. Ou seja, depois da morte de Scalabrini, em homenagem ao fundador, as missionárias incorporam o termo *scalabrinianas*.

A pesquisa impulsionou que diferentes locais fossem visitados, que documentos fossem rastreados e analisados. Vivenciar os percursos escolhidos para o desenvolvimento deste estudo

---

<sup>150</sup> Apesar de a autora se referir a outro tempo e a outro espaço, a tese reforça e vai ao encontro dos resultados encontrados para a presente pesquisa.

propiciou não só respostas às indagações, mas mais perguntas e entusiasmo. O desânimo, presente em alguns momentos, em que as energias eram escassas, desaparecia quando era permitido o acesso a instituições, no diálogo com as Irmãs, na presença e em locais antes vistos só por fotografia, e em lugares em que não habitava nem mesmo a imaginação. Alguns não trouxeram resultados à pesquisa, mas o conhecimento acerca da congregação e de suas práticas cotidianas. A seguir, os locais percorridos para o desenvolvimento da pesquisa são citados, assim como os locais visitados, com o intuito de conhecer espaços por onde transitaram os migrantes, no caso, de *Genova*, e onde nasceram os cofundadores da congregação: a Madre Assunta Marchetti e o Pe. Giuseppe Marchetti, em *Lucca* — Itália. Cita-se, ainda, o Colégio São Carlos, em Santa Vitória do Palmar, que foi visitado sem o intuito de pesquisa, ainda no início do doutorado em educação.

**Figura 55** — Caminhos percorridos para o desenvolvimento da pesquisa



**Fonte:** Elaborada pela autora.

A circulação em lugares que são referência à congregação ou que possuem obras das Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas permitiu vivenciar o objeto de pesquisa, aproximando teoria e prática. A sensação experimentada, ao estar próxima das fontes, das instituições e das religiosas e religiosos, deixou marcas que sempre serão lembradas. Essas fontes de pesquisa permitiram resultados para além da tese, de construção de conhecimento e de amadurecimento pessoal-profissional.

Os documentos mobilizados foram, especialmente, os dos arquivos do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Farroupilha), do Colégio São Carlos (Caxias do Sul), do Colégio Scalabrini (Guaporé), assim como se obteve acesso a documentos do Colégio Nossa Senhora Medianeira (Bento Gonçalves). Os colégios de Caxias do Sul e de Farroupilha fazem parte, atualmente, da Província Imaculada Conceição. Já o Colégio Nossa Senhora Medianeira é o mais antigo, não só da Província, como da própria congregação e, juntamente com o Colégio Scalabrini, pertence à Província Cristo Rei. Visitou-se, ainda, o Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, localizado em Brasília, onde foi possível ter acesso à bibliografia especialmente relacionada ao processo migratório. Ainda: visitou-se a Província Geral (*Roma*) e a Casa-Mãe da Província São José (*Piacenza*), para o desenvolvimento da pesquisa de campo, que foi realizada em março de 2018. Foi sugerido, ainda, pela Irmã Leocádia, que fosse feita uma visita à *Lucca*, região da Toscana, onde nasceu o Pe. José Marchetti, cofundador da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas. Esse último local possibilitou uma proximidade com a trajetória de um importante personagem da história da congregação, sem, contudo, ter sido possibilitado o acesso a documentos que pudessem integrar a pesquisa.

Através da História Oral e da análise documental, encontraram-se indícios de contradição ou de congruência. Naturalmente, há diferença entre o discurso e a prática e, desses, com a produção de documentos advindos de ambos. Entende-se que a organização da congregação e, mesmo da educação, se deu no decorrer do seu desenvolvimento. Os indícios sobre o funcionamento da Província e da congregação, assim como das instituições escolares, apontam à preocupação em agradar diferentes pessoas da comunidade, além de se perceberem transferências culturais entre a Itália e o Brasil. As culturas de ambos os países eram transferidas e ressignificadas, com adaptação aos contextos em que as vivências ocorriam.

Notou-se, também, que, para assimilar a constituição e a manutenção da educação, no período de 1915 a 1948, era preciso ir além: rastrear alguns indícios de educação presentes no início da missão carlista-scalabriniana no Brasil, com a implantação do orfanato Cristóvão Colombo – seção feminina e seção masculina. Através da pesquisa, constatou-se que o objetivo

primeiro não era a instituição de escolas, mas o atendimento ao migrante. No entanto, a partir do momento em que esses migrantes, especialmente italianos, eram acolhidos, percebiam a necessidade de dar atendimento sociopastoral, assim como aquele voltado à saúde e à educação. E essa educação tinha o intuito de também catequizar. Orlando, ao analisar a coleção de catecismos do Monsenhor Álvaro Negromonte, como material didático utilizado pela Igreja Católica para formar indivíduos, percebeu que

a missão assumida, desde o final do século XVI, pelas escolas cristãs de conduzir os indivíduos a uma alfabetização, concomitante ao processo de doutrinação da fé, associou o discurso da civilidade ao da escolarização e, conseqüentemente, ao aprendizado da leitura e da escrita. (2008, p. 249).

Reforça-se que a Congregação Carlita — Scalabriniana foi se constituindo no fazer e que sua instabilidade, nos primeiros anos, pode explicar a rapidez com que foram instituídas as obras, ou seja, como uma forma de se estabelecerem nas comunidades e de garantirem a continuidade dos serviços e da própria congregação. Com o amparo dado pelo discurso da Igreja Católica, entende-se que os processos de significação das missionárias produziram a representação de religiosas detentoras de saber e de poder. Essas irmãs, que atendiam à área da saúde também relacionavam a doença à fé e a educação à religião. Ou seja, era uma educação voltada à leitura, à escrita, ao cálculo e à reza. Mas ela precisava se adequar também à legislação nacional pela qual eram avaliadas.

Sobre a documentação arquivada nos acervos da Província, da Casa-Geral e da Casa-Mãe, principais locais de busca, encontraram-se indícios especialmente em relação ao cuidado com a infraestrutura (espaços escolares) e com a destinação de Irmãs às escolas. Posteriormente, encontrou-se o registro de professores leigos, mas, principalmente até a década de 30, a docência era exercida especificamente por religiosas. Ou seja, havia preocupação com os prédios escolares, com os recursos humanos e com os recursos financeiros para prover as escolas. Era com essas variáveis que a mantenedora, especialmente no papel da Superiora-Geral, se preocupava.

Para tecer conclusões, esclarece-se que a catolicidade, a italianidade e a educação marcaram a presença das Irmãs carlistas — scalabrinianas no Rio Grande do Sul, no período de 1915 a 1948. Primeiramente, a catolicidade era a razão primeira da congregação e, para tal, ela foi criada. Porém, a preocupação principal era manter a fé católica entre os migrantes italianos. Para isso, era importante cultivar aspectos da cultura italiana entre os migrantes estabelecidos no Brasil, mesmo que, na sua terra natal, essa característica não fosse tão marcada. Por isso,



pode-se afirmar que houve o estabelecimento de uma italianidade, cujos aspectos culturais da Itália e do Brasil se fusionaram, haja vista que era necessário adaptar-se também ao território em que os migrantes estavam estabelecidos. Essa italianidade esteve bastante presente na RCI, que compreende os Municípios em que as Irmãs se inseriram nas primeiras décadas. Somente no término do recorte temporal proposto para este estudo, e por isso mesmo houve essa definição, é que as Irmãs Carlistas — Scalabrinianas inauguram escolas fora da RCI.

Os processos de escolarização e as concepções pedagógicas, geralmente, não eram alvo de registro por parte da mantenedora, nem eram detalhados nas cartas enviadas às superiores e às comunidades de religiosas porque, como dito, a preocupação principal era com o espaço físico, os recursos financeiros e a colocação das Irmãs em escolas ou em outras áreas atendidas pela congregação (saúde e pastoral/assistência social).

A educação carlista — scalabriniana, como dito, estava baseada na instrução e na catolicidade; onde ensinava-se a ler, a escrever, a calcular, mas também se desenvolvia nas alunas a capacidade para trabalhos manuais e para a música. A disciplina, ou seja, o adequado comportamento, estava presente ao lado da instrução. A educação moral se dirigia a uma prática católica, e, por essa referência religiosa, a escola era muito procurada pelas famílias, objetivando uma educação integral, que desenvolvesse a disciplina, a instrução e a catolicidade, especialmente para migrantes italianos. A metodologia de ensino pautava-se na experiência própria de cada Irmã. Tratava-se de uma educação cristã, católica, destinada, especialmente, às mulheres, que eram educadas para os trabalhos manuais e artísticos, se podendo afirmar que o ensino era voltado para os trabalhos femininos — mulheres educadas para o lar, o casamento e alguma outra função socialmente reconhecida para elas naquele momento histórico.

Os resultados apontam para evidências diferentes das hipóteses formuladas antes do desenvolvimento da pesquisa. As Irmãs carlistas — scalabrinianas demonstravam ter, acima de tudo, uma missão apostólica que as levava a realizar ações nas áreas da saúde, educação e assistência social. Os locais visitados, no Brasil e na Itália, possibilitaram o contato com documentos e com o cotidiano das missionárias carlistas — scalabrinianas, podendo-se afirmar que se vivenciou a história. Ao mesmo tempo que essa história viva provocou motivação para escrever e construir uma tese, a dificuldade de encontrar documentos que evidenciassem aspectos de uma escolarização organizada pela congregação, fazia com que o desejo de escrever estivesse relacionado a tudo que se estava sentindo, vivendo, observando e, não necessariamente, sobre as perguntas que haviam sido feitas por esta pesquisadora.

Indica-se para futuros estudos a análise da escolarização nas diferentes escolas da Congregação Carlita — Scalabriniana, que não foram ainda objeto de pesquisa, podendo-se questionar quais eram as concepções de educação utilizadas pelas Irmãs no fazer cotidiano. Muitas evidências apontaram a uma relação próxima, de interdependência, com os missionários de São Carlos Borromeo — Scalabrinianos, por isso, é possível aprofundar essa relação, através do estudo das cartas arquivadas nas Províncias. Aponta-se, ainda, à possibilidade de desenvolvimento de pesquisa baseada nas cartas de Madre Assunta, que apresentam elementos importantes acerca da organização da congregação. Por fim, a partir do estudo, pode-se também aprofundar os conhecimentos acerca da educação preconizada pela Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeo — Scalabrinianos, que, apesar de não terem o intuito de oferecer educação, assim como as Irmãs, o fizeram, mas, especialmente, relacionado à formação de futuros missionários.

Para finalizar, menciona-se que o estudo contribuiu para narrar uma história que foi possível no tempo e no espaço construídos, com limites determinados pelo cotidiano da pesquisadora. Por isso, muitos outros estudos podem, e devem, ser produzidos atentando para a relação transnacional entre o Brasil e a Itália.

## REFERÊNCIAS

ADAMI, J. S. *História de Caxias do Sul*. Caxias do Sul: São Miguel, 1966.

ALBERTI, V. Fontes orais: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

ALVES, E. R. *Fides nostra, victorian nostra: os italianos católicos e o processo de aquisição do poder político na intendência de Caxias (1890-1924)*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 1995.

ARIÈS, P. *O tempo da história*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Edunesp, 2013.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ARISTÓTELES. *A política*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DO COLÉGIO NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. *Bento Gonçalves: a força da imigração e das missionárias scalabrinianas*. Bento Gonçalves: Associação de Pais e Mestres do Colégio Nossa Senhora Medianeira, 2016.

AVANTE. *Órgão Oficial da Escola Normal N. Sra. Medianeira*. Ano IX. Bento Gonçalves: abr. 1966.

AZZI, R. (org.). *A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo: Paulinas, 1983.

AZZI, R. Fé e italianidade: a atuação dos escalabrinianos e dos salesianos junto aos imigrantes. In: DE BONI, L. A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 63-80. v. 2.

AZZI, R. *A Igreja e os migrantes: a aculturação dos italianos e a consolidação da obra escalabriniana no Brasil (1924-1951)*. São Paulo: Edições Paulinas, 1988. v. 3.

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 23-79.

BAGGIO, M. *Entre dois mundos: a Igreja no pensar e agir de Giovanni Battista Scalabrini*. Brasília: CSEM, 2011.

BAREA, G. La vita spirituale nelle colonie italiane de Rio Grande do Sul. In: *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925: la cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud*. 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. p. 54-131. v. 1.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras: de Fredrik Barth. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Trad. de Elcio Fernandes. 2. ed. São Paulo: Edunesp, 2011. p. 185-227.

BASTOS, M. H. C.; BARAUSSE, A. A pesquisa em história da educação na Itália: testemunho de um autor: Entrevista com Roberto Sani. *Revista História da Educação*, v. 20, n. 49, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/64260/pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

BATTISTEL, A. I.; COSTA, R. *Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1982. v. 1.

BELUSSO, G. *Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS: histórias de sujeitos e práticas (1922-1954)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – UCS, Caxias do Sul, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1430/Dissertacao%20Gisele%20Belusso.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 set. 2016.

BELUSSO, G. Memória docente: uma representação do cotidiano escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 2016. *Anais [...]*, Porto Alegre, 2016. Disponível em: [http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1463063053\\_ARQUIVO\\_Ve\\_rsaoparaAnais.pdf](http://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1463063053_ARQUIVO_Ve_rsaoparaAnais.pdf). Acesso em: 8 set. 2017.

BENEDUZI, L. F. *Imigração italiana e catolicismo: entrecruzando olhares, discutindo mitos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008.

BEOZZO, J. O. O clero italiano no Brasil. In: DE BONI, L. A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987. p. 34-62.

BERTONHA, J. F. *Os italianos*. São Paulo: Contexto, 2008.

BIANCHIN, A. *Uma vida que não morre: Madre Lúcia Gorlin (1879-1958). Irmã Missionária de São Carlos Borromeo — Scalabriniana*. Trad. de Maria Apoluceno. Borgonovo: Don Orieone, 1996.

BITTENCOURT, A. B. A era das congregações: pensamento social, educação e catolicismo. *Pro-posições*. v.28, n. 3(84). set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v28n3/0103-7307-pp-28-3-0029.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BOTO, C. J. M. C. dos R. *Ler, escrever, contar e se comportar: a escola primária como rito do século XIX português (1820-1910)*. 1997. USP, São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-20032012-103942/>. Acesso em: 5 ago. 2019.

BONDI, Ir. L. *Madre Assunta Marchetti: uma vida missionária*. Brasília: CSEM, 2011. (Série Memórias, 6).

BONDI, Ir. L. *Virtudes da serva de Deus: Madre Assunta Marchetti*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, P. *Sociologia*. Trad. de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 15.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

BRASIL. Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm). Acesso em: 7 jan. 2019.

BRASIL. DOU. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Decreto-lei n. 3.175, de 7 de abril de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3175-7-abril-1941-13194-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 fev. 2019.

BRASIL. DOU. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Decreto-lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 fev. 2019.

BRASIL. DOU. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Decreto-Lei n. 8.777, de 22 de janeiro de 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8777-22-janeiro-1946-416416-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL. DOU. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Lei n. 514, de 28 de outubro de 1848. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-514-28-outubro-1848-559998-publicacaooriginal-82506-pl.html>. Acesso em: 08 jan. 2019.

BRASIL. DOU. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Decreto-lei n. 3.175, de 7 de abril de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3175-7-abril-1941-13194-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 fev. 2019.

BRASIL. DOU. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Decreto-lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 9 fev. 2019.

BRASIL. DOU. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Decreto-Lei n. 8.777, de 22 de janeiro de 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8777-22-janeiro-1946-416416-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL. DOU. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Lei n. 514, de 28 de outubro de 1848. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-514-28-outubro-1848-559998-publicacaooriginal-82506-pl.html>. Acesso em: 08 jan. 2019.

BURKE, P. Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 7-37.

BURKE, P. *O que é História Cultural?* Trad. de Sérgio Goes de Paula. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BURKE, P. (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 2011.

BROWN, M. E. A case study of immigrants and education: the Scalabrinian experience with italian americans. *Journal of Catholic Education*, Los Angeles, 1998. Disponível em: <http://digitalcommons.lmu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1091&context=ce>. Acesso em: 3 mar. 2017. v. 2.

CAMBI, F. *História da pedagogia*. Trad. de Álvaro Lorencini. São Paulo: Edunesp, 1999.

CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CENNI, F. *Italianos no Brasil: andiamo in Merica*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CHARTIER, R. A amizade da história (Prefácio). In: ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Edunesp, 2013. p. 7-39.

CHARTIER, R. *A mão do autor e a mente do editor*. Trad. de George Schlesinger. São Paulo: Edunesp, 2014.

CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. de Cristina Antunes. 2. ed. 2. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD: 1875-1925: *La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud*. 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.

CONCEIÇÃO, J. Tavares da. *Internar para educar: colégios — internatos no Brasil (1840-1950)*. Aracaju: Edise, 2017.

CONFERÊNCIA DOS CAPUCHINHOS NO BRASIL. Disponível em: [https://www.capuchinhos.org.br/noticias/detalhes/missoes/missoes-capuchinhas-ontem-e-  
hoje](https://www.capuchinhos.org.br/noticias/detalhes/missoes/missoes-capuchinhas-ontem-e-hoje). Acesso em: 16 jul. 2019.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO. *Cinquentenário da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas*: Província Imaculada Conceição (1915-1965). Caxias do Sul: 1965.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO – SCALABRINIANAS. *Centenário mscs: celebrando o Centenário de Fundação da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas (1895-1995)*. São Paulo: Loyola, 1995.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO – SCALABRINIANAS – Província Cristo Rei; CEMCREI. *Assunta Marchetti: Irmã missionária*

scalabriniana de coração materno. Cofundadora da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas. Porto Alegre: 2014.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS MISSIONÁRIAS DE SÃO CARLOS BORROMEO – SCALABRINIANAS – Província Cristo Rei; CEMCREI. *José Marchetti*: missionário sem fronteiras. Porto Alegre: CEMCREI, 2016.

CONGREGAÇÕES SCALABRINIANAS – Missionários e Missionárias de São Carlos. *Scalabrini uma voz atual*. Loyola, S. Paulo 1989.

CONSTANTINO, N. S. de. Apresentação. In: BENEDUZI, Luis Fernando. *Imigração italiana e catolicismo*: entrecruzando olhares, discutindo mitos. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. p. 9-15.

CORRÊA, M. de S. *Criança, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Cengage, 2016. [recurso eletrônico].

CORSETTI, B. *Política educacional e imaginário social no Rio Grande do Sul dos positivistas (1889-1930)*. [s.d.]. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/B/Berence%20corsetti.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/B/Berence%20corsetti.pdf). Acesso em: 27 set. 2017.

COSTA, R. A Igreja nas colônias italianas do Rio Grande do Sul. In: SULIANI, Antônio; COSTA, R. (org.). *Cultura italiana*: 130 anos. ed. bilingue. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 77-81.

D’ALESSIO. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Projeto História*, São Paulo, v. 17, nov. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11150/8181>. Acesso em: 1º. out. 2017.

DALSOTTO, Mariana Parise Brandalise. *Educação e catequese*: o catecumenato como processo de iniciação à vida cristã na Diocese de Caxias do Sul/RS. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) — UCS, Caxias do Sul, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/marin/Desktop/Dissertação%20Mariana%20%20Catequese%20.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2019.

DE BONI, L. Alberto; COSTA, Rovílio. Os italianos no Rio Grande do Sul. In: *Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud*: 1875-1925. 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000. v. 1.

DE BONI, L. A.; COSTA, R. Os italianos no Rio Grande Sul. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS; Correio Riograndense, 1984.

DELGADO, L. de A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, v. 6, p. 9-25, 2003. Disponível em: [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod\\_resource/content/1/DELGADO,%20Lucila%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod_resource/content/1/DELGADO,%20Lucila%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf). Acesso em: 2 out. 2017.

DETIENNE, M. *A identidade nacional*: um enigma. Trad. de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Coleção História e Historiografia).

DI SIERVI, M. de L. Pão, educação e trabalho: orfanato Cristóvão Colombo e a educação profissionalizante de crianças na cidade de São Paulo (1895-1930). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – PUCSP, São Paulo, 2002.

FALCÃO, L. F. Brasileiros e italianos: reflexos sobre a instituição de uma identidade italiana no Brasil contemporâneo. In: RADIN, José Carlos (org.). *Cultura e identidade italiana no Brasil: algumas abordagens*. Joaçaba: Unoesc, 2005. p. 55-74.

FALCÃO, N. F. de P. e S. de A. *A reforma em carisma e ação: A Congregação de S. João Evangelista (Lóios) (Itália, Portugal e África – ca.1420/1580)*. Tese (Doutorado em História) Universidade do Porto, Porto, 2016. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/95480/2/137298.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

FARGE, A. *O sabor do arquivo*. Trad. de Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIA FILHO, L. M. de. Escolarização, cultura e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (org.). *Disciplina e integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP& A, 2002. p. 13-35.

FARIA FILHO, L. M. de. Cultura escolar e cultura urbana: perspectivas de pesquisa em história. In: XAVIER, Libânia Nacif *et al.* (org.). *Escola, culturas e saberes*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 29-37.

FENTON, S. *Etnicidade*. Trad. de Joana Chaves. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FIORENTINI, B. *Il Beato Giovanni Battista Scalabrini*. Piacenza: Editrice Berti, 1997.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. de Raquel Ramallete. 38.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 8.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FRANCESCONI, M. *Inizi della Congregazione Scalabriniana (1886-1888)*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1969. v. 1.

FRANCESCONI, M. *João Battista Scalabrini: pai dos emigrantes: traços biográficos e espiritualidade*. Trad. de Ir. Lia Barbieri. Caxias do Sul: São Miguel, 1971.

FRANCESCONI, M. *Inizi della Congregazione Scalabriniana: le prime missioni nel Brasile (1888-1905)*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1973. v. 3.

FRANCESCONI, M. *Inizi della Congregazione Scalabriniana: storia interna della congregazione (1896-1919); le missioni nell'America del Nord (1895-1919); le missioni nel Brasile (1905-1919)*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1974. v. 4.

FRANCESCONI, M. *Inizi della Congregazione Scalabriniana: il primo dopo guerra (1919-1940)*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1975. v. 5.



FRANCESCONI, M. *Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos – Scalabrinianas: história da fundação*. Trad. de Ir. Lia Barbieri. Caxias do Sul: Paulinas, 1976. v. 1.

FRANCESCONI, M. *Inizi della Congregazione Scalabriniana: dal 1941 al 1978*. Roma: Centro Studi Emigrazione, 1982. v. 6.

FRANCESCONI, M. *Giovanni Battista Scalabrini*. Roma: Città Nuova, 1985.

FRANCESCONI, M. *João Batista Scalabrini: espiritualidade da encarnação*. Trad. de Ir. Maria Letícia Negrizzolo. São Paulo: Loyola, 1991.

FRANCHINI, F.; VIDAL, D. De repente, a Itália é inimiga: o Instituto Médio Ítalo-Brasileiro “Dante Alighieri” (São Paulo, 1911 – 1945). In: LUCHESE, T. Â. (org.). *Escolarização, culturas e instituições: Escolas étnicas italianas em terras brasileiras*. Caxias do Sul: Educs, 2018.

FRANZINA, E. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Trad. de Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

FRANZINA, E. Prefácio. In: LUCHESE, T. Â. (org.). *História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras*. Caxias do Sul: Educs, 2014.

FONGARO, S. et al. *A voz, o caminho e a ação do “Apóstolo dos Migrantes D. João Batista Scalabrini”*. Trad. de Ir. Zelia C. Ornaghi. Ilustração de Ir. Elda Broil. Caxias do Sul: Centro de Estudos Migratórios, Província Imaculada Conceição, Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, 1997.

FONGARO, S. et al. *A voz, o caminho e a ação do bem-aventurado D. João Scalabrini*. Trad. de Ir. Zelia C. Ornaghi. Ilustração de Ir. Elda Broilo. Caxias do Sul: Centro de Estudos Migratórios, Província Imaculada Conceição, Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, 1998. 2 v.

FONGARO, S. et al. *A voz, o caminho e a ação do bem-aventurado D. João Scalabrini*. Trad. de Ir. Zelia C. Ornaghi. Ilustração de Ir. Elda Broilo. Caxias do Sul: Centro de Estudos Migratórios, Província Imaculada Conceição, Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, 1999. 3 v.

GERTZ, R. *O fascismo no Sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história*. Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, C. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. de Maria Betânia Moroso e José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIOLO, J. *Estado & Igreja na implementação da República gaúcha: a educação como base de um acordo de apoio mútuo*. Campo Grande, n. 27, p. 243-256, jan./jun. 2009. (Série Estudos). Disponível em: [www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/download/214/93](http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/download/214/93). Acesso em: 30 set. 2009.

GIRON, L. S. *Caxias do Sul: evolução histórica*. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal; UCS; Porto Alegre: EST, 1977.

GIRON, L. S. *As sombras do Littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul*. 2. ed. rev. Caxias do Sul: Educs, 2017.

GONÇALVES, I. A.; FARIA FILHO, L. M. de. História das culturas e das práticas escolares: perspectivas e desafios Teórico-Methodológicos. In: SOUZA, R. F.; VALDEMARIN, V. T. (org.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 31-57.

GONÇALVES, P. C. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. 2008. Tese. (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-30092008-162725/pt-br.php>. Acesso em: 20 out. 2017.

GROSSI, M. P. Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação feminina. *Cad. Pesq.*, São Paulo v. 73, p. 48-58, maio 1990. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1096/1101>. Acesso em: 15 jan. 2019.

GRUZINSKI, S. *O pensamento mestiço*. Trad. de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUILLEN, I. C. M. Dona Santa, Rainha do Maracatu: memória e identidade no Recife. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, v. 22, n. 1, p. 33-48, jan./jun. 2006. Disponível em: [file:///C:/Users/marin/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge\\_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/1359-1423-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/marin/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/1359-1423-1-PB%20(3).pdf). Acesso em: 16 jul. 2019.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HAMMES, Wallney Joelmir. *Dom Antônio Zattera — 3º Bispo de Pelotas: uma cronobiografia*. Pelotas: EDUCAT, 2005.

HERÉDIA, V. B. M. A produção científica sobre imigração italiana no RS. In: HERÉDIA, V. B. M.; PAVIANI, N. M. S. (org.). *Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no Sul do Brasil*. Porto Alegre: EST, 2003. p. 17-74.

HEREDIA, V. B. M., ROMANATO, G. (org.). *Fontes diplomáticas: documentos da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2016.

HOBBSAWAN, E. J. *Nações e nacionalismo deste 1780: programa, mito e realidade*. Trad. de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

INÁCIO FILHO, G.; ROSSI, M. P. da S. As congregações católicas, o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba: educação feminina (1889-1940). *Revista Educação Pública*. n. 38, v. 18. Curitiba: p. 553-566. set./dez. 2009. Disponível em: [file:///C:/Users/marin/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge\\_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/398-483-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/marin/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/398-483-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 15 set. 2019.

INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO. *Festas Jubilares dos Cem Anos do Instituto Cristóvão Colombo*. (15/02/1895 – 15/02/1995). São Paulo: Loyola, 1995.

INSTITUTO CRISTÓVÃO COLOMBO. *Padre José Marchetti: vida e missão*. São Paulo: Instituto Cristóvão Colombo; Congregação dos Missionários de São Carlos, 2016.

IWAYA, M. Cenário e palco para a instrução: a linguagem arquitetônica do Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto (1940-1960). In: BENCOSTTA, M. L. A. (org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 171- 191.

KANT, I. *Sobre a pedagogia*. Trad. de Francisco Cock Fontanella. 3. ed. Piracicaba: Ed. da Unimep, 2002.

KREUTZ, L. Prefácio. In: LUCHESE, T. Â. *O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Educs, 2015. p. 11-13.

KREUTZ, L. Diferenças étnicas e educação intercultural: a partir de que entendimento de etnicidade? *Série-Estudos – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação UCDB*, nov. 2013. Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/528/421>. Acesso em: 13 abr. 2019.

KREUTZ, L. A educação de imigrantes do Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 347-370.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: LE GOFF, J. (org.). *História e memória*. 3. ed. Trad. de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. p. 535-539.

LEMOS, Ir. E. *Crianças migrantes: foco servicial da venerável Madre Assunta*. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, [online], vol. 22, n. 22, Brasília: Jun. 2014. p. 286-289. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-85852014000100018&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-85852014000100018&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 14 jan. 2019.

LEONARDI, P. *Além dos espelhos: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas francesas em São Paulo*. 2008. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-12062008-155236/publico/TesePaulaLeonardi.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

LEONARDI, P. *Além dos espelhos: memórias, imagens e trabalhos de duas congregações católicas*. São Paulo: Paulinas, 2010.

LOPES, I. C. *No alto da colina e na sombra da história: educação de meninos e meninas no orfanato Cristóvão Colombo (1895-1953)*. 2015. 282 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1190/2/Idileini%20C%20Lopes.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

LUCHESE, T. Â. *A escolarização entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS – 1875 a 1930*. 2007. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2068?show=full>. Acesso em: 15 maio 2017.

LUCHESE, T. Â. A atuação das congregações na Região Colonial Italiana/RS - 1875 a 1930: entrelaçando religião e escolarização. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008. *Anais* [...]: Aracaju, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/382.pdf>. Acesso em: 24 set. 2017.

LUCHESE, T. Â. *O processo escolar entre os imigrantes no RS*. Caxias do Sul: Educs, 2015a.

LUCHESE, T. Â. O processo escolar entre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. In: REUNIÃO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28. 2005. Caxambu, *Anais* [...]. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt02-1138-intok.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2019.

LUCHESE, T. Â. Histórias cruzadas: imigrantes italianos e processos educativos (1875-1914). In: RADÜNZ, R.; HERÉDIA, V. B. M. (org.). *Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil*. Caxias do Sul: Educs, 2015b. p. 234-253.

LUCHESE, T. Â.; RECH, G. L. O processo escolar entre imigrantes italianos e descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1914). In: LUCHESE, T. Â. (org.). *História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras*. Caxias do Sul: Educs, 2014.

LUVISOTO, C. K. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Edunesp; Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/kkf5v/pdf/luvizotto-9788579830082-04.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2019.

MANOEL, I. A. *Igreja e Educação Feminina (1859-1910): Uma face do conservadorismo*. São Paulo: Edunesp, 1996.

MARCHETTI, G. Lettera a Giovanni Battista Scalabrini. São Paulo, 31.1.1895. (AGS, 396/1). In: SIGNOR, L. M. *João Baptista Scalabrini e a migração italiana: um projeto sociopastoral*. Porto Alegre: Pallotti, 1986.

MARCHETTI, J. Orfelinato de Arte e Offícios Christovam Colombo. *Programa*, 1895.  
MARCHETTI, G. Lettera a Giovanni Battista Scalabrini. São Paulo, 4.4.1895. (AGS, 396/1). In: SIGNOR, L. M. *João Baptista Scalabrini e a migração italiana: um projeto sociopastoral*. Porto Alegre: Pallotti, 1986.

MARIN, J. R. História e historiografia da romanização: reflexões provisórias. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis: Edufsc, n. 30, p. 149-169, out. 2001.

MASCHIO, E. C. F. *A escolarização dos imigrantes e de seus descendentes nas colônias italianas de Curitiba, entre táticas e estratégia (1875-1930)*. 2012. Tese (Doutorado em Educação) — UFP, Curitiba, 2012. Disponível em: <https://www.academica.org/elaine.catia.falcade.maschio/2.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2019.

MASCHIO, E. C. F. *Escolarização pública e imigração italiana: a constituição do ensino elementar das colônias ao município – 1882-1912*. Jundiaí: Paco, 2014.

MENESES, U. T. B. de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Z. L. da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Edunesp; Fapesp, 1999. p. 11-29.

MERLOTTI, V. B. P. *O mito do padre entre os descendentes italianos*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1979.

MORESCHI, H. I.; FAVERO, M. L. (org.). *Irmãos de São José no Rio Grande do Sul: Resgatando aspectos da Caminhada (1898-1964)*. Porto Alegre: La Salle, 1998.

NACIFL, M. C. V. O vestuário como princípio de leitura do mundo. In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2007. São Leopoldo. *Anais [...]*. São Leopoldo, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Maria%20Cristina%20V%20Nacif.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

NASCIMENTO, M. I. M. *et al.* (org.). *Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR; Sorocaba: Uniso; Ponta Grossa: UEPG, 2007. (Coleção Memória da Educação).

NAZÁRIO, C. L. *Diálogo: mestre e discípulo: uma leitura teológica da Pedagogia do oprimido de Paulo Freire*. 2011. Dissertação (Mestrado em Teologia) – PUCRS, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/5849>. Acesso em: 20 de out. 2016.

NÓVOA, A. Apresentação. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (org.). *História e memórias da educação no Brasil: século XIX*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 9-13.

OLIVEIRA, L. H. M. de M.; LOMBARDI, J. C. Instituições educativas: projeto scalabriniano no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2008. Aracajú. *Anais [...]*. Aracajú, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/644.pdf>. Acesso em: 3 out. 2017.

OLIVEIRA, L. H. M. de M. *Educação scalabriniana no Brasil*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) — Unicamp, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000469611&fd=y>. Acesso em: 21 set. 2017.

OLIVEIRA, L. H. M. de M. O projeto romanizador no final do século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais. *Revista HISTEDBR*, Campinas, v. 10, n. 40, p. 145-163, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639811/7374>. Acesso em: 2 nov. 2017.

OLIVEIRA, M. A. T. de. A título de apresentação: educação do corpo na escola brasileira: teoria e história. In: OLIVEIRA, M. A. T. de (org.). *Educação do corpo na escola brasileira*. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 1-34. (Coleção Educação Física e Esportes).

ORLANDO, E. de A. *Por uma civilização cristã: a coleção Monsenhor Álvaro Negromonte e a pedagogia do catecismo – 1937-1965*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFS, Aracajú, 2008. Disponível em: <https://bdtd.ufs.br/handle/tede/1731#preview-link0>. Acesso em: 4 nov. 2017.

ORNAGHI, Z. C. *Madre Assunta Marchetti: vivência de um carisma*. 2.ed. Caxias do Sul: Província Imaculada Conceição – Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo — Scalabrinianas, 1997.

OTTO, C. *Catolicidades e italianidades: jogos de poder no médio vale do Itajaí-Açu e no Sul de Santa Catarina*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) — UFSC, Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30382652.pdf>. Acesso em: 17 set. 2018.

PAZ, V. A. *História do Colégio São Carlos de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul (1936-1971)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – UCS, Caxias do Sul, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/470/Dissertacao%20Val%C3%A9ria%20Alves%20Paz.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 ago. 2017.

PERES, E. T. *Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir: a escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909 – 1959)*. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – UFMG, Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/hisales/files/2015/02/Tese-Eliane-Peres.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2017.

PEREGRINO. *90 anos a caminho*. Ano 14. n. 25. Caxias do Sul: Editora São Miguel, jul./dez. 2016.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. Trad. de Angela M. S. Côrrea. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PESAVENTO, S. J. *História e História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PETITAT, A. *Produção da escola. Produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PORRINI, C. *Padre Faustino Consoni, CS: pai dos pobres e dos órfãos*. São Paulo: Loyola, 2012.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Trad. de Elcio Fernandes. 2. ed. São Paulo: Edunesp, 2011.

RECH, G. *O processo de escolarização entre os imigrantes italianos no Município de Caxias do Sul — 1875-1945*. 2009. Monografia (Especialização em História Regional) – UCS, Caxias do Sul, 2009.

RECH, G. L. *Escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS — 1877-1938: a formação de uma rede escolar e o fascismo*. 2015. 451 p. Tese (Doutorado em Educação) – UFPEL, Pelotas, 2015.

REVEL, J. Os usos da civilidade. In: CHARTIER, R. *História da vida privada*, 3: da Renascença ao Século das Luzes. Trad. de Hildergard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 169-209.

RIBEIRO, C. M. P. J.; POZENATO, J. C. *Cultura, imigração e memória: percursos e horizontes*. Caxias do Sul: Educs, 2004.

RIZZARDO, R. *João Batista Scalabrini*. Petrópolis: Vozes, 1974.

RIZZARDO, R. *Carlistas no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Cepam, 1981. (Col. Religiosos no Brasil, 5).

RIZZARDO, R. *Raízes de um povo: missionários escalabrinianos e imigrantes italianos no Brasil (1888-1938)*. Porto Alegre: EST – Congregação dos Missionários de São Carlos, 1990.

ROGERS, R. Congregações femininas e difusão de um modelo escolar: uma história transnacional. *Pro-Posições*, v. 25, n.1, p. 55-74, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010373072014000100004&script=sci\\_abstract&tlng=p t](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010373072014000100004&script=sci_abstract&tlng=p t). Acesso em: 25 set. 2017.

ROSADO-NUNES, M. J. Gênero e religião. *Rev. Estudos feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 363-365, ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n2/26888.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2019.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou do Da Educação*. Trad. de Roberto Leal Ferreira. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

SAMARA, E. de M.; TUPY, I. S. S. T. *História & documento e metodologia de pesquisa*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SANI, R. Entre as exigências pastorais e a preservação da identidade nacional: a Santa Sé e a emigração italiana para o Exterior, entre o oitocentos e novecentos. *História da Educação*, Porto Alegre, v. 21, n. 51, p. 143-185, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v21n51/2236-3459-heduc-21-51-00143.pdf>. Acesso em: 22 set. 2017.

SCALABRINI, J. B. *A emigração italiana na América*. Trad. de Redovino Rizzardo. Porto Alegre: EST; Centro de Estudos de Pastoral Migratória; Caxias do Sul: UCS, 1979.

STRANG, B. L. S. *O saber e o credo: os intelectuais católicos e a doutrina da Escola Nova (1924 – 1940)*. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/58.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

SEINTENFUS, R. A percepção italiana da política brasileira dos anos 30. In: DE BONI, L. A. (org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1990. p. 37-52. v. 2.

SIGNOR, L. M. *João Batista Scalabrini e a migração italiana: um projeto sociopastoral*. Capa: Elda Broilo. Porto Alegre: Pallotti, 1986.

SIGNOR, L. M. *Irmãs Missionárias de São Carlos Scalabrinianas: 1895-1935*. Brasília: CSEM, 2005. v. 1. (Série Memórias, 1).

SIGNOR, L. M. *Irmãs Missionárias de São Carlos Scalabrinianas: 1934-1971*. Brasília: CSEM, 2007. v. 2. (Série Memórias, 2).

SIGNOR, L. M. *Irmãs Missionárias de São Carlos Scalabrinianas: 1971-2001*. Brasília: CSEM, 2015. v. 3. (Série Memórias, 3).

SEYFERTH, G. A política de colonização, os imigrantes e o nacionalismo (1845-1914). In: RADÜNZ, R.; HERÉDIA, V. B. M. (org.). *Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil*. Caxias do Sul: Educs, 2015. p. 35-77.

SGARBI, A. D. Igreja, educação e modernidade na década de 30: escolanovismo católico construído na CCBE divulgado pela Revista Brasileira de Pedagogia. 1997. Dissertação (Mestrado) — PUCSP: São Paulo, 1997.

SILVA, S. M. Araújo. Ritos, rituais e rotina: educação feminina nos colégios confessionais católicos do século XX. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 117-136, jul./ago. 2018.

SLOMP, I. A.; BARBIERI, Ir. L. *Percorrendo caminhos: Província Imaculada Conceição*. Caxias do Sul: Lorigraf, 1997.

SOUZA, W. D. de. *Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante: das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina*. São Paulo: Edunesp, 2000. Disponível em: [http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestao\\_leitura/4sousa\\_wlaumir.pdf](http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestao_leitura/4sousa_wlaumir.pdf).

Acesso em: 19 jun. 2017.

SOUZA, R. F. de. Prefácio. In: BENCOSTTA, M. L. A. (org.). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 7-11.

SOUZA, R. F. de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

SUORE MISSIONARE SCALABRINIANE, Província San Giuseppe. Pelos celeiros do céu: 365 pensamentos do bem-aventurado João B. Scalabrini. Tradução de Zélia C. Ornaghi. Caxias do Sul: Centro de Estudos Migratórios Imac. Conceição; Província Imaculada Conceição; Irs. Miss. de S. Carlos Borromeo — Scalabrinianas, 2002.

TERRAGNI, G. Organização pastoral das primeiras missões scalabrinianas nas américas. In: DIREÇÃO — GERAL DOS MISSIONÁRIOS SCALABRINIANOS. In: CONGRESSO SCALABRINIANO: MIGRAÇÕES E MODELOS DE PASTORAL, *Anais [...]*, 2006. Roma: Città Nuova dela PAMOM, 2006.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



TOLEDO, C. A. A. de; GIMENEZ, J. C. Educação e pesquisa: fontes e documentos. *In: CASIMIRO, A. P. B. S.; LOMBARDI, J. In: MAGALHÃES, L. D. R. (org.). A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes: para a educação, cultura e memória. 2. ed. Campinas: Alínea, 2012. p. 109-125.*

TOMASI, S.; ROSOLI, G. *Scalabrini e as migrações modernas: escritos e correspondências*. Trad. de Ivo Prati. São Paulo: CSEM, 2010.

TRINDADE, H. *Integralismo: o fascismo italiano na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

VASCONCELOS, A. M. N.; BOTEGA, T. Apresentação. *In: VASCONCELOS, A. M. N.; BOTEGA, T. (org.). Política migratória e o paradoxo da globalização*. Porto Alegre: Edipucrs; Brasília: CSEM, 2015.

VEYNE, P. M. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed., 1. reimpr. Brasília: Ed. da UnB, 2014.

VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. *As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, D. G.; SÁ, E. F. de; SILVA, V. L. G. da. *Obrigatoriedade escolar no Brasil*. Cuiabá: Ed. da UFMT, 2013.

VIDIGAL, Luís. *A história oral, o que é, para que serve, como se faz*. Santarém: Escola Superior de Educação, 1993. 26 p. Cadernos do Projecto Museológico sobre Educação e Infância.

VIÑAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. *Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa*. Trad. de Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

VINCENT, G. Os católicos: o imaginário e o pecado. *In: PROST, A.; VINCENT, G. (org.). História da vida privada, 5: da Primeira Guerra a nossos dias*. Trad. de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 393-425.

WERNET, A. *Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus: 100 anos a serviço do amor*. Bauru: EDUSC, 2000.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In: SILVA, T. T. S. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.*

ZAGONEL, C. A. *Igreja e imigração italiana: Capuchinhos de Saboia: um contributo para a Igreja no Rio Grande do Sul – 1895-1915*. Porto Alegre: EST, 1975.

ZAMBIASI, T.; CUNHA, R. M. M. da; RHODEN, A. *Bem-aventurada Madre Assunta Marchetti: Irmã missionária scalabriniana de coração materno. 2. ed. Porto Alegre: CEMCREI, 2014.*

ZANINI, R. I. *Della stessa forza di Dio: Scalabrini um vescovo negli anni difficili dell'Ottocento*. Milano: Edizioni San Paolo, 2011.

## RELATOS ORAIS

FERRARINI, E. Entrevista. Caxias do Sul, 2019.

CONTINI, N. Entrevista. Caxias do Sul, 2019.

MEZZOMO, L. *Entrevista*. São Paulo, 2017.

NARDIN, S. *Entrevista*. Caxias do Sul, 2017.

SEGANFREDO, M. *Entrevista*. Farroupilha, 2017.

PAULETTI, A. M. Entrevista. Roma, 2018.

## SITES

BENTO GONÇALVES. Disponível em: [www.bentogoncalves.rs.gov.br/antiga/prefeitura-decreta-luto-oficial-pelo-falecimento-do-padre-ernesto-manica](http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/antiga/prefeitura-decreta-luto-oficial-pelo-falecimento-do-padre-ernesto-manica). Acesso em: 06 set. 2019.

MINATORI DI MEMORIE. Disponível em: <https://convegnomemoriaculturale.wordpress.com/2016/10/24/sogno-una-valigia/>. Acesso em: 21 ago. 2019.

UAB3 MATEMÁTICA SERAFINA CORRÊA. Disponível em: <https://uab3serafinacorrea.blogspot.com/2013/11/um-pouco-da-historia-da-escola.html>. Acesso em: 21 jun. 2019.

SCALABRINIANAS. Disponível em: [www.scalabrinianas.org.br](http://www.scalabrinianas.org.br). Acesso em: 15 out. 2017.

SCALABRINIANI. Disponível em: [www.scalabriniani.org](http://www.scalabriniani.org). Acesso em: 05 abr. 2018.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A

Teses, dissertações e artigos sobre a Congregação Carlista-Scalabriniana e a educação

<b>Autoria</b>	<b>Título</b>	<b>Local e ano de Publicação</b>	<b>Tipo de Publicação</b>	<b>Palavras – chave</b>
NAZARIO, Celina Lessa	<i>Diálogo: mestre e discípulo: uma leitura teológica da Pedagogia do oprimido de Paulo Freire</i>	Porto Alegre: 2011. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC)	Dissertação	Diálogo; Paulo Freire; pedagogia; teologia; educação scalabriniana
PAZ, Valéria Alves	<i>História do Colégio São Carlos de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul (1936-1971)</i>	Caxias do Sul: 2013. Universidade de Caxias do Sul (UCS)	Dissertação	Escola Confessional; Congregação Religiosa; História da Instituição; Educação Feminina
BELUSSO, Gisele	<i>Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS: histórias de sujeitos e práticas (1922-1954)</i>	Caxias do Sul: 2016. Universidade de Caxias do Sul (UCS)	Caxias do Sul: 2016. Universidade de Caxias do Sul (UCS)	Culturas escolares; escola confessional; ensino primário; sujeitos escolares; história das Instituições
OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros	<i>Educação scalabriniana no Brasil</i>	Campinas: 2009. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)	Tese	História da educação; Igreja; ensino religioso; Instituição escolar; educação scalabriniana
LUCHESE, Terciane Ângela	<i>A atuação das congregações na Região Colonial Italiana/RS - 1875 a 1930: entrelaçando religião e escolarização</i>	Aracaju: 2008. V Congresso Brasileiro de História da Educação	Artigo	Escolas confessionais; imigrantes
SOUZA, Wlaumir Donisete de	<i>Anarquismo, Estado e Pastoral do Imigrante: das disputas ideológicas pelo imigrante aos limites da ordem: o caso Idalina</i>	São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (Edunesp), 2000. Texto original apresentado como dissertação na Unesp de Franca/SP, com o título <i>Fazer a América: da estabilidade do ideal à instabilidade do real</i>	Livro/ Dissertação	Anarquismo; Igreja; trabalho com migrantes; Estado; política
BELUSSO, Gisele.	<i>Memória docente: uma representação do cotidiano escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS</i>	Porto Alegre: 2016. XIII Encontro Nacional de História Oral. UFRGS	Artigo	História oral, docente, educação confessional católica

Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa realizada.

## APÊNDICE B

## Documentos rastreados durante a pesquisa

Tipo de documentação <sup>151</sup>	Local de arquivamento	Ano	Assunto
Cartas – endereçadas à Província – Geral e à Província Imaculada	Associação Educadora São Carlos (AESC) - Caxias do Sul/RS	A partir de 1900, havendo mais cartas especialmente a partir da década de 30.	Apresentação do Conselho – Geral, relatório do Visitador Apostólico, solicitação e autorização para a compra de terrenos e construções, solicitações e informações sobre transações financeiras (especialmente entre e a Província – Geral e a Província Imaculada Conceição), narrativas de situações ocorridas com as Irmãs.
Usos e costumes das comunidades das Irmãs Missionárias de São Carlos	Arquivo da Província Imaculada Conceição	1929	Normatização em relação ao cotidiano das comunidades das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo-Scalabrinianas.
Cartas de Madre Assunta	Arquivo da Província Geral - Roma	A partir de 1928, compreendendo, especialmente, o período de 1928 a 1934.	Cartas a irmãs, autoridades eclesiais, incluindo Scalabrini.
Decreto das Missionárias e Missionários de São Carlos Borromeo	Associação Educadora São Carlos (AESC) – Caxias do Sul/RS	1839 - 1905	Dados e apresentação histórica da congregação.
Documentos de autorização para assumir entidades/instituições e de Irmãs que receberam o hábito, os votos temporários e os votos perpétuos	Associação Educadora São Carlos (AESC) – Caxias do Sul/RS	Diferentes datas, podendo-se citar 1937, 1942 e 1943.	Autorização para assumir entidades/instituições a Irmãs que receberam o hábito, os votos temporários e os votos perpétuos.
Revista: Centenário mscs (Missionárias de São Carlos Scalabrinianas)	Associação Educadora São Carlos (AESC) e Colégio Nossa Senhora de Lourdes (CNSL) – Farroupilha/RS	1995	Elementos históricos da Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas.
Reportagens – 1938 a 1978	Colégio São Carlos (CSC) – Caxias do Sul/RS	De 1938 até a década de 70 <sup>152</sup>	Recortes de jornais da localidade e região com notícias que envolvem o Colégio São Carlos. No livro, consta, ainda, um breve relatório sobre o centenário de fundação da congregação.
Livro: Centenário Congregacional 1895-1995	Colégio São Carlos (CSC) – Caxias do Sul/RS	1895 - 1995	Registros fotográficos, telegramas, comunicações.
Correspondência MEC (3 livros)	Colégio São Carlos (CSC) – Caxias do Sul/RS	Livro de 1946 - 1964	Normas, portarias, autorizações para lecionar, correspondências, Lei de Diretrizes e Bases, telegramas, ofícios.

<sup>151</sup> Nos documentos constam diferentes denominações para as instituições escolares, devido à mudança de nome dos colégios no decorrer da história.

<sup>152</sup> Serão utilizados os dados até 1966, respeitando o recorte temporal da pesquisa.

Arquivo fotográfico	Colégio São Carlos (CSC) – Caxias do Sul/RS	1936-1980	Fotografias do prédio e das atividades desenvolvidas na escola, especialmente as celebrativas. <sup>153</sup>
Relatório de verificação prévia Ginásio São Carlos	Colégio São Carlos (CSC) – Caxias do Sul/RS	1945	Documentos e fotografias para autorização de funcionamento do ginásio.
“Festas Jubilares dos cem anos do Instituto Cristóvão Colombo”.	Instituto Cristóvão Colombo – São Paulo/SP	15/02/1895 – 15/02/1995	Publicação sobre o centenário do Instituto Cristóvão Colombo.
Programa do “Orphelinato de Artes e Officios Christovam Colombo”.	Casa Madre Assunta – São Paulo/SP	1895	Programa do Instituto Cristóvão Colombo.
APPELLO	Casa Madre Assunta – São Paulo/SP	1896	Solicitação feita por Padre Giuseppe Marchetti à comunidade para trabalhar nas obras do orfanato feminino.
Periódico Mensile “Il Triunfo del Cuor di Gesù sul cuore umano” (Cópia).	Casa Madre Assunta – São Paulo/SP	Agosto de 1900	Notícia sobre a partida dos apóstolos missionários [Partenza di sei apostoli missionari].
Relatório (Caderno de registros da instituição)	Colégio Nossa Senhora Medianeira – Bento Gonçalves/RS	1915 - 1978	Histórico da escola, nome dos alunos da primeira turma, corpo docente, notícias de jornais, festividades, fotografias, número de alunos por curso.
Registro fotográfico	Museu dos Padres Scalabrinianos – Piacenza	1904	Scalabrini na inauguração da Seção Feminina do orfanato Cristóvão Colombo
Registro fotográfico	Museu das Irmãs Scalabrinianas – Piacenza	1904	Scalabrini na inauguração da Seção Feminina do orfanato Cristóvão Colombo
Placa do Beato Scalabrini na Catedral de Piacenza	Catedral de Piacenza	Não registrada	Placa, afixada na Catedral de Piacenza, em que, resumidamente, apresenta-se a vida e a obra de Scalabrini.
Jornal <i>Staffetta Rio-grandense</i>	Arquivo Histórico da Prefeitura de Caxias do Sul	1924 1937	Notícia relacionadas às doações para a Catedral, em que aparece contribuição em nome do Colégio Scalabrini. Nota sobre a inauguração do Colégio Nossa Senhora do Caravaggio.
Contribuição do Governo Italiano ao Colégio São Carlos	Livro de Tombo de Farroupilha	1926	Registro de contribuição realizada pelo Governo italiano para as Irmãs Carlistas-Scalabrinianas.
Abertura de Colégio em Guaporé	Jornal Il Corriere d'Italia	1916	Nota sobre a previsão de abertura de colégio, administrado pelas irmãs carlistas, em Guaporé.
Fotografia do Colégio São Carlos	Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami	Década de 40	Imagem do prédio do Colégio São Carlos
Nota sobre as escolas	Il Corriere d'Italia	1915	Nota sobre a reabertura das escolas e a importância dos jovens estudarem.
Notícia sobre a visita de Madre Assunta ao Colégio São Carlos	Il Corriere d'Italia	1916	Nota sobre a visita da Madre Assunta e imagem do colégio São Carlos, visto como um modelo de educação e de instrução.
Exames finais no Colégio São Carlos	Il Corriere d'Italia	1916	Exames finais do Colégio São Carlos com a participação de autoridades locais.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

<sup>153</sup> As fotografias estão anexadas em folhas e com proteção plástica, o que dificulta um registro de qualidade.